UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maíra Baé Baladão Vieira

RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA (1991-2006)

Porto Alegre
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maíra Baé Baladão Vieira

RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA (1991-2006)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre
2007

para Vag
por toda a minha vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles capazes do exercício da tolerância, amor e companheirismo. Faço uma singela menção à minha mãe por ser meu sol e ao meu pai pela lucidez. Agradeço ao Tio Homero, Tia Marlene, Titia Hila, Wesley e Mickey pelas montanhas removidas; ao Marcelo, Edi Anna, José Bortoluzzi e família pela vida compartilhada; aos meus irmãos pela fofura; a Maria Assunta e Antônio Cunha pela presença e carinho; aos meus amigos (estrelas) que me perdoaram tantas faltas.

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio institucional do CNPq, da Capes, do Ministério das Relações Exteriores, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, do NERINT (Núcleo de Estratégia em Relações Internacionais) e do Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS.

Destaco que o bom andamento de minha pesquisa em Brasília é devido ao Coronel Homero Zanotta. Também sou grata pela cumplicidade de Mônica Vier Loss nesta empreitada e pelo apoio recebido de Gustavo Weber, Macedo Soares, Shula Dias, Thiago Melamed de Menezes, Maria Theresa Mesquita Pessoa, Edélcio José Ansarah, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Coronel Andreúza e Lytton Guimarães.

Agradeço ainda ao meu orientador, Marco Cepik, pelo imbatível bom humor, e a todos os envolvidos com o PPG em Relações Internacionais: Dra. Maria Suzana Arrosa Soares, Dr. Paulo Fagundes Vizentini e Dra. Heloísa Machado da Silva (pela sugestão do tema), Beatriz Accorsi, Juliana, Verinha, demais professores e colegas - pela parceria e amizade.

"*Achar primeiro. Procurar depois*"

Jean Cocteau

RESUMO

Esta pesquisa descreve acuradamente os eventos correspondentes ao relacionamento indo-brasileiro no período de 1991 a 2006, propondo uma periodização de quatro fases distintas. A primeira fase (1991-1995) está marcada pela mudança do paradigma indiano de inserção internacional, que fez com que aquele país, ampliando o escopo de suas relações internacionais, fomentasse o estreitamento das relações com o Brasil. A segunda fase do relacionamento, de 1996 a 1999, é caracterizada pelo aumento do interesse brasileiro em uma aproximação com a Índia. O período que abarca os anos 2000, 2001 e 2002 apresenta os primeiros frutos do esforço governamental mútuo, evidenciando o novo patamar que atingem as relações indo-brasileiras. O ano de 2003 confere diferenciada importância política a estas relações em função do surgimento do IBAS, do papel que passa a ser atribuído ao Brasil e à Índia nas negociações conclusivas da rodada de Doha na OMC, bem como do lançamento de suas candidaturas à membros permanentes do Conselho de Segurança das NaçõesUnidas.

A análise das relações Brasil-Índia é realizada em três eixos: em relação ao **comércio**, são apresentados os desenvolvimentos do intercâmbio indo-brasileiro em termos bilaterais, bem como as iniciativas governamentais em prol de uma aproximação; em termos **políticos**, o foco encontra-se na concertação dos dois países junto às negociações multilaterais em curso na Organização Mundial do Comércio, correspondentes à rodada de Doha, e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no que tange à reforma desta instituição; em matéria de **cooperação** em ciência e tecnologia a pesquisa apresenta como promissores, não mais os projetos bilaterais, mas sim as iniciativas trilaterais – no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – estando estes baseadas no resgate do ideário Sul-Sul.

Palavras-Chave: Índia. Relações Indo-Brasileiras. IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul). Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

This study describes all events regarding Indian-Brazilian relations from 1991 to 2006, settling four different phases. The first stage (1991-1995) is marked by a shift in the India's paradigm of international insertion, which moved that country into narrowing its relation with Brazil. The second stage, from 1996 to 1999, features the Brazilian increasing interest on approaching India. The period embracing the years 2000, 2001 and 2002 presents the first results of a mutual governmental effort, pointing out the new stage reached by Indian-Brazilian relations. The year of 2003 brings political importance to the relationship due to the IBAS emergence, to the new role performed by India and Brazil at the Doha Round conclusive negotiations at the WTO, as well as to the release of their candidatures as permanent members to the UN Security Council.

The relationship between Brazil and India is analyzed through three axis: regarding **trade**, the Indian-Brazilian commercial exchange and its efforts at narrowing relations are taken into account; in **political** terms, it focuses the two countries ties at the multilateral negotiations under WTO regarding the Doha round, as well as the arrangements they have set aiming at the UN Security Council's reform; as regards to scientific and technological **cooperation**, the research presents as promising not the bilateral initiatives anymore, but the trilateral ones - in the extent of India, Brazil and South Africa Dialogue Forum - being these based on rescuing the South-south conception.

Keywords : India. Indian-Brazilian Relations. IBSA (India, Brazil and South Africa Dialogue Forum). South-South Cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Comércio Brasil-Índia (1985-1990)..... 56
Figura 2: Destino das Exportações Indianas (1990-2004) 63
Figura 3: Origem das Importações Indianas (1990-2004) 64
Figura 4: Exportações Indianas para a América Latina (em milhões de dólares) 66
Figura 5: Exportações e Importações Indianas em milhões de dólares (1996-2006) 70
Figura 6: Comércio Brasil-Índia (1991-2006)..... 98
Figura 7: Visitas Bilaterais Brasil-Índia (1992-2006) 101
Figura 8: Exportações brasileiras para a Índia por fator agregado (1985-2006)..... 136
Figura 9: Evolução das exportações mundiais *versus* corrente de comércio Brasil-Índia..... 183
Figura 10: Exportações Brasileiras Ásia/China Índia (1991-2006)..... 183
Figura 11: Importações Brasileiras Ásia/China Índia (1991-2006)..... 184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Partidos indianos no poder (1947-2006)..... 31
Tabela 2: Exportações Brasileiras para a Índia (2000/2001/2002)..... 99
Tabela 3: Exportações Indianas para o Brasil (2000/2001/2002).....100
Tabela 4: Indicadores sociais de desenvolvimento Brasil /Índia.....107
Tabela 5: Exportações Brasileiras para a Índia (2003-2006).....135
Tabela 6: Exportações Indianas para o Brasil (2003-2006).....133
Tabela 7: Tarifas brasileiras e indianas 2005.....189
Tabela 8: Produtos indianos e brasileiros com vantagens comparativas.....192

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABACC:	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ANEEL:	Agência de Energia Elétrica
AEB:	Agência Espacial Brasileira
ANFAVEA:	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANVISA:	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX:	Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
ALCA:	Área de Livre Comércio das Américas
ASEAN:	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ASSOCHAM:	*Association of Chambers of Commerce*
BJP:	*Bharatiya Janata Party*
BNDES:	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC:	Brasil, Rússia, Índia e China
CAMEX:	Câmara de Comércio Exterior
CDB:	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEBI:	Comitê Empresarial Brasil-Índia
CII:	Confederação das Indústrias Indianas
CIMA:	Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool
CNI:	Confederação Nacional da Indústria
CNPq:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Comista:	Comissão Mista
CRS:	Complexo Regional de Segurança
CCIB:	Conselho Comercial Brasil-Índia (ou Indo-Brasileiro)
CSIR:	*Council for Scientific and Industrial Research*
CSNU:	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT:	*Comprehensive Test Ban Treaty*
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO:	*Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FICCI:	*Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry*
FIEO:	*Federation of Indian Export Organisations*
FOB:	*Free on board*
GATS:	*General Agreement on Trade in Services*
GATT:	*General Agreement on Tariffs and Trade*
GRULAC:	Grupo das missões latino-americanas e caribenhas
GTs:	Grupos de Trabalho
IBAS:	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
ICAR:	*Indian Centre for Agricultural Research*
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
INSA:	*Indian National Science Academy*
ISRO:	*Indian Space Research Organisation*
INPE:	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRI:	Instituto de Pesquisas Rio Branco
ISRO:	*Indian Space Research Organisation*
ITPO:	*India Trade Promotion Organization*
LAFEPE:	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
MAPA:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT:	Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil
MDIC:	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MNA:	Movimento dos Não-Alinhados
MRE:	Ministério das Relações Exteriores
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMC:	Organização Mundial do Comércio
ONGC-OVL:	*Oil and Natural Gas Company* (OVL: *ONGC Videsh Limited*)
ONU:	Organização das Nações Unidas
PIB:	Produto Interno Bruto
PMDR:	Países de menor desenvolvimento relativo (do Mercosul)
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP:	Paridade de Poder de Compra
PROALCOOL:	Programa Nacional do Álcool
UNAIDS:	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

RSS:	*Rashtriya Swayamsevak Sangh*
SAARC:	*South Asian Association for Regional Cooperation*
SACU:	*South African Customs Union*
SENAI:	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SBPC:	Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
TNP:	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TRIMs:	*Trade Related Investment Measures*
TRIPs:	*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*
UNCTAD	*United Nations Conference on Trade and Development*
UNFCCC:	*United Nations Framework Convention on Climate Change*
ZEE:	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ... 13
1 ÍNDIA: UM BREVE HISTÓRICO (1947-1990) ... 25
India at a glance ... 25
A política indiana ... 27
A geopolítica indiana ... 33
A economia indiana ... 39
A virada indiana ... 46
Outras considerações pertinentes ... 48
2 RELAÇÕES BRASIL ÍNDIA (PRÉ 1991) ... 50
A marca Portuguesa ... 50
A descolonização indiana e o início das relações bilaterais ... 52
A corrente de comércio ... 56
A presença nos fóruns ... 58
A aproximação: paralelismos no desenvolvimento econômico como vetores de convergência ... 59
3 A ÍNDIA CORTEJA O BRASIL (1991-1995) ... 62
Assédio ... 67
Do GATT à OMC ... 72
4 A DÉBIL RESPOSTA BRASILEIRA (1996-1999) ... 75
O investimento indiano no fomento ao comércio bilateral ... 80
De Singapura a Seattle ... 89
5 A CONVERGÊNCIA (2000-2002) ... 92
A conjuntura indiana ... 93
O aquecimento do comércio ... 97
O apoio mútuo aos fármacos ... 104
A cooperação aflora ... 107
O desafio de Doha ... 112
6 A TRANSVERSALIDADE (2003-2006) ... 118
A Trilateral: origens e principais eventos ... 119
O relacionamento político bilateral (2003-2006) ... 129
O comércio bilateral (2003-2006) ... 134
O acordo Mercosul-Índia ... 143
Aspectos securitários: cooperação [comercial] em defesa, CSNU e energia nuclear ... 148
Os vinte de Doha ... 161
A cooperação bilateral e trilateral (2003-2006) ... 168
7 CONSIDERAÇÕES TRANSVERSAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES ... 179
As relações bilaterais (comércio) ... 182
As relações trilaterais (cooperação) ... 193
As relações multilaterais (concertação) ... 196
Considerações Finais ... 198
REFERÊNCIAS ... 202
APÊNDICE A – Cronologia ... 217
ÍNDICE REMISSIVO ... 223

INTRODUÇÃO

> "Apesar das aparências a baleia não é um peixe"
> Edward Hallett Carr

Shantipath é a mais nobre avenida de Chanakyapuri, o suntuoso enclave diplomático de Nova Delhi, cidade que, como Brasília, foi urbanisticamente planejada. Em 1950, quando o bairro de Chanakyapuri foi projetado, o governo indiano cedeu terrenos a todos os países que pontilhavam seu radar político, até mesmo aos mais insignificantes. Não há, surpreendentemente, na referida avenida, nenhuma representação diplomática latino-americana. Para Varun Sahni[1], autor desta constatação, a América Latina está na periferia de Chanakyapuri, bem como sempre esteve na periferia do interesse indiano.

Índia e Brasil são países distantes e a assertiva não se refere apenas ao aspecto geográfico. Elementos políticos, culturais, históricos e tecnológicos os apartam ainda mais que dois oceanos. Entretanto, têm sido cada vez mais comum – na mídia, na produção científica e no discurso de personalidades ligadas à política internacional – que ambas as nações sejam colocadas em um mesmo agrupamento. Em termos analíticos, o Brasil e a Índia passaram, então, a dividir uma série de categorias taxionômicas, elaboradas a fim de abranger países que se aproximam em características comuns, que geralmente os elevam a um papel de liderança em suas respectivas regiões. Após o final da Guerra Fria, estes países, juntamente

[1] SAHNI, Varun. India and Latin America. In: MANSINGH, Lalit (org) et all. **Indian Foreign Policy: Agenda for the 21st Century**. Vol 2. New Delhi: Konark, 1997. Pg. 76.

com outros emergentes, se estabeleceram como vedetes econômicas, estando muitas destas nomenclaturas relacionadas ao seu potencial de crescimento.

Brasil e Índia são considerados *Big emerging markets*, juntamente com Coréia do Sul, México, Argentina, África do Sul, Polônia, Turquia, Indonésia e a área econômica chinesa (China, Hong Kong e Taiwan) a partir de uma denominação cunhada em 1995 pelo *US*[2] *Trade representative*. Figuram entre os "países monstros" (juntamente com EUA, China e Rússia) assim definidos por George Kennan, em seu livro *Around the Cragged Hill*[3], em função de que suas grandes superfícies territoriais atuam de forma potencialmente negativa na qualidade dos governos nos Estados que as ocupam[4].

São chamados, por Samuel Pinheiro Guimarães, de "Grandes países periféricos", que seriam "*aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território contínuo, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica*"[5]. Segundo o autor, estas características os diferem dos demais países da periferia por serem potencialmente capazes de promover maior acumulação de capital, permitindo o desenvolvimento científico-tecnológico e relativa capacidade militar, além de auxiliar em sua competitividade internacional, o que diminuiria sua vulnerabilidade a choques e pressões internas.

Considerando-se ainda uma visão sistêmica, Immanuel Wallerstein[6] estabelece o espaço intermediário, chamado de semi-periferia, sendo esta composta pelas unidades que não fazem parte do privilegiado grupo de países do centro, nem do grupo periférico, encontrando-se em uma posição intermediária que tanto se beneficia dos últimos como serve aos interesses dos primeiros. Mais uma vez encontramos Brasil e Índia reunidos sob um mesmo rótulo.

---

[2] United States.
[3] CORTES COSTA, Maurício. Desafios comuns. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 22 jan. 1996.
[4] Kennan considera que quanto maior o território de um Estado, mais difícil é a interação entre governantes e governados estando presentes os seguintes riscos: que as elites dirigentes não traduzam corretamente os reais anseios e expectativas da população; que exista uma propensão no indivíduo a não se identificar ou não se integrar com a ação dos Governos nacionais e a voltar-se predominantemente para as administrações locais.
[5] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia**. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. Ano 41, No 1. 1998. Pg. 3
[6] GRIFFITHS, Martin. 50 Grandes estrategistas das relações internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 363

Jerry Harris[7] defende que, juntamente com a China, a Índia e o Brasil[8] são *Emerging Third World Powers*, não somente por adotarem posturas assertivas na busca de igualdade e justiça em instituições internacionais como a OMC (Organização Mundial do Comércio), mas também pelo próprio peso de suas economias. O autor alega que a postura destes países desafia o imperialismo[9], na tentativa de se construir uma fortaleza que permita que suas estratégias nacionais possam ser implementadas.

Maria Regina Soares de Lima, ao relembrar uma definição de Keohane, os classifica, juntamente com a África do Sul, de *system-affecting states*, sendo estes:

> [...] países que dispondo de recursos e capacidades relativamente limitadas, comparativamente às potências, mas com perfil internacional assertivo, valorizam as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países similares de forma a exercer alguma meta de poder e influenciar nos resultados internacionais[10].

Outro agrupamento incluindo Brasil e Índia, que se tornou jargão na linguagem das Relações Internacionais, é o BRIC, cunhado pela Goldman Sachs[11] em um estudo realizado no ano de 2003. Os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China) seriam economias que mantêm políticas e desenvolvem instituições em prol do desenvolvimento e que, segundo suas projeções – baseadas em modelos de crescimento demográfico, acumulação de capital e aumento de produtividade – seriam, juntas, mais ricas que o grupo de países chamado de G6 na referida pesquisa (Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália), eleitos por terem estas economias um PIB corrente maior que USD[12] 1 trilhão.

---

[7] HARRIS, Jerry. **Emerging Third World Powers: China, Índia e Brazil**. New Delhi: Sage publications, 2005. Pg. 1- 21

[8] Muitas menções relativas à países neste trabalho relacionam-se aos governos dos mesmos, estando a expressão suprimida.

[9] No sentido de que, tanto a interação destes países, quanto a sua inserção em um emergente modelo de produção global gera tensões na estrutura, uma vez que um novo sistema de acumulação substituiu o antigo sistema internacional que projetava poder no terceiro mundo para uso de seus próprios monopólios.

[10] LIMA, Maria Regina Soares. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 48, nr 1, 2005. Pg. 3

[11] PURUSHOTHAMAN, Roopa; WILSON, Dominic. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper No: 99. Economic Research from the GS Financial Workbench. 2003

[12] United States Dollars = Dólares dos Estados Unidos.

Além das possibilidades de enquadramento por semelhança anteriormente apresentadas, José Luís Fiori[13] menciona os seguintes termos ao se referir ao Brasil e à Índia: países continentais (por sua agigantada extensão geográfica), países duais (que apresentam heterogeneidades estruturais e desigualdades sociais gritantes) e potências de tipo regional (que se situam em uma posição intermediária na hierarquia mundial de riqueza e poder).

Entretanto, apesar de estarem aglutinadas em determinados grupos, aos quais são atribuídas estratégias específicas, as "baleias"[14] podem, ou não, convergir em termos de comportamento político, conforme seus interesses *ad hoc*. As suas características comuns estabelecem algumas expectativas em relação a seus atos políticos, mas estes são construídos muito mais em função de suas capacidades peculiares e potenciais próprios, do que pelas tendências que estabelecem as classes analíticas apresentadas. Geralmente, estes Estados atraem a atenção mundial por seu tamanho (territorial, populacional e econômico), mas tão portentosas quanto estes fatores são suas diferenças.

O fato de pertencerem ao mesmo padrão no sistema mundial, ou a divisão de categorias comuns, é argumento frequentemente usado como propensor à união destes "iguais". Esta abordagem, porém, não considera uma miríade de fatores, constrangimentos e características próprias ligados ao seu *soft* ou *hard power* ou relacionadas às suas relações com outras potências, que os levariam por fim a promover, ou não, uma aproximação "natural" com seus "semelhantes". De fato, muitas das semelhanças estruturais encontradas nos dois países poderiam ser elementos catalisadores de convergência política e cooperação, mas o que vai determinar o nível da aproximação entre o Brasil e a Índia serão precisamente as oportunidades e desafios apresentados em cada um de seus projetos conjuntos.

---

[13] FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. **RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII. Pg. 37.

[14] A expressão "baleias", recorrentemente utilizada ao se falar de Brasil e Índia, surgiu em 1996 na conferência apresentada pelo professor Ignacy Sachs – Brazil and India: two whales in the global ocean – em um seminário organizado pelo IPRI. Este conceito, sugerido pelo trabalho de Roberto Macedo e que reúne Brasil, China, Índia e Rússia, determinaria ao Brasil e à Índia uma base natural comum de interesses, sobretudo naquele momento em que, superada a guerra fria, um processo de globalização, não apenas econômico, mas liderado por fatores econômicos, encontrava-se em curso.

Os projetos que Brasil e Índia hoje desenvolvem em conjunto são muitos. Isto se dá, em grande parte, em função de que no pós Guerra Fria, com o advento da liberalização econômica e da unimultipolaridade[15] do sistema internacional, os dois países foram contemplados, não só por uma oportunidade, mas também pela necessidade de medrar novas parcerias internacionais.

É possível, ainda, que esta aproximação se estreite, pois ainda que uma década e meia tenha se passado, o momento presente pode ser considerado "de transição", em termos da distribuição dos poderes, funções e papéis relacionados ao estabelecimento de uma nova configuração mundial, e, neste contexto, as duas potências regionais buscam melhores condições de posicionamento. Uma destas iniciativas está refletida no próprio progresso de suas relações bilaterais.

As conexões entre o Brasil e a Índia se apresentam em diversas esferas, configurando camadas de ações governamentais que apresentam maiores ou menores chances de sucesso, mas que são, geralmente, desconhecidas em seus detalhes pela comunidade acadêmica brasileira. Os dois países desenvolvem, desde 1996, uma série de instrumentos de aproximação e de projetos comuns que são diretamente responsáveis, por exemplo, pelo aumento significativo de seu fluxo comercial. Além destas iniciativas de enfoque comercial os ajustes das necessidades tecnológicas que podem ser reciprocamente supridas vêm num crescendo, bem como a cooperação com vistas a mitigar problemas socioeconômicos comuns. Outro aspecto do relacionamento é a cooperação em nível multilateral, sendo esta entendida como a interação entre os dois países nos Fóruns e Organismos Internacionais.

Assume-se, então, que "na teoria e na prática" uma aproximação vem ocorrendo entre o Brasil e a Índia. A importância atribuída por cada um dos dois países à incipiente ligação,

---

[15] Status atual do sistema que passou de 2+3 (Estados Unidos e Rússia como super-poderes e China Japão e Europa como grandes poderes) para 1+4 (EUA permanecendo um super poder e os outros quatro atingindo status consolidado de grandes poderes). Cfme. BUZAN, Barry; WAEVER, OLE. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

entretanto, é permeada por uma série de especificidades relacionadas aos seus constrangimentos internos e externos. Para que os desafios e limites do relacionamento bilateral possam ser precisados, faz-se necessária uma digressão analítica dos eventos que os aproximaram. Assim será compreendido o potencial de concertação e cooperação bilateral, no sentido da promoção do desenvolvimento de ambos os países.

Dentro do contexto apresentado, a presente pesquisa descreve e analisa o relacionamento Brasil-Índia, em nível bilateral, multilateral e trilateral, entre 1991 e 2006, tendo como marco inicial a abertura econômica indiana (associada ao fim da Guerra Fria) e como marco final a Primeira Cúpula do IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), ocorrida em setembro de 2006. Os objetivos estão assim centrados:

a) no estabelecimento do histórico das relações entre o Brasil e a Índia através do relato dos atos governamentais responsáveis pelo estreitamento das relações;

b) na investigação dos eventos e motivações que levaram a Índia a formular suas estratégias de aproximação, bem como das reações brasileiras;

c) no estabelecimento dos desafios e oportunidades existentes na relação, bem como fatores inibidores ou catalisadores para cada um dos eixos temáticos tratados, sendo estes o relacionamento bilateral, trilateral e multilateral, transversalizados à questões relativas ao comércio, cooperação e concertação política;

E, como último objetivo:

d) avaliar os efeitos do IBAS no relacionamento bilateral e suas perspectivas.

Enquanto objetivo secundário, encontra-se a formulação de uma abrangente cronologia (APÊNDICE 1) no intuito de auxiliar futuros pesquisadores das relações indo-brasileiras.

Em relação ao primeiro objetivo, a estrutura organizacional corresponde à percepção de que o relacionamento Brasil-Índia, no período estudado (1991-2006), se divide em quatro

fases: de 1991 a 1995, de 1996 a 1999, de 2000 a 2002 e de 2003 em diante, estando as mesmas descritas nos capítulos 3, 4, 5 e 6.

Em relação ao segundo objetivo, ao longo do relato das relações indo-brasileiras, as motivações do governo da Índia serão apresentadas na medida em que surgirem os eventos, dispostos cronologicamente, suscitando a discussão das várias temáticas sobre as quais versa este trabalho. A conclusão, em termos gerais, é de que o Brasil, por fim, reagiu às investidas indianas e buscou aproveitar as oportunidades apresentadas pela construção de um relacionamento mais estreito no aspecto bilateral, mas encontra dificuldades em adaptar os seus interesses, intrinsecamente desenvolvimentistas, aos auspícios indianos, mormente comerciais. Quanto ao plano multilateral, onde a aproximação é mais flagrante, por vezes aparecem divergências dadas pelo ensejo brasileiro de estabelecer uma parceria incondicional e a disposição indiana em estimular uma aproximação *ad hoc*, ligada a benefícios bem específicos, conforme a ocasião. Em relação às razões da aproximação, os indícios apontam para uma abertura por parte do Brasil derivada de sua propensão ao universalismo[16], enquanto que por parte do lado indiano, suas ações em relação ao Brasil se enquadram em um contexto econômico vinculado à conquista dos mercados latino-americanos.

Em consonância com o terceiro objetivo, propõe-se a apresentação dos resultados parciais ao longo do trabalho, na medida em que forem surgindo elementos novos no relacionamento. Entretanto, antevê-se a possibilidade de um incremento contínuo no comércio bilateral, um desvio das atividades de cooperação do âmbito bilateral para o trilateral e ainda uma crescente coesão a nível de cooperação política em fóruns multilaterais.

Por fim, como desenlace do último objetivo do presente estudo, deverá ser estabelecido se o IBAS foi de fato um fenômeno que implica no avanço das relações bilaterais, uma vez que atende à prerrogativas mais amplas que a simples balança comercial, ou se corresponderá

---

[16] LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista de Política Internacional**. Ano 41, nr especial "40 anos", 1998, p. 29-41.

no futuro a uma iniciativa que, sem contar com o esforço necessário por parte dos governos envolvidos, sucumbirá frente a imaterialidade dos atuais planos que, por sua incipiência, são ainda puramente retóricos.

Dentre as delimitações do trabalho, algumas devem ser destacadas, como o enfoque na perspectiva indiana para a concepção do relacionamento bilateral. A eleição do ângulo de visão indiano para a construção da narrativa encontra explicação tanto na qualidade das fontes, que por serem em sua maioria documentos do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, preocupam-se em entender o "outro lado" com o qual negociam, tanto pelo desconhecimento, anteriormente apontado, das minúcias e requintes que envolvem o comportamento indiano em suas relações com o Brasil.

Outra limitação que deve ser apontada é o descarte da vertente cultural como objeto de análise sem que isto implique em desconsiderar a visão de Edgar Telles Ribeiro[17] no sentido de que as relações culturais são de extrema importância para que os Estados circulem idéias, imponham produtos ou negociem alianças. Entre Brasil e Índia, porém, as atividades desta esfera[18] nada agregaram, até o presente momento, à importância política ou comercial recíproca, não se revelando cruciais para a pesquisa.

É apropriado, ainda, que seja apontada uma característica peculiar da presente narrativa que de certa maneira está relacionada com as fontes: apesar de que a atividade diplomática não seja o alvo principal de análise, a visão de "máquina burocrática", característica do Itamaraty, faz-se presente no sentido da despersonalização (na medida do possível) dos dirigentes envolvidos no processo. Ou seja, não serão privilegiadas as diferenças nos programas de governo relativos à política externa dos quatro presidentes brasileiros que

---

[17] RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira**. Brasília: IPRI, 1989. 110 pg. Pg. 17.

[18] A cooperação cultural bilateral é ainda modesta, porém já foram desenvolvidos um par de projetos em setores como artes visuais, cinema, música, dança, literatura comparada, bem como foi estabelecido um leitorado brasileiro na Índia.

ocuparam o cargo durante o período estudado, mas tão somente suas ações diretamente ligadas ao relacionamento Brasil-Índia.

Em relação ao método de pesquisa, destaca-se o uso, quase que único, de fontes primárias, estando estas compostas pelo conjunto de correspondências oficiais entre o MRE (Ministério das Relações Exteriores) e a embaixada da Índia entre 1991 e 2006. Foram reunidas aproximadamente 12.000 páginas de documentação referente às relações Brasil-Índia no Acervo Histórico do Itamaraty, sendo que estes telegramas e circulares, classificados por assunto, foram alocados em quatro grandes eixos de análise[19]: histórico das relações e caracterização dos períodos, cooperação política, cooperação econômica/comercial e cooperação em desenvolvimento científico e tecnológico. Como material de apoio, foram selecionados 1546 documentos que descrevem a conjuntura da política externa indiana durante o período. Além destas, somam-se os documentos e memorandos assinados pelos governos do Brasil e da Índia, bem como notícias de jornais da década de 1990 foto-copiadas do acervo da Biblioteca do Senado Federal e entrevistas ao corpo diplomático brasileiro durante os meses de julho, agosto e setembro de 2006.

No Capítulo 1, serão apresentados os elementos necessários ao entendimento do contexto indiano, importantes para a compreensão de seus interesses em relação ao Brasil. Será contemplado um breve histórico sociopolítico e econômico da Índia, alguns aspectos de seu conturbado entorno geopolítico e seus novos posicionamentos ideológicos no contexto do pós Guerra Fria.

No segundo capítulo, serão relatados os antecedentes ao período estudado, constituindo-se uma narrativa das relações bilaterais no período pré 1991. Tenciona-se apresentar de maneira abrangente os fatos e circunstâncias que envolveram a interlocução de Brasil e Índia, bem como se discutirá brevemente os pontos convergentes na formação econômica dos dois

[19] Para auxiliar no desencadeamento dos temas, que primam ora por uma organização temporal, ora temática, um índice remissivo encontra-se ao final do volume.

países. Estes antecedentes são importantes porque influenciam, de certa maneira, a visão que as lideranças de um país mantém em relação ao outro, além de prestarem-se à demonstração de quão esparsas eram as relações entre os dois países até o ano de 1991.

O terceiro capítulo inicia o relato das relações bilaterais e multilaterais indo-brasileiras, compreendendo a primeira fase (1991 a 1995) dentre as quatro a que este trabalho se propõe a dividir o período 1991-2006. Esta fase se caracteriza principalmente pela mudança do paradigma indiano de inserção internacional, que fez com que aquele país ampliasse o escopo de suas relações internacionais, acabando por fomentar as relações com o Brasil. Remonta-se ainda ao papel que Brasil e Índia desempenharam nas negociações do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).

No capítulo quatro, serão relatados os eventos correspondentes à segunda fase do relacionamento (1996-1999), estando esta marcada pelo aumento do interesse brasileiro em uma aproximação com a Índia. O principal indício se dá pela visita do Presidente Fernando Henrique à Nova Delhi em 1996, e a posterior importância dada pelo governo brasileiro à Índia, tanto na retórica da política externa, quanto nas ações tentativas por parte de ambos, que visavam o fomento das relações entre os dois países. Pela parte indiana, pipocam uma série de iniciativas governamentais que se destinavam, principalmente, ao aumento do intercâmbio comercial. Além da importância econômica recíproca atribuída por Brasil e Índia, surgem iniciativas com vistas a identificar áreas vantajosas fomento da cooperação, bem como os marcos legais para respaldar estas atividades começam a ser construídos bilateralmente.

O capítulo cinco abarca os anos 2000, 2001 e 2002, sendo este o terceiro período proposto que apresenta os primeiros frutos do esforço governamental mútuo e evidencia o novo patamar que atingem as relações entre o Brasil e a Índia. Em razão da convergência de propósitos, começam a aparecer os resultados das iniciativas anteriores, espelhados na

corrente de comércio indo-brasileira. Realiza-se aqui uma abordagem mais elaborada em relação à pauta de comercio bilateral que ali se formava e que até hoje se mantém. Neste capítulo também são apresentadas as primeiras análises em relação ao tema de cooperação sendo os temas (fármacos e combate à pobreza) decorrentes da agenda governamental bilateral apresentada no período. Nesta parte do trabalho, analisam-se, ainda, as contingências e posicionamentos que levaram à criação do G20.

Já o capítulo seis, compreende o relato da quarta e última fase do relacionamento bilateral, tendo como demarcação inicial, no ano de 2003, as contribuições políticas que se somaram ao relacionamento indo-brasileiro, primeiramente o surgimento do IBAS, sendo esta uma iniciativa pioneira e inusitada de cooperação Sul-Sul, com iguais chances de suceder ou fracassar. Os mecanismos de amparo ao comércio, destacando-se a área de livre comércio, encaminhamento natural que provavelmente seguirá à conclusão dos acordos Mercosul-Índia e Mercosul-SACU[20], também constarão como item de aproximação a ser analisado, pois se apresentam como importantes elementos que redirecionam as relações comerciais Brasil-Índia. Outro fato digno de nota é o protagonismo que passa a ser atribuído ao Brasil e à Índia nas negociações conclusivas da rodada de Doha, bem como o lançamento de sua candidatura (conjuntamente com Japão e Alemanha) ao Conselho de Segurança. Serão contemplados os aspectos de cooperação em pesquisa espacial, defesa, turismo, dentre outros, que surgem no período, com destaque para o fenômeno de transferência das possibilidades deste aspecto da esfera bilateral para a trilateral. O final desta fase coincide com o 2º encontro de cúpula do IBAS, a fim de que se possa avaliar o quanto a nova "trilateralidade" beneficiou a aproximação de Brasil e Índia.

Nestes capítulos que versam sobre temas que consolidaram o relacionamento político Brasil-Índia em quatro fases, destaca-se o intento de historizar a seqüência de iniciativas

[20] South African Customs Union.

governamentais correspondentes a cada uma delas. Em termos bilaterais serão descritas as atividades de primeiro escalão realizadas no sentido da aproximação dos dois países, divididas por sua alocação temática, conforme seu intuito (fomento ao comércio, à cooperação em ciência e tecnologia, defesa). Para os aspectos multilaterais, os capítulos versarão sobre eventos relacionados à coordenação política em relação ao CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) e às negociações no escopo da OMC.

O sétimo e último capítulo, discorrerá sobre os desafios e limites do relacionamento entre Brasil e Índia, com relação a três grandes eixos: cooperação política multilateral, cooperação econômica bilateral e cooperação em ciência e tecnologia trilateral. Serão analisados os desenvolvimentos relacionados às interações econômico-comerciais entre Brasil e Índia, abordando-se constrangimentos ao comércio, como barreiras protecionistas e dificuldades logísticas. Será também destacada a importância da cooperação entre os dois – ou três – países para a construção de projetos comuns em ciência e tecnologia, por serem estes relevantes tanto para a concretude do relacionamento, quanto para seu desenvolvimento nacional.

A abordagem dos diversos aspectos das Relações Brasil-Índia, proposta na presente pesquisa, será útil para determinar pontos de convergência entre os dois países, em consonância com as diversas proposições taxionômicas apresentadas nesta introdução que evidenciam suas semelhanças como fatores de aproximação, bem como permitirá precisar em quais áreas as intenções, em relação ao parceiro, e posições, em relação à temas da agenda internacional, não apresentam o mesmo grau de concordância.

1 ÍNDIA: UM BREVE HISTÓRICO (1947-1990)

> "Os ovos das galinhas indianas eram – e naturalmente ainda são – ligeiramente maiores que os das galinhas da Europa, ou, pelo menos, das da Grã-Bretanha."
> *Fernando Pessoa*

India at a glance

Para melhor entendimento das relações que se desenvolveram entre o Brasil e a Índia no período estudado, 1991-2006, realizar-se-á uma breve digressão dos eventos mais importantes que formaram o desenvolvimento político e econômico indiano entre 15 de agosto de 1947, data da desocupação inglesa, e o início do recorte temporal da presente pesquisa.

O país, cuja capital é Nova Delhi, ocupa uma área de 3.287.263 km2 e tem uma população estimada em um bilhão e 94 milhões de pessoas[21] (dados de 2005), dentre as quais 27,8% vivem em áreas urbanas espalhadas em aproximadamente 200 cidades. Na área rural, vive aproximadamente 70% da população indiana, dividida em mais de 550.000 aldeias. A força de trabalho, estimada em 450 milhões de pessoas, está dividida entre os setores de agricultura (62%), indústria e comércio (22%), serviços e governo (12%) e transportes e

[21] A Índia é o segundo país mais populoso do mundo, precedido apenas da China. Entretanto, as políticas de filho único chinesas contrastadas com as altas taxas de natalidade indianas indicam que em algumas décadas a Índia suplantará a China em população.

comunicação (4%). O governo indiano propagandeia a existência de uma classe média composta por 350 milhões de pessoas, entretanto 28% dos indianos vivem abaixo da linha de pobreza.

Na Índia são faladas 33 línguas, sendo que coexistem 1652 dialetos no subcontinente, das quais 22 são literárias e 18 são oficiais. O hindi (falado por cerca de 30% da população) e o inglês (15% da população o domina) são reconhecidos como línguas legislativas e judiciárias, sendo utilizados na correspondência oficial entre os estados e o governo central. O português ainda é falado no estado de Goa por cerca de 20% da população local (em torno de 270 mil pessoas – de um total de 1.300.000), mas apenas em família[22].

A religião na Índia, que somada ao sistema de castas e aos ramos lingüísticos é um dos fatores determinantes da organização social do país, divide a população nas seguintes proporções: hindus 80,5%, muçulmanos 13,4%[23], cristãos 2,3%, sikhs 1,9%, budistas 0,8%, jainistas 0,4% e zoroastristas 0,01% (censo de 2001)[24].

Ao sistema de castas, caberia o papel de definir a hierarquia ocupacional e social dos indianos. Este sistema, baseado em escrituras que remontam a 1.000 A/C, distribui todos os seres vivos em quatro *varnas* (categorias): *brahmana* (sacerdotes), *kshatriya* (guerreiros), *vaishya* (comerciantes) e *shudra* (trabalhadores manuais). Mitologicamente, todas as criaturas vivas são derivadas do sacrifício de Purusha, o espírito antropomórfico do universo, sendo que de sua boca se formaram os brâmanes, de seus braços os guerreiros, de suas pernas os comerciantes e de seus pés os trabalhadores[25]. O resultado é que as pessoas são supostamente "classificadas" conforme a sua casta, recebendo um status imutável ao nascimento, que determinaria o parceiro no casamento, a dieta (e a proporção com a qual serão alimentadas), a ocupação e até mesmo os rituais mortuários de cada indivíduo. Apesar das dúvidas em relação

---

[22] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.
[23] A Índia é a segunda maior nação islâmica (em números absolutos), suplantada somente pela Indonésia.
[24] CIA. The world fact book: India. 2005. Disponível em: www.cia.gov. Acesso em 11/12/2005.
[25] ROBB, Peter. **A history of India**. New York: Palgrave, 2002. 309 pg. Pg 13.

à existência e forma do sistema de castas[26], o governo indiano após a independência, tem feito inúmeros esforços para combater o preconceito aos "intocáveis" (ou *dalits*: nível mais baixo da hierarquia) através de leis diversas, ações afirmativas e políticas sociais. Destaca-se o fato de que K. R. Narayanan, um dos presidentes indianos, era um *dalit*.

A política indiana

De acordo com a sua constituição, a Índia é uma república soberana, secular e democrática. É uma república de tipo parlamentarista, sendo o Primeiro Ministro chefe de governo, e o Presidente, chefe de Estado. O país rege-se ainda por um parlamento bicameral, composto pelo Rajya Sabha (câmara alta do legislativo – eleição indireta)[27] e pelo Lok Sabha (câmara baixa – eleição direta). O sistema federal é composto de 25 estados e 7 territórios, sendo que os governadores estaduais são nomeados diretamente pelo Presidente da república.

Em termos partidários, a condução da política indiana divide-se tradicionalmente entre as coalizões lideradas pelo *Indian National Congress Party* (Partido do Congresso) ou pelo BJP (*Bharatiya Janata Party*). O Partido do Congresso foi criado em 1885, no formato de um fórum, para acolher a oposição nacionalista que iniciava sua insurgência contra os britânicos. Este partido esteve no poder durante quase todo o pós-independência, excetuando-se pequenos períodos nos anos 1970, 1980 e em 1996, bem como durante o mandato que o BJP conseguiu completar entre 1998 e 2004. O *Congress Party* teve um papel importante durante o processo de independência graças à liderança de Jawaharlal Nehru, mas o papel central de

---

[26] Em "A history of India", Peter Robb une-se à muitos intelectuais hindus para duvidar da existência deste sistema, pois até mesmo a palavra "casta" é de origem européia refletindo a visão que foi possível para colonizadores, sem que a mesma corresponda à verdade. As palavras *varna* (que poderia ser traduzida como ocupação), e o termo *jati* que "dividiria" as *varnas*, não são passíveis de tradução. A hipótese do autor é a de que uma minoria indiana, privilegiada pela dominação britânica, pôde acessar grandes montantes de recursos e inovações tecnológicas, e , a fim de manter este status, incutiu no imaginário popular a idéia de castas da maneira em que é vista hoje.

[27] Em termos de poder, equivale ao Senado Brasileiro, enquanto que o Lok Sabha corresponderia à Assembléia legislativa.

sua dinastia foi "*tanto uma bênção, quanto uma maldição*"[28]. A permanência da família Nehru no coração do partido trouxe consistência e coesão, mas ao mesmo tempo causou ressentimento em outras lideranças.

Outros partidos de importância pontuam a cena política indiana, como o *Communist Party of India-Marxist*, o *Samajwadi Party*, o *Bahujan Samaj Party* e o radical *Nationalist Volunteer Group* (RSS). Até hoje, porém, o único capaz de vencer o Partido do Congresso (em termos de maioria de votos no parlamento indiano) foi o BJP, criado em 1980 a partir de uma cisão do grupo paramilitar *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (berço do radical RSS). Para o ex-embaixador brasileiro, Luiz Filipe de Macedo Soares, muito mais que o antagonismo esquerda-direita (que praticamente inexiste naquele país), a estrutura política indiana colocaria em oposição às forças seculares – que defendem a não predominância de qualquer religião – as forças etnicistas, ou comunalistas[29]. Dentre os dois partidos principais, o BJP goza da fama de radical por defender o *hindutva*[30], ao que contrapõe o embaixador:

> [...] outra falácia que as vezes aparece na imprensa internacional é a imagem de um BJP fundamentalista do tipo iraniano ou até totalitário do tipo nazista. Em qualquer sociedade numerosa e variada encontra-se representada toda a gama de opiniões, inclusive as mais extremadas. Estas procuram usar um ou outro partido como veículo para canalizar as suas aspirações e, neste sentido, correntes hinduístas extremadas vêem no BJP o partido que lhes poderia abrir espaço. Na acirrada competição eleitoral torna-se difícil a qualquer partido recusar apoios. Decorre daí certa ambigüidade que cada partido procura ressaltar em seus adversários[31].

Além destas duas grandes correntes partidárias, a política indiana está comumente associada ao nome de grandes líderes, como o de Mahatma Gandhi, que no início da década de 1920 liderou o movimento de resistência pacífica aos ingleses. Por meio de campanhas que engajaram milhões de indianos, Gandhi pregava a desobediência civil associada ao comprometimento com a não-violência (*ahimsa*). Para explicar a importância destes líderes

---

[28] JANE's Sentinel Security Assessment. **Country Profile: India**. Disponível em: www.janes.com. Publicado em 07/10/2004. (acesso restrito)

[29] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. p. 17

[30] Fundamentalismo hinduísta ou nacionalismo cultural, o grau de extremismo pode variar.

[31] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. p. 17

mais uma vez é válido lançar-se mão dos comentários do embaixador brasileiro anteriormente citado:

> [...] sabemos bem hoje que o império britânico estava ferido de morte após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, em 1947, para todos os efeitos, foram as extraordinárias personalidades dos líderes indianos que levaram o povo a fazer com que a ainda maior potência colonial renunciasse à "jóia da coroa"[32].

Jawaharlal Nehru, líder do *Congress Party*, surge como o primeiro governante formal daquele país, ocupando o cargo de primeiro ministro de 1947 a 1964 (ano de sua morte), quando foi sucedido por Lal Bahadur Shastri (1964-1966) que também faleceu durante o ofício. O poder passou então para as mãos da filha de Nehru, Indira Gandhi[33], que manteve o cargo de Primeira Ministra por dois períodos: de 1966 a 1977 e de 1980 a 1984.

Durante seu primeiro período no poder, Indira decretou estado de emergência, suprimindo grande parte das liberdades civis. Entretanto, custos políticos advieram deste ato, pois ao convocar eleições em 1977, foi derrotada por Morarji Desai fazendo com que pela primeira vez o BJP assumisse o poder na Índia. Em 1979, porém, o governo de Desai foi derrubado e Indira Gandhi voltou ao poder em 1980, mantendo-se no cargo até 1984, ano em que foi assassinada. Para substituí-la o partido do congresso elegeu seu filho, Rajiv Gandhi, que se manteve Primeiro Ministro até que em 1989 foram convocadas eleições antecipadas, pois o seu governo sofria de corrupção em níveis epidêmicos.

Mesmo após uma série de escândalos, o Partido do Congresso conseguiu a maior parte dos votos na eleição de 1989, mas não foi capaz de formar uma coalizão para governar o país. O partido Janata Dal, aproveitando-se da circunstância, uniu-se com os partidos comunistas e assumiu o poder por um breve período – até 1990 – quando o BJP reuniu votos suficientes para eleger seu primeiro ministro, Chandra Shekar, sem ter que dividir o poder com o resto da coalizão. Esta aliança também colapsou, resultando em novas eleições em 1991.

---

[32] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. p. 14

[33] O sobrenome Gandhi de Indira advém de seu marido, não havendo nenhum parentesco com o "Mahatma".

Nas eleições de 1991, o Partido do Congresso conseguiu a maioria dos votos e nomeou o primeiro ministro Narasimha Rao, que conseguiu completar o mandato (1991-1996). Rao, figura importante para o presente trabalho, por haver realizado reformas econômicas liberalizantes, teve seu governo maculado por uma série de escândalos de corrupção, o que levou o Partido do Congresso ao seu pior desempenho eleitoral em 1996, quando subiu ao poder uma coalizão liderada pelo partido *Janata Dal*. Esta coalizão se manteve no poder por dois mandatos, apesar de ter um de seus primeiros-ministros derrubado. Em 1998 Atal Bihari Vajpayee, do BJP, foi eleito Primeiro Ministro e – após uma série de contratempos e uma nova eleição – terminou seu governo em 2004, quando então uma coalizão liderada pelo Partido do Congresso elegeu Manmohan Singh. O retorno do Partido do Congresso ao poder foi atribuído à insatisfação de grande parte da população rural, que não via os benefícios da crescente riqueza do país.

A Tabela 1 retrata a alternância de poder na Índia, entre o Partido do Congresso e o Bharatiya Janata Party (BJP), desde a independência do país:

Tabela 1: Partidos indianos no poder (1947-2006)

Período	Primeiro Ministro	Partido líder da coalizão no poder
Ago/1947 – Mai/1964	Jawaharlal Nehru (faleceu no poder)	Partido do Congresso
Jun/1964 – Jan/1966	Lal Bahadur Shastri (faleceu no poder)	Partido do Congresso
Jan/1966 – Mar/1977	Indira Gandhi	Partido do Congresso
Mar/1977 – Jul/1979	Morarji Desai	BJP
Jul/1979 – Jan/1980	Charan Singh	BJP
Jan/1980 – Out/1984	Indira Gandhi (assassinada no poder)	Partido do Congresso
Out/1984 – Dez/1989	Rajiv Gandhi	Partido do Congresso
Dez/1989 – Nov/1990	V. P. Singh	National Front (coalizão da qual o BJP fazia parte)
Nov/1990 – Jun/1991	Chandra Shekhar Samavadi	BJP
Jun/1991 – Jun/1996	P. V. Narasimha Rao	Partido do Congresso
Jun/1996 – Abr/1997	H. D. Deve Gowda	United Front (coalizão liderada pelo Janata Dal, do qual o Partido do Congresso fazia parte)
Abr/1997 – Dez/1997	Inder K. Gujral	United Front
Mar/1998 – Abr/1999	Atal Bihari Vajpayee (BJP perde o voto de confiança da coalizão)	BJP
Out/1999 – Mai/2004	Atal Bihari Vajpayee	BJP
Desde Mai/2004	Manmohan Singh	Partido do Congresso

Fonte: Elaboração própria.

Ainda como fator relevante para a caracterização do ambiente político do país, cabe ressaltar que durante o período da Guerra Fria, a Índia capitaneava o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), sendo Nehru um dos seus fundadores em 1956 (juntamente com os líderes da Iugoslávia e Egito). Apesar de sua importância intrinsecamente retórica, o MNA contribuiu para reforçar a questão Norte-Sul quando o conflito Leste-Oeste era o "senhor dos domínios". Conforme José Luís Fiori era a seguinte, a posição defendida pela Índia no MNA:

> [...] uma posição de liderança inconteste e ativa dentro do movimento que nasce da conferência de Bandung em 1955, apoiando um "neutralismo ativo" e uma defesa intransigente da soberania e igualdade do todas as nações contra todo o tipo de pressão ou ingerência das grandes potências nos assuntos internos dos demais estados[34].

[34] FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. In: **RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII. Pg. 41

Entretanto, apesar do neutralismo ativo acima exposto, a Índia viveu uma dependência econômica da União Soviética[35] durante quase todo o desenrolar da Guerra Fria, que se por um lado conservou sua economia estável, por outro não favoreceu o crescimento econômico do país, que se manteve praticamente estagnado durante todo o período. A ambigüidade do "não alinhamento" indiano pode ser explicada por Luiz Filipe de Macedo Soares no seguinte parágrafo:

> O movimento não alinhado vai ser instrumento fundamental para permitir que a Índia navegue nos estreitos caminhos da Guerra Fria e de seu isolamento regional, assegurando-se o apoio da União soviética sem perder o dos EUA, principalmente sua amizade, cara aos grandes líderes indianos, intelectuais de Oxford e Cambridge, de expressão inglesa sofisticada, fundamentalmente democratas, ocidentais no âmago.[36]

Em relação à atual participação da Índia no MNA, o país ainda se preocupa em determinar seus rumos, por ser uma das lideranças iniciais do movimento, mas estes já não se relacionam com a posição de contestação anterior. O discurso do presidente indiano Vajpayee em 2003, durante uma conferência do movimento, defendeu a despolitização da cooperação econômica e propôs a inclusão da reforma e reorientação do processo de globalização como um dos principais itens da agenda do MNA. O Primeiro-Ministro conclamou os países membros a dar mais atenção às possibilidades de comércio e investimentos Sul-Sul e declarou por fim que : "*A cooperação Sul-Sul tem que se mover da esfera política para a econômica*"[37]. Conforme a chancelaria brasileira, "*a Índia apresenta uma tendência de distanciamento político no MNA, preferindo discutir certos temas em seus canais de interação bilaterais com atores relevantes do cenário internacional, que sua condição de potência regional ascendente vem criando*"[38].

---

[35] Outro papel relevante atribuído à URSS nesta relação durante a Guerra Fria foi o apoio estratégico militar nuclear fornecido à Índia em função do conflito Indo-paquistanês iniciado em 1947, do qual derivaram três guerras até 1991. Essa posição era de grande importância uma vez que o Paquistão contava com o apoio da China e dos Estados Unidos.

[36] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. p. 15

[37] No original: *South-South cooperation has to move from the political lectern to the economic marketplace*.

[38] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 121]** 03 mar. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Não alinhados.

A geopolítica indiana

Além dos elementos políticos já retratados, faz-se importante a breve apresentação das questões securitárias que envolvem a Índia. Na década de 1990 viu-se que os governantes indianos, somando uma pitada de realismo ao seu idealismo, passaram a readequar suas alianças para obter reconhecimento internacional através da aproximação com os grandes poderes atuantes no sistema internacional. Como parte deste novo posicionamento, a Índia passou a defender para si o status de potência, entretanto somente nos últimos anos, mais especificamente após os testes nucleares de 1998, a Índia parece estar sendo ouvida em seu pleito pela comunidade internacional. Os testes nucleares teriam sido realizados, para Ahari[39], pelas seguintes razões: primeiramente porque a China o havia feito em 1964, apenas dois anos depois de humilhar a Índia em uma guerra de fronteira, em segundo lugar porque o programa nuclear do vizinho Paquistão obrigava o país a se manter em pé de igualdade e em terceiro, pura e simplesmente por questões de prestígio internacional.

O ambiente securitário indiano será analisado conforme a metodologia de Buzan e Waever[40] que, em uma mescla do construtivismo com o materialismo, estabelecem como recorte o Complexo Regional de Segurança (CRS) no qual o país está inserido, sendo "regiões e poderes" os determinantes da estrutura de segurança global. Um CRS para os autores está geralmente dividido em quatro níveis, sendo eles: doméstico, regional, inter-regional e global.

Na esfera doméstica indiana, os escândalos políticos de corrupção e governos instáveis serviram como pano de fundo para os conflitos étnicos e para a violência entre muçulmanos e hindus, sendo que os movimentos separatistas no Punjab e na Cachemira não apresentam sinais de solução a curto-médio prazo. Além disto, cerca de 30% do território indiano está sob influência dos Naxalistas, configurando o "Corredor Vermelho" comandado pelos

[39] AHRARI, M. Ehsan. India's Great Leap Forward. In: **Security Dialogue** v. 35**.** 2004. Pgs. 207-215. Pg 211
[40] Buzan, Barry; Waever, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Pg. 04

guerrilheiros inspirados pelos velhos ideais de Mao-Tse-Tung. A guerilha maoísta já foi considerada pelo primeiro-ministro Manmoham Singh um desafio maior que o terrorismo islâmico[41].

No nível regional, a Índia está envolvida em uma rivalidade com o Paquistão, sendo este um conflito derivado de uma rixa, anterior à independência, entre a *Muslim League* e o *Congress Party*. Três guerras já foram travadas entre os dois países (1947 a 1948, 1965[42] e 1971[43]), além de muitas situações de crise que quase culminaram no quarto embate bélico. As razões principais do conflito estariam relacionadas à briga por território (Caxemira), às reclamações mútuas de interferências em assuntos domésticos e ainda aos princípios rivais de legitimidade desde a constituição dos dois países.

Após o fim da Guerra Fria, a hostilidade entre Índia e Paquistão piorou devido em parte ao extremismo hindu do Bharatiya Janata Party. Outro catalisador da rivalidade foi o aumento da capacidade bélica dos dois países, comprovada nos testes nucleares de 1998, sendo a Índia apoiada pela Rússia (e possivelmente por Israel) na obtenção da tecnologia, e o Paquistão pela China e Coréia do Norte[44]. Os dois países romperam relações diplomáticas entre 1994 e 1997, travaram lutas na Cachemira em 1999, e em 2002 a Índia confrontou politicamente o Paquistão em função de uma série de ataques terroristas. Mesmo assim a Índia e o Paquistão conseguem cooperar em assuntos como o uso comum da água, havendo acordado sobre instalações nucleares em 1991 e sobre o não-uso de armas químicas em 1992. Em relação ao organismo multilateral regional, a SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*), cabe salientar que este nunca interferiu de maneira efetiva nas políticas de segurança da região.

---

[41] COSTA, Florência; SAXENA, Shoban. A Índia que os indianos vêem. **Inteligência**. Ano X. Nº 37. 2º trimestre. Rio de Janeiro: Junho de 2007.

[42] Ao final do conflito, entre setembro de 1965 e março de 1966, o Brasil participou do grupo de observação das Nações Unidas no Paquistão e na Índia (UNIPOM) para monitorar o cessar fogo entre os dois países.

[43] Guerra através da qual Bangladesh, antigo Paquistão Oriental, obteve sua emancipação com o apoio da Índia.

[44] Buzan, Barry; Waever, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Capítulo 4.

No nível inter-regional, entre o CRS do Sul da Ásia e o do Norte da Ásia, as relações mais relevantes são as da Índia e do Paquistão com a China. Em 1962, a China travou uma guerra com a Índia por questões fronteiriças, em função da aproximação das fronteiras com a anexação do Tibet. Para Buzan[45], a China apóia o Paquistão desde 1960 para que ele acompanhe a Índia em seu desenvolvimento nuclear como uma estratégia de distração. Em resposta, a Índia declarou durante os testes nucleares de 1998 ser a China o motivo principal de seus programas (embora a distribuição física de suas armas estivesse voltada para o Paquistão). Apesar disto, a China não quer ser tragada para o conflito, e assim limita seu apoio ao Paquistão e mantém com a Índia, desde os anos 1980, relações diplomáticas estáveis, apesar das discussões relativas às questões de fronteira.

Em 2003, as relações com a China deram um salto quando o primeiro ministro Vajpayee visitou Beijing. Em abril de 2005**,** os dois países lançaram uma parceria estratégica que visava à criação de parcerias securitárias e de elos econômicas. Em relação aos conflitos sino-indianos, os avanços mais recentes foram em relação ao reconhecimento da China à soberania indiana sobre o antigo Reino de Sikkim e a reiteração por parte da Índia que o Tibet pertence à China. Para Ahmed[46] as causas mais relevantes que permitiram uma aproximação na década de 1990, foram primeiramente a mudança das percepções mútuas – a aceitação da Índia por parte da China, por não ser esta dependente de nenhum super-poder, e a percepção por parte da Índia que a guerra entre eles fora uma distorção do período Maoísta – e ainda as mudanças ocorridas no ambiente internacional que possibilitou aos dois países uma reavaliação de suas posições já não influenciadas pela bipolaridade da Guerra Fria.

Faz-se importante, na análise destas relações, a posição da China em relação aos Estados Unidos que, apesar da forte dependência econômica do mercado norte-americano,

---

[45] Buzan, Barry; Waever, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Capítulo 4.

[46] AHMED, A. T. S. India-China relations in the 1990s. **Journal of Contemporary Asia** v. 26 no. 1 (1996) pg. 103

vem promovendo um esforço para atenuar estas relações, principalmente após a crise asiática que causou nos países da região a impressão de que não houve esforços para contê-la por parte dos EUA. O sentimento que culmina destes fatores, de que a "Ásia é para os Asiáticos", pode vir a beneficiar as relações sino-indianas no espectro ideológico[47]. Apesar destas aproximações a tendência é de que as relações entre os dois países se dê mais no sentido de balanço de poder do que propriamente de uma estreita aliança, sendo que a cooperação entre China e Índia é mais provável que o conflito, também em função da dependência de ambos do petróleo iraniano[48].

No nível global, durante a Guerra Fria o Sul da Ásia ficou de fora dos grandes palcos do conflito, mas os dois poderes regionais, Índia e Paquistão, estiveram aliados com os dois poderes em luta. A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) era aliada da Índia desde a década de 1960 até a interrupção de suprimento militar em 1991. Entretanto, durante a década de 1990 a Rússia voltou a fornecer armas e tecnologia militar para a Índia, em uma retomada de relações que já não possuíam a mesma significância uma vez que passara a ser um simples fornecedor e não mais um aliado estratégico.

Dentre os acontecimentos importantes relativos às relações indo-russas, está a proposta do Primeiro Ministro russo Yevgeny Primakov, durante sua visita à Índia em 1998, para a formação de um triângulo estratégico entre Moscou, Beijim e Nova Delhi. Os três países desde então vêm trabalhando no aprofundamento de suas relações bilaterais, mas mantendo distanciamento da proposta russa para uma coalizão[49], o que é compreensível: os Estados Unidos possuem relações de interdependência econômica mais estreitas com cada um deles, do que todos juntos.

---

[47] SWAINE, Michael; TELLIS, Ashley. **Interpreting China's Grand Strategy**. Santa Monica: RAND, 2000. Pg. 114

[48] WOLFE, Adam; BENDERSKY, Yevgeny; BORDONARO, Federico. 'India's Project Seabird and the Indian Ocean's Balance of Power. **Power and Interest News Report (PINR)**, 2005. Disponível em www.pinr.com. Acesso em 21/12/2005.

[49] PANT, Harsh V. The Moscow–Beijing–Delhi 'Strategic Triangle': An Idea Whose Time May Never Come. **Security Dialogue**. Vol. 35, no. 3 (September 2004): Pg. 316

Já os EUA, aliados do Paquistão desde os anos 1950, retomaram a antiga parceria estratégica com este país na guerra com o Afeganistão em 2001, forçando o Paquistão a entrar na coalizão por temerem que os extremistas islâmicos pudessem ter acesso ao arsenal nuclear paquistanês. De um modo geral, após o colapso da URSS, tanto a Índia como o Paquistão apoiaram os Estados Unidos na guerra do golfo, mas as relações Índia-EUA logo esfriaram porque o último estava mais focado em não-proliferação e direitos humanos do que em fortalecer laços com Índia, preocupação esta que segue até os atentados de 11 de setembro quando as políticas norte-americanas para a região mudaram novamente.

Deve-se considerar ainda que as relações da Índia com os Estados Unidos já haviam começado a melhorar paulatinamente logo após a imposição das sanções[50] relacionadas aos testes nucleares realizados pela Índia em 1998. Em 1999 o presidente norte americano Bill Clinton interveio a favor da Índia forçando o Paquistão à retirar suas tropas que haviam ido além da linha de controle na Cachemira, aproximando-se da cidade de Kargil, ao que se seguiu no ano 2000 de uma visita do presidente norte-americano à Índia, que retribuiu com a visita do primeiro ministro Vajpayee aos EUA, uma vez que o BJP não compartilhava do sentimento nacionalista anti-americano presente na maioria dos grupos indianos. Além disto a ruptura das relações de segurança dos Estados Unidos com o Paquistão no início dos anos 1990, somada às sanções que também foram impostas àquele país, eram suficientes para que os governantes indianos simpatizassem com os norte-americanos.

Quando George W. Bush assumiu o poder em 2001, declarou logo em seguida as intenções de intensificar a reaproximação com a Índia. As prováveis razões se dariam por conta do equilíbrio de poder na Ásia que a Índia pode oferecer em relação à China[51] e à

---

[50] Baseadas na seção 102 do "*Arms Export Control Act*" impunham restrições totais à qualquer tipo de ajuda não-humanitária para o Paquistão e a Índia.

[51] Não são somente os Estados Unidos são adeptos desta idéia. Os próprios asiáticos ao chamar a Índia para participar do Asean Regional Forum em 1996 tiveram a intenção de contrabalancear a China, o que para a Índia foi uma grande oportunidade de sair do isolamento do Sul da Ásia e melhorar sua posição no supercomplexo asiático (Buzan, Barry; Waever, Ole. *op. cit.,* Capítulo 4).

impressão positiva que o país causa em função de sua enorme democracia, além da oportunidade comercial que se apresentava pela abertura do mercado indiano em 1991 (ponto que será tratado a seguir).

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a Índia respondeu rapidamente e ofereceu pronto auxílio aos Estados Unidos, não somente como uma oportunidade para ofuscar a relação norte-americana com o Paquistão, como também por um sentimento solidário em função de ser vítima constante de ataques terroristas derivados de seus conflitos étnico-raciais internos. A guerra ao terrorismo é para Kux[52] o ponto principal na mudança de atitude dos EUA em relação à Índia. Imediatamente após os ataques, os EUA retiraram as sanções aplicadas em 1998, contentando-se com a assinatura de uma moratória para testes nucleares, além de afrouxarem os controles de exportação de tecnologias-duais[53] para o país.

A cooperação tecnológica entre os dois países vem em um crescendo contínuo desde então, apesar do apoio bélico concomitante dos Estados Unidos ao Paquistão[54]. Em 2006 a Índia assinou um acordo com os EUA para cooperação tecnológica nuclear para fins civis, ainda que a Índia não tenha assinado o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, como havia exigido o ex-presidente Clinton na sua lista de cinco *benchmarks* aprovada no Conselho de Segurança da ONU em 1998.

Mesmo apresentando-se de maneira multi-direcionada, para Wolfe e Bordonaro, as parcerias estratégicas da Índia:

> [...] não têm a intenção de desafiar os Estados Unidos diretamente, mas sim obter poder econômico, tecnológico e militar rapidamente. Sendo assim a estratégia indiana não é contraditória. Pelo contrário, é uma política sofisticada com o fim de criar um balanço de poder necessário no seu ambiente para se concentrar nas questões econômicas tecnológicas e militares indispensáveis à sua emergência como poder mundial[55].

---

[52] KUX, Dennis. India's Fine Balance. **Foreign Affairs**. New York: May/Jun 2002.Vol.81, Iss. 3; pg. 93

[53] Que servem tanto para propósitos civis quanto militares.

[54] KRONSTADT, Alan. India-U.S. Relations. **CRS Issue Brief for Congress**. Congressional Research Service. Washington: The Library of Congress, 2005. Disponível em: www.fpc.state.gov. Acesso em 18/12/2005

[55] WOLFE, Adam; BENDERSKY, Yevgeny; BORDONARO, Federico. 'India's Project Seabird and the Indian Ocean's Balance of Power. **Power and Interest News Report (PINR)**, 2005. Disponível em www.pinr.com. Acesso em 21/12/2005.

As relações acima apresentadas são importantes para o entendimento do projeto indiano de tornar-se uma potência mundial, sonho agora muito mais próximo após o acordo nuclear com os Estados Unidos. Para alguns políticos indianos, como a ala extremista do BJP, a necessidade de afirmar a Índia internacionalmente é conseqüência lógica da superioridade do hinduísmo, em uma interpretação um tanto distorcida do *dharma* indiano (lei natural)[56]. Outro exemplo de auto-imagem distorcida é o denotado no posicionamento de muitos cientistas políticos indianos, que atribuem à Índia um papel "decisivo" na política mundial do período da Guerra Fria e ainda complementam alegando que o não reconhecimento da Índia como grande potência é parte de uma política injusta para contenção do país, refletida na recusa em conceder-lhe o merecido reconhecimento. Este argumento, para M. Ahrari[57], reflete um forte discurso moralista sobre as injustiças do mundo, sem que haja, entretanto, respaldo econômico ou militar. Esta postura ignora, ainda, que no período (durante a Guerra Fria) a Índia era, quando muito, um poder de nível médio.

A economia indiana

Além dos aspectos políticos e securitários elencados anteriormente, para um melhor entendimento da progressão no relacionamento entre Brasil e Índia, faz-se apropriada uma digressão que abarque também, em termos amplos, o desenvolvimento econômico pós-independência daquele país asiático.

Em 1947, ao saírem da Índia, os ingleses deixaram para trás uma das regiões mais pobres do planeta, sem perspectivas de industrialização. A respeito da dominação britânica na Índia, disse Karl Marx[58]: "*O despotismo europeu, somado pela Companhia Britânica das*

---

[56] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 206]** 02 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Declarações do Primeiro Ministro. Pg 1.
[57] AHRARI, M. Ehsan. India's Great Leap Forward. **Security Dialogue** v. 35**.** 2004. Pg 210
[58] MARX, Karl. A Dominação Britânica na India. **New York Daily Tribune**. New York, 25 jun. 1853.

Índias Orientais ao despotismo asiático, forma uma combinação mais monstruosa do que os monstros sagrados que nos apavoram no templo de Salsette."

Constava também de seu legado várias benfeitorias, como um bem estruturado sistema governamental e a gigantesca malha ferroviária indiana. Entretanto, mesmo antes de obter sua independência, os indianos já haviam começado a planejar o seu futuro e escolheram como via de desenvolvimento o caminho da alta intervenção estatal. Os indianos foram inspirados pelo sucesso da União Soviética, e até mesmo pela Alemanha nazista, como exemplos positivos de economias atreladas a um Estado interveniente. O modelo de desenvolvimento adotado pela Índia foi, em grande parte, derivado da percepção negativa construída em relação ao controle estrangeiro após 128 anos de dominação inglesa. Para eles, mercados abertos eram arranjos econômicos impostos pelos colonizadores em prol de benefícios unilaterais[59].

Jawaharlal Nehru foi o arquiteto de uma doutrina que vigorou por muitos anos, determinando os rumos da política indiana. O modelo "Nehruniano", baseado na auto-suficiência, autarquização e na economia fechada de planificação estatal, caracterizava-se por uma estratégia econômica que visava à independência através da industrialização com alta intervenção estatal e substituição de importações, desenvolvimento de ciência e tecnologia para obtenção de autonomia estratégica além de uma política externa independente[60] e da adoção de um socialismo Fabiano[61] como guia para as reformas institucionais[62].

---

[59] SRINIVASAN, T.N; TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the world economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003. Pg. 62

[60] AHRARI, M. Ehsan. India's Great Leap Forward. **Security Dialogue** v. 35**.** 2004. Pg 209

[61] Assim se referem alguns autores à Índia porque muitas das idéias de Nehru estavam baseadas no Socialismo Fabiano inglês do início do século XX, que tinha como objetivo a busca dos ideais socialistas por meios graduais e reformistas, em contraste com os meios revolucionários propostos pelo marxismo.

[62] THAKUR, Ramesh. India en el mundo. **Politica Exterior**. Madrid: Septiembre/Octubre 1997.Vol.XI, Num. 59; pg. 120

Os desdobramentos pelos quais passou a economia indiana podem ser divididos de diversas maneiras. A abordagem escolhida para ser utilizada neste trabalho é a de Srinivasan e Tendulkar [63], que periodiza a inserção internacional econômica da Índia em três fases:

• *1950-1973 Nacionalismo econômico e industrialização autárquica:* O modelo econômico seguido nesta fase era implicitamente o soviético, pois os indianos percebiam a política colonial inglesa como a maior causa do subdesenvolvimento econômico do país. O primeiro Plano Qüinqüenal realizado pelo governo indiano (1951-1956) obteve grande sucesso, pois a Índia se encontrava em situação superavitária (com grandes reservas em libras) devidas às suas exportações de grãos, tecidos, açúcar e querosene para a Inglaterra, caracterizadas como uma contribuição da ex-colônia para o esforço de guerra, ainda que internamente estes produtos estivessem sob racionamento. Além disto, as exportações indianas foram muito favorecidas pela Guerra da Coréia ocorrida entre 1950 e 1953. O segundo Plano Qüinqüenal, realizado em atmosfera de grande otimismo em 1957, se referiu a um período que não contou com as mesmas oportunidades do primeiro, promovendo um grave *crash* comercial que levou o país à adoção de um regime de controle de importações extremamente rigoroso que vingou até o início da década de 1980.

A partir de então, estes planos buscavam a expansão progressiva da estatização dos meios de produção (todos os bancos foram encampados em 1955) e o ajuste das iniciativas privadas aos planos do governo através de restrições quantitativas, o que fez surgir no país uma imensa burocracia e um espaço propício para corrupção, uma vez que qualquer investimento era sujeito a licenciamento governamental. Como efeito direto destas condições, o mercado interno indiano se tornou mal abastecido, onde se podia vender qualquer coisa a qualquer preço, pois havia demanda. As empresas nacionais, pouco competitivas, eram

---

[63] SRINIVASAN, T.N; TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the world economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003. 153 Pg.

protegidas por gigantescas tarifas de importação (que só foram reduziram significativamente em 2001, por imposição da OMC) e por um sistema de barreiras quantitativas.

• *1974-1991 Desregulação gradativa:* O colapso do sistema de Bretton Woods em 1971 e as crises do petróleo de 1973 e 1979 foram, em realidade, favoráveis à economia indiana. Em primeiro lugar, porque estas crises econômicas desvincularam a rúpia da Libra Esterlina, o que beneficiou as exportações do país e, em segundo, porque a Índia passou a exportar produtos agrícolas e mão de obra para os, a partir de então, ricos países do Golfo Pérsico (as transferências de não residentes foram por um longo período as maiores remessas privadas para o país). O superávit comercial ocasionado pelo acima exposto, permitiu maior flexibilidade na formulação das políticas econômicas, o que transformou os planos qüinqüenais em trienais e mudou o sistema de licenciamento de importações, tornando-o menos rigoroso, mas muito mais complexo. Estas mudanças caracterizaram este período como sendo de desregulação seletiva, quando muitos controles ao invés de serem extintos, foram substituídos por novos, em um pacote de medidas gradativas que contribuíram para a economia, mas não foram suficientes. A década de 1980 também foi marcada, na Índia, pelo expansionismo fiscal (acompanhado de um déficit fiscal altíssimo como conseqüência) e por instabilidade política (com a ascensão do BJP em 1989), fatores que somados ao desmantelamento da URSS, à alta de preços do petróleo devida à Guerra do Golfo de 1990 e ao balanço de pagamentos deteriorado, causaram a crise macroeconômica de 1991.

• *1991 A crise macroeconômica como ponto de virada:* Problemas de déficit fiscal, crise no balanço de pagamentos, inflação e um saldo de reservas internacionais insuficientes para sequer duas semanas de importações, foram as características principais da crise de 1991, que levou à menor taxa de crescimento já registrada do PIB indiano, de 1,3%, no período

1991/1992[64]. As causas da crise mais comumente apontadas são o fim da URSS (e juntamente com ela o fim dos acordos de permuta que a Índia possuía com este e com outros países do Leste Europeu) e o desequilíbrio macroeconômico que vinha ocorrendo desde a década de 1980. Acompanhados de sucessivos déficits fiscais, estes fatores geraram grave endividamento externo, que foi agravado pelo choque do petróleo ocorrido durante a crise do Golfo de 1990, que mesmo sendo pequeno, impactou desproporcionalmente a economia indiana[65]. Para alguns autores como Sunanda Sen[66], a abertura econômica já vinha ocorrendo desde a metade da década de 1980 quando se iniciaram propostas para liberalização das importações no país, embora o lançamento formal das reformas econômicas tenha ocorrido somente no ano de 1991, quando o Partido do Congresso reassumiu o poder, tendo como primeiro ministro Narasimha Rao (1991-1996), e lançou o "New Economic Policy"[67].

A partir de então a Índia adotou uma roupagem que mesclava a identidade Hindu com inclinações pró-ocidentais[68]. Os indianos entenderam ser impossível manter, ao mesmo tempo, taxas elevadas de crescimento econômico e uma economia fechada de planificação estatal. A crise de 1991 brindou os governantes de ímpeto, criando oportunidade para as reformas, sendo que a desregulação gradativa da década de 1980 fez com que mais mudanças fossem politicamente aceitáveis:

---

[64] Durante a década de 1950, o crescimento médio do PIB indiano foi de 3,9%, similarmente aos resultados obtidos nas décadas de 1960 (3,7%) e 1970 (3,1%). Já na década de 1980, o crescimento foi em média de 5.6%.

[65] NAYYAR, Deepak. A economia indiana na encruzilhada: ilusões e realidades. **Política Externa**. São Paulo. Dez-Jan-Fev- 1994. Vol 2 No 3. pg. 112

[66] SEN, Sunanda. A economia da Índia à sombra da globalização. In MARTINS, Carlos. **Globalização e Regionalização**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Pg 288-306.

[67] FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. **RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII. Pg. 44

[68] MOHANTY, Manoranjan. Índia: o novo pensamento estratégico. Discutindo sobre parceria e hegemonia. In MARTINS, Carlos. **Globalização: Dimensões e Alternativas**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Pg 177

> Ao final do período de 1990-91, o déficit fiscal dos governos central e estadual excedeu 9% do PIB e sérios desajustes nas contas externas foram motivo de preocupação. A crise que se seguiu acompanhada do colapso das economias centrais da União Soviética e Leste Europeu em 1991, levou à reexaminação da estratégia de desenvolvimento e do planejamento industrial centralizado associado. Além do mais, o crescimento espetacular após os anos 1960 das economias abertas do leste asiático, particularmente China após sua abertura em 1978, minaram as fundações da economia indiana de orientação interna.[69]

Durante a década de 1990 a Índia abandonou seus controles quantitativos e adotou uma ótica de mercado que visava a sua integração com a economia global, chegando a crescer 7% por três anos consecutivos, cifras recorde desde sua independência. As reformas cobriram as áreas de comércio exterior e investimentos, políticas cambiais e industriais. As restrições aos investimentos estrangeiros caíram em grande parte e as empresas indianas passaram a poder captar capital no mercado internacional. As tarifas de importação caíram durante a primeira fase de reformas – iniciada em 1991 e finalizada em 2001 – de uma média de 128% para 51%, sendo ainda as mais altas da Ásia. Dentre outras mudanças, destacam-se a queda dos subsídios para exportações, a troca de esfera de poder no que concerne às decisões de comércio exterior (conferindo a estas maior flexibilidade), a abolição de taxas de exportação para produtos minerais e agrícolas e a extinção das listas de produtos proibidos para importação.

Em relação à política cambial, a rúpia foi desvalorizada em 23% em 1991, mas somente após 1993, quando foi ligada à uma cesta de moedas, é que passou a obedecer a uma lógica de mercado. De 1947 a 1993 a rúpia havia sido desvalorizada apenas duas vezes, pois políticas cambiais não eram utilizadas para ajuste macroeconômico, e esta supervalorização da moeda indiana causou uma estagnação das exportações. A queda vertiginosa da participação indiana nas exportações mundiais de 2,2% em 1948 para 0,5% em 1983 era motivo de ressentimento entre a elite política. Durante processo de reformas econômicas esta participação subiu para

---

[69] SRINIVASAN, T.N; TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the world economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003. Pg. 135 (tradução livre do autor).

0,7% em 2000, chegando à registrar um percentual de 0,91 em 2005, com destaque para as exportações de software, que cresceram de 126 milhões em 1991 para 6,3 bilhões em 2001.

Entretanto, o sucesso na atração de capitais estrangeiros foi modesto após as reformas (ocorrendo um pico em 1997), em função de suas regulações que ainda são altamente burocráticas, da resistência das indústrias locais e da inadequação de sua estrutura legal. Os constrangimentos domésticos indianos ao investidor estrangeiro podem ser divididos entre os governamentais, representados por uma má administração fiscal, intermediação financeira, inadequação de leis trabalhistas e financeiras, e os problemas de infra-estrutura, como cortes de energia constantes, telecomunicações inadequadas e o baixo investimento em portos e ferrovias. Um déficit público de 10% do PIB e uma dívida pública de 64% tornam cada vez mais distantes os planos do governo indiano de investir em infra-estrutura.

O início da década de 1990 assiste, então, a uma radical mudança paradigmática do governo indiano representada pelo rompimento do modelo Nehruniano. A nova política de inserção compartilhava com a antiga o direito de protagonismo internacional, mas discordava em termos de atuação, sendo anteriormente de caráter coletivo e posteriormente de caráter individual, usando como mecanismo de persuasão a força e não mais os elementos éticos e morais[70]. O novo paradigma estava identificado com a liberalização econômica e a globalização, com inclinações pró-ocidentais e a adoção de postura neo-realista[71], apresentando ainda uma aproximação com os Estados Unidos.

Apesar dos muitos desafios que o governo indiano ainda terá que enfrentar a fim de adequar a estrutura da nação ao nível dos países industrializados, 2001 foi declarado como o ano no qual a primeira fase de reformas foi concluída. Após este ano, o passo mais importante dado pelo governo indiano com vistas à liberalização comercial, foi a criação das Zonas

---

[70] ZABALLA, Juan José. La India y el nuevo panorama estratégico en Asia meridional. **Politica Exterior**. Madrid: Mayo/Junio 2001.Vol.XV, Num. 81; pg. 99

[71] MOHANTY, Manoranjan. Índia: o novo pensamento estratégico. Discutindo sobre parceria e hegemonia. In MARTINS, Carlos. **Globalização: Dimensões e Alternativas**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Pg 177

Econômicas Especiais (ZEE) em 2002 (atualmente quatro já estão em funcionamento e 13 têm permissão para iniciar atividades), que terão um papel fundamental na nova política indiana de promoção de exportações e na atração de investimento externo. As empresas que operarem nas ZEEs serão beneficiadas por condições especiais, como a possibilidade de investir sem restrições no exterior, a isenção do imposto federal sobre vendas e a utilização das unidades bancárias instaladas nas zonas especiais, que são equiparadas a *overseas banking units*, podendo conceder empréstimos a taxas de juros internacionais e movimentar livremente moeda estrangeira[72].

A virada indiana

A explanação dos meandros que anteciparam a crise econômica indiana do início da década de 1990 e as reformas dela decorrentes, são de extrema importância para a presente pesquisa, a fim de salientar o deslocamento ideológico indiano, que migrou de um extremo ao outro, do isolacionismo quase total para uma integração competitiva no mercado mundial. Algumas justificativas sistêmicas podem ser atribuídas à virada promovida pela Índia. Considerando-se que, segundo Waltz[73], "*um sistema é uma asserção de que existem padrões de relações perceptíveis e variáveis-chave que podem ser discernidos sem artificialidade ou arbitrariedade*", o sistema internacional, que desde o final da segunda guerra mundial estava caracterizado por uma balança de poderes composta de duas superpotências, perde esta configuração com a extinção da URSS e, devido a isto, as unidades (Estados) em interação no mesmo, por intermédio de uma relação de interdependência com estas potências, foram afetadas pelas mudanças estruturais.

---

[72] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 648]** 19 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Assuntos Econômico-Comerciais.
[73] WALTZ, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. Pg. 67

Entende-se que a mudança estrutural no sistema internacional gerou uma forte crise interna na Índia que por sua vez respondeu à mesma através da adoção de políticas completamente opostas às anteriores nas suas relações exteriores, refletindo-se, por exemplo, no seu fluxo de comércio, que muda dos países soviéticos para os Estados Unidos, Europa e Ásia, alterando assim o padrão de inserção indiano no sistema mundial.

Considerando-se que a estrutura de um sistema, que designa um conjunto de condições constrangedoras, varia com as mudanças na distribuição das capacidades de poder entre as unidades do mesmo[74], o reajuste da postura indiana em relação à sua inserção internacional pode ser considerado como uma migração de uma formação "quase-socialista" para uma "neoliberal" (vide o liberalismo comercial[75], descrito por Lammy[76]). A adoção do liberalismo comercial causou um aumento significativo do volume de intercâmbio comercial da Índia, tendo suas exportações aumentado nominalmente em 245% entre 1990 e 2000 (de USD 18.13 bilhões para USD 44.56), e suas importações 210% (de USD 24.05 bilhões para USD 50.54) no mesmo período[77].

Para Kenneth Waltz "*As estruturas encorajam certos comportamentos e penalizam aqueles que não respondem ao encorajamento*"[78]. O rompimento indiano com uma parte importante de seu passado ideológico, justifica-se na afirmação de Waltz de que "*o único remédio para um efeito estrutural forte no nível do sistema é uma mudança estrutural no nível da unidade*"[79].

---

[74] WALTZ, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. Pg. 199

[75] Dentre as quatro maneiras em que o neoliberalismo aparece nas Relações Internacionais, o aspecto aqui considerado é o do "liberalismo comercial", que defende este como o melhor caminho para o atingimento da paz estando baseado na construção das relações entre estados de economias abertas, capitalistas e reguladas por instituições internacionais.

[76] LAMMY, Steve. Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In BAYLIS, John; SMITH, Steve (org). **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2001. Pg. 212

[77] JANE's Sentinel Security Assessment. **Country Profile: India**. Disponível em: www.janes.com. Publicado em 07/10/2004. (acesso restrito)

[78] WALTZ, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. Pg. 149

[79] WALTZ, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. Pg. 155

Para o escopo deste trabalho, o ano de 1991 (início do período a ser pesquisado), quando a Índia adota um pacote radical de reformas macroeconômicas e uma nova postura em relação ao sistema internacional, marca uma clivagem da política externa indiana, estando esta relacionada às alterações sistêmicas relacionadas com o fim da Guerra Fria. O ano de 1991 é escolhido justamente porque em razão das mudanças promovidas pela Índia em sua orientação internacional, o Brasil surge como uma alternativa de mercado e passa a ser visto de uma maneira diferenciada pelos indianos que, desde então, investem insistentemente no aprofundamento dos laços comerciais entre os dois países.

Outras considerações pertinentes

O rol de eventos – políticos, econômicos e securitários – anteriormente apontados são de grande valia para o entendimento das relações entre o Brasil e a Índia. Seu desenrolar político e econômico e o status diferenciado que goza aquele país são determinantes para a percepção de alguns padrões em sua relação com o Brasil. A Índia tem apresentado uma trajetória de desenvolvimento muito peculiar. Mesmo após quatro décadas de ostracismo o país conseguiu ingressar como um *global player* de peso na economia mundial. Mesmo apresentando falhas impensáveis de estrutura institucional e formações sociais que muito pouco contribuem para a criação sustentável de riquezas, a Índia é vista como um caso de sucesso. Mesmo após ter sido muitas vezes negada a sua condição auto-assumida de super potência, a Índia persistiu na afirmativa e colhe hoje os frutos sua insistência. São interessantes as contradições apontadas pelo jornalista Edward Luce em seu livro *In Spite of the Gods*:

> A despeito de ser uma potência nuclear, a Índia carece de infra-estrutura básica para proporcionar uma vida saudável para a maioria de seu 1,1 bilhão de habitantes. Na maior democracia do mundo, capaz de diplomar 1 milhão de engenheiros por ano, metade das mulheres é analfabeta. [...] A lista de paradoxos evidentemente vai além do caráter esquizofrênico da economia. A democracia prospera em uma dinâmica de castas; o país do histerismo nacionalista hindu é governado pelo sikh Manmohan Singh; com a China existe uma relação de competição e parceria e após o 11/9 foi forjada uma triangulação entre os EUA e os arqui-inimigos nucleares Índia e Paquistão. [...] A corrupção é endêmica no sistema judicial, com 27 milhões de processos emperrados que precisariam de 300 anos para serem solucionados. Mais de 100 dos 545 deputados indianos têm antecedentes criminais, mas possuem imunidade parlamentar - um incentivo para a carreira política. Empregos na burocracia estatal são arduamente disputados, pois ela oferece oportunidades de ouro para subornos.[80]

Para suplantar tantos problemas endêmicos, para Alagh Yoginder[81], a força da Índia residiria na ideologia com raízes no pensamento econômico de Gandhi, mais precisamente em cinco princípios básicos: (1) As necessidades devem ser limitadas; (2) A economia rural deve ter prioridade; (3) A Índia deve ser auto-suficiente e deve se opor à exploração econômica internacional; (4) A tecnologia deve ser um meio para o atingimento de objetivos sociais e econômicos e a "grande máquina" (automação) não pode ser um fim em si mesma; e (5) A economia da discriminação entre classes, entre castas, entre grupos religiosos e entre países é imoral e deve ser fortemente combatida.

Talvez os pontos fortes acima apontados, que com exceção do último são seguidos pelos governantes indianos desde a sua independência, sejam realmente os responsáveis pelo bom desempenho da Índia, vista por alguns como uma anarquia funcional[82]. De qualquer maneira, deve-se tomar como um preceito o fato de que os indianos concebem a si próprios e ao seu país sob uma ótica que valoriza suas origens e história, tornando os seus propósitos quase que inquestionáveis. O apontamento desta idiossincrasia, bem como da condescendência "ocidental" para com as contradições indianas, é importante para a presente pesquisa, pois estes fatores balizam as ações daquele país em relação ao Brasil.

---

[80] LUCE, Edward *apud* BLINDER, Caio. Um caso de anarquia funcional. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2007. Pg 28.

[81] Yoginder, Alagh. Gandhi e a economia indiana no século XXI. In: GUIMARAES, Lytton (org). **Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias**. Brasília: UNB/CEAM/NEASIA, 2003. Pg. 268.

[82] Assim se referia ao país John Kenneth Galbraith, embaixador americano sediado em Nova Delhi nos anos 1960.

2 RELAÇÕES BRASIL ÍNDIA (PRÉ 1991)

"Evite as más companhias: nunca ande a sós."
Sofocleto

A marca Portuguesa

Apesar do que se lhe atribui a história, a viagem de Pedro Álvares Cabral – a primeira realizada por portugueses que cumpriu funções em mais de um continente – tinha como fim principal a afirmação inequívoca e decisiva da presença de Portugal na Índia e, como fim secundário, o descobrimento do Brasil[83].

Após a célere viagem, que une a história dos dois países em origens tão longínquas, por muitos anos Brasil e Índia mantiveram contato comercial regular através dos navios da "Carreira da índia" que saíam do porto de Goa e de naus indianas que, mesmo "armadas em guerra", aportavam no Brasil para comercializar ilegalmente com os colonos. A primeiras relações entre Brasil e Índia foram institucionalizadas por contrabandistas, uma vez que os colonos portugueses preferiam adquirir os produtos diretamente do oriente ao invés de aguardar o seu trânsito obrigatório pelo reino para serem negociados pela "Casa da Índia" em Portugal.

---

[83] REGO, A. da Silva. **Pedro Álvares Cabral: Índia ou Brasil?** Lisboa: Centro de estudos ultramarinos, 1970. Pg. 203.

Mesmo enfrentando grandes adversidades e a despeito das multas para os infratores, que correspondiam à três vezes o valor comercializado (além de três meses de prisão), o comércio direto entre os dois países se desenvolveu durante o período colonial. Para os fiscais aduaneiros corruptos, que faziam vista grossa a tão ostensiva negociação, a pena consistia em serem açoitados publicamente com baraço (tipo de corda) e pregão para depois serem condenados a 10 anos de degredo nas galés. Apesar da severidade das penas, este comércio era tão freqüente e abundante que a coroa portuguesa determinou, ao final do século XVII, que a descarga de navios do Oriente no Brasil era permitida somente em casos de extrema necessidade. Estes navios também cumpriam a função de transportar ilegalmente o tabaco baiano para o mercado oriental, recebendo caixas de açúcar como pagamento do frete[84]. Por serem Índia e Brasil países tropicais, com enorme diversidade biológica, era forte o intercâmbio de plantas e animais úteis. Da Índia vieram o coco e as mangas, para lá foram a mandioca e o caju[85].

Mantendo-se a linha de uma remota comparação histórica, é notável o contraste entre os modelos de "passado colonial português" vivido pelas duas nações. Enquanto na Índia, no início do século XVII, ocorria uma aproximação modesta de comerciantes recém chegados a uma civilização de alta sofisticação, no Brasil tupiniquim se instalavam as capitanias hereditárias, em um exercício de pleno poder.

No processo colonizatório, de um modo geral, distinguem-se também o *status* dos dois países. Na Índia, em 1763, após 19 anos de guerra, a Inglaterra consegue expulsar os franceses. Em 1803, se aceita a supremacia inglesa[86], ponto em que, no infante Brasil, aporta a família real portuguesa. Para Fiori este paralelo se resume do seguinte modo:

---

[84] LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Edusp/Cia. Editora Nacional, v.338, 1968. (Coleção Brasiliana).

[85] SACHS, Ignacy. Brasil-Índia, valorização conjunta da biodiversidade. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 fev. 2000.

[86] Sendo que somente em 1858, a administração do país deixaria as mãos da Companhia das Índia Orientais para passar definitivamente para a Coroa Britânica.

> A Índia entra na era moderna da política e da economia mundiais como possessão britânica, quase na mesma hora em que o Brasil se inscrevia como uma economia primário-exportadora dependente do espaço econômico hegemonizado pelo capitalismo industrial inglês[87].

Após o início contraventor, as relações comerciais entre as duas colônias foram aceitas pela Coroa Portuguesa, atingindo seu apogeu entre 1783 e 1820 para se tornarem quase nulas após a independência brasileira[88]. A independência indiana foi o que permitiu a retomada do relacionamento bilateral.

A descolonização indiana e o início das relações bilaterais

Com o advento da independência indiana, as relações bilaterais entre Brasil e Índia iniciam oficialmente no momento em que o embaixador Minoo Masani apresenta suas credenciais em 1947 ao presidente Getúlio Vargas. Ao estabelecer suas missões diplomáticas na América Latina, é justamente no Rio de Janeiro, em 1948, onde a Índia inaugura sua primeira embaixada na região sul-americana.

O próximo passo significativo para o estreitamento das relações vem a ocorrer em 1968 quando, a então primeira-ministra, Indira Gandhi visita o Brasil. Entretanto, antes disto, a relação entre o Brasil e a Índia foi marcada por um evento que, embora raramente mencionado, apresentou impacto suficientemente negativo para macular o incipiente processo de reconhecimento que se desenvolvia entre as duas nações. Logo após a sua independência da coroa britânica, a Índia procurou Portugal para discutir o caso de Goa, Damão e Diu, mas este país não pensava em ceder o seu direito histórico, adquirido após quatro séculos de soberania sobre os territórios. O apego português se justificava no argumento de que Goa fora o berço do cristianismo no Oriente. Além desta "nobre razão", Portugal temia que, cedendo na

---

[87] FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. **RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII. Pg. 37.

[88] PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Exposição sobre a Índia**. In: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2006.

questão de Goa, teria que enfrentar insurgências em outras colônias que repetiriam o comportamento libertário. O Brasil imediatamente passou a dar apoio ostensivo a Portugal, como decorrência dos compromissos do *Tratado de Amizade e Consulta* que ambos haviam assinado em 1953. Em 1954, o Vice Presidente indiano S. Radhakrishnan visitou o Brasil, mas a busca por diálogo foi inútil.

O envolvimento do Brasil no caso nunca foi apenas simbólico, chegando ao ponto de este ser o "representante oficial" dos interesses portugueses junto a Índia após o rompimento das relações diplomáticas deste país com Portugal em 1955. Durante a contenda que se estendeu até o ano de 1961[89], quando a Índia – tendo esgotado o limite de sua filosofia pacifista – ocupou militarmente os territórios em disputa, o Brasil se prestou ao constrangimento de defender perante a comunidade internacional o disparatado argumento português de que Portugal não possuía colônias, mas sim "províncias ultramarinas", sendo a Índia a entidade a exercer um papel imperialista na questão. Enquanto os portugueses realizavam uma próspera prospecção de minério de ferro e manganês nos territórios em disputa, aproveitando o tempo que lhes restava, o Brasil os apoiava por razões afetivas, pura e simplesmente para cumprir uma "obrigação sentimental"[90]. Mais uma vez se ressalta que, apesar de o episódio não haver sido publicamente mencionado nestes últimos quarenta anos, certamente é ainda lembrado pelos indianos que até pouco tempo atrás, e com razão, mantinham em sua memória a imagem de um Brasil subserviente, fato salientado pelo sociólogo Mello e Souza: "*O Brasil, para o intelectual hindu médio, é um exemplo de dependência neocolonial, sem passado exemplar, sem literatura consagrada, sem produção autônoma porque sem tecnologia própria*"[91].

---

[89] BARROS, Eduardo Judas. A colonização portuguesa na Índia. In: DOPCKE, Wolfang (org.). **Crises e reconstruções: Estudos Afro-Brasileiros, Africanos e Asiáticos**. Brasília: Linha Gráfica, 1998. Pg. 241-248.
[90] GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da Fraternidade Brasil-Portugal**. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2003. Cap. VI.
[91] MELLO E SOUZA, Nelson. Relações possíveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1996.

Além do desgosto provocado aos indianos pela postura no caso da descolonização portuguesa, o Brasil conseguiu prejudicar sua imagem um pouco mais ao emitir um decreto em 1962, banindo as importações de material genético de origem bovina da Índia. Sabe-se que a origem do rebanho zebuíno brasileiro é 100% indiana e que daquele país dependem os criadores para a renovação genética de seu gado. Como fruto desta trapalhada o governo indiano, em represália, proibiu os seus cidadãos de exportar embriões ou espécies bovinas para o Brasil[92].

Entretanto, sem que rancores fossem notoriamente guardados por parte dos indianos em relação aos episódios já mencionados, Indira Gandhi incluiu o Brasil entre os 10 países latino-americanos que visitou em 1968. A primeira-ministra indiana declarou como propósito de sua viagem "conhecer pessoas que são estranhos para nós", e, em relação ao Brasil, constatou a "irmandade"[93]:

> Os elos entre Brasil e Índia foram forjados 468 anos atrás por Pedro Álvares Cabral, que partiu em busca das Índias, mas encontrou vocês. Ele velejou partindo de Portugal e chegou às suas costas antes de aportar em Calicut (...). Sua viagem através dos dois oceanos solidificou os grandes arcos que ora nos unem[94].

A viagem de Indira fora realizada com fins eleitoreiros internos, ao invés de uma vontade genuína de aproximação, idéia que se comprova no fato de que o *Acordo de Cooperação Cultural*, assinado durante a visita bilateral, nunca foi posto em prática. Os demais instrumentos assinados no mesmo ano, o potencialmente importante *Acordo sobre a Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear* (expirado em 1975) e o *Acordo de Comércio*, tampouco saíram do papel.

---

[92] A questão do boi, bem como suas conseqüências, será discutida mais detidamente a seguir.

[93] É importante salientar que o argumento de que o passado português ainda hoje aproximaria o Brasil e a Índia, pela prevalecência e permanência da língua portuguesa e do cristianismo nos territórios de Goa, Damão e Diu, é uma ilusão. Em 1998, em pleno quinto centenário da descoberta do "Caminho para as Índias" um memorial que fora erguido pelo portugueses em homenagem à Vasco da Gama, no local onde este desembarcou, foi semi-demolido pelos indianos, por ser um símbolo do colonizador. A questão foi parar no congresso daquele país e o monumento foi preservado somente pela vontade da população da pequena cidade de Kappad, em Kerala, onde o mesmo foi construído.

[94] NARAYANAN, R. India and Latin America. *in* PRASAD, Bimal. **India's foreign policy: studies in continuity and change**. New Delhi: Vikas, 1979. Pg. 284

Em 1984, o Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, reuniu-se com Indira Gandhi em Nova Delhi, onde expressou o desejo brasileiro de incrementar vínculos comerciais, culturais e tecnológicos com aquele país, além de ampliar o comércio bilateral[95]. Além disto, assinou, com o então Ministro das Relações Exteriores indiano Narasimha Rao, uma declaração conjunta expressando grave preocupação com a situação na América central, defendendo os princípios da não interferência e lamentando a ocupação norte americana em Granada. Realizou também encontros de trabalho que abordaram assuntos relacionados à área de informática, siderúrgica, petróleo e agricultura, temas que na atualidade representam peças estratégicas da cooperação entre os dois países, que muito perderam por deixar passar a oportunidade de iniciar as discussões há três décadas atrás.

Faz-se também importante o registro da visita do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Olavo Setúbal, que viajou à Índia em 1985 para um encontro com outros 60 países do "Terceiro Mundo[96]," para discutir o Sistema Global de Preferências de Comércio[97], assinando nesta ocasião o *Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia* (que entrou em vigor somente em 1990). Este acordo é uma peça chave para a cooperação em desenvolvimento em ciência e tecnologia que será discutida em parte subseqüente deste trabalho.

Anteriormente à década de 1990, período inicial da presente pesquisa, as relações bilaterais não foram muito além disto, afora algumas malfadadas intenções de aproximação, como quando o presidente José Sarney anunciou à imprensa em 1988 que faria uma visita à Índia naquele ano[98]. Em suma, até o início da década de 1990 as relações entre os dois países

---

[95] A ÍNDIA, o Brasil e a América Central. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1984.
[96] Assim chamados os atuais "países em desenvolvimento" à época.
[97] ÍNDIA e Brasil assinam o acordo tecnológico. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 jul. 1985.
[98] FERRARI, Cristiane. Intercâmbio Brasil/Índia é marcado pelo desequilíbrio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1988.

eram tão esparsas que em 1990 a colônia brasileira na Índia era formada por apenas 55 cidadãos[99].

A corrente de comércio

Apesar da crença cultivada pela diplomacia brasileira na década de 1980, de que *"a Índia está entre os poucos países que, enfatizando sua posição terceiro-mundista, dão preferência aos parceiros subdesenvolvidos ou em desenvolvimento em todo o tipo de negócios[100]"*, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia, antes de 1991 e, mais precisamente, até o ano 2000 nunca foi significativo, como se pode perceber no gráfico abaixo:

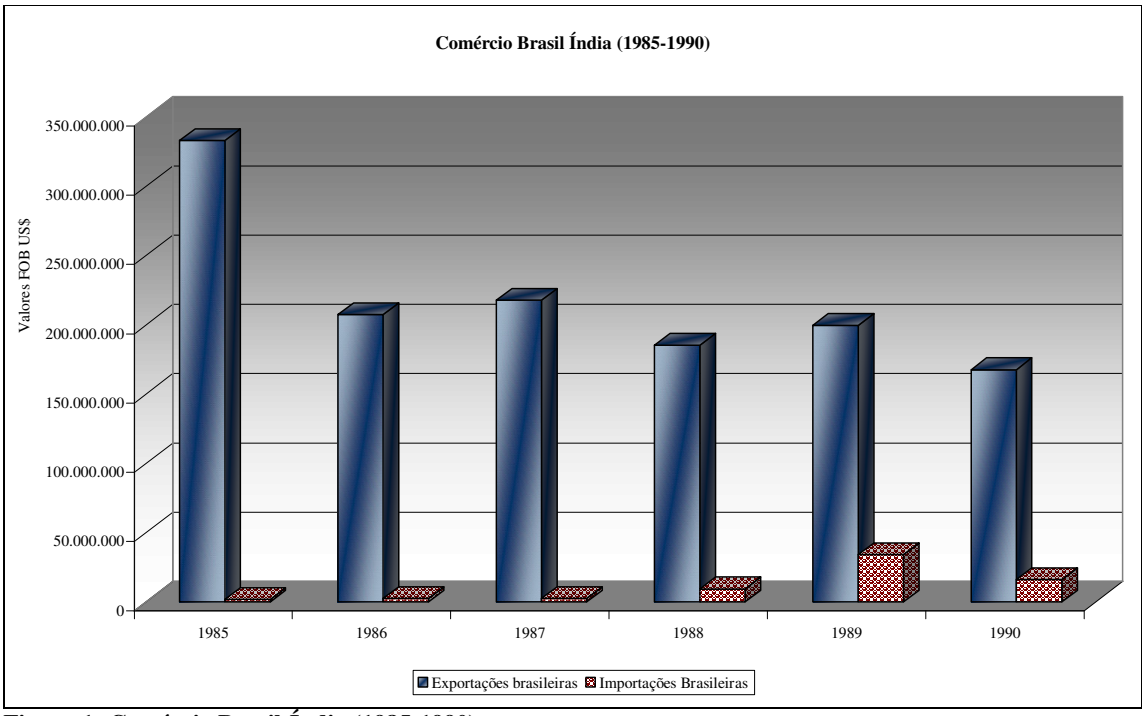

Figura 1: Comércio Brasil-Índia (1985-1990)
Fonte: MDIC

[99] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 373]** 17 nov. 1990, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Dados sobre a colônia brasileira no exterior.
[100] CHACON, Sérgio. Mercado Indiano atrai empresas brasileiras. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 1983.

À época representada na Figura 1, os desestímulos ao comércio bilateral eram muitos. Além de uma pauta comercial muito pouco diversificada, durante a década de 1980 o desequilíbrio comercial entre o Brasil e a Índia era considerado um dos maiores do mundo: o Itamaraty estimava que para cada 150 milhões de dólares que o Brasil exportava, importava apenas um milhão. Os exportadores brasileiros atribuíam à política de substituição de importações do Brasil o motivo principal da desproporcionalidade na corrente de comércio, enquanto que o Itamaraty alegava como justificativa que as duas economias simplesmente não eram complementares[101].

O único esforço governamental com vistas ao aumento do intercâmbio comercial detectado pela presente pesquisa, foram as participações do Brasil (tanto representado pela embaixada na Índia, quanto por seu setor empresarial) na *India International Trade Fair*, iniciadas em 1982, na terceira edição do evento. Até o início da década de 1990, quando a Índia adotou uma postura mais agressiva em relação à sua inserção econômica internacional, esta feira anual era o principal, senão o único[102], mecanismo que o governo indiano utilizava para a realização de negócios internacionais. Em 1983, as cinco empresas que participaram da feira (Cotia Trading, Amianto S/A, Villares, Interbrás e Oxiteno) representavam apropriadamente o tipo de comércio que o Brasil realizava com aquele país, estando este caracterizado por uma pauta de exportações estreita, basicamente constituída por matérias-primas para a indústria química, além de minérios (aço, ferro-gusa e amianto)[103].

---

[101] FERRARI, Cristiane. Intercâmbio Brasil/Índia é marcado pelo desequilíbrio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1988.

[102] Apesar de sua importância, a "India International Trade Fair" vem sendo tradicionalmente sub-explorada pelo Brasil. A participação brasileira neste evento de negócios é realizada de maneira proforma, no sentido de que a Embaixada brasileira posta-se em um estande com o material que, fortuitamente, o empresariado brasileiro para lá envia a cada ano.

[103] CHACON, Sérgio. Mercado Indiano atrai empresas brasileiras. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 1983.

A presença nos fóruns

Como um importante aspecto do relacionamento Brasil-Índia até o início da década de 1990, deve ser abordada a similitude do comportamento destes dois Estados nos diferentes fóruns ou movimentos multilaterais.

A assiduidade brasileira no Movimento dos Não-Alinhados, mesmo enquanto observador, é de grande relevância, por ser a Índia um de seus principais líderes. Na 2ª Conferência de Cúpula do movimento, em 1961, haviam apenas cinco membros, mas o Brasil já estava presente. Destaca-se que em 1986, na conferência de Harare, no Zimbábue, onde mais de 100 países se faziam representar, o governo indiano cogitou pedir ao Brasil que este ingressasse no MNA como uma tentativa, da parte dos países em desenvolvimento não-comunistas, para atenuar a força que países mais radicais – porém sem nenhuma expressão territorial ou populacional – tinham dentro do movimento. O convite nunca chegou a ser oficializado, mas fez com que Itamaraty fincasse ainda mais os pés em cima do muro, declarando que "*o Brasil não vê essa idéia com nenhuma simpatia. O país não tem nada a ganhar, mas pode perder se tomar uma decisão dessa natureza. Somos observadores do movimento e essa condição satisfaz aos nossos interesses*"[104]. O muro era, em realidade, o único lugar para o Brasil no MNA, dentre outras razões por ser este um movimento liderado por países "nem tão desalinhados" como a Índia, que em 1971 assinara com a URSS o *Tratado de Paz, Amizade e Cooperação*.

No ambiente multilateral da ONU (Organização das Nações Unidas), entretanto, Brasil e Índia estiveram historicamente em um mesmo compasso. O fato de que os votos de ambos os países nas Assembléias Gerais da ONU, dentre outros organismos, costumeiramente coincidem, já é quase que um jargão das ciências políticas. Esta sincronicidade involuntária,

---

[104] NETTO, Humberto. Índia quer o Brasil nos Não alinhados. **Jornal de Brasília**, Brasília, 09 nov. 1986.

atribuída ao fato de que suas características semelhantes os levaria a conclamar as mesmas necessidades, é em parte explicada no seguinte comentário do ex-chanceler Luiz Felipe Lampréia:

> No plano multilateral, a condição compartilhada de grande país em desenvolvimento e o empenho comum em ampliar espaços de atuação na cena internacional, entre outros fatores, levaram a que Brasil e Índia adotassem, muitas vezes de maneira espontânea[105], posições convergentes ou similares.[106]

A aproximação: paralelismos no desenvolvimento econômico como vetores de convergência

Se, como visto anteriormente, sob os pontos de vista histórico, diplomático ou comercial não haviam eventos de grande relevo na história do relacionamento bilateral, na esfera econômica Brasil e Índia por vezes trilharam os mesmos caminhos na busca pelo desenvolvimento.

Em relação aos processos de industrialização adotados pelos dois países pode-se apontar certa semelhança entre a planificação estatal indiana, tendo esta como objetivo atingir o maior nível de auto-suficiência possível (mentalidade vigente até a abertura econômica de 1991), e a opção brasileira pelo investimento estatal, coerente com a concepção de nacional-desenvolvimentismo. O modelo de desenvolvimento econômico comum ao Brasil e à Índia, conhecido por substituição de importações, era baseado em grandes investimentos nas chamadas indústrias pesadas, com amplo apoio e interveniência do estado em termos de

---

[105] Verdade ou não, corre à boca pequena que, durante a Guerra Fria, os diplomatas brasileiros eram instruídos a seguir os votos dos americanos na Assembléia Geral da ONU. Acrescenta-se, "à letra pequena", que seguia-se à esta instrução a seguinte observação: "se o americano não estiver, sigam o indiano".

[106] LAMPRÉIA, Luiz Felipe. Liderança em desenvolvimento. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 mai. 1998. Pg.12.

estímulos fiscais, de proteção tarifária, ou ainda, de controle nos níveis de preços[107]. Corrobora com esta idéia, o indiano Kirit Parikh:

> A estratégia indiana para o desenvolvimento e a industrialização tem algumas semelhanças com a estratégia brasileira. Os dois países partiram de uma ênfase na substituição de importações que criou proteção para as indústrias nacionais[108].

No pós Guerra Fria, as mudanças ocorridas no sistema mundial possibilitam que países que anteriormente não ocupavam espaços relevantes se reposicionassem. Ao mesmo tempo em que, segundo o Secretário de Comércio Exterior brasileiro, Maurício Cortes Costa:

> [...] uma combinação de perda de produtividade, decréscimo de investimentos, pressão inflacionária e desequilíbrio fiscal acabara caracterizando, na década de 80, um quadro de esgotamento desse modelo econômico em ambos os países. Brasil e Índia, coincidentemente, rompem com o modelo em princípios dos anos 90, iniciando um novo paralelismo[109].

A convergência de tendências liberalizantes comuns aos dois países, somadas à mudança de paradigma de inserção da Índia, causada pela falência do modelo de "pseudo auto-suficiência" fez com que o país abandonasse a insularidade e que, em busca de uma maior integração, alterasse a sua postura em relação à América Latina e, consequentemente, ao Brasil. As ambições indianas decorrentes da nova roupagem ideológica em parte derivaram da necessidade imposta pela nova ordem sistêmica, onde a abertura de mercados e competição eram condições *sine qua non* para o crescimento econômico, e ainda da pretensa predestinação indiana à uma posição de super potência, influente e bem articulada perante as maiores economias. O Brasil reunia todas as características necessárias para fazer as vezes de parceiro ideal, satisfazendo ambas as aspirações indianas.

Em 1990 o governo indiano, atento ao mercado potencial que o Brasil poderia representar, enviou o seu Ministro do Transporte Terrestre e Comunicações, com o fim de prospectar o interesse brasileiro na tecnologia indiana de construção de ferrovias, além de haver enviado em missão ao Brasil o próprio Ministro do Comércio. Logo após estas visitas

---

[107] CORTES COSTA, Maurício. Desafios comuns. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 22 jan. 1996.
[108] PARIKH, Kirit. A Índia e o Brasil num mundo em vias de globalização: vários interesses comuns. *in*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Estratégias india e Brasil. IPRI: Brasília,1997. Pg. 262
[109] CORTES COSTA, Maurício. Desafios comuns. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 22 jan. 1996.

ocorre, na Índia, a crise econômica de 1991, onde é lançado um importante pacote de reformas. Este é ponto inicial da pesquisa, em função de que após estas medidas radicais, a Índia estava "oficialmente lançada" no mercado mundial.

É neste contexto que surge, no período de 1991-1995, a primeira fase do relacionamento Brasil-Índia, dentre as quatro que trata o presente trabalho. Como característica principal do período, observa-se um crescente interesse da Índia pelo Brasil, enquanto parceiro comercial e apoiador político. Outras razões, pelas quais a Índia cortejou o Brasil, no sentido de buscar uma aliança, podem ainda ser mencionadas, como a apontada por Varun Sahni[110]:

> Mesmo na era da interação global, a América Latina é a única região do mundo que ainda não conhece a Índia. Esta escassez de conhecimento, entretanto, pode se transformar em uma vantagem para a Índia. A falta de interação com a América Latina faz com que esta seja a única região no mundo onde a Índia e os indianos tenham uma imagem geralmente benigna e positiva[111].

---

[110] No original: *Even in the age of global interaction, Latin America is the one region in the world that still does not know India. This paucity of knowledge, however, can be turned to India's advantage. The lack of interaction with Latin America makes it the only region in the world in which India and Indians have a generally benign and positive image*.

[111] SAHNI, Varun. India and Latin America. In: MANSINGH, Lalit (org) et all. **Indian Foreign Policy: Agenda for the 21st Century**. Vol 2. New Delhi: Konark, 1997. Pg. 78.

3 A ÍNDIA CORTEJA O BRASIL (1991-1995)

"Quem começou, tem metade da obra executada."
Horacio

O ano de 1991 marca a mudança do paradigma indiano de inserção internacional devido ao lançamento do *New Economic Policy* que, como visto no Capítulo 1, se tratava de um pacote radical de reformas macroeconômicas que atendia à necessidade de integração competitiva da Índia no mercado mundial. A nova dinâmica do sistema internacional, bem como a série de problemas macroeconômicos recorrentes, anteriormente apontados, levaram a Índia a um novo posicionamento, apenas em parte voluntário. A partir deste ano, os fatos empíricos pesquisados corroboram para a divisão das relações indo-brasileiras em quatro fases bem diferenciadas, sendo a primeira correspondente ao período de 1991 à 1995.

A primeira fase se caracteriza pelo surgimento do interesse indiano em relação ao Brasil, pois aquele país fora compelido a abandonar o isolacionismo cultivado por muitos anos, tendo assim que ampliar o escopo de suas relações internacionais. Diante das novas exigências, a Índia adotou uma postura "globalista" que não permitiu que, na adoção de suas estratégias, nenhuma parte do planeta fosse esquecida e, neste sentido, o interesse principal no estreitamento das relações bilaterais aqui estudadas se comprovou ser indiano. Entendendo-se, então, que o novo posicionamento internacional indiano foi a origem do interesse pelo Brasil, caberia neste aspecto o detalhamento dos desenlaces comerciais ocorridos na Índia na década de 1990.

A mudança de atitude – por parte da Índia, em relação ao Brasil – aqui defendida, é justificada, conforme demonstrado nas figuras abaixo, por alterações radicais no fluxo comercial indiano após o desmantelamento da URSS, idéia à qual contribuiu o ex-embaixador brasileiro, Luiz Felipe Macedo Soares:

> As exportações da Índia para a URSS caíram pela metade entre 1985 e 1991, mas não é só a perda de um grande mercado preferencial que conduz os exportadores indianos para as nossas praias. As reformas econômicas iniciadas em 1991 levaram a um grande aumento do comercio exterior indiano.[112]

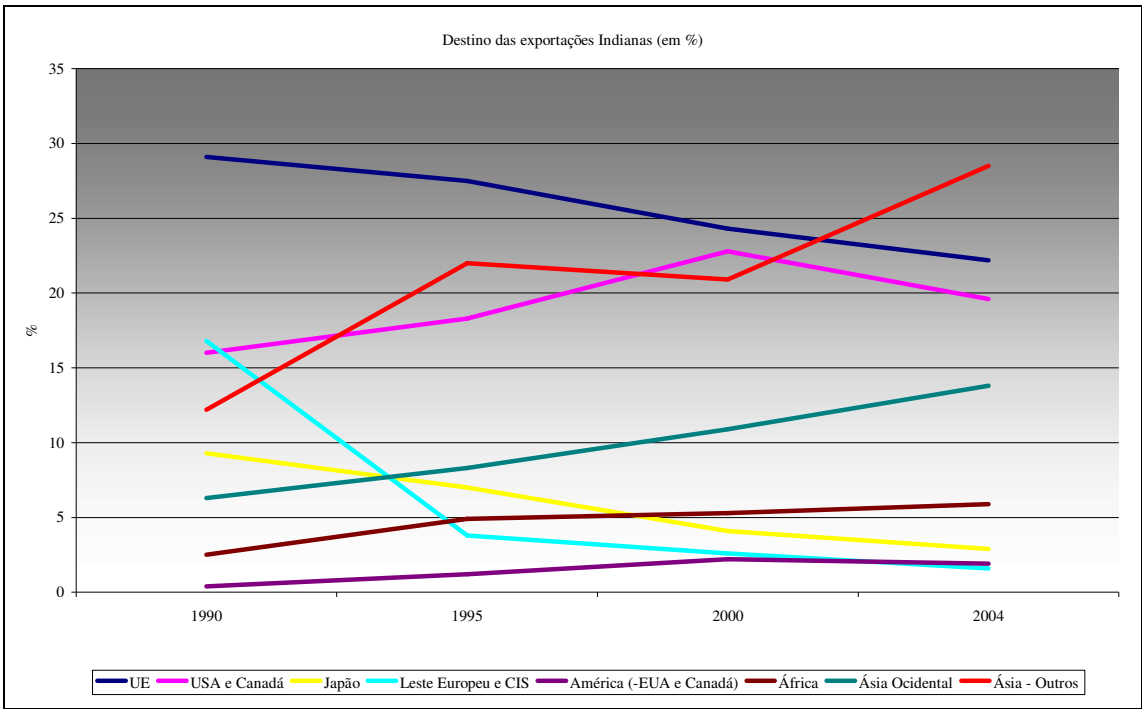

Figura 2: Destino das Exportações Indianas (1990-2004)[113]
Fonte: UNCTAD

[112] MACEDO SOARES, Luiz Felipe. A Índia está aqui. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 06 nov. 1996. Pg. 18.
[113] O ano fiscal na Índia inicia-se em 1º de abril e termina em 31 de março do ano seguinte. Na presente pesquisa, quando necessária a comparação com o Brasil, os dados foram transformados para o padrão brasileiro.

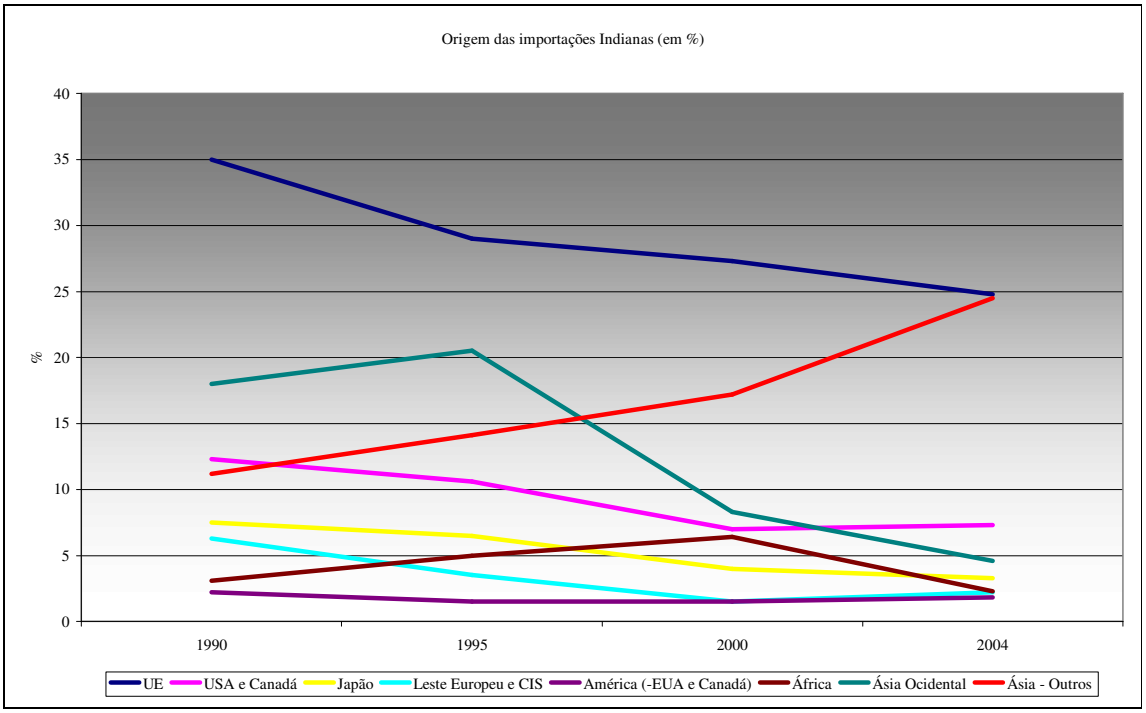

Figura 3: Origem das Importações Indianas (1990-2004)
Fonte: UNCTAD

Embora visualmente simples, cada uma das linhas das Figuras 2 e 3 implica em uma série de eventos um tanto complexos. Primeiramente o afastamento comercial generalizado em relação à União Européia, uma vez que a nova política indiana tinha como premissa a diversificação do fluxo de comércio exterior, a fim de evitar concentrações que pudessem gerar dependência, bem como tinha como objetivo dirimir o ônus de perder alguns mercados (europeus) que se fechavam em protecionismo, apesar da retórica liberal. A importância do bloco soviético cai vertiginosamente em uma curva que parece progredir na medida em que a Índia expande seus negócios mundialmente, apesar de a Índia ter ingressado no século XXI tendo a Rússia como um importante fornecedor de armamentos.

Os Estados Unidos e o Canadá aumentam modestamente suas importações da Índia, mas perdem parte de seu mercado, provavelmente frente à competitividade de produtos provenientes do Leste Asiático. A importância dos EUA nesta nova fase, entretanto, é

fundamental e reside basicamente no apoio político conferido à Índia após o "11 de setembro". A importância comercial do Japão também declina frente às novas possibilidades.

Na Figura 3 percebe-se que a Índia investiu na promoção de suas exportações para os países do oriente médio[114], apesar de ter diminuído drasticamente sua dependência do petróleo oriundo dali. Já o leste asiático aponta um movimento interessante. Em relação às exportações indianas entre 1995 e 2000 ocorre um declínio no interesse pelas mesmas nesta região, provavelmente em função de questões securitárias, sendo este um período hostil, marcado pelos testes nucleares de 1998. As compras indianas destes países, contudo, são as que compensam a queda de todos os outros, confirmando assim a tendência de "reasianização", principalmente após o ano 2000.

As relações comerciais com a África são impulsionadas no início da década pelo fim das sanções relativas ao Apartheid, mas logo se estabilizam, sendo que em relação às importações indianas, são provavelmente substituídas pelo fornecimento mais competitivo do leste asiático. Por último, resta a análise do que corresponde ser a América Latina[115], sendo que o aumento das vendas indianas em 2000 comprova o sucesso que o país alcançou em forjar relações comerciais com países com os quais não possuía nenhum histórico. A recíproca, entretanto, não é verdadeira, pois a Índia não parece se preocupar em buscar suprir suas necessidades importando destes mercados.

Apesar de pouco significativo em termos gerais, o intercâmbio comercial com a América Latina deve ser examinado mais detidamente, devido ao foco do presente trabalho. O gráfico abaixo trata apenas do período mais recente, mas é ilustrativo no sentido de demonstrar a importância do Brasil que, apesar de ter sido suplantando temporariamente pelo México em 2003[116], destaca-se nos demais anos. As considerações comerciais iniciam as

---

[114] A nomenclatura de Ásia Ocidental, corresponde conforme as Nações Unidas, aos países do oriente médio.
[115] No gráfico: *América (- EUA e Canadá)*
[116] Neste ano a Índia prestou um grande volume de serviços para o México, representado basicamente na produção de softwares.

discussões da primeira fase das relações bilaterais, pois o que incitou a Índia à se aproximar da América Latina, foi justamente a necessidade de novos mercados, empreitada para a qual o governo indiano não mediu esforços.

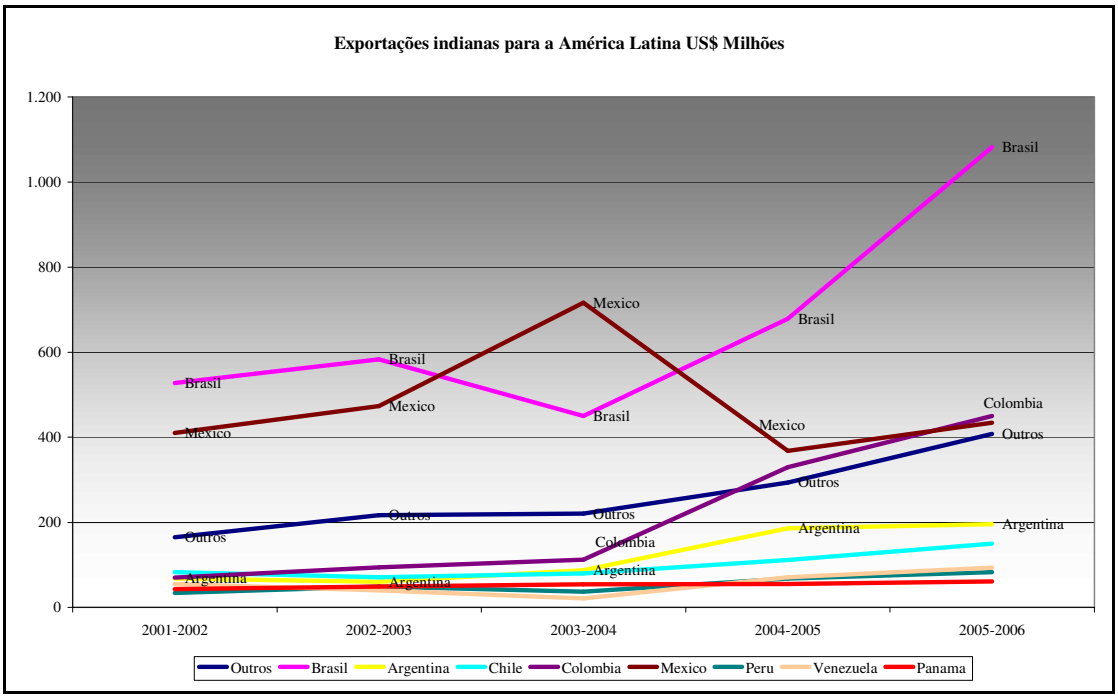

Figura 4: Exportações Indianas para a América Latina (em milhões de dólares)
Fonte: Governo indiano.

O término das sanções impostas à África do Sul por seu regime de *Apartheid* foi também um fator importante na viabilização do estreitamento das relações entre o Brasil e a Índia, por possibilitar economia no transporte de cargas e pessoas. Mesmo não havendo uma estrutura de transporte que possibilitasse linhas diretas marítimas ou aéreas entre os dois países, os portos e aeroportos africanos puderam ser utilizados, através de sistemas de transbordo ou escalas, como uma rota alternativa para a América Latina. Anteriormente ao fim do Apartheid, já haviam empresas que serviam ao propósito de transporte entre o Brasil e a Índia, como a Transatlantic Carriers, a Thames Shipping, a United Arab Shipping e a Coreck Maritime que realizavam viagens regulares entre os dois países[117]. Entretanto, por

[117] FERRARI, Cristiane. Intercâmbio Brasil/Índia é marcado pelo desequilíbrio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1988.

utilizarem a Europa como ponto de ligação, o custo de frete era altíssimo e, em muitos casos, proibitivo.

Assédio

Diante da situação desafiadora que se apresentava, muitos dirigentes indianos passaram a ver na América Latina uma oportunidade para recuperar a perda do espaço comercial antes ocupado pelos países do bloco soviético e o Brasil, como sendo o parceiro comercial mais importante na região, passou a receber atenção especial.

Como uma demonstração de interesse e cortesia, em 1992 o Ministro de relações Exteriores indiano, Eduardo Faleiro, comparece à posse de Fernando Collor de Mello. No mesmo ano o Primeiro Ministro indiano, Narasimha Rao, viaja ao Brasil para a ECO 92 e, apesar de não se tratar de uma visita oficial ao país, Rao fez questão de se encontrar em privado com o presidente[118] (não foi permitido acesso ao conteúdo da discussão, por se tratar de documento secreto).

Pouco a pouco iniciativas indianas das mais diversas categorias, como a delegação de empresários indianos representados pela ASSOCHAM[119], que realizou uma visita oficial ao MRE[120] em 1992, ou como uma nova[121] proposta de um convênio para a geminação das cidades de Brasília e Chandigarh (planejada por Le Corbusier), foram pontilhando o horizonte

---

[118] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício L00-D08]** 24 jul. 1992, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Notas da conversa mantida pelo presidente da republica com o primeiro ministro Narasimha Rao no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1992.

[119] A Association of Chambers of Commerce (Assocham) era uma das três agremiações empresariais mais importantes da Índia no início da década de 1990, até ser ofuscada pela ascensão da CII. Atualmente, a FICCI (Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry), mais conservadora, desenvolvimentista e protecionista, e a CII (Confederation of Indian Industries), liberal e pluralista, representam juntas, 100% do poder privado da Índia. Para maiores informações ver: SINHA, Aseema. Understanding the Rise and Transformation of Business Collective Action in India. Business and Politics. Volume 7, Issue 2, Article 2. 2005.

[120] EXTERIORES. **[Telegrama 196]** 12 mai. 1992, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Visita da delegação da Assocham ao Brasil.

[121] Em 1986, o prefeito de Bombaim havia tentado, sem sucesso, firmar um convênio para tornar as duas cidades irmãs.

brasileiro. Um Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum também foi assinado entre os dois países em 1992[122], sendo este um importante instrumento para a aproximação dos dois países, por oportunizar reuniões de consulta política anuais. As consultas se referiam ao exame da situação internacional e ao conjunto de relações dos dois países e passaram a ser realizadas anualmente a partir de 1994.

Em 1993, como uma demonstração de sério interesse, o Ministro das relações Exteriores indiano, Salman Khursheed, visita o Brasil. Na ocasião, o ministro disse em entrevista[123] que "*a Índia está em um turning-point em suas relações com a América Latina*", motivada pela reforma econômica adotada em seu país, que incluía uma abertura às exportações e ao capital estrangeiro, instrumentos estes que obrigariam o governo a se preparar para atuar em um regime de economia aberta.

Durante a visita do ministro, foi assinado o *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário*[124]. Para os indianos, detentores do 4º maior sistema ferroviário do mundo com 60.149 km de extensão, seria lógico que o Brasil, com o advento da redemocratização e da onda de privatizações, logo transferisse parte de sua logística rodoviária para este modal, muito mais econômico (o que até o presente momento ainda não ocorreu). A Índia nutria grandes esperanças de que o setor ferroviário representaria o primeiro "grande negócio" com o Brasil e, sendo assim enviou para a posse de Fernando Henrique Cardoso o Ministro das Ferrovias indiano, C.K. Jaffer Sharief.

Em 1994, o Ministério dos Assuntos Exteriores indiano funda o CLACSI (Centre for Latin American and Caribbean Studies of India). O Brasil recebe, no mesmo ano, três visitas

---

[122] A carta do embaixador indiano enviada ao Itamaraty para acerto das datas da assinatura, acenava com a seguinte "cenoura": Enclosed is a press release on India's successful launch of its first long range guided missile which you may find of interest.

[123] VARGAS, Berilo. Índia vê semelhanças com Brasil e busca aproximação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 set. 1993.

[124] Nesta mesma ocasião, um acordo entre a EMBRAPA e o ICAR deveria ter sido assinado, mas a Índia não alcançou o processamento burocrático do texto em tempo da viagem do ministro ao Brasil. Em realidade, para isto levaram mais vários anos, pois o mesmo só foi concretizado em 1995.

de nível ministerial: O Ministro da Aviação Civil e Turismo, Ghulam Nabi Azad; Ministro da Agricultura, Balram Jakhar; e Ministro da Alimentação, Ajit Singh; em três diferentes ocasiões.

Enquanto isso, em termos comerciais, a quebra na safra da cana de açúcar na Índia em 1994 ofereceu ao Brasil a oportunidade de exportar 621 milhões de dólares[125], sendo 69,8% correspondente ao açúcar e os 30% restantes ao minério de ferro e seus derivados, óleo de soja e máquinas agrícolas. Este foi o melhor resultado em mais de vinte anos, o que lançou a Índia ao terceiro lugar no ranking do mercado brasileiro na Ásia, importando 1,57% do total das exportações brasileiras, passando o Japão (com 5,72%) e a China (com 1,95%) para trás[126]. Entretanto, em 1995 o Brasil já não tinha mais motivos para comemorar. As exportações brasileiras voltaram ao nível de 1985, enquanto que as exportações indianas para o Brasil "*partiram de míseros USD 1,900 mil em 1985, para atingir mais de USD 166 milhões em 1995, tendo dobrado em relação ao ano anterior*" [127]. O fato foi provocado, segundo o então embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, pelo descaso brasileiro pelo mercado indiano – fazia vários anos que o Brasil não frequentava a *India International Trade Fair* de Nova Delhi, por exemplo.

O temor do diplomata brasileiro não era infundado, pois depois daquele ano o volume de exportações da Índia para o Brasil não parou mais de aumentar, como mostra a Figura 5:

---

[125] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 211]** 18 mai. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Açúcar. Importações indianas.
[126] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 575]** 29 dez. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Terceiro mercado asiático.
[127] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama578]** 13 jun. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Intercâmbio comercial. Pg. 1.

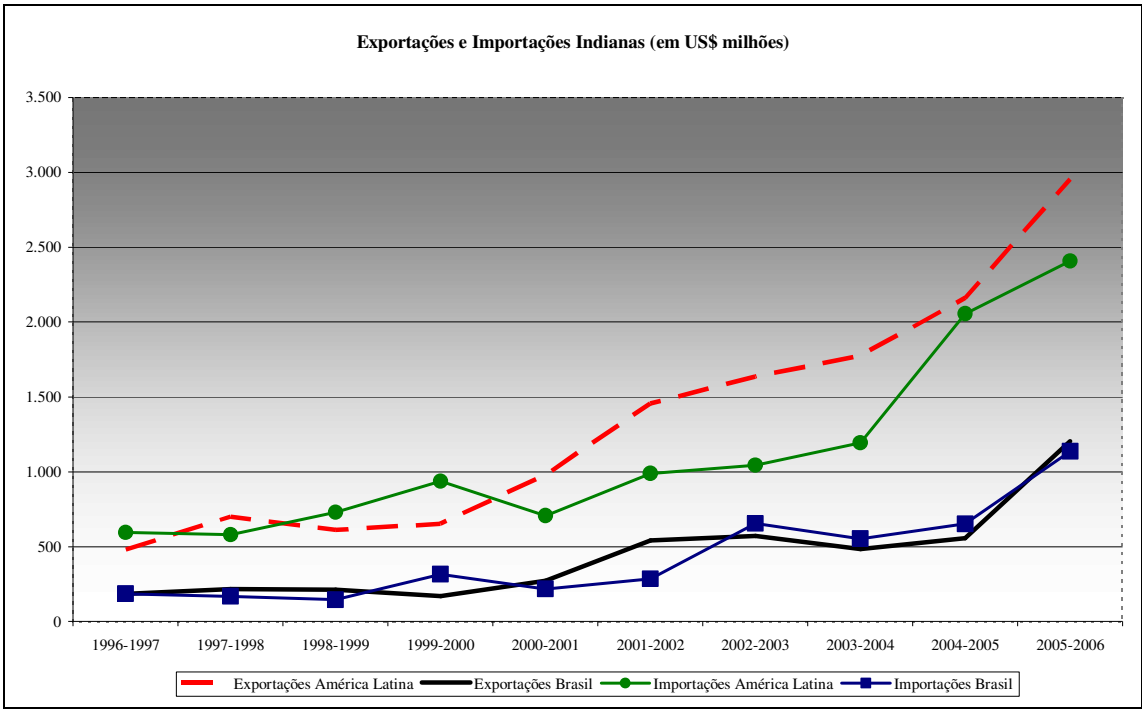

Figura 5: Exportações e Importações Indianas em milhões de dólares (1996-2006)
Fonte: Governo da Índia

Foi então, durante a primeira fase do relacionamento pós abertura econômica, que o Brasil passou a aparecer frequentemente no discurso dos dirigentes indianos. Impressionado com o potencial de negócios a serem explorados com o Brasil, Salman Khursheed declarou que "*considerava o Brasil o único país em desenvolvimento, afora a China, capaz de ombrear com a Índia*" [128]. Em consoante com o chanceler indiano, o Primeiro Ministro Rao discursou em 1995 na FICCI, dizendo que "*no período atual, a Índia tem que buscar novos parceiros e que nenhuma relação lhe parecia mais promissora do que aquela com o Brasil*"[129].

Mas nem só de retórica vivem os indianos e, como um exemplo disto, em 1995 a questão do transporte para a América Latina foi abordada de maneira bem assertiva pelo governo da Índia[130]. O *Exim Bank of India* conduziu estudos sobre o tema "Viabilidade

[128] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 344]** 09 set. 1993, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro Salman Khurshid ao Brasil. Pg. 1.
[129] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.
[130] Como será visto a seguir, apesar da prematura articulação indiana, o tema do transporte até hoje (2006) não foi solucionado.

Econômica do estabelecimento de linhas marítimas diretas entre Índia e América do Sul via África do Sul", para que fosse substituída a rota mais longa via Europa. De acordo com este estudo uma ligação via Durban reduziria em 1/3 o tempo de duração da viagem e 25% dos custos de frete. Constava também no relatório que esta redução resultaria em maior competitividade para os produtos indianos, especialmente químicos, farmacêuticos e corantes[131]. Em razão das possibilidades aventadas pelo estudo, a Índia fez com que a utilização dos portos sul africanos para o transbordo de mercadorias no intercâmbio comercial entre a Índia e os países da América do Sul fosse o tema principal da pauta da primeira reunião da Comista Índia-África do Sul[132].

Outro fator comprobatório de que o governo da Índia realmente voltara seus olhos para a América Latina, especialmente para o Brasil, era que as empresas e entidades de classe indianas passaram a acompanhar esta tendência: o número de vistos para o Brasil, autorizados em 1994, foi de 1934, enquanto que em 1995 a embaixada brasileira em Nova Delhi emitiu 2398 vistos, sendo a maior parte para empresários.

Da parte do Brasil, durante os cinco primeiros anos aqui contemplados, algumas iniciativas foram tomadas em relação ao estreitamento de laços com a Índia, embora, como característica principal, a atitude brasileira tenha sido apenas reativa. Neste sentido, visitaram a Índia, em 1992, o Ministro da Educação e Meio Ambiente brasileiro, Goldemberg; e em 1994, o Ministro da Educação brasileiro, Mauricio Hingel, e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para o G15 Summit que foi realizado em Nova Delhi.

Neste ponto, em 1996, o governo indiano convida o Presidente brasileiro a ser o único hóspede oficial para as imponentes cerimônias de sua data nacional, o que para Ronaldo Sardenberg (à época secretário de Assuntos Estratégicos da presidência da república) "*era um*

---

[131] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 068]** 03 fev. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p.Vias marítimas de conexão.

[132] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 395]** 21 jul. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comista Índia – África do Sul.

símbolo de abertura e boa disposição com relação ao nosso país e à América do Sul. Além de honroso e fraterno, o convite é um gesto altamente político e assim foi entendido e correspondido pelo governo brasileiro" [133].

Embora a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso possa ser considerada como um aceite diante das atitudes cortejantes da Índia, um ano antes, em 1995, o Ministro da Ciência e Tecnologia Brasileiro, José Israel Vargas, realizou uma importante visita à Índia. O ministro estava acompanhado também por técnicos do Ministério da Saúde: ciência, tecnologia e saúde eram os interesses brasileiros no relacionamento. Para José Israel Vargas, sua visita havia "*atingido plenamente seu propósito, sendo este o início de uma nova fase no relacionamento entre os dois países, sendo que esta mudança seria anunciada por ocasião da visita do presidente FHC em 1996*"[134].

Do GATT à OMC

Outro aspecto importante das relações indo-brasileiras é aquele relacionado ao papel de ambos nas negociações da Rodada Uruguai do GATT, *General Agreement on Tariffs and Trade,* (1986-1994), que levou à criação da OMC em 1º de janeiro de 1995. Devido ao recorte histórico do presente trabalho, o início da análise se dá a partir do final da Guerra Fria, o que restringe em relação à observação das relações multilaterais dos dois países durante o primeiro período proposto por abordar as negociações comerciais desenroladas no GATT, exatamente no meio da rodada. A opção, então, se dará pela análise do desempenho conjunto de Brasil e Índia, de uma maneira geral.

---

[133] SARDENBERG, Ronaldo. Porque a Índia. **O Globo.** Rio de Janeiro, 23 jan. 1996. Pg. 12.
[134] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 851]** 08 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro. Pg. 1.

Para Feliciano de Sá Guimarães[135] "*o Brasil e a Índia talvez tenham sido os mais importantes e decisivos países em desenvolvimento ao longo dos noves anos de negociações*" da Rodada Uruguai, sendo que "*a mudança no posicionamento brasileiro em diversos momentos da Rodada coincidiu com a posição indiana*". Em linhas gerais, os dois países também atuaram juntos, em etapa anterior à esta rodada do GATT, no G5 (Brasil, Índia. Argentina, Iugoslávia e Egito), grupo que defendia a conclusão dos impasses da rodada anterior antes que se iniciasse uma nova. Também tiveram participação na liderança do G-10, grupo que surgiu em 1982 a fim de questionar a agenda proposta pelos EUA, deixando o tema dos serviços e propriedade intelectual de fora da pauta de negociações do GATT, por ser este uma ameaça aos projetos de desenvolvimento de vários países. O resultado desta articulação foi a criação do GATS (*General Agreement on Trade in Services*), para que o tema de serviços ficasse fora da estrutura do GATT, o que diminuiria a incidência de barganhas cruzadas, além de que:

> A consistência do posicionamento do G-10 contra serviços fez com que o GATS se tornasse, no longo prazo, um acordo fraco. Muito da fragilidade do atual GATS é atribuída às salvaguardas colocadas pelos países do G-10 ao longo de toda a Rodada. Acreditamos que o próprio Final Act de Marraqueche em 1994 é indicativo da forte oposição que Brasil e Índia fizeram à liberalização do setor, pois os resultados ficaram muito aquém do esperado pelos EUA. Isso é uma prova de que os membros do G-10, mesmo com a inoperância da coalizão após a 'derrota' de 1986 conseguiram operar contra uma liberalização profunda de serviços[136].

Outro aspecto interessante apontado pelo estudo de Feliciano de Sá Guimarães se refere à existência de uma hierarquia dentre os países em desenvolvimento, sendo estes liderados pelo Brasil e pela Índia:

---

[135] GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a Política Externa Brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões**. Data de depósito (05/08/2005). 2005. 195 pg. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

[136] GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a Política Externa Brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões**. Data de depósito (da entrega). 2005. 195 pg. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005. Pg. 151.

> De acordo com Rothstein, boa parte da agenda do Sul era determinada pelos mais avançados países em desenvolvimento (Brasil e Índia). Mesmo quando ocorriam perdas por conta de determinado posicionamento nas negociações, os países em desenvolvimento mais avançados tinham geralmente os mercados assegurados entre si. [...] Desse modo, havia uma hierarquização dentro da coalizão. Os ganhos políticos da liderança eram maiores que os ganhos econômicos e davam motivação para que Brasil e Índia dessem conta de eventuais perdas com posicionamentos arriscados. A manutenção da liderança fazia parte da estratégia dos mais avançados, mesmo quando feria interesses nacionais [137].

A exemplo de seu comportamento durante a Rodada Uruguai, após o início da OMC, em 1995 o Brasil e a Índia seguiram na liderança dos países em desenvolvimento, mas desta feita em uníssono, pois suas posições passaram a ser concertadas, não mais sendo fruto de coincidências. As possibilidades abertas pelo surgimento da nova instituição foram uma importante razão para o aumento do interesse da Índia pelo Brasil, pois, conforme Debashis Chakraborty, para os indianos havia a necessidade de "*construir alianças para as negociações ocorridas no âmbito da OMC e a convergência de posições em relação a questões como o comércio de serviços, agricultura, barreiras não tarifárias e propriedade intelectual*" [138]. Ou ainda, como declarou Fernando Henrique Cardoso antes de viajar para a Índia em 1996: *"Nos fóruns internacionais Brasil e Índia sempre combinaram suas políticas e agora com um mundo em que não há mais a predominância de blocos, é possível uma maior desenvoltura nessas relações"*[139].

---

[137] GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a Política Externa Brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões**. Data de depósito (da entrega). 2005. 195 pg. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005. Pg.140.

[138] CHAKRABORTY, Debashis; et all. **Brazil as a Partner: An Indian Viewpoint**. Centre de Sciences Humaines: New Delhi, 2005. 32 Pg. Pg. 17.

[139] MESQUITA, Rodrigo. Brasil deve firmar acordo nuclear com a Índia. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p.A4 25 jan. 1996.

4 A DÉBIL RESPOSTA BRASILEIRA (1996-1999)

"É preciso, entretanto, que haja quem diga sim."
Sófocles, Antígona (palavras de Creonte)

O ano de 1996, início da segunda fase das relações Brasil-Índia, é um importante marco temporal em razão da relevância dos fatos que ocorrem a partir de então. O padrão percebido nesta fase do relacionamento bilateral representa uma nova dinâmica, estando de um lado a Índia, cada vez mais assertiva em sua aproximação com a América Latina, e do outro o Brasil, na tentativa de responder a altura. O primeiro dos eventos deste período é a visita de Fernando Henrique Cardoso à Índia.

A idéia de que as relações entre o Brasil e a Índia alçaram um novo patamar somente após a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia estado na Índia na posição de Senador em 1985 e 1986[140], é unânime entre os representantes da diplomacia brasileira[141]. A intensificação das relações com a Índia era, aliás, a consolidação de parte dos principais objetivos da política externa do governo Fernando Henrique, conforme havia anunciado o chanceler Luiz Felipe Lampreia ao elencar como prioridades da "diplomacia presidencial":

[140] LÔBO, Cristiana. Lado "belga" da Índia interessa ao Brasil. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 24 jan. 1996.
[141] Esta afirmação está baseada em inúmeras entrevistas junto ao corpo diplomático.

> [...] o processo de consolidação do Mercosul (nosso terceiro parceiro comercial depois da UE e dos EUA, com cerca de 13% do nosso comércio externo), as relações com nossos vizinhos latino-americanos e o processo de integração hemisférica, as relações com o centro dos três pólos de poder econômico mundial (os EUA, a UE e o Japão), a Ásia pacífico e os três países continentais (China, Rússia e Índia), a implantação da OMC, Direitos Humanos e Meio Ambiente, a reforma das Nações Unidas e proteção dos brasileiros no exterior[142].

Como parte das atividades que precederam a visita presidencial à Índia, em 1996 o IPRI (Instituto de Pesquisas Rio Branco) organizou o Seminário Brasil-Índia[143], que serviu para a escolha e o aprofundamento dos temas relevantes a serem tratados pelo Presidente Fernando Henrique. Dentre os pontos discutidos no encontro, destacou-se a conclusão de que: "*o Brasil e a Índia não estão necessariamente predestinados a cooperar e que qualquer iniciativa nessa direção depende de avaliação concreta e realista do potencial de cooperação num cenário mundial em constante transformação após o fim da Guerra Fria*[144]".

Ciente de que muito havia a ser feito a fim de que alguns elos de união pudessem ser forjados com a Índia, Fernado Henrique levou consigo o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas e o Chefe da Casa Militar, Alberto Cardoso.

Conforme a chancelaria brasileira, a viagem presidencial iniciou uma "*fase de deliberada construção de uma relação diversificada e intensa*" [145], sendo que o Brasil traçara como estratégia a identificação de um empreendimento de grande porte para servir de dínamo para impulsionar o intercâmbio nas outras áreas. O caso inspirador desta estratégia era particularmente a cooperação espacial com a China, assim que o Ministro da Ciência e Tecnologia precedera a comitiva presidencial a fim de identificar temas de cooperação que pudessem constar dos documentos assinados entre os líderes dos dois países durante a visita.

---

[142] EXTERIORES. **[Circular OF22271]** 09 jan. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Artigo do Ministro de Estado. Pg.1.

[143] Este seminário também originou a publicação "Estratégias Índia e Brasil", importante referencial para acadêmicos brasileiros interessados no estudo destas relações.

[144] EXTERIORES. **[Circular OF00065]** 15 jan. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Seminário do IPRI. Pg.1.

[145] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. Pg.11.

A esperança brasileira era de que a partir de uma destas áreas de cooperação pudesse surgir um "projeto-âncora", como ocorrera no caso Chinês[146].

Consoante com os objetivos anteriormente expostos, Fernando Henrique assinou durante a sua estada na Índia uma *Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica*, que reforçava a importância de que os termos do *Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1985* fossem atualizados e, para tanto, estipulava a criação de um comitê conjunto que passaria a organizar *workshops* para o desenvolvimento de tecnologias que tivessem impacto social, que pudessem ser transferidas entre os dois países e que contribuíssem na formação de *joint ventures*.

Outros organismos, no caso a CNI brasileira (Confederação Nacional da Indústria) e a FICCI (*Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry*), aproveitaram a ocasião da visita presidencial e assinaram instrumentos de cooperação, como o *Convênio de Cooperação para Transferência de Tecnologia na Formação de Mão-de-obra*, pois os indianos queriam conhecer a experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)[147]. Neste mesmo ano, uma missão da FICCI visitou o Brasil para dar início ao intercâmbio de informações.

Também foi assinada por Fernando Henrique Cardoso uma *Declaração Conjunta Brasil Índia* que, dentre outros temas, expressava a elegibilidade dos dois países para um Conselho de Segurança expandido, além de um *Memorandum de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia* que foi denunciado em 18/05/1998 em razão dos testes nucleares indianos. A visita do presidente brasileiro rendeu ainda uma declaração que estipulava a criação do Conselho Comercial Indo-Brasileiro (CCIB) – fato ocorrido somente em 2002 – e uma *Agenda Comum para o Meio*

---

[146] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.

[147] MESQUITA, Rodrigo. Criação de empregos na Índia surpreende Cardoso. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 28 jan. 1996.

Ambiente que daria respaldo à consultas sobre as respectivas posições sobre o tema, quando discutido em fóruns multilaterais (leia-se negociação do Protocolo de Kioto).

Em relação aos contatos políticos, outras visitas importantes também foram realizadas durante a segunda fase do relacionamento bilateral estudado no presente trabalho. A Primeira Dama brasileira, Ruth Cardoso, visitou a Índia em 1997, onde foi recebida pelo Presidente Sharma, pelo então Vice presidente Narayanan (que posteriormente se tornaria presidente) e pela atual líder do *Congress Party*, Sonia Gandhi, sendo a razão principal de sua viagem a troca de informações a respeito do desenvolvimento social em ambos os países.

Ainda no ano de 1997, a visita do Ministro da Agricultura indiano, Chaturanan Mishra, representou um avanço político significativo em relação a uma antiga e complicada pendência entre o Brasil e a Índia: a renovação do rebanho zebuíno brasileiro. Após a proibição de importação por parte do governo brasileiro no início da década de 1960, o contrabando de sêmen bovino da Índia foi fundamental para o enriquecimento das linhagens de Zebu (Gir, Guzerá e Nelore) que se aclimataram no Brasil, pois os sucessivos cruzamentos entre essas raças tornaram essencial recorrer ao banco genético indiano, onde as espécies foram preservadas em função do vegetarianismo[148]. O mercado negro de sêmen de embriões bovinos congelados, chamado popularmente de "nova opção"[149], é, em realidade, uma característica secular de transferência de espécies entre o Brasil e a Índia.

Um *Ajuste Complementar ao 'Acordo de Comércio' sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias* foi assinado na viagem de Chaturanan Mishra para facilitar o comércio de bens agropecuários entre os dois países, assegurando o cumprimento dos requisitos e condições zoofitossanitárias estabelecidas nas respectivas legislações, permitindo assim o estabelecimento de regras mútuas relativas a higiene e tecnologia. Apesar de ser uma formalidade importante, o respaldo para o acordo se dava pela membresia dos dois países do

---

[148] RIBEIRO, Maurício. Índia, sêmen e cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jan. 1990.
[149] CESARE, Cláudia Facchini de. Boi indiano por frango brasileiro. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 25 jan. 1996.

Escritório Internacional de Epizootias, pela *Convenção Internacional de Proteção Vegetal* da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e pelo *Acordo para Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias* da OMC. Sua função, então, era a de "*trasladar ao plano das relações bilaterais, harmonizando-as e ampliando-lhes a equivalência, normas e procedimentos já contratados multilateralmente*"[150].

Ou seja, este fora um passo relevante enquanto representou a regularização dos marcos legais para possibilitar, entre outras coisas (o acordo também abria espaço para a exportação de produtos agropecuários brasileiros) a importação do material genético bovino indiano. Contudo não era a etapa final das negociações (que se estenderam até 2005), pois a implementação tecno-burocrática representava uma esfera bem mais complexa. Sendo assim, a fim de acelerar o processo de negociação entre as entidades governamentais responsáveis pela fiscalização fitossanitária nos dois países, em 1997 foi criado no Brasil o "Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia" na Câmara dos Deputados, formado por parlamentares que possuíam, eles mesmos, ou representavam negócios na área da pecuária.

Para encerrar o rol de visitas bilaterais da segunda fase, encontra-se aquela realizada pelo Presidente indiano, Narayanan, que veio ao Brasil acompanhado do Ministro da Aviação Civil, Ananth Kumar, em 1998. Durante sua estada foram assinados dois documentos: o *Memorando de Entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Índia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países* e o *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina*.

Tanto um quanto o outro acordo, representava a formalização de intenções que há muito eram ventiladas, mas não "chegavam ao papel". Seminários na área de medicina e saúde eram planejados desde 1996 pelo Ministério da Saúde Brasileiro e pelo *Ministry of Health and*

---

[150] CARDOSO, Afonso. **[Memo DBP/159]** 10 dez. 1996, MRE, Brasília [para] MRE,Brasília. 6 p. Despacho ao Diretor Geral. Pg.1.

Family Welfare indiano, sem sucesso. Após a formalização do acordo, as tentativas continuavam a ser realizadas, mas desta feita nem "saíam do papel".

Uma das razões que pode ser apontada para a dificuldade em se dar seguimento à esta área de cooperação poderia ser a diferença de intenções dos dois governos: enquanto o Brasil estava interessado em temas como desenvolvimento de kits para diagnóstico, novas vacinas e do uso de plantas medicinais para o tratamento de uma série de doenças de ocorrência comum nos dois países, gestão de sistemas de saúde pública, vigilância epidemiológica, e normatização do registro de medicamentos, a Índia parecia buscar objetivos distintos uma vez que, como relatou a embaixadora brasileira ao mencionar os sucessivos adiamentos indianos, "*a exportação de fármacos indianos para o Brasil tem revelado, nos últimos tempos, aumento acentuado*"[151]. Já do outro acordo, que pressupunha a cooperação entre o Instituto Rio Branco e o *Foreign Service Institute of India*, simplesmente não se teve mais notícia. Ainda que não tenha havido uma contrapartida de ordem prática para a implementação destes acordos, assinados na segunda fase do relacionamento bilateral, os mesmos representaram a materialização das intenções políticas de cooperação entre o Brasil e a Índia. A tônica indiana, como comentado anteriormente, dava-se em relação ao potencial incremento da corrente comercial entre os dois países.

O investimento indiano no fomento ao comércio bilateral

Em relação à esfera comercial, após a confirmação da predisposição em cooperar, representada pela visita do presidente brasileiro, o interesse indiano pelo Brasil aumentava. Na segunda fase do período pesquisado, a Índia novamente saiu na dianteira, em termos de fomento ao relacionamento comercial. Logo após a partida de Fernando Henrique Cardoso,

[151] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 427]** 05 ago. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Seminário sobre Saúde e Medicina. Pg. 1.

periódicos indianos estampavam em suas páginas a primeira das "*prompt follow-up actions*" da visita: a abertura do Consulado indiano em São Paulo. Este seria o único consulado indiano na América Latina e representava o primeiro passo para o incremento do comércio bilateral[152].

A partir daí, o governo indiano confirmou sua estratégia de concentração de esforços no estreitamento dos laços com a América Latina a fim de dirimir o impacto do fim da Guerra Fria, que acabara com o comércio indiano com a URSS, sendo estas relações também válidas para alimentar a vontade política de diversificar a atenção anteriormente concentrada nos países da Ásia, USA e Europa. Confirmando a premissa, diplomatas indianos declararam à época que "*o Brasil é o país que mais atrai os dirigentes indianos envolvidos com política externa no continente Latino Americano, estando à frente do México, Argentina e Chile*" [153]. Além do que, os quatro países haviam sido selecionados para receber "*full attention"* (termo registrado em documento do Ministério da Economia indiano) na próxima década.

Ainda no ano de 1996, o governo indiano promoveu em São Paulo uma dispendiosa iniciativa para mostrar seus produtos aos importadores brasileiros: a *Expo India*, que contou com a presença do Ministro do Comércio indiano B.B. Ramaiah. Na feira eram esperados 80 empresários indianos que trariam produtos químicos e farmacêuticos, máquinas e ferramentas, produtos eletrônicos e de informática e bens de consumo duráveis, entre os quais veículos (bicicletas, motonetas e automóveis)[154]. Entretanto, a meta de projetar a imagem da Índia como a de um país industrializado foi ofuscada pela desorganização do evento. O que predominou foram produtos têxteis (fios e confecções), artesanato, ferramentas manuais, artigos de couro e joalherias, ao invés de produtos fabricados com tecnologia de ponta. As empresas da área de informática alugaram estandes e não compareceram. Um membro da

---

[152] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 384]** 24 abr. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Abertura de Consulado.
[153] BENITZ, Josué. Brasil receberá presidente indiano. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 5, 27 abr. 1998. Pg.05.
[154] MACEDO SOARES, Luiz Felipe. A Índia está aqui. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 06 nov. 1996.

ITPO (*India Trade Promotion Organization*), principal órgão de promoção comercial do governo indiano e responsável pela exposição, admitiu para um jornal que as empresas de informática estavam com muitos negócios com os EUA e Europa e que no momento o Brasil não era prioritário[155].

O que se poderia chamar de "displicência natural", do empresariado indiano para com o mercado brasileiro, torna ainda mais visível o esforço que realizou o governo da Índia para incentivar o comércio com a América Latina, uma vez que a partir do ano 2000 o mesmo apresentou grande sucesso, como será visto adiante.

Apesar do fracasso, para promover a Indian Exhibition, a ITPO promoveu seminários chamados "*Doing Business with Brazil*" em Bangalore (o vale do silício indiano), Nova Delhi e Mumbai. A iniciativa da feira em São Paulo foi deveras onerosa para o governo indiano que investiu consideravelmente no evento. Segundo a embaixada brasileira em Delhi: "*Uma promoção tão cara em um mercado não tradicional, como o brasileiro, oferece grande risco*[156]". Mas este risco o governo indiano estava cada vez mais disposto a correr, certo de que a longo prazo haveria um retorno.

O ano de 1997 testemunhou o surgimento de outro instrumento governamental com vistas a aumentar a presença indiana na América Latina e Caribe: o programa *Focus on Lac* (*Focus Latin America*), lançado naquele ano pela ITPO, entidade ligada ao Ministério do Comércio da Índia. Em relação ao programa, comentou o Embaixador brasileiro:

> O *Focus on Lac* representa um dos passos mais importantes do governo indiano quanto à aumentar a presença econômica deste país na América Latina e, em particular, no Brasil. Por outro lado, representa também o ponto de sofisticação e organização a que chegou a promoção econômico-comercial na Índia, que pode, inclusive, contar com o engajamento pessoal do próprio Ministro do Comércio[157].

---

[155] BERGAMASCO, Cláudia. Decepção com feira indiana. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 13 nov. 1996

[156] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 566]** 10 jun. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Participação em seminário. Pg.1.

[157] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 848]** 28 nov. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Focus on LAC. Pg.1.

A referência pessoal acima citada era feita à Omar Abdullah, Ministro de Indústria e Comércio da Índia que pode – e deve – ser mencionado como um destacado entusiasta da América Latina. Para Abdullah, este era um continente estável e próspero com um mercado de 465 milhões de pessoas distribuídas em 33 países e com um PIB de USD 2 trilhões e era sub-explorado pelo empresariado indiano, sendo que os obstáculos geralmente alegados por esta classe – distância física, os custos de frete e o idioma – eram os mesmos que enfrentavam os chineses e coreanos que, entretanto, os estavam superando com sucesso.

A América Latina era um tema recorrente nos discursos do Ministro do Comércio que insistentemente incitava os empresários indianos a adotarem uma postura mais agressiva no tocante à região, por ser este um mercado menos saturado que a Europa e os EUA. Em realidade, o interesse puramente comercial da Índia pela América Latina era eminente nas declarações dos governantes daquele país. Para o Vice-Ministro do Comércio da Índia[158], apesar do crescimento médio anual de 30%, ainda existiriam diversos campos a serem mais bem explorados como, por exemplo, produtos farmacêuticos e software, sendo que sua meta era de que as vendas crescessem 50% em 1998 e 1999. Para Vera Barroim, embaixadora brasileira em Nova Delhi: "*o interesse ostensivo do exportador indiano sem a contrapartida importadora descaracterizava a noção de 'intercâmbio comercial', transformando em via de mão única um processo que deveria beneficiar tanto a Índia quanto a América Latina*"[159].

A questão central, em relação ao papel do governo indiano no incremento do comércio bilateral, reside no estímulo constante oferecido aos empresários daquele país. O Ministério do Comércio e Indústria indiano passou a promover, desde 1996, uma série de iniciativas que visavam estimular as exportações para a América Latina, como campanhas de conscientização empresarial promovidas pelos Conselhos de Promoção de Exportações, visitas de delegações

---

[158] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 503]** 01 ago. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Comercio com a America Latina.

[159] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 794]** 06 dez. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministro do Comercio. Pg.1.

à região, participação de empresários em feiras e até mesmo reuniões semanais de interessados em expandir o comércio com o Brasil, a Argentina, o Chile e o México, a fim de identificar produtos e estratégias adequados ao mercado latino-americano.

Como um exemplo prático, pode ser citada uma delegação de 10 membros do Council for leather exports[160], que viajou para o Brasil em 1998, a fim de explorar as possibilidades de exportação de artigos de couro, bem como para procurar supridores de couro em bruto. Além desta comitiva, uma missão da FICCI (Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas) visitou o Brasil em 1996 para uma prospecção do mercado brasileiro, por conta do governo indiano. Até mesmo uma missão do *National Defense College* da Índia visitou o Brasil para sondar as possibilidades de cooperação na área de defesa, leia-se disponibilidade de armamentos para venda, fato que demonstra uma afinidade de cadência entre a retórica e a prática da política comercial indiana.

Além das causas já apontadas para o aprofundamento do interesse indiano nos mercados latino-americanos, um par de eventos ocorridos em 1998 fizeram da vontade, necessidade. O primeiro deles foi a liberação da importação de 340 produtos pelo governo indiano. Ainda que tenha perdurado a proibição generalizada para a compra de bens de consumo no exterior, o fato anunciava a vida curta das políticas de isolacionismo comercial da Índia (esta foi a primeira de muitas outras listas de produtos liberados), o que demandaria esforços ainda maiores no sentido de apaziguar possíveis déficits no balanço de pagamentos no futuro. A outra razão, com um impacto ainda maior, foi a aplicação de sanções comerciais em decorrência dos testes nucleares realizados pela Índia em maio de 1998.

---

[160] Pelo lado brasileiro, houve uma iniciativa deste tipo quando em 1997 a Câmara dos deputados aprovou a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia. Este, entretanto, era um grupo formado por agropecuários liderados pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), com interesses específicos centrados na liberação das exportações zebuínas da Índia.

Para a FIEO[161] (*Federation of Indian Export Organisations*), a concentração de esforços na América Latina era uma forma de compensar as possíveis retrações nas vendas aos países desenvolvidos, pois este era um mercado de UDS 250 bilhões anuais e a Índia participava de apenas um bilhão destas exportações, além do que a Índia comercializava com apenas 17 países da região, sendo que somente cinco destes (Brasil, Argentina, México, Chile e Colômbia) representavam 60% das vendas indianas. Os especialistas da FIEO concluíram que havia um amplo potencial para o aumento de suas exportações e que, diante das sanções econômicas que o país vinha sofrendo, era urgente que fosse explorado[162].

Em contraste com a agressividade do governo indiano na promoção de suas exportações, estava a passividade do setor privado, que ainda operava em uma lógica de alta intervenção estatal. Segundo a embaixada brasileira em Nova Delhi, no início da ofensiva comercial indiana na América Latina, empresários de diversos setores econômicos – de vestuário a autopeças – mostravam disposição de penetrar no mercado latino americano, reconhecendo sua importância e grande potencial. Contudo, ressaltavam a necessidade de apoio governamental, seja em tarefas mais rotineiras de difusão de oportunidades comerciais, seja na concessão de incentivos fiscais e financeiros. Conforme a chancelaria brasileira: "*É curioso notar que nenhum dos empresários se mostra propenso a tentar explorar o mercado latino-americano calcado em seus próprios esforços e recursos, a indicar forte dependência das empresas locais dos estímulos públicos*" [163]. E, confirmando insistente estratégia indiana:

---

[161] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 320]** 15 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Testes Nucleares. Sanções. Comércio com a América Latina.

[162] As sanções econômicas que foram aplicadas pelos Estados Unidos, Japão (importante financiador), Suécia, Dinamarca, entre outros, referiam-se basicamente ao fornecimento de material bélico e suspensão de crédito. Entretanto, mesmo não afetando diretamente as exportações indianas, as sanções exigiriam um esforço redobrado para que não ocorressem perigosos déficits no Balanço de Pagamentos daquele país. Para o governo indiano o impacto das sanções não deveria ser medido por sua quantificação em dólares, mas sim pelo "*negative sentiment against India in the international market*".

[163] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 503]** 01 ago. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Comercio com a America Latina. Pg.1.

> A explicação do vertiginoso aumento das vendas indianas ao Brasil se explica principalmente pelo vigoroso esforço de promoção de exportações empreendido em conjunto pelo governo e empresariado da Índia. Depois de tomar-se consciência da importância de nosso mercado no contexto regional, campanhas de divulgação dessas vantagens têm sido ininterruptamente levadas adiante por órgãos governamentais e privados e entre o empresariado e órgãos especializados na promoção de produtos individuais, tem promovido encontros empresariais no Brasil (vestuário, calçados), além de feiras de produtos indianos (1996-São Paulo) e da participação em feiras específicas (1998-Fenasoft).[164]

Apesar da aparente fragilidade do setor privado indiano, representada pela dependência dos "empurrões" de seu governo, o importante é que as trocas com a America Latina aumentaram mais de 200% em oito anos, passando de USD 473 milhões em 1991-1992 para USD 1,42 bilhão em 1998-1999, em função das exportações de têxteis, equipamentos e produtos de alta tecnologia – inclusive softwares – medicamentos e artesanato, tendo a Índia comprado em troca metais ferrosos e não-ferrosos, produtos químicos e materiais plásticos. Tanto fez que em 1997, a Índia apresentou o primeiro superávit na corrente de comércio com o Brasil, ao que comentou o embaixador brasileiro em Nova Delhi:

> A situação é tanto mais cheia de conseqüência, quando, de um lado constatamos que também a Índia embarcou desde 1991 num processo de abertura e que suas importações crescem de ano a ano, e, de outro, que nossas exportações, quando não engrandecidas por erráticas e inconstantes vendas de açúcar decorrentes de quebra da safra indiana, têm-se mantido praticamente inalteradas.
>
> A Índia nunca representou grande mercado para o Brasil nem foi jamais ator de monta no comércio internacional. A situação mudou. O comércio exterior indiano não fica hoje muito abaixo do Brasil e o dinamismo que registra poderá levá-lo a nos ultrapassar. Em meio a vicissitudes políticas, as reformas indianas avançam lenta, mas imperturbavelmente. E não há como não ver a dimensão do mercado.[165]

Em menção ao superávit comercial indiano, em 1997 os jornais de Nova Delhi publicaram uma entrevista do Cônsul indiano em São Paulo, na qual R. Viswanathan declarava que em dois anos a Índia estaria exportando cerca de meio bilhão de dólares para o "*latin american giant*", pois as atividades do consulado estavam ligadas sumariamente à promoção das exportações indianas, sendo que em relação à isto comentou o Cônsul: "*we are*

---

[164] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.

[165] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 136]** 13 mar. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Expansão Comercial. Pg.1.

marketing ourselves aggressively"[166]. Constata-se que o empresário indiano passara a ter uma crescente consciência do tamanho mercado brasileiro, independente da causa residir nos mais diversos estímulos governamentais.

No primeiro dos muitos anos em que o Brasil registraria déficit no comércio com a Índia, o país importou USD 230 milhões em remédios, produtos químicos, peças para bicicletas, roupas e tecidos e exportou apenas USD 166 milhões em aço, minério de ferro, óleo de soja e componentes de veículos[167]. A Índia se beneficiava por um lado de sua proatividade, representada na abertura de escritórios de representação de seus bancos (o *South Bank of India* foi o primeiro) no Brasil e, por outro lado, nas oportunidades que o mercado de transportes oferecia através do estabelecimento de linhas marítimas diretas inauguradas após o fim do apartheid (como a da United Arab Shipping) e conseqüente abertura dos portos da África do Sul, o que reduziu o trânsito das mercadorias para 22/25 dias.

Para o embaixador brasileiro, Luiz Filipe de Macedo Soares[168], a explicação para a queda das exportações brasileiras estava não apenas nas características estruturais do mercado indiano, que estava em expansão, mas também na grande dependência das exportações brasileiras de decisões tomadas pelo comprador indiano, que refletiam as tendências de um país em processo de forte desenvolvimento econômico e com crescente produção industrial. Além disto, o protegido mercado indiano tornava a situação ainda mais difícil para os exportadores brasileiros: 63% das consultas sobre produtos realizadas pelo Brasil ao governo da Índia, em média, recebiam respostas restritivas[169].

Devido à crescente interação comercial com o Brasil, o governo indiano tratou de cuidar de seus interesses de diversas maneiras, sendo uma delas uma insistente tentativa para a

---

[166] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 132]** 12 mar. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Expansão do comércio bilateral. Pg.1.
[167] SCHARF, Regina. Importação de produtos da Índia bate recorde. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A-5, 24 mar. 1998.
[168] BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.
[169] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 850]** 28 nov. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Comércio Exterior.

assinatura de algum instrumento que protegesse seus investimentos no Brasil. Entretanto, em vista do que sucedeu à Argentina[170] em decorrência da assinatura de acordos deste tipo com uma infinidade de países, o congresso brasileiro mostrava muita reserva em relação a acordos bilaterais de proteção e de promoção de investimentos o que, por conseguinte, barrava o comprometimento do governo brasileiro para com iniciativas deste tipo. Em relação a esta matéria, é elogiável a atitude do governo brasileiro, até porque a falta de acordos em vigor com muitos países sede de grandes empresas nunca foi razão para desestimular investimentos diretos no país[171].

O déficit comercial do Brasil perante a Índia poderia ter se tornado ainda pior, não fosse a desvalorização do real em 1999, somada à retração da economia mundial devido à crise asiática de 1998, que arrefeceram os ânimos indianos em relação ao mercado brasileiro, bem como fizeram com que naquele país a tarifa de importação sobre o açúcar fosse elevada. A maxidesvalorização da moeda brasileira trouxe de volta os usuais superávits no comércio com a Índia durante o ano de 1999, mas esta vantagem logo se dissipou, pois em 2000 e em 2001 os indianos saíram novamente à frente e venderam mais do que compraram do Brasil.

A segunda fase do relacionamento bilateral, iniciada pela visita do Presidente Fernando Henrique, foi encerrada no ano de 1999, no qual não houve realizações governamentais que promovessem a cooperação bilateral, provavelmente porque o real desvalorizado tornava o Brasil muito pouco atraente para os indianos. Em conclusão, enquanto que para o Brasil o fato de que uma nova fase da relação bilateral havia sido inaugurada – fazendo com que a representação diplomática brasileira em Nova Delhi não mais servisse somente "*aos auspícios da representação e da coleta de informações*"[172] – estava a contento, para o lado indiano este

---

[170] Em função dos prejuízos causados aos investidores por sua crise econômica, a Argentina tornou-se o país mais processado na OMC.

[171] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 791]** 25 ago. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil Índia. Consulta sobre assuntos de interesse comum.

[172] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 701]** 08 out. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Programa Cultural para 1988. Pg.1.

era somente o início de uma consistente e persistente campanha de inserção comercial, a qual vinha sendo desempenhada com cada vez mais sucesso.

De Singapura a Seattle

No plano multilateral, a segunda fase das Relações Brasil-Índia abarca os desenvolvimentos ocorridos na OMC, por ser este o fórum onde a cooperação entre os dois países se desenvolveu com maior relevância no período, apesar de que as negociações estiveram marcadas por impasses e muito pouco avançaram. Os eventos mais importantes neste sentido foram a Conferência Interministerial Inaugural de Singapura, em dezembro de 1996, a 2ª Conferência Interministerial em Genebra, em maio de 1998 e a 3ª Conferência Interministerial em Seattle, em dezembro de 1999.

No início desta nova fase de negociações multilaterais, houve intenções de que fosse estreitada a cooperação entre os dois países. Em 1996, a Índia convidou o Brasil[173] a participar em Nova Delhi da reunião preparatória para a Ministerial da OMC em Singapura. A Índia buscava com isto a articulação dos países em desenvolvimento em relação aos "Novos temas" como Investimentos, Padrões Trabalhistas e Políticas de Concorrência para Compras Governamentais, pois mantinha uma posição de cautela em relação aos mesmos. Neste ponto, o Brasil compartilhava das mesmas "suspeitas", mas haviam algumas divergências entre os dois países: enquanto que a Índia preferia que o tema de investimentos fosse tratado pela UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), o Brasil apoiava o Canadá e concordava que a matéria fosse tratada no seio da OMC. Ambos os países, entretanto, eram contrários à inclusão da cláusula social no comércio internacional.

---

[173] EXTERIORES. **[Telegrama 723]** 16 set. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Reunião Ministerial de Cingapura.

Como resultado generalizado da articulação dos países em desenvolvimento, durante a primeira Conferência Ministerial da OMC, a resistência à introdução dos "*Singapore Issues*" (ou "novos temas", como referido acima) fez com que uma nova rodada de negociações não pudesse ser lançada, o mesmo se repetindo nas duas subseqüentes.

Já em Seattle, a Índia atuou de modo independente, trabalhando, quando conveniente, com os países desenvolvidos, sem buscar alianças estritas com os demais países em desenvolvimento[174]. Em linhas gerais, sua meta básica neste encontro da OMC era a busca de mais acesso a mercados, mesmo sendo um dos países mais protecionistas. Na visão indiana, para que os benefícios previstos da abertura econômica de 1991 se materializassem, bastaria que os países desenvolvidos se empenhassem a fim de que fossem implementados os pontos negociados na Rodada Uruguai. Em razão deste tipo de controvérsia, nesta reunião, assim como em Genebra, não foi aberta uma nova rodada.

Apesar do baixo nível de articulação entre os dois países na segunda fase do relacionamento – em grande parte devido aos parcos avanços que fizeram as negociações na OMC – o Brasil seguia em seu tradicional apoio à Índia, mesmo indo contra seus próprios interesses: em 1999 um painel da OMC determinou que algumas restrições quantitativas aplicadas pela Índia violavam dispositivos do GATT e outros acordos da OMC. Diante desta circunstância as embaixadas Latino-Americanas na Índia (GRULAC[175]) se uniram para realizar gestões a fim de que as restrições fossem eliminadas. Destoando dos demais países latino-americanos, a posição do MRE foi a seguinte:

---

[174] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 650]** 08 nov. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conferência de Seattle.

[175] Em 1999 o GRULAC da Índia (Grupo das missões latino-americanas e caribenhas) era composto pelas missões de: Brasil, Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Venezuela, México, Colômbia, Cuba, Trinidad e Tobago e Panamá.

> [...] uma manifestação de inconformidade genérica em relação a "múltiplos entraves" às importações na Índia poderia não ser bem compreendida, dada a estreita cooperação tradicionalmente mantida entre o Brasil e a Índia na OMC. Essa cooperação, aliás, muitas vezes foi mais fluida do que aquela com nossos colegas do GRULAC, o que recomendaria, por si só, certa cautela em relação a gestões conjuntas. Seria preferível, pois, na medida do possível, não nos associarmos à iniciativa dos chefes de missão latino-americanos e caribenhos[176].

Em suma, mesmo nos períodos de baixa interação multilateral, ou ainda, nas eventualidades em que Índia e Brasil sustentaram posições divergentes em relação aos rumos do comércio mundial, esteve presente uma etérea inclinação à cooperação entre os dois países. A preservação de hígidas relações neste ambiente foi o que possibilitou a tão bem sucedida articulação conjunta que Brasil e Índia viriam a desenvolver posteriormente, para as negociações da OMC.

---

[176] EXTERIORES. **[Telegrama 118]** 15 abr. 1999, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil Índia. Comércio.

5 A CONVERGÊNCIA (2000-2002)

"Muitas coisas, tendo todo nosso apoio
Em certo sentido, podem ir em direção oposta;
Como muitas flechas, disparadas de diversos pontos,
Podem voar para o mesmo alvo;
Como diversos caminhos podem dar à mesma cidade,
Como muitos rios deságuam no mesmo mar,
E muitas linhas se encontram no coração do quadrante;
Assim podem também mil ações, uma vez desencadeadas,
Convergir para um só propósito, e todas a bom termo
Sem derrota."
Shakespeare, Henrique V, Ato I
(palavras do Arcebispo de Cantuária)

Após 1999, ano glacial nas relações entre o Brasil e a Índia, o novo milênio encontra os dois países empenhados reciprocamente em desenvolver ações práticas a fim de materializar seu desejo de aproximação. A tônica do período estava centrada nos programas que os governos brasileiro e indiano lançaram, bem como na atenção dispendida por seus governantes – das mais diversas esferas de poder – em tratativas com o outro país.

Nesta fase, a América Latina ainda se mantinha um dos alvos preferenciais na busca por novos mercados para a produção indiana, apesar da "crise" que o Brasil recentemente havia sofrido (assim chamaram os indianos à desvalorização do real), em função da estabilidade das economias da região bem como por serem, a renda *per capita* e a propensão ao consumo, superiores às taxas indianas. Além destas vantagens, a abertura dos mercados latino-americanos havia oportunizado redução das tarifas de importação, privatizações, estabilização

monetária e modernização do setor bancário, sendo todos estes, fatores muito atrativos para a realização de negócios com a região.

Antes de se prosseguir com o rol de ações efetivamente tomadas pelo governo indiano, caberia ressaltar sua concepção para com a região, conforme o Ministro do Comércio Omar Abdullah[177], representada na defesa de que o apoio estratégico para a colocação de seus produtos era entendida como "função primordial" do Estado e que, neste sentido, a Índia buscaria se antecipar à tendência de formação de um único bloco comercial na América Latina, estabelecendo acordos de livre comércio com alguns países da área. Para o Ministro do comércio indiano, o papel a ser desempenhado pelas Embaixadas indianas no exterior deveria estar de acordo com a seguinte afirmação: "*Now diplomacy is not so much security oriented, as it is trade oriented*"[178].

Para o cientista indiano Debashis Chakraborty, outras razões se somavam às anteriormente apontadas para o sustento da continuidade do interesse indiano pela América Latina, sendo elas a necessidade de se desenvolver fontes alternativas de tecnologia e de aumentar o contato de empresas indianas com estrangeiras de um modo geral e a necessidade de se criar um grupo capaz de pressionar nas questões relativas à segurança energética[179]. À todas estas prerrogativas, o governo indiano buscava atender em seu relacionamento com o Brasil, como será visto neste capítulo.

A conjuntura indiana

A definição do ano 2000 como sendo o início de uma nova fase do relacionamento bilateral com o Brasil parte de dois pressupostos, estando o primeiro demonstrado em dados

---

[177] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 403]** 30 jun. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministro do Comércio. Visita ao Brasil.
[178] Palavras de Omar Abdullah em uma entrevista à International Trade Management Network em 2000.
[179] CHAKRABORTY, Debashis; et all. **Brazil as a Partner: An Indian Viewpoint**. Centre de Sciences Humaines: New Delhi, 2005. 32 Pg. Pg. 17.

concretos como o fluxo de comércio (que passou a aumentar sistematicamente após este ano), bem como também é percebido no retorno do interesse político mútuo, após o esfriamento das relações ocorrido em 1999. O segundo pressuposto, está baseado na conjuntura generalizada (comentada a seguir) à qual a Índia foi acometida, o que reforçou os benefícios que a América Latina poderia oportunizar comercialmente. Percebe-se, então, uma reação mais assertiva por parte do Brasil, que também passa a promover instrumentos com o fim de ampliar a atuação brasileira no mercado indiano.

Uma das grandes mudanças ocorridas na política de comércio exterior indiana em 2001 foi a revogação de restrições quantitativas a 7.400 produtos, além da rebaixa de tarifas (o pico tarifário teria de ser reduzido de 35 para 30% em 2002) em função dos compromissos assumidos pelo Governo indiano na OMC. Estas alterações da nova Política de Comércio Exterior indiana foram consideradas o término do processo de liberalização iniciado em 1991. Conforme colocado pela Embaixadora brasileira Vera Barrouin[180] em 2001, a atividade econômica indiana vinha sendo prejudicada, tanto em função da recessão norte-americana, quanto pela dificuldade de vencer os obstáculos políticos da "segunda etapa das reformas econômicas[181]", considerando-se que a primeira havia sido concluída.

A crescente desproteção do mercado doméstico indiano requeria a tomada de medidas a fim de que fosse evitado o aumento do déficit comercial do país e, para tanto, o governo da Índia lançou incentivos financeiros às exportações: em 2000 foi criado um fundo para apoio às "relações comerciais" (leia-se exportações), no valor de USD 500 milhões. No mesmo ano, o Ministro Omar Abdullah operacionalizou uma linha de crédito de USD 120 milhões, destinada a estimular as exportações indianas à América Latina.

---

[180] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 949]** 04 dez. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

[181] Redução da burocracia, desregulamentação da economia (abolição de mecanismos como controles de preços), reforma da legislação, redução do custo financeiro, melhorias na infra-estrutura e aceleração o processo de "desinvestimento" (como chamam os indianos à privatização).

Por último, em 2002, o afã em conquistar o mercado latino-americano levou o governo indiano a oferecer assistência financeira aos exportadores que estabelecessem representações em países latino-americanos, com a justificativa de que, apesar das exportações da Índia para a América Latina terem aumentado quase seis vezes nos últimos oito anos, elas representariam parcela insignificante das exportações gerais da Índia. Seriam concedidos, ainda, benefícios referentes a prazos mais dilatados para repatriação de lucros em moeda estrangeira, bem como o *State Bank of India* ofereceria uma linha de crédito a juros consideravelmente mais baixos do que os de mercado para estes exportadores[182]. As medidas que visavam o aumento dos investimentos indianos na América Latina se justificavam pelo mau desempenho: no ano 2001, nem o consulado geral da Índia nem o Banco Central do Brasil possuíam dados sobre os investimentos indianos diretos no Brasil, mas a estimativa do cônsul geral da Índia, Deepak Bhojwani, era de que este investimento era muito baixo[183].

O apoio ostensivo concedido pelo governo indiano às exportações para a América Latina aumentava as dificuldades brasileiras para a manutenção do equilíbrio da balança comercial com este país. Naturalmente, a perspectiva de manutenção das altas taxas de crescimento (5% em média) e a continuidade das tendências de aumento do consumo da classe média e da modernização da infra-estrutura física do país, faziam da Índia um grande mercado para o exportador brasileiro. Estas vantagens, entretanto, eram ofuscadas pelas altas tarifas de importação, importante fator de desestímulo, bem como pela tradicional "cautela comercial" mantida pelo governo indiano, mesmo após as reformas do ano 2000:

---

[182] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 081]** 29 jan. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia-América Latina.

[183] SALGUEIRO, Sônia. Investimento é baixo. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A10, 24 set. 2001.

> Com o término das restrições quantitativas, passa a ser permitida a importação, sem licença, de produtos agrícolas, têxteis e confecções. Entretanto, a importação dos produtos como o trigo, arroz, milho, gasolina, óleo diesel, óleo combustível para aviação e uréia será permitida somente através de empresas estatais para tal designadas. Também a importação de todos os produtos primários de origem vegetal e animal será sujeita as licenças de importação emitidas na base de regulamentos sanitários e fitossanitários.[184]

Esta conjuntura demandava que o governo brasileiro agisse em paralelo com o governo indiano, estimulando também os seus próprios exportadores e, sendo assim, em 2001 o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, incluiu a Índia no programa de "Países e Produtos Prioritários". Esta era uma iniciativa que enfatizava as atividades de promoção comercial em um conjunto dos seis países (EUA, Alemanha, Reino Unido, Japão, China e Índia), que haviam absorvido cerca de 40% do total das exportações brasileiras no ano 2000. Os 12 setores a serem priorizados, de acordo com as vantagens comparativas brasileiras, seriam: alimentos, frutas, carnes, calçados e couro, móveis, têxteis e confecções, jóias e gemas, cosméticos, cerâmica para revestimento, autopeças, rochas ornamentais e máquinas. No entanto, apesar de louvável, a iniciativa provavelmente resultaria em pouco ou nenhum impacto, pois os setores de exportação escolhidos não eram coincidentes com os bens de colocação mais propícia no mercado indiano[185].

Neste contexto, a Índia realmente apresentava maiores e melhores chances de aumentar o comércio com o Brasil do que o contrário, pois além de manter seu mercado protegido, oferecia incentivos mais efetivos a seus exportadores, sem restringi-los à promoção de produtos específicos. As iniciativas brasileiras, em comparação, figuravam quase como simbólicas.

---

[184] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 270]** 04 abr. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Nova política de EXIM. Pg.1.

[185] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 949]** 04 dez. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

O aquecimento do comércio

Nas palavras de A. Tripathi[186], "*Joint Secretary for Latin América*", as relações Brasil-Índia haviam galgado um novo patamar em 2000. A novidade estava em que, além do governo, o setor empresarial indiano, representado por diferentes agremiações – a CII (Confederação das Indústrias Indianas), a FICCI (Federação das Câmaras de Comércio e Indústrias Indianas), e a ITPO (*Indian Trade Promotion Organization*) – passou a demonstrar também grande interesse pelo Brasil, não mais mantendo uma postura reativa que apenas se aproveitava dos estímulos estatais. Apesar de ainda se utilizarem dos financiamentos oferecidos pelo programa *Focus Latin America*, os empresários indianos já organizavam suas próprias missões ao país, não mais dependendo do eventual convite para se juntarem à comitiva de um ou outro ministro.

Em 2000, líderes de importantes empresas indianas (destacando-se a Bajaj Auto e a Petrochemicals Corporation), viajaram ao Brasil, ao México e à Colômbia, em uma missão organizada pela Confederação das Indústrias Indianas (CII). Em 2002 foi a vez da *Federation of Indian Export Organizations* (FIEO) e da *PHD Chamber of Commerce*, organizarem seus empresários para "descobrir" o novo continente. O curioso é que todas as comitivas empresariais que aportavam na América Latina, com ou sem suporte do governo, eram compostas por exportadores, enquanto que as iniciativas do setor privado brasileiro em relação à Índia, sem apoio governamental, eram predominantemente de importadores[187] (excetuando-se a missão realizada pela Embraer em 2000 para participar de uma concorrência).

---

[186] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 714]** 31 out. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p.Relações Brasil-Índia.

[187] Destacam-se as missões do CEBI (Comitê Empresarial Brasil-Índia), interessada na compra de insumos farmacêuticos e do grupo "parlamentar" de amizade Brasil Índia, que era, em realidade, formado por pecuaristas em busca de material genético bovino

As relações comerciais com o Brasil se desenrolavam de maneira mais fluída e já contavam com a cooperação direta do setor privado. Este foi um trunfo importante para o governo indiano, que por muitos anos havia investido nos mercados latino-americanos. Devido a um incremento comercial contínuo, a mudança de patamar nas relações entre os dois países pôde então ser avaliada por outras variáveis, que não a percepção de diplomatas, a partir do ano 2000:

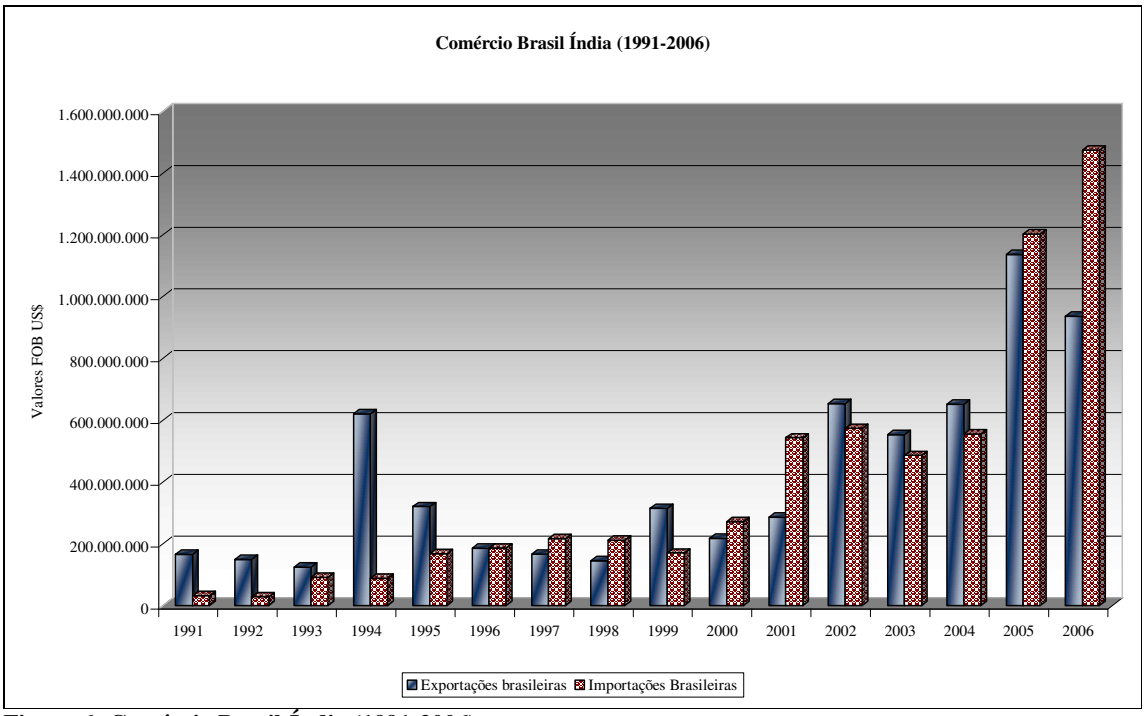

Figura 6: Comércio Brasil-Índia (1991-2006)
Fonte: MDIC. Elaboração própria.

No período entre os anos 2000 e 2002, nota-se um aumento significativo do fluxo comercial entre os dois países[188], que teve como principal causa um acordo firmado (válido em 2002 e 2003) entre a Petrobras e a Reliance, através do qual:

[188] Os picos anteriores visualizados no gráfico, em 1994 e 1995, corresponderam às exportações brasileiras de açúcar, devido à quebras de safras indianas. Já a saliência de 1999 refere-se ao aumento das compras indianas de óleo de soja brasileiro, em função do preço competitivo atingido pelo real desvalorizado.

> A Petrobras exportou petróleo bruto extraído do complexo de Marlim, em Campos, pouco adequado às refinarias brasileiras (desenhadas para operar com óleo mais leve, como o do Golfo Pérsico), e importou óleo diesel, decorrente da insuficiência da capacidade de refino da Petrobras, cujas refinarias operavam no limite. Este acordo, vencido em 2003, foi responsável por mais de 90% do crescimento das exportações brasileiras em 2002 e 2003 para a Índia.[189]

Durante a terceira fase do relacionamento bilateral, ecoando a tendência anterior, as exportações brasileiras para a Índia seguiam concentradas em poucos produtos. Na ausência do açúcar, que não foi vendido aos indianos naqueles anos, o principal deles era o óleo de soja (ou outros óleos comestíveis) seguidos dos minérios (ferro, aço, amianto, trabalhados, laminados ou não, alumínio, ferroligas, manganês, cobre, zinco) e dos "enos"[190]. Os automóveis também tiveram uma importante participação no comércio, embora todos estes produtos tenham sido ofuscados pelo petróleo, que, como mencionado, representou 51% dos valores exportados em 2002, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Exportações Brasileiras para a Índia (2000/2001/2002)

Exportações Brasileiras	*2000*		*2001*		*2002*	
Petróleo, derivados, preparados	**0%**		**0%**	0	**51%**	333.434
Óleos	**32%**	69.110	**43%**	123.310	**24%**	159.745
Minérios	**13%**	28.584	**7%**	19.289	**2%**	15.702
Enos	**5%**	9.869	**3%**	8.363	**2%**	12.197
Açúcar	**2%**	4.386	**0%**	1	**2%**	11.279
Automóveis	**9%**	18.689	**3%**	8.634	**1%**	9.761
Motores, partes e peças	**5%**	11.247	**3%**	8.073	**1%**	5.787
Pedras preciosas e semi-preciosas	**1%**	1.739	**1%**	2.090	**0%**	2.883
Total no período USD 1.000 FOB	**217.405**		**285.278**		**653.598**	

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

As exportações indianas para o Brasil sofriam também de certa concentração de pauta, sendo o óleo diesel o produto mais importante que, ao contrário do petróleo brasileiro, já vinha sendo comercializado há mais tempo, antes do contrato entre a Petrobras e a Reliance. Após a introdução do diesel no mercado brasileiro, a Índia passou a ser o segundo maior

---

[189] FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa**. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. Pg. 13.

[190] Categoria aqui utilizada para identificar alguns produtos químicos: m-xileno, isômeros do xileno, estireno-butadieno, o-xileno, polipropileno, cloreto de etileno, polietileno, buteno, butileno, copolímeros de propileno, isopropilidenodifenol, naftaleno, etileno-propileno-dieno, poliisobutileno, tereftalato de polibutileno.

fornecedor do produto (ficando atrás apenas da Arábia Saudita), sendo que se utilizava de uma logística sofisticada ao comprar petróleo cru da Venezuela e exportar seus derivados para o Brasil, usando os mesmos navios nos dois sentidos[191]. Afora certa prevalência de fármacos, o restante dos produtos indianos vendidos para o Brasil eram representantes das mais diversas categorias: fármacos, plásticos, químicos, artigos de borracha e máquinas elétricas.

Tabela 3: Exportações Indianas para o Brasil (2000/2001/2002)

Exportações Indianas	*2000*		*2001*		*2002*	
Oleo Diesel	**16%**	43.778	**45%**	245.149	**47%**	269.927
Medicamentos, vacinas, preservativos	**9%**	23.464	**9%**	47.372	**12%**	65.954
Fio, chapas, tecidos De Poliésteres	**4%**	10.877	**2%**	9.978	**3%**	19.286
Compostos Heterociclicos	**5%**	13.930	**4%**	22.561	**2%**	14.188
Amidas Ciclicas	**10%**	26.616	**6%**	33.200	**2%**	12.411
Cloreto Do Ac.3(2,2diclorovinil	**1%**	3.070	**1%**	3.349	**1%**	8.429
Partes de bicicletas	**3%**	7.379	**1%**	7.478	**1%**	6.245
Pigmentos ou tintas	**1%**	2.410	**0%**	1.779	**0%**	2.712
Camisas,blusas,etc.de Algodão	**1%**	3.728	**1%**	3.386	**0%**	2.666
Total no período USD 1.000 FOB	**271.316**		**542.805**		**573.184**	

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

O incremento na corrente de comércio estimulou os indianos a investirem ainda mais nos mercados latino americanos. Já para o Brasil, o superávit indiano na balança comercial entre os dois países representou motivo de séria preocupação que, entretanto, se refletiu na tomada de ações pragmáticas a fim de obter também o seu quinhão daquele mercado. Sendo assim, o número de visitas[192] se intensifica, tanto de um lado, como do outro:

[191] SOARES, Aldo Renato. O fortalecimento das relações bilaterais. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 24 set. 2001. Pg. 19.

[192] No gráfico: Todas as visitas foram realizadas pelos governos dos dois países ou por autarquias diretamente ligadas a eles. Visitas de tipo "C" correspondem à missões, delegações, comissões, comitivas, primeira-dama e vice-governadores. As de tipo "B" se referem às de governadores e ministros e as de tipo "A", à chefes de Estado ou governo, bem como visitas do Ministro das relações exteriores.

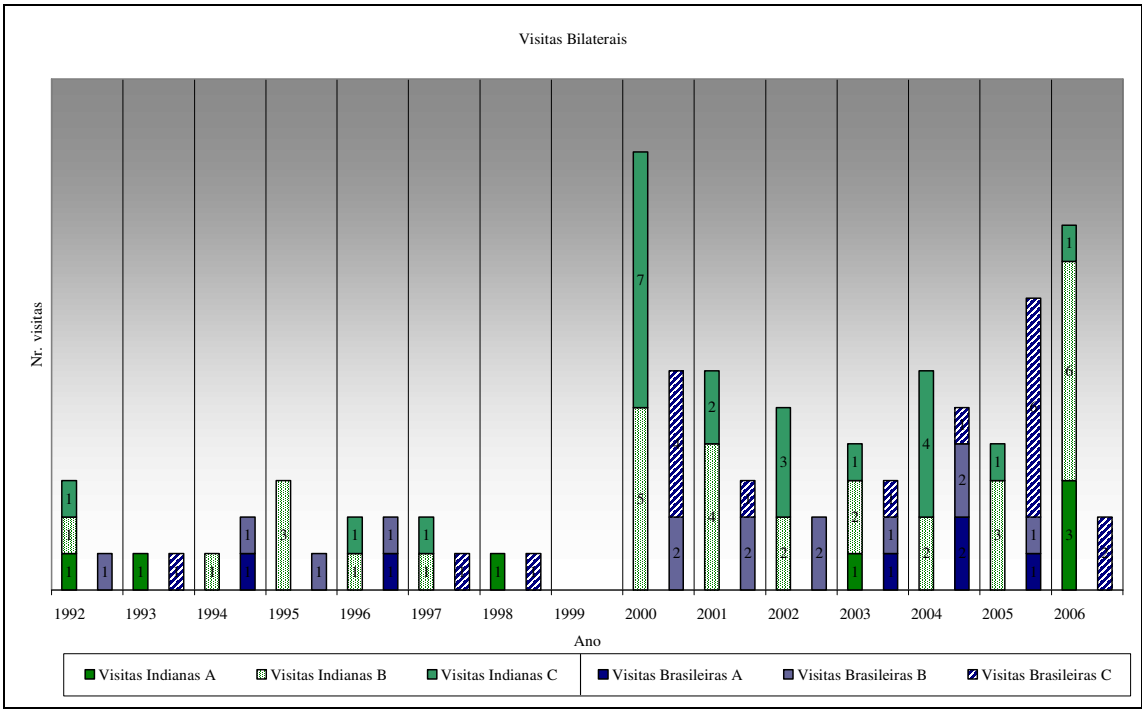

Figura 7: Visitas Bilaterais Brasil-Índia (1992-2006)
Fonte: Elaboração própria

Em termos de contatos políticos, testemunhou-se, a partir do ano 2000, um intenso desfile de governantes, empresários e representantes de autarquias de ambos os países. Em 2000 o Ministro da Indústria e Comércio, Omar Abdullah, visitou o Brasil acompanhado de uma missão de empresários do setor farmacêutico. Também os ministros indianos da Indústria Têxtil e da Tecnologia da Informação vieram ao Brasil naquele ano a fim de sondar possibilidades comerciais. Em 2002 foi a vez do Secretário de Estado de Agronegócios da Índia, Ashok Pradhan, que veio ao Brasil para estimular as vendas indianas de fibra de coco.

Em relação às investidas comerciais, percebe-se a proatividade indiana também em seus interesses importadores, destacando-se dentre estes, os relativos aos aviões brasileiros. Para este fim, o governo daquele país convidou representantes brasileiros a participarem da exposição de produtos aeronáuticos *Aero India 2001*, o que levou o Ministro da Defesa brasileiro, Geraldo Magela da Cruz Quintão, à visitar o evento acompanhado de empresários da indústria da defesa (Embraer, Avibrás, Aeromot e Inbrafiltro). O fato demonstra, mais uma

vez, a importância atribuída pela Índia às feiras setoriais, enquanto fontes de negócios internacionais. Consoante com a estratégia de realizar feiras comerciais em seu próprio país custeando os deslocamentos e hospedagem a fim de fomentar a participação de negociadores internacionais, o *Engeneering Export Promotion Council* da Índia realizou em 2002, o *Indiameet*, sendo esta uma feira para a qual os organizadores convidaram empresários brasileiros dos setores farmacêutico, alimentos, metalurgia, consultoria e trading.

Seguindo a tradição dos eventos comerciais, tradicionais para os indianos, o governo da Índia realizou em São Paulo no ano 2001 a *Indian Trade Exhibition*, promovida pela *India Trade Promotion Organization* (ITPO), da qual participaram 244 empresários indianos e 26 representantes de órgãos governamentais. A liderança do evento foi realizada pelo Ministro de Estado do Comércio e Indústria, Rajiv Pratap Rudy. Segundo a avaliação da chancelaria brasileira, "*o evento contribuiu para melhor conhecimento do Brasil e de seu mercado por parte do empresariado indiano*"[193], o que gerou um ganho duplo para a Índia que, além da ambientação de seus empresários ao mercado, conseguiu vender alguns milhões de dólares. Em contrapartida, um pavilhão da *India International Trade Fair* de 2001, promovida pela ITPO, foi dedicado ao Brasil.

Por parte do Brasil, o ato político brasileiro mais importante nos três anos correspondentes à terceira fase do relacionamento bilateral ocorreu em 2002: o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, visitou a Índia acompanhado da maior missão empresarial que já fora àquele país, composta por 31 empresas. Segundo o Itamaraty a visita, que marcava uma nova fase do relacionamento bilateral: "*[...] abre prognósticos inéditos de intercâmbio comercial entre os dois países.*

[193] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 802]** 18 out. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

Reciproca-se, assim, a estratégia indiana de promoção de exportações no mercado brasileiro"[194].

Dentre as atividades de Sérgio Amaral na missão, a mais importante foi a instalação do Conselho Comercial Brasil-Índia (ou Indo-Brasileiro - CCIB), que teve por base a declaração conjunta firmada em janeiro de 1996 por ocasião da visita presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Em sua primeira reunião os integrantes do conselho[195] trocaram informações e adotaram recomendações sobre mecanismos de financiamento de exportações, acesso a mercados (inclusive processos anti-dumping), a possibilidade de ser negociado o *Acordo Preferencial de Comércio entre a Índia e o Mercosul*, cooperação nas áreas da indústria farmacêutica e biotecnologia, e sobre a promoção de investimentos em ambos os países. Na avaliação da chancelaria brasileira,

> [...] a receptividade do Governo indiano para com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio foi diretamente proporcional à percepção da importância do *projeto brasileiro* de estreitamento das relações econômicas e com a Índia, expressa, inclusive, pela presença de representantes do setor financeiro e o número sem precedentes de empresários de porte na delegação[196].

Restam, porém, duas questões a serem esclarecidas, estando uma diretamente ligada à afirmação anterior e a outra à perenidade e importância do CCIB. Em relação à primeira, percebe-se que na visão brasileira, a si pertencia a iniciativa de estreitar os laços comerciais com a Índia, entretanto, conforme visto anteriormente, o governo daquele país vinha realizando já por muitos anos ações deste tipo, mesmo não tendo estas a mesma proporção daquela liderada pelo ministro Sérgio Amaral. Em relação ao CCIB, não seria um exagero se questionar sua atualidade e importância, uma vez que o conselho nunca mais se reuniu.

---

[194] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 294]** 24 abr. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro. Avaliação. Pg.1.

[195] Além de representantes do setor privado, participaram pelo lado brasileiro, representantes da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior), BNDES, APEX (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

[196] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 294]** 24 abr. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro. Avaliação. Pg.1.

O apoio mútuo aos fármacos

É comum ouvir dizer que o Brasil e a Índia não possuem economias complementares[197], que não se beneficiariam das teorias da vantagem comparativa em seus negócios e até mesmo que são concorrentes no comércio mundial[198]. Entretanto, em alguns casos, não somente os indianos, mas também os brasileiros estavam interessados em aumentar as exportações da Índia para o Brasil. A lógica da comercialização deste produto entre os dois países é, poder-se-ia dizer, perfeita. Para os fabricantes indianos, os mercados externos são muito mais vantajosos, pois em seu país as margens de lucro, controladas pelo governo, são diminutas. Para o governo indiano, a saída encontrada pelos laboratórios é também muito vantajosa, pois auxilia no equilíbrio de sua balança comercial deficitária. Ao governo brasileiro muito interessa o aumento da concorrência, a fim de diminuir os preços praticados no Brasil, assim como interessa o uso e a produção de medicamentos genéricos, através da importação de matéria prima de baixo custo. Além de tudo, como será visto adiante, os dois países apóiam-se politicamente nas negociações do Acordo TRIPs (*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*) na OMC.

É importante acrescentar que, além da importância acima apresentada do comércio de medicamentos com a Índia, existe a possibilidade de que o mesmo seja subnotificado. Segundo uma associação privada brasileira (CEBI - Comitê Empresarial Brasil-Índia), o Brasil importa cerca de USD 200 milhões em insumos farmacêuticos anuais, dos quais USD 70 milhões proveriam da Índia, mas seriam comprados de *tradings* européias. A razão, segundo estes empresários, seria que o estado indiano não possui um sistema de controle de

---

[197] FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa**. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs

[198] Referindo-se à polêmica declaração do vice-ministro de Comércio indiano, Jairam Ramesh, em 2006: "*Não se enganem, Brasil e Índia são concorrentes*".

qualidade central e que os intermediários europeus fariam o controle das partidas negociadas, o que diminuiria as reclamações sobre desvio de especificações[199].

Sendo este tema tão caro a ambos os governos, o Ministro da Saúde José Serra levou uma delegação à Índia em 2001, pensando no incremento das importações de fármacos indianos. Além dos pontos anteriormente[200] apresentados, José Serra também estava interessado em estimular os empresários indianos a formarem *joint ventures* no Brasil, para que a continuidade de sua presença fosse garantida[201]. Durante a visita, Omar Abdullah (que havia trazido ao Brasil uma delegação de empresários do ramo, no ano anterior), propôs à José Serra a criação de um esquema de livre comércio entre o Brasil e a Índia para produtos farmacêuticos, a fim de que fossem diminuídas as tarifas de importação, e ainda solicitou ao governo brasileiro medidas com vistas à melhoria dos processos burocráticos de liberação alfandegária, de registro de fármacos procedentes da Índia e da concessão de vistos de trabalho para os funcionários indianos transferidos para o Brasil nesta etapa inicial de instalação das empresas do setor.

Também atrás das "novas especiarias", uma delegação liderada pelo Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, foi à Índia em 2000 a fim de fortalecer os vínculos econômicos de seu estado com a Índia. Além dos setor farmacêutico, a delegação avaliou as perspectivas comerciais na área agroindustrial e de informática[202]. O estado brasileiro de Pernambuco também enviou seu governador, Jarbas Vasconcelos, à Índia em 2001. Seu objetivo era estabelecer contatos para a importação de fármacos pelo LAFEPE (Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco), que já havia enviado representantes com José Serra em 2000, bem como a atração de empresas dos setores farmacêuticos e de tecnologia da

---

[199] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 253]** 03 mai. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Missão do CEBI.

[200] Deve-se mencionar, ainda que o Brasil contava com grande admiração por parte dos indianos em relação à suas posições sobre patentes de medicamentos na OMC (ponto a ser tratado a seguir).

[201] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 469]** 29 jul. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro José Serra.

[202] Em 2001, dando seguimento à cooperação proposta por Amin, o vice-governador de SC Paulo Bauer levou uma nova comitiva à Índia.

informação para estabelecerem-se em Pernambuco, utilizando-se de financiamentos do Sudene (Superintendência de Desenvolvimiento do Nordeste) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), além de um tratamento fiscal favorável. Somando-se à estas duas missões, no ano 2000, Minas Gerais enviou uma comitiva para estudar as condições locais de fabricação de medicamentos e a adequação da utilização dos mesmos às campanhas de ajuda às populações carentes daquele estado.

Apostar na Índia como sendo o grande parceiro[203] internacional do Brasil para o fornecimento de produtos farmacêuticos faz muito sentido. A China seria uma segunda opção, mas os visitantes mineiros supra citados, que voltaram ao Brasil impressionados com o alto nível de fabricação de medicamentos na Índia teriam dito que: "*a tecnologia aqui inteiramente desenvolvida para o setor, os estoques disponíveis e o baixo preço dos produtos finais, era um quadro que, em suma, consideravam mais rico de possibilidades do que o que encontraram na China, onde estiveram antes*"[204] (a China é o segundo maior fornecedor brasileiro de matéria prima farmacêutica).

Ainda em relação às inúmeras vantagens dos fármacos indianos, a iniciativa privada brasileira, que não queria perder o "negócio da China", criou em 2000 o CEBI e formou uma delegação de empresários paulistas para participar da feira *India Chem 2000* a fim de conhecer de perto os fabricantes indianos e de apresentar as empresas brasileiras como potenciais compradores diretos, dispensando assim as *tradings* européias[205]. Entende-se que, em se tratando destes propósitos, o CEBI atingiu sucesso, além de se fazer notar na feira em questão, pois em 2001 uma comissão do Ministério de químicos e fertilizantes da Índia visitou o Brasil para divulgar a *India Chem 2002*. A exemplo do CEBI, em 2002 foi a vez do

---

[203] O governo de Cuba, país classicamente preocupado e atento às questões de saúde pública, estava construindo à época, uma fábrica para produção de vacinas contra a hepatite B no estado de Chandigarh, através de *joint venture* com uma empresa indiana.

[204] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 072]** 02 fev. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Cooperação na Área Farmacêutica.

[205] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 253]** 03 mai. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Missão do CEBI.

Ministério da Saúde brasileiro organizar a missão empresarial que visitou fornecedores indianos.

A cooperação aflora

A terceira fase do relacionamento bilateral foi também aquela em que parte do potencial para a cooperação entre Brasil e Índia foi trazido à tona. Alguns instrumentos, como o *Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia de 1985*, porém, não chegaram a ser postos em prática nesta época. Por serem países de características semelhantes, como tratado anteriormente, é comum que as duas sociedades muitas vezes sofram das mesmas mazelas. Entretanto, para algumas delas o Brasil havia encontrado soluções satisfatórias, ocorrendo o mesmo com a Índia. A comunhão deste tipo de *know-how*, de pouquíssimo valor mercadológico e alto valor social, viria a se juntar às outras tantas iniciativas em andamento promovidas pelos dois países.

Para a introdução do tema, caberia a revisão de alguns indicadores sociais de desenvolvimento dos dois países:

Tabela 4: Indicadores sociais de desenvolvimento Brasil /Índia

Indicador	*Índia*	*Brasil*
População – milhões (2005)	1.094	186
PIB *per capita* PPP – US$ (2000)	2.340	7.300
Renda *per capita* – US$ (2000)	450	3.580
Índice de desenvolvimento humano IDH (2002)	0,595	0,775
Posição no ranking de IDH (2002)	127ª	72ª
Crescimento do IDH entre 1977 e 2002	41%	12%
População abaixo da linha de pobreza (2003)	26,1%	17,4%
População com renda abaixo de US$1/dia – milhões	44,2%	11,6%
Número de pobres – milhões (2003)	312,6	29,6
Mortalidade infantil a cada mil nascimentos (2003)	69	32
Expectativa de vida – anos (2003)	63	68
Acesso a redes sanitárias básicas (2003)	31%	77%
Taxa masculina de alfabetização	76%	85%
Taxa feminina de alfabetização (%)	54,3%	85%

Fonte: PNUD, Banco Mundial, Unctad e NASSIF, André. A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: Lições para o Brasil? *Textos para Discussão nr. 107*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

Além dos demonstrados na Tabela 4, alguns outros dados são esclarecedores, como a posição do Brasil e da Índia no Ranking de Comércio e desenvolvimento lançado em novembro de 2005 pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), que avalia a relação entre comércio e desenvolvimento nos países[206], onde a Índia ficou com a 90ª posição e o Brasil em 54º lugar[207].

Em comum, além dos altos índices de pobreza os dois países apresentam também uma inépcia secular para com a distribuição da renda nacional, até mesmo em termos geográficos: na Índia, três dos 28 estados (Uttar Pradesh, Madhya Pradesh e Bihar) respondem por metade da pobreza no país; no Brasil, os nove estados do Nordeste abrigam mais da metade dos pobres[208]. A situação brasileira consegue ser um tanto pior, pois mesmo possuindo um PIB *per capita* seis vezes maior que o indiano, a renda do país é ainda mais concentrada que na Índia:

> De cada real gerado no Brasil, dois centavos vão para os 20% mais pobres, enquanto 61 ficam com os 20% mais ricos. No caso da Índia, oito centavos de rúpia vão para os 20% mais pobres e 46 centavos para os 20% mais ricos. Outro indicador que mostra uma acentuada diferença na distribuição de renda é o coeficiente Gini[209]: o da Índia é 0,38 e o do Brasil, 0,58.[210]

Em relação aos índices expostos na Tabela 4, paradoxais se considerada a riqueza de ambos os países, Jerry Harris[211] apresenta uma interessante explicação ao designar os governos do Brasil e da Índia, juntamente com o da China, como os novos "globalistas mundiais". Para o autor, estes desenvolveram uma visão diferente da globalização, baseada no apelo por uma melhor distribuição da riqueza e justiça, ainda que as distâncias entre as classes estejam aumentando no Brasil e na Índia. Mesmo havendo um aumento no número de

---

[206] O índice considera a abertura do país ao comércio, acesso ao mercado externo e ainda fatores como capital humano (educação e saúde), infra-estrutura, sistema financeiro, qualidade das instituições, conservação do meio ambiente e desigualdade entre os sexos.

[207] "Brasil fica em 54.º lugar em novo ranking de comércio". O estado de São Paulo: São Paulo, 03/11/2005.

[208] THOMAS, Vinod. Porque Brasil e Índia são parceiros ideais . **Correio Braziliense.** Brasília, p. 17, 21 jan. 2004.

[209] Criado pelo estatístico italiano Conrado Gini, este é um número entre 0.0 (desigualdade mínima) e 1.0 (desigualdade máxima) que mede o grau de desigualdade na distribuição do ingresso em uma sociedade.

[210] THOMAS, Vinod. "Brasil é mais desigual que a Índia". Valor Econômico: São Paulo, 26/01/2004. Pg.23.

[211] HARRIS, Jerry. Emerging Third World Powers: China, Índia e Brazil. New Delhi: Sage publications, 2005. 21 pgs.

habitantes que agora ocupam a posição de classe média, as melhoras na condição social das massas foi deixada para trás porque a elevação dos padrões de vida da classe trabalhadora colocaria em cheque o elemento de atração mais importante para os investidores globais: quantidades enormes de mão-de-obra barata. Ainda que a estratégia dos "globalistas" inclua avanços importantes em saúde, educação e alimentação básica, no que tange ao trabalho, uma das demandas mais consistentes do capital transnacional é que sejam mantidas leis trabalhistas impotentes, sindicatos fracos e salários baixos, o que caracterizaria, entre estes países, uma "*competitive race to the bottom*" [212].

Pressupõe-se, entretanto, que ambos os governos estavam mais afinados com Ignacy Sachs do que com Jerry Harris a partir do ano 2000. Segundo este cientista francês, que passou 14 anos no Brasil e descobriu que a Índia era um espelho, quando esteve em Nova Delhi, para que alguns dos desafios apresentados fossem solucionados, seria fundamental a melhoria das condições de vida de suas populações[213]. Para Sachs, as ações mais importantes seriam: acelerar a transformação rural dinamizando o mercado interno (que nos "países baleia" constitui a principal alavanca do desenvolvimento) e promover o pequeno empreendedorismo para permitir o ingresso na economia moderna da massa dos trabalhadores ainda localizados no setor informal, o que permitiria a integração de suas economias no mundo liberalizado, diminuindo os impactos negativos da globalização, sem que fosse esquecido o debate internacional, no sentido de reforçar a OMC.

Tendo como objetivo a mitigação dos problemas relativos à pobreza apresentados anteriormente, no ano 2000 duas missões parlamentares brasileiras foram à Índia, a fim de conhecer algumas soluções aplicáveis aos problemas sociais comuns que haviam sido utilizadas com sucesso naquele país. As missões brasileiras, apesar de terem sido organizadas por lideranças diferentes, tinham como principais objetivos conhecer o sistema de crédito

---

[212] HARRIS, Jerry. Emerging Third World Powers: China, Índia e Brazil. New Delhi: Sage publications, 2005. 21 pgs. Pg. 19.
[213] SACHS, Ignacy. O jogo dos espelhos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2000.

cooperativo indiano, os instrumentos adotados para a erradicação da pobreza naquele país, bem como estudar os projetos desenvolvidos nas áreas de desenvolvimento rural e distribuição de alimentos. Na esteira deste tipo de fomento à cooperação, no ano 2000 o Ministro da Saúde e do Bem Estar Social da Família, C.P. Thakur, veio ao Brasil. Também uma comissão da *World Association of Small and Medium Enterprises*, sediada em Nova Delhi, visitou o Brasil à convite do SEBRAE.

Afora o combate às disfunções sociais, a Índia via o Brasil como um aliado capaz de atuar positivamente em relação à precariedade de seu setor energético. Neste sentido, em 2001, o Ministro de energia indiano solicitou apoio às reformas ao Brasil[214], oferecendo uma oportunidade para que serviços de consultoria fossem prestados à Índia. A situação indiana era crítica, estando dentre os problemas energéticos a falência financeira das *State Electricity Boards*, níveis inaceitavelmente altos de perda de energia na transmissão ou distribuição e rápida obsolescência da capacidade geradora.

Provavelmente, o Brasil não fora o único contemplado pelo pedido do governo indiano, que à época desenvolvia o projeto *Global Participation in Indian National Grid, Energy Management & Distribution* a fim de contar com o apoio estrangeiro para realizar as reformas que seu setor energético carecia. Entretanto, neste mesmo ano, o Ministro de Energia, Suresh Prabhu, acompanhado do Diretor da *Power Grid Corporation of India*, veio ao Brasil onde se reuniu com o Ministro de Minas e Energia e o Presidente da Agência de Energia Elétrica (ANEEL), bem como a Ministra de Estado de Energia, Jayawanti Mehta, que esteve no país para conhecer a ELETROBRAS. No ano anterior uma missão do Estado de Andhra Pradesh visitara o Brasil para conhecer os processos de privatização de serviços (mais precisamente os referentes à Eletrobras).

---

[214] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 085]** 26 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministério de Energia da Índia.

Em um escopo de cooperação científica e tecnológica mais amplo, o Ministro indiano do Desenvolvimento de Recursos Humanos e Ciência e Tecnologia, Murli Manohar Joshi, visitou o Brasil em 2001, sendo seu gesto retribuído pelo Ministro de Ciência e Tecnologia brasileiro, Ronaldo Mota Sardenberg, em 2002. Por ocasião da vigem do ministro Sardenberg à Índia, acompanhado do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), foram assinados o *Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Âmbito do Espaço Exterior entre a Agência Espacial Brasileira e a 'Indian Space Research Organisation' (ISRO)*, e o *Memorando de entendimento entre o CNPq e a 'Indian National Science Academy' (INSA).*

Outro encontro importante relacionado à cooperação foi a viagem do Ministro do Petróleo e Gás Natural, Ram Naik, ao Brasil em 2001 a fim de conhecer a experiência brasileira com o PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) para promover o desenvolvimento do uso do etanol para geração de energia na Índia. Naquele mesmo ano, Ram Naik sancionou seis projetos piloto para a produção de "*gasohol"* e anunciou que em breve, a Índia estaria capacitada a utilizar uma mistura de 5% a 10% de etanol na gasolina, a partir da produção de etanol das usinas piloto, que ele pretendia que fossem expandidas com base na cooperação técnica e consultoria brasileira. Demonstrando grande agilidade na promoção de seus interesses, o governo indiano realmente autorizou em 2002 o uso da mistura de etanol na gasolina em um percentual de 5% inicialmente em oito estados, estendida posteriormente para todo o território nacional, sendo que em 2003 a percentagem foi aumentada para 10%. Além disto, o Ministro Ram Naik concedeu uma isenção fiscal para baratear o preço da gasolina misturada com etanol.

O interesse indiano em dar implementação imediata à cooperação com o Brasil, resultou no *Memorando de Entendimento Referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transporte*, assinado logo em 2002 por ocasião da visita do

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. Este memorando só entrou em vigor, entretanto, em 28 de fevereiro de 2006, em função dos trâmites brasileiros para sua internalização.

Como extensão do incremento na cooperação acadêmica entre os dois países, em 2001 a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Goa assinaram um Memorando de Entendimento para intercâmbio de professores e pesquisadores e estudos conjuntos nas áreas das Humanidades, Ciências Sociais, Educação, Medicina, Arquitetura, Direito e Ciências do Mar.

O surgimento deste novo aspecto, o ensejo da cooperação entre o Brasil e a Índia, há muito desejado, mas formalizado somente na fase 3 do relacionamento, deu origem ao *Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural*, assinado entre os dois países em 2002. A primeira reunião da Comista Brasil-Índia, que ocorreu logo no ano seguinte em Nova Delhi, será contemplada na quarta fase das relações bilaterais.

O desafio de Doha

Em termos multilaterais, diferentemente do período anterior, na segunda fase das relações Brasil Índia, entre 2000 e 2002, a abertura de uma nova rodada de negociações na OMC conferiu novo dinamismo ao relacionamento, que culminou em 2003 na criação do G20.

A rodada de Doha[215], que por ser a primeira no atual formato institucional, tornou-se crucial para a legitimação da OMC como uma plataforma de negociações auto-governada que visa o estabelecimento dos padrões mundiais de comércio, mas teve seu início marcado por

[215] Aberta durante a 4ª Conferência Interministerial no Qatar, em novembro de 2001.

um clima de impasse, que estava ligado à questões bem anteriores. A rodada Uruguai do GATT deixara para trás um espólio de discrepâncias, que logo apareceram na 1ª Conferência Interministerial em Singapura, em dezembro de 1996, conhecidos como os *Singapore Issues* anteriormente mencionados[216]. Isso trouxe para a rodada de Doha, composta por uma "Agenda para o Desenvolvimento", uma espécie de obrigatoriedade para com um longo passado de desigualdades no sistema global.

Em relação à participação da Índia na rodada de Doha, primeiramente o país era veementemente contra o seu lançamento[217], uma vez que a implementação do que já fora acordado não havia sido satisfatoriamente resolvida e a OMC, no caso, era um fórum permanente, onde as negociações se davam de maneira contínua. Segundo o Ministro do Comércio e Indústria da Índia, Murasoli Maran[218], as negociações sobre agricultura e serviços e as discussões sobre TRIPs (importantes para a indústria farmacêutica do país) e TRIMs (*Trade Related Investment Measures*), além das implementação pendentes, constituíam agenda suficientemente ampla para a próxima reunião. Maran reiterou, no entanto, a oposição indiana à inclusão de temas como legislação trabalhista, meio-ambiente, investimento e política de concorrência na próxima rodada de negociações.

De qualquer maneira, em janeiro de 2001, o governo indiano já havia aprovado as propostas iniciais da Índia para as negociações sobre o Acordo Agrícola da OMC, demandando dos países desenvolvidos a diminuição de tarifas de importação e eliminação de subsídios e solicitando, para benefício dos países em desenvolvimento, flexibilidade para formação de estoques reguladores, distribuição pública de grãos, medidas de alívio da pobreza, bem como de desenvolvimento e emprego rurais. A Índia apoiava, ainda, a adoção

---

[216] Relacionados a proteção a investimentos, políticas de concorrência, compras governamentais e facilitação de comércio, além da tão controversa pauta ligada a produtos agrícolas.

[217] Após o lançamento de Doha, o Ministro Maran, responsável pelas negociações, retornou à Índia chamando a nova rodada eufemisticamente de "work programme".

[218] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 493]** 19 jun. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. OMC.

de subsídios para produtos agrícolas essenciais à segurança alimentar e a fixação de tarifas de importação que protegessem a produção doméstica da qual dependessem grandes contingentes populacionais.

Para a diplomacia brasileira, a proposta refletia:

> [...] tanto a escassa competitividade internacional e instabilidade da produção doméstica – à exceção de produtos leiteiros – quanto a concentração de 70% da população indiana na zona rural, cuja metade vive abaixo da linha de pobreza e o conseqüente imperativo de proteção das medidas de segurança alimentar [219].

De fato, conforme lembrou o Ministro da Agricultura indiano, Ajit Singh em 2003, 650 milhões de indianos dependem da agricultura para sobreviver, sendo que 80% deles vivem em propriedades menores do que 2 hectares. As tarifas seriam, então, o único instrumento de proteção à competição distorcida dos países ricos, e qualquer impedimento a este respeito encontraria imensa oposição por parte da população rural, o que tornaria a medida virtualmente impossível. Em ultima instância, a razão residiria também na enorme instabilidade política que tal feito acarretaria ao país, uma vez que, conforme Deepak Nayyar, da Universidade Jawaharlal Nehru: "*Na Índia [...] o voto dos pobres e da classe média baixa conta, diferentemente do Brasil, onde os pobres não têm voz política*" [220].

Para piorar a situação, pouco antes do encontro em Doha, o *US Trade Representative*, Robert Zoellick foi à Delhi para lembrar ao governo indiano a importância da necessidade de avanços na agenda de uma eventual nova rodada, observando que determinados assuntos não poderiam ser discutidos isoladamente, pois "*membros influentes da OMC se oporiam*" [221] e que haviam interesses coincidentes entre os EUA e a Índia em assuntos como agricultura, serviços e comércio virtual. Disse ainda que havia risco de isolamento da Índia no encontro em Doha e sugeriu, nesse contexto, que o país usasse seu poder de influência para ajudar a definir a agenda em vez de deixar a tarefa aos outros membros. A visita do *US Trade*

---

[219] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 013]** 10 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC. Acordo Agrícola. Pg.1.
[220] SOUZA, Cláudia. Como os indianos vêem o Brasil. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 20 out. 1993. Pg.18.
[221] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 619]** 10 ago. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do USTR Zoellick à Índia. Pg.1.

Representative, entretanto, foi considerada pela opinião pública indiana como "*exercício de pressão externa indevida*"[222].

Apesar de discordarem da metodologia aplicada pelos Estados Unidos para fazê-los colaborar com a nova rodada, os governantes indianos formaram consenso em torno da idéia de que caso as negociações em Doha fossem mal sucedidas, o comércio mundial poderia voltar a ser regulado por blocos regionais ou acordos plurilaterais e, nesse cenário, a Índia seria consideravelmente prejudicada, pois de nenhum fazia parte.

Este foi o início da propensão indiana à formação de alianças consistentes para influenciar nas negociações da rodada que se iniciava. Esta posição foi apresentada e defendida oficialmente em 2001 pelo recém constituído Comitê de Aconselhamento em Comércio Internacional indiano, que acreditava existir "*a necessidade de maior coordenação de posições entre os países em desenvolvimento para as negociações em Doha*"[223].

Após o lançamento da rodada de Doha, à qual a Índia se opôs isoladamente, os países desenvolvidos apostavam que os indianos se manteriam em situação insular durante o resto das negociações. Neste ponto, o Brasil surge como uma escolha natural para a divisão da liderança dos países em desenvolvimento, além do quê, o posicionamento dos dois países coincidia em grande parte da pauta em discussão.

Em relação aos temas da agenda multilateral, eram as seguintes as posições do Brasil e da Índia na OMC[224]: Em relação ao acordo TRIPs, o governo indiano havia co-patrocinado a declaração sobre acesso a medicamentos aprovada em Doha (encabeçada pelo Brasil); Tanto a Índia como o Brasil eram contrários à política de concessão de subsídios agrícolas pelos países desenvolvidos, entretanto a Índia seria mais protecionista, se opondo a pressões para a

---

[222] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 637]** 16 ago. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do USTR Zoellick à Índia. Repercussões.
[223] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 493]** 19 jun. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. OMC. Pg.1.
[224] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 620]** 22 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia. Reunião de consultas bilaterais.

remoção dos subsídios que protegem sua população rural; Ambos os governos eram contrários à vinculação entre comércio e meio ambiente; A Índia, que neste caso não compartilha a posição brasileira, defende a não-vinculação entre comércio e normas trabalhistas, desejando que o tema seja tratado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), pois o trabalho infantil é praticado em larga escala na zona urbana e rural entre a população de mais baixa renda.

Já em relação aos *Singapore Issues*, as posições brasileira e indiana eram divergentes. A Índia discordava do Brasil em relação à acordos sobre investimentos (porque sendo negociado no âmbito da OMC este comprometeria a liberdade dos países em desenvolvimento na formulação de políticas de investimento direcionadas ao desenvolvimento), políticas de concorrência (porque possuía pouca experiência em sua regulamentação), compras governamentais (porque a dimensão desenvolvimentista das compras governamentais, como proteção a indústrias incipientes e pequenas e a regiões atrasadas, seria comprometida) e facilitação de comércio (porque o Protocolo de Kyoto revisado era suficiente para cobrir temas como simplificação e modernização de procedimentos).

Houve ainda, em 2001, uma importante questão que serviu ao propósito de unir Brasil e Índia sob uma mesma causa na OMC. Neste ano, o governo brasileiro licenciou a produção doméstica de medicamentos Anti-Aids, com base na exceção garantida pelo Artigo 31 do Acordo TRIPs. Os Estados Unidos, logo em seguida, solicitaram um painel na OMC, contra a lei de patentes Brasileira. Este fato, porém, foi abertamente aplaudido na Índia, em função da sua própria capacidade de produção de anti-retrovirais por preços bem menores que os produtos patenteados, da possibilidade de colocação destes produtos no mercado africano e brasileiro (no qual empresas como a Cipla, Hetero e Rambaxy já possuíam *joint ventures* à

época), bem como da necessidade de iniciar debates parlamentares sobre as alterações na sua lei de patentes de 1970, com vistas a torná-la compatível com o TRIPs[225].

O entusiasmo indiano para com o Brasil, que à época esteve sob os holofotes da imprensa na Índia, está bem refletido neste artigo:

> Ao final, a unidade entre os países em desenvolvimento esmigalhou-se em Doha, mas a declaração sobre o acordo TRIPs mostrou que pequenos avanços são possíveis. O Brasil trouxe à mesa de negociações um argumento social, com o sucesso de seu programa de HIV/Aids. A Índia trouxe um argumento econômico, com sua indústria farmacêutica doméstica de baixo custo. A África trouxe um argumento moral, com seus milhões de pacientes portadores de HIV/Aids, que necessitam de tratamento barato. À eles, uniram-se as ONG's globais, que moldaram a opinião pública com suas campanhas relativas a pacientes enfermos *versus* medicamentos caríssimos. Esta foi a primeira aliança de base tão ampla na OMC, e teve sucesso[226].

Dentre todos os pontos retratados, apesar de alguns posicionamentos distintos, havia convergência suficiente para que uma aliança entre os dois países fosse forjada. Pela complexidade das negociações muitas vezes os dois países se encontravam em tensão mas nada sendo grave o bastante para desfazer a parceria.

---

[225] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 218]** 15 mar. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Anti-retrovirais e a indústria farmacêutica indiana.
[226] REDDY, Rammanohar. Trips agreement. **The Hindu**, New Delhi, p. 9, 24 nov. 2001.

6 A TRANSVERSALIDADE (2003-2006)

> "Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser".
> *Gilles Deleuze e Félix Guattari*

A quarta e última fase das relações indo-brasileiras, considerando-se o período estudado no presente trabalho, corresponde a 2003-2006. O ponto inicial para a distinção do ano de 2003 dos demais é o surgimento do Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e o lançamento do G20, grupo de países em desenvolvimento com foco em políticas agrícolas e atuação baseada na Agenda para o Desenvolvimento de Doha. Destaca-se ainda, durante a fase quatro, a importância das articulações do G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) com vistas à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

***

Iniciar este capítulo com considerações a respeito do IBAS é inevitável, sem que isto implique em demonstrar sistematicamente todos os eventos que envolveram este grupo no período entre 2003 e 2006, em razão do escopo do trabalho. Entretanto, sendo o surgimento deste fórum trilateral o pilar principal que justifica a última e quarta fase do relacionamento, caberia uma pequena digressão a fim de se estabelecer a gênese desta visão de um mundo dividido, não de maneira geográfica, mas sim economicamente, pelo linha do Equador.

O IBAS, organismo baseado ideologicamente em uma concepção de cooperação Sul-Sul, é uma iniciativa promissora em muitos aspectos. Em termos políticos, a coalizão tem o potencial de assegurar um protagonismo para seus membros, proveniente da concertação de seus interesses e posicionamentos em fóruns multilaterais. Em termos econômicos, caso avancem as negociações relativas à diminuição de barreiras comerciais entre os três países, o fluxo trilateral pode aumentar trazendo, além dos supostos benefícios advindos do desvio do atual comércio com o norte para o sul, a materialização de uma união conformada por elos quase que indissolúveis. No que tange à cooperação para o desenvolvimento conjunto de tecnologia, as iniciativas até então realizadas demonstram bons prognósticos de avanço, respeitando-se os limites da "generosidade" em ceder *know-how* de cada um dos países. E, por último, mas não menos importante, o IBAS incorpora o enfoque relativo à mitigação de problemas socioeconômicos comuns aos três, sendo este um aspecto de grande valia para impulsionar o desenvolvimento destes países.

A Trilateral: origens e principais eventos

A proposta de cooperação entre três países situados em diferentes continentes é, no mínimo, inusitada. A Área de Livre Comércio Índia-Mercosul-SACU, que figurava entre os planos do IBAS anunciados em 2006, provavelmente seria recebida com escárnio por importantes governantes mundiais até um par de décadas atrás, quando a margem de manobra dos países em desenvolvimento no cenário político internacional se encontrava condicionada pela sombra de um conflito iminente. A justificativa para a concretização de sonho tão ambicioso, porém, torna-se aceitável perante a reedição do ideário Sul-Sul, originado em tempos de Guerra Fria.

***

Em termos ideológicos, a meta de união entre os países abaixo da linha do Equador remonta à Sexta Assembléia Extraordinária da ONU, realizada em 1974 logo após a crise monetária de 1973 e a penúria do petróleo decorrente de extraordinária alta artificial. Esta conferência, que se desenvolveu em clima de confronto entre o então chamado "terceiro mundo" e os países industrializados, afirmou a decisão dos países subdesenvolvidos de exercer a soberania sobre suas riquezas e recursos naturais[227]. Nascia, dentre os participantes, a noção de uma nova ordem mundial, ordem que hoje representa uma das bandeiras carregadas pelo IBAS. A clivagem norte-sul, apesar das diferenças abissais entre os dois hemisférios, não tinha *input* político suficiente para sobrepujar a questão leste-oeste da Guerra Fria, mas estava baseada em uma série de fatores que colaboravam para o acirramento deste debate.

Em 1976[228], a America do norte, somada à Europa ocidental e ao Japão, representava menos de 18% da população mundial, mas detinha mais de 60% da renda global. A tentativa do "terceiro mundo" de encontrar uma nova ordem econômica internacional para pôr fim a esta desproporção recebeu grande impulso com a intensidade e a freqüência das crises econômicas no inicio da década de 1970. A maneira encontrada para barganhar com os países ricos foi justamente por intermédio da dependência dos mesmos em relação ao fornecimento de matérias-primas do terceiro mundo, o "sul". Para Jahangir Amuzegar, que chamava o conflito retórico que tinha como palco as reuniões da ONU de "Nova Guerra Fria" , este foi o momento em que as nações produtoras de matérias-primas (as exportadoras de petróleo sendo pioneiras) chegaram à maior idade, e neste sentido:

---

[227] EUA pressiona para impedir o avanço econômico do Terceiro Mundo. **Tribuna da imprensa**, Rio de Janeiro, 15 set. 1975.

[228] AMUZEGAR, Jahangir. O difícil diálogo entre o norte e o sul. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mai. 1976.

> "Os limites do crescimento do mundo para os países ricos, não são apenas uma questão de disponibilidade física de reservas: as restrições de abastecimento e os termos e condições em que as matérias-primas industriais são oferecidas para venda por seus produtores revela-se mais importante. Essas restrições são muitas vezes político-econômicas sem relação com a capacidade de produção ou a generosidade passageira da natureza".[229]

Dando seguimento à contenda econômico-ideológica, a conferência da ONU de 1977 foi dedicada ao "diálogo norte-sul", mas a dependência econômica do "terceiro mundo" em relação ao "primeiro" não propiciou que à época, afora os discursos, quaisquer atitudes fossem tomadas. Parte do passado ideológico que o IBAS busca resgatar encontra eco nas palavras do ex-chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro[230], para o qual as nações em desenvolvimento perdiam oportunidades preciosas para incrementar seus mecanismos de interação e, enquanto prevalecesse este padrão, outras conseqüências negativas adviriam, entre elas a inexistência de condições propícias para a transferência de tecnologia na linha Sul-Sul.

Este debate nunca esteve perto de ser solucionado. À exemplo do que ocorreu na atual Rodada do "Desenvolvimento" da OMC, iniciada em Doha , o descontentamento para com as políticas das nações mais ricas do planeta fez com que o ideário da cooperação Sul-Sul ressurgisse como uma alternativa aos países em desenvolvimento. Esta abordagem destaca-se como fonte inspiradora do IBAS, para a série de medidas pragmáticas que abarcam desde o desvio do comércio praticado no eixo norte-sul, até a cooperação para o desenvolvimento de tecnologias em conjunto.

Ideologicamente, o IBAS dá vida ao antigo projeto de um mundo em que o "Sul" desfavorecido economicamente, apóia-se mutuamente. Ao vir para o primeiro encontro do IBAS no Brasil em 2003, o Ministro de Assuntos Exteriores indiano, Yashwant Sinha, declarou que a "nova ordem mundial" era o tema mais importante a ser tratado. Já na primeira reunião de cúpula da trilateral em 2006, foi a vez do Primeiro Ministro indiano Manmohan

---

[229] AMUZEGAR, Jahangir. O difícil diálogo entre o norte e o sul. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mai. 1976. Pg.16.
[230] GUERREIRO lastima impasse Norte-Sul. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 1983.

Singh conclamar pela "nova ordem", o que sugere ser este fórum uma prolongação da longa linha iniciada pela conferência da ONU de 1974.

***

Além das bases retóricas anteriormente referenciadas, o surgimento do IBAS é o desencadeamento de um processo iniciado na metade da década de 1990. Para o cientista político indiano K.K. Katyal[231], desde 1996 o governo da Índia conjecturava sobre a conveniência de maior interação com a África do Sul, como ponto intermediário de ligação com o Brasil. O autor defende que a sucessão de eventos que tornaram o IBAS possível inicia na posse de Luiz Inácio Lula da Silva em uma conversa com o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, seguida de uma reunião da Ministra de Foreign Affairs sul africana com o Chanceler indiano na reunião do MNA de Kuala Lampur. Bastou então que os dois presidentes, Lula e Mbeki, se reunissem com o Primeiro-Ministro Vajpayee em 31 de maio de 2003 em Evian, em paralelo a uma Cúpula do G8, para que a iniciativa fosse lançada.

Além da cronologia de Katyal, já apresentada, outras referências foram encontradas, sugerindo que a encubação do Fórum Trilateral fora um pouco mais longa. No ano de 2000[232], o Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul, Alec Erwin, propôs a negociação de uma área de livre comércio com o Brasil e a Índia para o Ministro de Foreign affairs indiano Murasoli Maran, durante uma visita à Nova Delhi, tendo em vista as dificuldades de implementação do Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação daquele país com a União Européia. A lógica da proposta se dava fundamentalmente com base nas relações que a África do Sul já mantinha com a Índia, pois, por exemplo, em 2000 aquele país era o principal parceiro indiano na modalidade de associação comercial de *joint ventures*[233]. A exemplo do

---

[231] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 881]** 18 nov. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS.
[232] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 100]** 16 fev. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. África do Sul. Brasil.
[233] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 403]** 30 jun. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministro do Comércio. Visita ao Brasil.

programa "Focus Latin America" (de 2000), o "Focus Africa"[234], criado pelo Ministério do Comércio e Indústria da Índia em 2002, contribuiu para acentuar a tendência de crescimento do comércio entre a Índia e a África do Sul, bem como com a África Subsaariana.

Apesar de sua natureza eminentemente política, o surgimento do IBAS deu-se na crista de uma onda de incremento comercial entre os três países. Em 2002 o comércio do Brasil com a Índia foi da ordem de 1,2 bilhões registrando um crescimento de 48% em relação ao ano anterior. Já a África do Sul e a Índia registraram um intercâmbio de 1,4 bilhões, sendo este 40% maior que no ano anterior e, por fim, entre o Brasil e a África do Sul as cifras de 2002 se deram na ordem de 1,1 bilhões. Na primeira reunião da trilateral, além das possibilidades de crescimento nos negócios vislumbradas na melhora do histórico entre os três países, outros temas foram introduzidos. A mescla de objetivos políticos e econômicos em um formato com a flexibilidade do IBAS era uma das suas características mais peculiares.

***

A primeira reunião do IBAS em junho de 2003, que reuniu os chanceleres do Brasil (Celso Amorim), da África do Sul (Nkosazana Dlamini-Zuma) e da Índia (Yashwant Sinha), refletiu a amplitude da proposta. A agenda estava tenuemente delineada em torno de algumas matérias[235]: a análise dos desdobramentos recentes da conjuntura internacional e o papel das Nações Unidas nesse contexto; temas sociais (combate à fome e cooperação Sul-Sul); negociações econômicas e comerciais, inclusive entre países em desenvolvimento; e coordenação em organismos multilaterais. Como resultado principal, a *Declaração de Brasília*[236], documento originado do encontro, apontava a criação de uma Comissão Mista

---

[234] No primeiro ano do programa, sete países foram identificados como alvo: Nigéria, África do Sul, Maurício, Quênia, Etiópia, Tanzânia e Gana. A partir do segundo ano, outros 11 países foram adicionados: Angola, Botsuana, Costa do Marfim, Madagascar, Moçambique, Senegal, Seicheles, Uganda, Zâmbia, Namíbia e Zimbábue.

[235] EXTERIORES. **[Circular 46027]** 14 mai. 2003, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Reunião Trilateral de Chanceleres. 6 de junho. Agenda.

[236] MRE. **Declaração de Brasília** [06 jun. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005

para uma discussão mais aprofundada destes tópicos e ainda recomendava uma reunião de cúpula envolvendo os chefes de governo dos países envolvidos, que veio a ocorrer em 2006.

As palavras da Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, ao final do encontro poderiam ser universalizadas como sendo a opinião pública geral a respeito de uma proposta que, de fato fora exageradamente alardeada, considerando-se sua incipiência e grau de dificuldade, mas que, no entanto, poderia ser viável:

> *I must confess that when I saw the amount of publicity about this meeting in Brazil, I said to my colleagues: 'The Brazilians are making such a big noise about this, I hope we'll get something concrete out of it!' But, as the Minister of India said, normally the first meeting is exploratory and we are not sure, but this has been a very pleasant meeting because as we share so many values and we also see ourselves as strategic partners, we are able to, concretely, come up with a number of areas where we think cooperation could take place and enhance a communiqué that does not look like people who were meeting for the first time ever. So, I'm very glad and we are all very excited and committed to this cooperation* [237].

Seguiu-se a este encontro, a reunião de cúpula à margem da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas em 24 setembro de 2003, onde o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro Ministro da Índia, Atal Bihari Vajpayee, e o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, encontraram-se por ocasião de um jantar oferecido pelo Presidente brasileiro em Nova York. Nesta ocasião, ficaram determinadas, no *Comunicado de Nova York*[238], as duas principais vertentes pelas quais se pretendia que o Fórum se desenvolvesse, sendo a primeira, a coordenação (representada pela articulação de posições comuns entre os três países na atuação em fóruns mais amplos) e a segunda, a cooperação (para a concepção e implantação de projetos concretos). Embalados pelo espírito das Nações Unidas, destaca-se neste comunicado a intenção de criação do que viria a ser o *Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza*.

O próximo ato político de relevância do IBAS consistiu na 1ª Comista realizada em Nova Delhi, em março de 2004. As Comissões Mistas realizadas no âmbito do IBAS são

---

[237] MRE. **Entrevista Conjunta à Imprensa dos Chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia** [06 jun. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005.
[238] MRE. **Comunicado de Nova York** [25 set. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005

motores do Fórum por proporcionarem o encontro dos chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia. Além da primeira, realizaram-se a II Comista Trilateral em março de 2005 na África do Sul, e a terceira em março de 2006, no Brasil.

Durante a Primeira Comissão Mista do Fórum de Diálogo IBAS, foram assinados um *Plano de Ação* e uma *Agenda de Cooperação*. No *Plano de Ação* foram identificados os seguintes setores para desenvolvimento da cooperação trilateral: transporte (aviação civil e navegação), turismo, comércio e investimentos, infra-estrutura, ciência e tecnologia, sociedade da informação, saúde, defesa e educação. Este era, para a chancelaria brasileira, o documento de referência para a condução das atividades de seguimento do Fórum[239]. Já a *Agenda para a Cooperação* preocupava-se em convergir as posições dos três governos em temas como multilateralismo e reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, paz e segurança internacionais, terrorismo, globalização, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social.

Mais especificamente em relação ao *Plano de Ação*, a ambição demonstrada pelo instrumento foi mais tarde responsável por grande frustração por parte dos governos envolvidos. Os objetivos listados em cada uma das áreas eram deveras extensos e demandariam de cada país um esforço hercúleo para seu desenvolvimento e implantação.

As chancelarias dos três países trabalharam, entre 2003 e 2006, em um sistema de GTs (Grupos de Trabalho) que reuniam, além de diplomatas, representantes de Ministérios do Brasil, África do Sul ou Índia, relacionados a cada tema. Haviam também os Pontos Focais, sendo estes diplomatas e/ou setores das chancelarias responsáveis por dar andamento às atividades do Fórum. Todos os projetos eram do máximo interesse e muito foi feito para que deslanchassem, mas ao final do ano de 2006, no momento da primeira reunião de cúpula do IBAS, a sensação era de que a concertação havia rendido poucos avanços. Os grupos de

---

[239] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 250]** 16 mar. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. I Comissão Mista.

trabalho encontravam dificuldades em se reunir, por vezes devidas às restrições orçamentárias ou até mesmo simples desinteresse de uma das três partes[240].

A despeito dos setores onde uma coordenação produtiva entre os três países não foi alcançada, alguns dos propósitos do *Plano de Ação* puderam ser atingidos, como o acirramento da cooperação em Ciência e Tecnologia, a efetivação de ações referente ao combate à pobreza e à fome, na figura de um fundo fiduciário e a conclusão de negociações relativas à integração logística no modal aéreo.

No que tange à cooperação trilateral em Ciência e Tecnologia, algum sucesso foi atingido em decorrência do comprometimento dos ministérios brasileiro, indiano e sul-africano relacionados ao tema. Os Ministros de Ciência e Tecnologia se reuniram em 2004, 2005 e 2006, sendo que vários *workshops* foram realizados por iniciativa destas pastas com vistas a integrar a comunidade científica do IBAS.

Em relação ao *Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza*, estabelecido em 28 de maio de 2004 como um "*trust fund*" administrado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), seu primeiro projeto, destinado ao desenvolvimento sustentável de recursos agrícolas para aumento da renda familiar, iniciou-se em dezembro de 2004, em Guiné-Bissau. O fundo, que conta com a doação de US$ 1 milhão de cada país do IBAS ao ano, implantou outro projeto no Haiti em 2006 com vistas à criação de um sistema de coleta e tratamento de lixo sólido, no contexto do programa de desarmamento, desmobilização e reinserção daquele país. Ambos são executados pelos escritórios do PNUD localizados no territórios dos beneficiados. Atualmente encontra-se em avaliação uma proposta de projeto

[240] Esta afirmativa se refere, além de impressões coletadas em entrevistas à chancelaria brasileira, à uma série de documentos consultados na pesquisa, que não serão aqui referenciados por haverem centenas deles. Na leitura da correspondência diplomática compilada são frequentes as reclamações quanto à reuniões desmarcadas, morosidade nas respostas (especialmente em relação aos indianos, mais burocráticos) e até mesmo encontros de negociação agendados (para segundo e terceiro escalão) que não obtiveram sucesso porque uma das partes (geralmente os indianos) não enviava seus representantes.

submetida pela Índia[241] que sugere o estabelecimento de centros de tecnologia administrados pelo NITT (*National Institute of Technology Tiruchirappalli*), que atua no ramo da educação, no Paraguai e na Zâmbia.

Em 2006, o Fundo IBAS recebeu das Nações Unidas o Prêmio Parceria Sul-Sul (*South-South Partnership Awards*), na categoria Aliança Sul-Sul (*South-South Alliance*). Durante a cerimônia, o IBAS foi considerado modelo de cooperação entre países em desenvolvimento[242]. Com o mesmo intuito de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, o IBAS logrou realizar o *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Econômico com Eqüidade Social do IBAS* em 2005.

Outro importante avanço concreto do IBAS se deu pela assinatura do *Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil* em 2005, que representava ainda um momento histórico da aviação civil dos três países por ser este o primeiro instrumento trilateral transcontinental sobre transporte aéreo já assinado[243]. Apesar de o Brasil já possuir acordos deste tipo com a Índia e com a África do Sul, o documento trilateral autorizava que as freqüências semanais para vôos mistos (passageiro/carga) aumentassem de 04 para 14, além de permitir que, a partir de então, a África do Sul pudesse iniciar seus vôos no Brasil ou na Índia, propiciando condições favoráveis para que empresas privadas passassem a se interessar pela rota unindo os três países.

Como último tópico[244] desta breve contextualização retrospectiva da Trilateral, encontra-se o mais importante dos eventos, ocorrido em 2006: a 1ª Reunião de Cúpula do IBAS. Até então, o Fórum de diálogo havia posto em prática uma parcela mínima das proposições acordadas em diversas ocasiões, no entanto, a partir deste antológico encontro

---

[241] A idéia anterior a esta era de que o Governo da África do Sul desenvolveria um projeto para a Palestina e o Governo da Índia para o Laos e o Sri Lanka.

[242] LANDIM, Patrícia. Brasil, Índia e África do Sul ganham prêmio por projetos no Haiti e em Guiné-Bissau. **Agência Brasil**, Brasília, 20 dez. 2006.

[243] EXTERIORES. **[Circular 55746]** 01 ago. 2005, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. Transporte Aéreo.

[244] Os temas relacionados ao Acordo de Defesa assinado pelos três países, bem como as perspectivas dos atos assinados durante a Primeira Cúpula serão tratados adiante.

que congregou o mais alto escalão dos três governos, o comprometimento do Brasil, Índia e África do Sul, em relação ao ambicioso projeto de cooperação Sul-Sul, foi reforçado.

Durante a 1ª Cúpula, foram assinados cinco instrumentos relativos a temas que há muito estavam sendo negociados ou entre os três países, ou de maneira bilateral. Em relação aos biocombustíveis, o *Memorando de Entendimento para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis*, justificava-se porque a estrutura que operava em energia (Grupo de trabalho temático) tinha uma agenda demasiadamente ampla. Este era um interesse sumariamente brasileiro, que buscava o comprometimento de dois parceiros importantes nos esforços para viabilizar a transformação do etanol e biodiesel em *commodities* energéticas[245].

Em relação à agricultura, o *Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins* era instrumento particularmente interessante para o Brasil porque cobria as áreas nas quais o país tentava há bastante tempo entabular projetos com a Índia, além disto o documento previa, por insistência brasileira, que os projetos em agricultura poderiam se desenvolver de maneira bilateral ou trilateral.

Sociedade da informação, tema contemplado por um documento no encontro, foi a área que se destacou das demais naqueles anos em razão da realização de eventos de eventos como oficinas, *workshops* e vídeo-conferências sobre as possibilidades de cooperação no contexto do IBAS. Esta é uma área, entretanto, que interessa mormente ao Brasil e à África do Sul, havendo certo descaso por parte da Índia.

A fim de impulsionar o comércio trilateral, dois instrumentos visando o estímulo ao comércio entre os três países foram assinados por ocasião da 1ª Reunião de Cúpula: o *Plano de Ação sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade* e o *Acordo sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao Transporte Marítimo*. Na impossibilidade da criação de uma área de livre comércio, os três

---

[245] EXTERIORES. **[Telegrama 358]** 03 jul. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. II Reunião Técnica do GT de Energia.

países buscavam, por meio de arranjos em áreas correlatas, preparar o terreno para o almejado aumento do comércio.

Em suma, na avalação do histórico do IBAS, infere-se que o resgate da ideologia da cooperação Sul-Sul oferece somente oportunidades aos três (excetuando-se os *trade-offs* comerciais que são comumente discutidos em profundidade bilateral ou multilateralmente). A cúpula de 2006 pode ser vista como uma tentativa de reforçar o marco legal de algumas iniciativas que se encontravam devidamente encaminhadas. Em relação a esta, deve-se louvar, então, a opção pela modéstia, uma vez que ao invés de relançar os inúmeros objetivos da trilateral, que estiveram estancados entre 2003 e 2006, Brasil, Índia e África do Sul optaram por ressaltar as iniciativas mais promissoras a fim que em seu próximo encontro – ainda não agendado – os três chefes de governo possam comemorar avanços concretos.

O relacionamento político bilateral (2003-2006)

Se analisados os desencadeamentos das relações Brasil-Índia no período de 1991 a 2006, é compreensível a surpresa causada pelo surgimento de "*um terceiro*" a partir de 2003. O relacionamento indo-brasileiro foi seguramente impactado por esta nova configuração sendo que, embora os objetivos estratégicos que os governos conservavam um em relação ao outro tenham sido mantidos sem alteração, a operacionalização de algumas das tratativas anteriores sofreu grandes reveses. Quase todos os interesses de cooperação do IBAS, apontados em seus documentos, faziam parte da antiga pauta de discussões com a Índia. Sob certos aspectos, isto causou um deslocamento das prioridades, pois já haviam problemas de coordenação suficientes com o parceiro asiático para tudo aquilo estivesse baseado em vagas questões ideológicas já que, como visto, o governo indiano mantinha interesses primordialmente comerciais em relação ao Brasil.

Embora o início da quarta fase das relações indo-brasileiras esteja marcado pelo surgimento do IBAS, no ano de 2003, também no âmbito bilateral ocorreram eventos importantes como a realização da 1ª Comista Brasil-Índia em Nova Delhi, para a qual viajou o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acompanhado de uma missão empresarial[246], além de representantes do Ministério da Saúde, Agricultura, Turismo, Ciência e Tecnologia, BNDES e Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Na primeira iniciativa deste tipo[247] entre Brasil e Índia foram realizadas reuniões setoriais referentes a combustíveis renováveis (etanol e biodiesel), transportes aéreos, saúde, educação, agricultura e pecuária (que discutiu a retomada das importações de embriões bovinos indianos).

Antes disto, também em 2003, aproveitando sua viagem ao Brasil para o evento fundacional do IBAS, o chanceler indiano, Yashwant Sinha, tratou de alguns temas da agenda bilateral. Constavam dentre seus objetivos a conclusão das negociações para a assinatura de um acordo comercial preferencial entre Índia e Mercosul, a resolução de questões burocráticas como a expedição de vistos de longo prazo para empresários, a extinção de taxas de anti-dumping aplicadas pelo Brasil para produtos indianos e ainda o pleito pelo término das barreiras fitossanitárias que impediam a Índia de exportar trigo e outros produtos agrícolas para o Brasil[248].

Em 2004 novamente ocorreu um evento de primeira linha: a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia como convidado de honra do governo indiano para as comemorações do Dia da República (aniversário da data da adoção da constituição em 1949). Frente a tantos eventos importantes neste momento onde não resta mais dúvidas que Índia e

---

[246] Composta das seguintes empresas: Rio Doce International, Norberto Odebrecht S/A, Embraer, Magnesita S/A,Volkswagen do Brasil, Empresa Maranhense de Administração Portuária, CERNAI (Centro de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional) e VARIG.

[247] Como dito anteriormente, as comissões mistas são caracterizadas pela reunião de chanceleres, acompanhados de delegações tópicas.

[248] CAFARDO, Pedro. Índia tenta fechar acordo com Mercosul. **Valor.** São Paulo, p. A10, 05 jun. 2003.

Brasil tencionavam encontrar maneiras de concretizar projetos comuns, "mais uma" visita presidencial não surpreende. Conforme mencionado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso é considerado o governante brasileiro que iniciou a aproximação com a Índia, mas a manutenção destas inclinações pelo governo posterior na condução da política externa é que permitiu a construção de um histórico positivo para o relacionamento. Neste caso, a manutenção de orientações políticas, apesar da transição governamental, provou-se extremamente benéfica.

A menção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de posse de que a Índia seria uma de suas prioridades surpreendeu os indianos, segundo o porta voz do Ministério das Relações Exteriores daquele país[249]. Destaca-se que o entusiasmo do presidente brasileiro em relação à Índia pode ser considerado um fator de estímulo ao relacionamento. Este sentimento é, inclusive, recíproco, pois Lula é admirado pelos indianos[250] por ser o líder de uma das maiores democracias do mundo, empenhado em erradicar a fome e tornar mais justa e democrática a ordem internacional[251]. Quando esteve pela primeira vez em Delhi, o presidente brasileiro foi até mesmo chamado de "alma-gêmea" pelo Ministro da Defesa indiano George Fernandes[252] e não perdeu a chance de reciprocar na primeira oportunidade tamanha receptividade se referindo às relações que o Brasil mantém com a Índia como sendo uma "parceria estratégica".

Na opinião da ex-embaixadora do Brasil na Índia, Vera Barroin Machado, a visita de Luiz Inácio Lula da Silva serviu ao propósito de consolidar a parceria com a Índia, sendo que o que fora acordado por ocasião desta visita poderia romper a "*tendência de implementação*

---

[249] MANCINI, Claudia. Brasil e Índia acertam uma nova. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 26 jan. 2004.

[250] Em relação a afinidade entre os governantes do Brasil e da Índia, ao deixar o Brasil em 2006, o Primeiro Ministro Manmohan Singh extraordinariamente (pois é considerado um político sisudo) declarou: *I have come to Brazil for the first time, but I am leaving behind a part of my heart. I thank you Mr. President for what you are.*

[251] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 133]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Encontro com o Primeiro-Ministro A.B.Vajpayee.

[252] Assim chamou o ministro ao presidente por terem sido ambos líderes sindicais, base para a construção das respectivas carreiras políticas, e pela preocupação comum pelo desenvolvimento social de seus países.

precária de entendimentos bilaterais que vinha sendo observada até poucos anos atrás"[253]. O otimismo da embaixadora se justificava também por a Índia haver superado um "*período de concentração quase unívoca nos Estados Unidos, prevalecente após os testes nucleares de 1998*" [254], o que possibilitou que outras parcerias fossem consolidadas, exemplo da nova relação com a China, a política indiana de *Look East*[255] e o *Focus Latin America*.

Durante a visita de Luiz Inácio Lula da Silva à Nova Delhi, realizou-se a Primeira Reunião da *Agenda Comum Brasil-Índia para o Meio Ambiente* (estabelecida em 1996 por meio de uma declaração conjunta) e o *Seminário Brasil-Índia: Possibilidades e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável*.

A *Agenda Comum para o Meio Ambiente* tem como objetivo estreitar a coordenação dos dois países nos fóruns ambientais multilaterais em temas como alterações climáticas e a implementação do Protocolo de Kioto, além de desenvolver a cooperação bilateral na área ambiental e do desenvolvimento sustentável, uma vez que a maioria das posições do Brasil e da Índia são convergentes. Além da Índia, o Brasil mantém essa modalidade de reunião (Agenda Comum) com apenas quatro países (China, EUA, Alemanha e Canadá). A concertação dos dois países na temática se dá também no *Grupo dos Países em Desenvolvimento Megadiversos Afins*, na UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) e nas instâncias de discussão da CDB (*Convenção sobre Diversidade Biológica*). Na área de cooperação em Meio Ambiente, a matéria mais desenvolvida até agora é referente à gestão sustentável dos recursos hídricos (os dois países deverão assinar em breve um Memorando de Entendimento a este respeito). Em 2006, o Ministro de Estado do Meio

---

[253] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 131]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Estado do Presidente à India. Pg.1.

[254] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 131]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Estado do Presidente à India.

[255] Política lançada pelo governo indiano nos anos 1990 que tinha como objetivo aumentar as relações econômicas e políticas com as economias pertencentes à ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), a fim de expandir seus mercados de exportação e captar investimentos.

Ambiente e Florestas, Namo Narain Meena, visitou o Brasil para 8ª sessão dos signatários da CDB, mas não aproveitou a ocasião para promover entendimentos com o governo brasileiro.

Em 2006, 38 anos após Indira Gandhi, um chefe de governo indiano visitou o Brasil acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Ministro do Comércio e Indústria, do Secretário de Segurança Nacional, além de uma delegação empresarial. Embora a razão principal de sua vinda fosse o encontro de cúpula do IBAS, o Primeiro Ministro Manmohan Singh reservou parte de sua agenda para se dedicar a assuntos pertinentes ao relacionamento bilateral. Em realidade, comparados aos acordos assinados pelo IBAS, os que envolveram somente Índia e Brasil foram mais assertivos, demonstrando o nível de maturidade no qual se encontravam as tratativas entre os dois países. A quarta fase das relações indo-brasileiras é tão intensa que no ano 2006 o Ministro de Relações Exteriores indiano, Anand Sharma, esteve duas vezes no Brasil, a primeira para a realização da II Comista Brasil-Índia (fevereiro) e a segunda para a III Comista ministerial do IBAS (março).

***

As demais visitas bilaterais do quarto período serão tratadas neste capítulo conforme sua finalidade, ou melhor, áreas de ênfase, nas quais os políticos buscavam negociar, estando estas divididas em comercial, Mercosul, cooperação, defesa e reforma do conselho de segurança, e ainda, OMC. Antes de passar ao próximo tópico, o comércio, deve-se mencionar, porém, um ato político de relevância para as relações indo-brasileiras, no sentido de instrumentalizar seu ferramental burocrático: a abertura de um consulado brasileiro na Índia.

Exatos dez anos após a abertura do consulado indiano em São Paulo, o governo brasileiro, através do decreto 5.808, de 19 de junho de 2006, autorizou a abertura do Consulado-Geral do Brasil em Mumbai. Em 1995 fora criado, sem a mesma expressão, o consulado honorário em Calcutá através da designação de Pradeep Khemka como titular. Cabe ressaltar que a abertura do consulado de Mumbai coloca-se em uma perspectiva mais

ampla da política externa brasileira, pois a maioria dos 29 postos diplomáticos abertos pelo Brasil desde 2003, localizava-se em países em desenvolvimento[256].

O comércio bilateral (2003-2006)

A aproximação com o Brasil na quarta fase do relacionamento bilateral continuava marcada pelos antigos interesses, adquirindo talvez maior importância pois consolidaria o plano de "*India Everywhere*"[257], uma vez que o país poderia ser utilizado como plataforma de entrada para os outros mercados latino americanos. Entretanto, apesar de ser o aspecto comercial aquele onde o sucesso da parceria entre o Brasil e a Índia se faz notar de maneira mais visível, existem limites para o intercâmbio comercial entre os dois países.

Em julho de 2005, um estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria) constatou baixa complementaridade nas estruturas de oferta e demanda entre as duas economias[258]. Para esta teoria, corrobora Chakraborty[259] ao afirmar que, com base em análises das vantagens comparativas, ambos os países possuem os mesmos atributos e, portanto, não intercambiariam significativamente em termos de complementaridade. Sendo assim, a probabilidade é de que as duas economias pratiquem intercâmbio comercial de grande porte apenas nos casos em que existam vantagens geográficas peculiares em um dos dois países. Mesmo tendo dado um salto durante a quarta fase do relacionamento bilateral em termos de valores, a pauta de exportações indo-brasileiras reflete esta premissa:

---

[256] DIANNI, Cláudia. Postos refletem ênfase na relação sul-sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2006.
[257] Slogan utilizado pela Índia durante o Fórum Econômico Mundial de Davos em 2006.
[258] FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa**. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs.
[259] CHAKRABORTY, Debashis; et all. **Brazil as a Partner: An Indian Viewpoint**. Centre de Sciences Humaines: New Delhi, 2005. 32 Pg.

Tabela 5: Exportações Brasileiras para a Índia (2003-2006)

Exportações Brasileiras	2003		2004		2005		2006	
Minérios	4%	19.410	4%	23.002	4%	46.444	20%	186.403
Petróleo, derivados, preparados…	**46%**	257.075	0%		5%	52.102	13%	117.512
Óleo de Soja (ou outros comestíveis)	**22%**	123.396	**22%**	141.757	**18%**	201.763	11%	104.330
Aviões	0%	0	0%	0	**14%**	156.267	9%	82.907
Enos	5%	25.345	5%	32.038	6%	64.133	5%	43.402
Bombas combustível (óleo ou líquidos)	0%	1.006	1%	5.305	2%	26.494	1%	12.451
Motores, partes e peças	3%	13.874	1%	4.965	1%	7.349	1%	11.354
Pedras preciosas e semi-preciosas	1%	3.732	1%	5.334	1%	8.245	1%	7.178
Etanol	1%	3.909	**14%**	92.963	**10%**	115.175	1%	4.986
Açúcar	1%	5.252	**21%**	136.730	**21%**	243.462	0%	2.800
Ar condicionado ou equip. de refrig.	1%	5.600	1%	8.388	1%	9.716	0%	2.622
Automóveis	2%	13.144	2%	12.728	0%	4.723	0%	0
Total no período US$ 1.000 FOB	**553.146**		**651.513**		**1.136.813**		**936.586**	

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Percebe-se na Tabela 5 que, apesar do surgimento de manufaturas de alto valor agregado, ainda há grande concentração das exportações brasileiras em matérias-primas (óleos brutos de petróleo) ou agrícolas, bem como nos produtos que o país compra da Índia, destaca-se o óleo diesel (conforme a Tabela 6):

Tabela 6: Exportações Indianas para o Brasil (2003-2006)

Exportações Indianas	2003		2004		2005		2006	
Óleo Diesel	**44%**	212.711	**29%**	162.921	**50%**	607.145	**42%**	618.800
Medicamentos, vacinas, preservativos	10%	48.856	11%	63.747	7%	85.960	4%	54.435
Fio, chapas, tecidos De Poliésteres	4%	21.645	6%	35.152	4%	52.094	2%	26.604
Compostos Heterociclicos	3%	15.634	5%	26.806	4%	53.276	2%	22.947
Cipermetrina e deltametrina(pesticidas)	1%	2.754	1%	3.385	1%	8.563	0%	6.444
Pigmentos ou tintas	1%	3.257	1%	5.243	1%	6.365	0%	3.403
Camisas,blusas,etc.de Algodão	0%	2.023	1%	3.002	1%	8.378	0%	2.768
Cloreto Do Ac.3(diclorovinil)	1%	3.307	1%	3.764	1%	7.010	0%	2.499
Total no período US$ 1.000 FOB	**485.741**		**555.957**		**1.202.914**		**1.473.939**	

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Apesar de mencionar muitas dificuldades, o referido estudo da CNI também aponta oportunidades de crescimento para o comércio bilateral, sendo promissores pelo lado brasileiro os produtos manufaturados de provedores especializados e semi-manufaturados de origem mineral e, pelo lado indiano, os produtos manufaturados intensivos em pesquisa e desenvolvimento e intensivos em economia de escala[260]. A rigor, esta é uma tendência que,

[260] FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa**. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs.

acentuada pela introdução dos aviões exportados pela Embraer em 2005, as exportações Brasileiras para a Índia vêm apresentando:

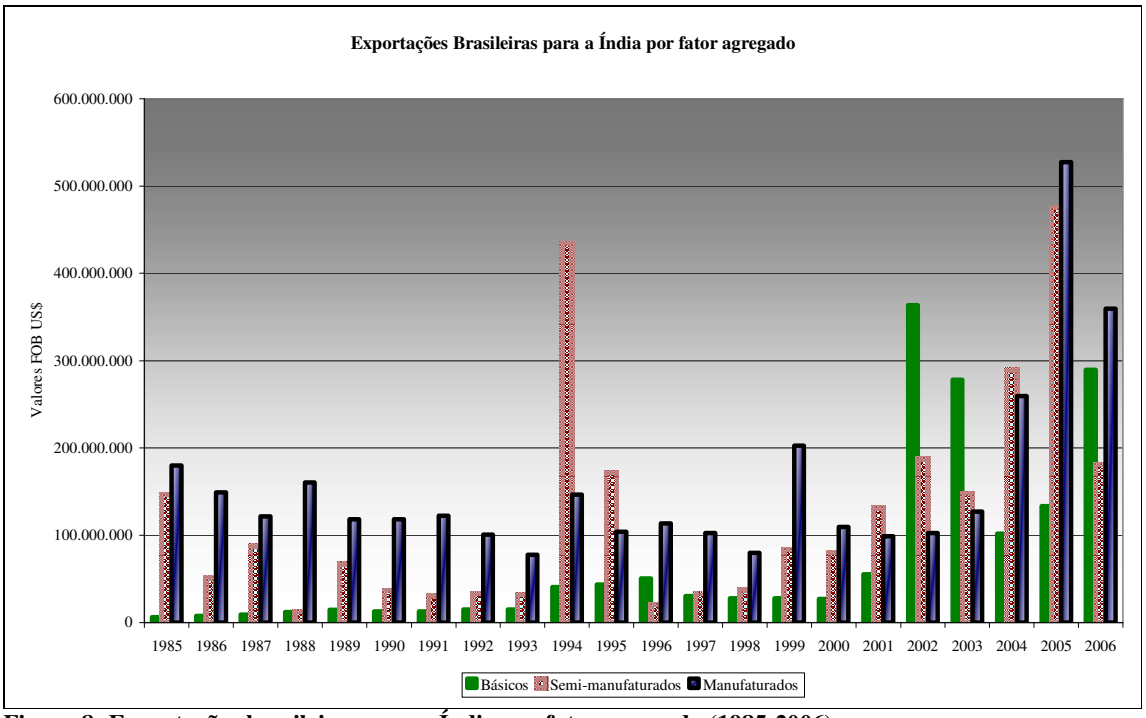

Figura 8: Exportações brasileiras para a Índia por fator agregado (1985-2006)
Fonte: MDIC. Elaboração própria

Sob esta perspectiva mais otimista, deve-se ter em conta que, mesmo sendo quase insignificantes em relação ao seu comércio total, as trocas comerciais entre Brasil e Índia já ultrapassaram US$ 2 bilhões no ano de 2006 e ainda que em dez anos as exportações da Índia para o Brasil saltaram de US$ 12 milhões para US$ 579 milhões. Esta é uma abordagem motivadora, que fez com que o cônsul indiano em São Paulo, Yogeshwar Varma[261], considerasse viável a meta de US$ 5 bilhões para 2007. Para o presidente da Agência Brasil-Índia de Desenvolvimento Econômico e Cultural, Guilherme Lacombe de Góes, a perspectiva é de que o comércio bilateral chegue a US$ 20 bilhões em 2015.

Ainda nesta linha, o presidente do Banco de Exportação-Importação da Índia, Venkat Subramanian, anunciou a meta de 300% no aumento das exportações indianas para o Brasil e

[261] REKHI, Ragvinder. Pode-se vender hamburger na Índia. **Valor Econômico**: São Paulo, 12/11/2003

demais países da América Latina até 2007. Para tanto o Exim Bank of India ampliou contratos de crédito com bancos brasileiros, como o Unibanco, o Bradesco e o Itaú[262].

***

Para suplantar as dificuldades apontadas e atingir as ambiciosas metas, os governos do Brasil e da Índia contrataram uma série de instrumentos que, a longo e médio prazo, possibilitariam o incremento do comércio bilateral. Iniciando em 2003, dentre os acordos assinados na visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, três deles se dedicavam, dentre outros objetivos, a estabelecer melhores condições de comércio entre os dois países: o *Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior*, o *Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Organização de Pesquisa Espacial Indiana para o Ano de 2004* e o *Acordo de Cooperação na Área do Turismo*.

Os documentos assinados referentes à cooperação em pesquisa espacial serão analisados junto aos da área comercial, apesar da aparente incoerência, pois, conforme comentou Celso Amorim, por ocasião da assinatura do acordo: "*O que está sendo definido é o lançamento de micro-satélites brasileiros em foguetes indianos*[263]".

A construção da parceria é de longa data. Em 1998 uma comitiva do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) viajou pela primeira vez à Nova Delhi e iniciou os entendimentos com o ISRO (*Indian Space Research Organisation*). Os encontros se seguiram quase anualmente, por convite da agência indiana, que também veio várias vezes ao Brasil. Um memorando de entendimento sobre Cooperação no Âmbito do Espaço Exterior já havia sido assinado em 2002 entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a *Indian Space Research Organisation* (ISRO).

Após um período de atividades efervescentes nesta área, em 2003 a posição era a de que um dos campos prioritários para a cooperação era o uso de veículos de indianos para o

---

[262] Índia abre linhas de crédito com bancos do Brasil. **O Estado de São Paulo**: São Paulo, 17/03/2005
[263] ROSA, Vera. Mercosul faz primeiro acordo na Ásia. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A4, 26 jan. 2004.

lançamento de micro-satélites científicos brasileiros ("*piggy-back payloads*") para uso em órbitas equatoriais e vizinhas em programas de astronomia e astrofísica. O Brasil mantém programas de cooperação espacial com a China, Estados Unidos, Argentina, Rússia, França e Ucrânia, com destaque para o último, por ser atualmente o que tem apresentado resultados mais concretos. A cooperação que busca a Índia, porém, é certamente diferente daquela que o Brasil mantém com a China em torno do CBERs-1 e 2. O "mercado-alvo" dos indianos no caso da cooperação espacial seria o Projeto ECO-8 da AEB:

> O Projeto ECO-8 é uma oportunidade comercial privada que deverá estabelecer a necessidade de construir, lançar e operar um sistema de satélites, em órbita baixa, para atender à demanda brasileira governamental e privada, e explorar o potencial mercadológico da área de comunicação governamental de baixo custo, ocupando o mais rápido possível as posições orbitais e faixas de freqüências reservadas, fomentando, inclusive, a exploração comercial do Centro de Lançamento de Alcântara[264].

Apesar de todas as tratativas já realizadas, até o período final da pesquisa nada havia ocorrido de efetivo para iniciar a parceria[265], pois isto será possível somente quando o governo brasileiro abrir uma licitação convocando os concorrentes interessados a lançar seus satélites ou quando empresas autorizadas para a ocupação do espaço destinado ao Brasil iniciarem suas negociações. De qualquer maneira, conforme Vera Barroin[266], é desejável o estabelecimento de parcerias com países que já possuem fatias deste mercado, pois a extensão agigantada da faixa de monitoramento espacial que o Brasil deverá ocupar (alcançando 90 países) levará a negociações internacionais de grande porte. Não é certo, porém, que instrumentos deste tipo melhorarão a competitividade da Índia frente à concorrência comercial de outros países.

A área de turismo, também contemplada por um documento bilateral, é uma das que apresentam boas possibilidades, uma vez que sendo tomadas algumas medidas, relativamente

---

[264] EXTERIORES. **[Telegrama 216]** 02 jun. 2000, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. Espaço Exterior. Pg.1.
[265] Conforme entrevista à Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores.
[266] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 296]** 18 mai. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

simples, o volume de turistas poderá aumentar consideravelmente. Algumas destas ações o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, já realizou se reunindo em Nova Delhi com dirigentes de empresas aéreas, redes hoteleiras e operadores de turismo, para estimular a promoção do Brasil como destino turístico. Por ser a Índia o país no mundo onde o maior número de longas-metragens é produzido anualmente, o Ministro brasileiro também se reuniu com produtores de Bollywood (a *Hollywood* indiana, localizada em Mumbai) a fim de oferecer o Brasil para locação de filmagens. Outros países que ofereceram seu território para locações presenciaram a multiplicação de turistas indianos.

Outras iniciativas na área do Turismo vêm sendo tomadas pelos dois governos e entidades privadas. Representantes da antiga Varig viajaram à Índia em 2005 para avaliar o mercado local e buscar um parceiro para instalar vôos diários entre os dois países, planos estes frustrados em função da dissolução da empresa. Os indianos, por sua vez, enviaram uma delegação do Governo de Goa para o Brasil, em 2006, a fim de promover este destino turístico. Apesar de amplas as possibilidades no setor turístico, por serem Brasil e Índia países de grandes atrativos, nas palavras do Embaixador brasileiro em Delhi, José Vicente de Sá Pimentel, *"não se pode deixar de ter em mente que a distância e a variedade de opções, provavelmente de menor custo, à disposição do turista indiano são obstáculos efetivos à ampliação do fluxo turístico para o Brasil"*[267].

Além dos atos de cunho comercial, já descritos, assinados por ocasião do encontro do Presidente Lula e do então Primeiro Ministro Vajpayee em 2003, quando seu sucessor Manmohan Singh veio ao Brasil em 2006 os dois países buscaram também promover o aumento do intercâmbio comercial através de outros instrumentos, sendo eles o *Memorando de entendimento sobre proteção fitossanitária*, o *Acordo sobre serviços aéreos*, o *Memorando de entendimento entre a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)* e o *Bureau of*

[267] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 131]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia. Pg.1.

Indian Standards[268], o *Memorando de entendimento entre a Bharat Earth Movers e a Companhia de Comércio e Construções*[269] e o *Memorando de entendimento entre a Petrobras e a ONGC (Oil and Natural Gas Company) - OVL.*

O *Memorando de entendimento sobre proteção fitossanitária* incentivava que os dois países realizem as análises de risco de pragas necessárias para que o Brasil pudesse exportar produtos como soja, milho, algodão, frutas e carne de frango, e que a Índia pudesse exportar trigo e arroz. Este instrumento é inestimável para o comércio bilateral, uma vez que, conforme o embaixador José Vicente de Sá Pimentel: "*tendo em vista o alto crescimento econômico da Índia e a expansão de sua enorme classe média, a Índia, embora praticamente auto-suficiente em alimentos no momento, deverá tornar-se um importante importador agrícola nos próximos anos*"[270].

Além de favorecer as questões já referenciadas, o memorando reforçou entendimentos anteriores relativos à questão da importação de material genético bovino da Índia. Após a publicação de decreto em 2004 revogando a proibição de importação de animais e produtos derivados da Índia, e algumas missões do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), para a certificação dos laboratórios autorizados pelo governo indiano de acordo com os requisitos sanitários brasileiros, em novembro de 2005, alguns animais puderam ser homologados para que deles fossem coletados embriões. Os procedimentos ainda carecem de ajustes, pois o governo indiano permitiu as operações a apenas três laboratórios, mas o fim da longa pendência entre os dois países deve ser comemorado.

O *Acordo sobre serviços aéreos* de 2006, memorável aos indianos por ser o centésimo deste tipo e o primeiro celebrado com um país da América do Sul, buscava aumentar o número de rotas entre Brasil e Índia, criando condições para que empresas privadas pudessem

---

[268] Que visa a cooperação em normas e regulamentos técnicos e avaliação da conformidade para construir mecanismos que auxiliem as empresas a respeito de exigências de padrões técnicos nos dois países.
[269] Para fornecimento de vagões para a Companhia Vale do Rio Doce.
[270] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 632]** 02 ago. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia. Pg.1.

ofertar o transporte. Cabe notar que, apesar de importante, este acordo (nos moldes do documento que o Brasil já havia contratado com a África do Sul), que permitia quatro frequências de vôos semanais, foi suplantado por aquele assinado no âmbito do IBAS, que permitia 14.

Em relação às atividades da Petrobras na Índia, atualmente ao amparo do *Memorando de entendimento entre a Petrobras e a ONGC-OVL*, há uma certa confusão. Dentre o material pesquisado são frequentes os casos em que a Petrobras, ao ser procurada pelo governo indiano, recusa-se a participar de projetos de prospecção de petróleo na Índia. Em 2002, por exemplo, a justificativa era de que suas zonas estratégicas prioritárias eram a América Latina e regiões de águas profundas na África Ocidental e no Golfo do México[271].

Entretanto, o acordo assinado em 2006 prevê a exploração conjunta da Petrobras e da companhia petrolífera indiana em águas profundas e a produção de petróleo no Brasil até 2010, depois na Índia e, possivelmente, ainda em um terceiro país ainda não revelado[272]. Sobre isto, na ocasião, de acordo com o atual presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, um grupo de trabalho seria criado para analisar os projetos. Passados alguns meses, ao ser consultada pela imprensa sobre operações com a ONGC, "*a Petrobras limitou-se a informar que 'constantemente avalia oportunidades em outros países' e, no momento, não há notícias sobre a Índia*"[273]. Já na imprensa indiana, a manchete é outra: "*Petrobras has agreed to share its considerable expertise in deep-sea oil exploration with OVL*[274]*"*.

O relato de um evento ocorrido em 2006, a cerimônia de transferência de 15% do bloco BC-10 Brasil, localizado na Baía de Campos, vendido pela ESSO à estatal indiana OVL (braço internacional da ONGC) por 500 milhões de dólares, é esclarecedor por salientar as

---

[271] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 539]** 17 dez. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.
[272] MAINENTI, Mariana. Lula festeja política externa. **Correio Braziliense**. Brasília, 04 jan. 2007. Pg.32.
[273] PETROLEIRA indiana negocia parceria com a Petrobras para águas profundas. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1984.
[274] CHERIAN, John. Trade Triangle. **The Hindu**, New Delhi, 26 set. 2006. Pg.2.

influências do panorama político nas atividades da Petrobras em relação à Índia, sendo que seu sacrifício foi duplo, pois além de abrir mão da compra do bloco, era justamente dali que extraía o petróleo que era vendido à Índia, por não ser este adequado às refinarias brasileiras.:

> Os discursos de todos os três representantes indianos foram permeados de agradecimentos à PETROBRAS. Como se sabe, a empresa brasileira abriu mão de seus direitos de adquirir os 15% do bloco que estavam à venda pela ESSO, a fim de permitir a sua compra pela OVL. A parte indiana deixou claro estar consciente de que a decisão da PETROBRAS foi determinada por considerações que vão além da esfera simplesmente econômica, e agradeceu também o tratamento político dado pelo Governo brasileiro ao tema.[275]

Além do interesse indiano no *know how* da estatal brasileira no manejo de reservas em águas profundas, o governo da Índia estava cada vez mais voltando seus olhos para os mercados da América do Sul, América Central e Caribe (especialmente para a Venezuela e Equador) e, neste sentido, o país preferiria entrar nestes novos mercados através de uma parceria com empresa com maior experiência e conhecimento da região, como a Petrobras[276]. Esta é uma oportunidade que não deve ser desperdiçada (a Índia produz apenas 32% de seu consumo de petróleo), apesar da vontade da Petrobras e de seu caráter independente em termos políticos.

Além dos eventos e documentos anteriormente elencados, é de extrema importância para o comércio Brasil-Índia o *Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia*, assinado em 2004. Este instrumento, além das oportunidades comerciais que propicia, tem significativa relevância política, uma vez que permite à Índia a consolidação de seus planos de *global trader*, ao se posicionar de maneira definitiva na América Latina e, por outro lado, permite que, em associação com o acordo Mercosul-SACU, a Área de livre comércio do IBAS não pareça tão distante.

---

[275] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 351]** 28 abr. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Proposta de cooperação com a Petrobras. Pg.1.

[276] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 163]** 25 fev. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Energia. Petróleo.

O acordo Mercosul-Índia

O acordo Mercosul-Índia é, apesar dos outros três países envolvidos (somados à SACU, que também está incluída nos ambiciosos planos da Área de Livre comércio do IBAS) a maneira pela qual o Brasil conseguirá negociar acordos comerciais com a Índia, pois em razão de seus compromissos com o Mercosul não pode fazê-lo de forma bilateral. Em razão disto, o entendimento do acordo reveste-se de importância.

O Acordo Mercosul-Índia foi formalizado em três etapas, sendo a primeira em junho de 2003 durante a XXIV Reunião do Conselho do Mercado Comum em Assunção, na figura de um *Acordo-quadro* que estabelecia o quadro jurídico e institucional para a negociação de uma área de livre comércio e a segunda em Nova Delhi por ocasião da visita do Presidente Lula em janeiro de 2004 (*Acordo de Comércio Preferencial* – sem os anexos que contêm listas de produtos e regras de origem, salvaguardas e solução de controvérsias). Posteriormente, em dezembro do mesmo ano, durante a XXVII Reunião do Conselho Mercado Comum em Belo Horizonte, o acordo foi concluído com ofertas de preferências fixas através de declaração conjunta. Neste mesmo evento o acordo Mercosul-SACU (South African Customs Union) foi assinado. O acordo Mercosul-Índia:

> [...] contém cinco anexos; Listas de produtos (Anexos I e II); Regras de Origem (III), Salvaguardas (IV) e Solução de Controvérsias (V). No Anexo I se especificam 452 produtos ofertados pelo Mercosul a Índia, dentre os quais se incluem: 392 com 10% de margem de preferência, 44 com 20% e 13 com 100%. No Anexo II, são listados os 450 produtos ofertados pela Índia ao Mercosul: 91 produtos com 10% de margem de preferência, 335 com 20%, 21 produtos com 100% e um submetido a quota (assignação de 40.000 toneladas de soja ao Paraguai). Apesar do acordo preferencial ser limitado na quantidade de produtos e margens de preferência, constitui-se do primeiro acordo que firma o Mercosul com um país em desenvolvimento não latino-americano[277].

Quando esteve em Delhi, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que não imaginava que em tão pouco tempo conseguiria a "proeza" de o Mercosul e a economia

[277] CESARÍN, Sergio. **La doble oportunidad para América Latina y el Caribe: China y India en la creación de cadenas globales de valor**. Vi Reunión de la Red de Estudios de América Latina y el Caribe Sobre Asia-Pacífico - REDEALAP. Buenos Aires: INTAL, 2005. Pg.21.

indiana fecharem um acordo de preferências tarifárias[278]. Isto ocorreu, apesar da surpresa, pois a idéia de um acordo bilateral com o Brasil já existia há algum tempo, sendo posteriormente estendida para o IBAS e triangulada para a SACU. Em setembro de 2000, quando visitou o Brasil, o Vice Presidente da Índia, K. Kant, reuniu-se com o então presidente Fernando Henrique para aventar a possibilidade de criação de um mecanismo informal de diálogo entre os países sul-americanos e a Índia e de um fórum de consultas Mercosul-Índia.

Logo em 2002, o Ministério do Comércio da Índia identificou os produtos de seu interesse e solicitou que o Mercosul fizesse o mesmo, pois estava empenhado em concluir as negociações o quanto antes[279]. Para reforçar esta intenção, em 2002 o governo indiano enviou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Digvijay Singh, a Buenos Aires, Montevidéu e Assunção, a fim de marcar seu compromisso com a conclusão de um acordo de preferências tarifárias com o Mercosul.

No sentido de precisar as origens da iniciativa caberia destacar, ainda, o papel do Uruguai como promotor do acordo[280]. Para este país, desproporcionalmente a seu tamanho e importância econômica, está reservado um tratamento especial por parte do setor privado indiano: a Tata Consultancy Services instalou-se naquele país para formar mão-de-obra especializada na criação de software, para construir uma fábrica de bio fertilizantes e bio pesticidas (associada ao grupo Tata), e ainda para promover as negociações para a construção de um entreposto comercial para produtos indianos, que em 2004 já estavam em fase adiantada[281]. A recíproca foi verdadeira, pois, visando a captação de investimentos indianos –

---

[278] MANCINI, Cláudia. Muitos negócios acompanham visita presidencial. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A3, 18 mai. 2004.

[279] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 851]** 05 nov. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia. Acordo de Comércio.

[280] Trata-se de tese controversa – oriunda de diversas entrevistas realizadas – e que dificilmente pode ser comprovada.

[281] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 114]** 06 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercocul-Índia. Promoção comercial. Investimentos indianos no Uruguai.

diante da impossibilidade de intercâmbio comercial relevante – o Uruguai tomou a iniciativa de conceder, sem custo, vistos com cinco anos de duração para empresários indianos[282].

A razão pela qual o segundo maior conglomerado indiano[283] concentra seus negócios no segundo menor país do Mercosul se deve ao fato de que o diretor do Grupo para a America Latina e Espanha, que opera a partir do escritório da empresa nos Estados Unidos, é um cidadão uruguaio. Esta pode ser, ainda, uma das razões pelas quais o Mercosul atendeu tão rápido às investidas indianas para a realização de um acordo: por ter de um lado o Brasil em busca de instrumentos para fortalecer o IBAS e de outro, o Uruguai a incentivar os parceiros do bloco econômico.

Em abril de 2006, dando seguimento à idéia surgida na II Reunião do GT Comércio do IBAS, em Nova Delhi, a Presidência *Pro Tempore* argentina do Mercosul transmitiu às autoridades indianas e sul-africanas, a proposta de criação de um Grupo de Trabalho Mercosul-Índia-SACU para discutir as modalidades das futuras negociações de um acordo de livre comércio trilateral[284]. Em julho do mesmo ano, novamente foi o Mercosul que entregou uma proposta de modalidades negociadoras para a expansão do acordo de preferências comerciais Mercosul-Índia. Porém, na reunião ocorrida em dezembro de 2006, a Índia apresentou nova lista de pedidos de preferências e o Mercosul não.

Atualmente, o Acordo Mercocul-Índia apresenta alguns impasses[285], derivados das negociações internas no bloco sul-americano, suficientemente complicadas, e ainda de algumas infundadas imposições indianas. São frequentes as queixas do Paraguai e Uruguai (os

---

[282] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 977]** 25 nov. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conversa com o Chefe do Departamento para a América Latina.

[283] Atrás somente do grupo indiano Reliance, o *Tata Group* é composto de 91 empresas atuantes em sete setores, além de seis operações internacionais. Somente uma delas, a Tata Consultancy Services emprega mais de 89.000 pessoas no mundo em 47 países e gerou lucros consolidados de US$ 4,3 bilhões em 2006-07.

[284] EXTERIORES. **[Circular 59405]** 15 mai. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Mercosul-Índia-SACU.

[285] Ao contrário do que ocorre com o Acordo Mercosul-SACU que adicionou no ano de 2003, dois mil produtos incluindo o setor automotivo (aproveitando a complementaridade da África do Sul ser especializada em carros de luxo e o Brasil em carros compactos) e o tratamento diferenciado ao Uruguai e Paraguai para carne, soja, lácteos, trigo e couro.

denominados PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo – do Mercosul), que solicitam preferências tarifárias especiais no mercado indiano para produtos como laticínios, vinho, lã, carnes, soja, trigo e couro, além de por vezes oferecerem resistência ao avanço das negociações.

Em relação às posições da Índia no acordo, é normal que países defendam seus interesses por meio de um certo protecionismo, mas para contribuir aos mencionados entraves à ampliação do acordo, o país negocia com rigidez exacerbada alguns pontos que seriam apenas burocráticos no processo. Isto ocorre em razão da falta de experiência e conhecimento sobre acordos comerciais preferenciais, bem como da prática internacional comum, pois todos os instrumentos bilaterais indianos deste tipo são muito recentes[286]:

> Embora a maior abertura comercial seja considerado pelo Ministro do Comércio, Kamal Nath, como um instrumento de modernização da indústria indiana e de facilitação da inserção do país na economia global, observa-se enorme cautela do governo indiano nas negociações preferenciais. Em parte isso se explica pela falta de experiência nesse tipo de estratégia e a percepção de que podem ser fontes de problemas[287].

***

Em relação ao potencial do acordo entre o bloco sul-americano e a Índia, desde o seu lançamento este foi alvo de grande interesse por parte de vários institutos, e algumas conclusões puderam ser ensaiadas. Segundo um estudo do IPEA[288] (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os produtos ofertados mutuamente, que além de tudo apresentam margens bem reduzidas, são justamente aqueles nos quais o outro país não possui vantagens comparativas, fazendo com que as preferências acordadas não provoquem impactos significativos no comércio bilateral. Sob uma perspectiva um pouco mais otimista, o estudo

---

[286] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 865]** 13 out. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia.

[287] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama907]** 16 nov. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Acordo de Alcance Parcial. Percepção do Governo Local.

[288] KUME, Honorio; et all. Índia-Mercosul: **Perspectivas de um acordo de preferências comerciais**. Texto para discussão N° 1120. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

realizado pelo *Latin America Trading Network*[289] concluiu que o aumento das exportações é possível, desde que haja desvio de comércio de outra fonte, sendo que o Brasil oferece um leque mais amplo de novas oportunidades para a Índia, pois sua lista engloba produtos de maior peso na pauta global de importações do Brasil.

Outro estudo[290] – realizado pela UNCTAD – com resultados ainda mais otimistas, atesta que, pelo método de análise de fluxo de comércio [291], o potencial de comércio entre Índia e Mercosul é de 12 bilhões. Nesta perspectiva, os produtos com importante complementaridade a serem importados pela Índia seriam: petróleo, aparelhos para transmissão em telefonia, ouro semi-manufaturado, minérios de cobre, óleo de soja, algodão e partes de automóveis. Já o Mercosul importaria da Índia preparados de petróleo (óleo diesel), fármacos (terminados ou a granel), antibióticos, partes de automóveis, partes de equipamentos e acessórios para processamento de dados e pneus de borracha novos e usados para ônibus e equipamentos pesados (sendo que nenhum destes foi contemplado no acordo).

O acordo Mercosul Índia, pela maneira como está configurado – contemplando somente alguns produtos e com baixas margens de preferências – presta-se acima de tudo à reafirmação política do IBAS, em razão de seu espelho Mercosul-SACU e ainda mais por não terem ainda, nem Brasil, nem Argentina, ratificado o documento. O responsável pelas negociações no Itamaraty, ao comentar sobre o acordo

> [...] discorreu sobre as negociações que levaram à assinatura dos Acordos Mercosul-Sacu e Mercosul-Índia,ressaltando, de forma realista, que se ainda não constituem instrumentos capazes de alterar significativamente as relações de comércio entre seus signatários, constituem, sem sombra de dúvida, importante passo na construção de um arranjo econômico mais ambicioso no médio-longo prazo. Os dois Acordos, por outro lado, refletem o que foi possível alcançar num dado momento e abrem caminho para novos entendimentos[292].

---

[289] PEREIRA, Lia Valls. **Os Acordos Comerciais do Mercosul-SACU e Mercosul-Índia: Uma Avaliação Geral na Perspectiva Brasileira**. Latin America Trading Network. 2005.

[290] UNCTAD. **Regionalism and South-South cooperation: The case of Mercosur and India**. Eleventh session, TD/XI/BP/11, São Paulo, 13–18 June. 2004.

[291] Método que identifica produtos complementares entre países considerando os itens que estes exportam para o resto do mundo, para os quais haveria demanda de importação significante no outro país.

[292] EXTERIORES. **[Telegrama 541]** 10 out. 2005, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Promoção Comercial.

O primeiro passo foi dado, mas para que o acordo se transforme em algo mais que simples propaganda política o mesmo deverá passar, ou por um aprofundamento das margens das atuais preferências ou por uma ampliação do numero de itens, criando novas preferências.

Aspectos securitários: cooperação [comercial] em defesa, CSNU e energia nuclear[293]

As relações Brasil-Índia, no que tange aos seus aspectos securitários, dá-se em uma multiplicidade de esferas. Podem ser considerados os instrumentos e eventos bilaterais no escopo das relações diplomáticas, nas quais os dois países apresentam um histórico de relações quase inexistente, somado recentemente às possibilidades trilaterais. Podem, ainda, ser abordadas as relações com aspectos comerciais relativos à capacidade brasileira – pequena, porém existente – de fornecimento de produtos bélicos para a Índia. Já no ambiente multilateral, os cruzamentos entre os dois países se dão tanto em torno das gestões comuns junto ao CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) no contexto da reforma das Nações Unidas, especialmente em relação às ações do G4, quanto às posições adotadas em relação a mecanismos como o TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear). Em um último eixo de análise encontra-se o histórico da [não] cooperação em matéria de desenvolvimento conjunto de tecnologia nuclear.

***

Em relação ao histórico de cooperação securitária entre o Brasil e a Índia, este sempre foi inócuo muito em razão do entorno geopolítico no qual estão envolvidos os dois países, estando o primeiro localizado na pacífica América Latina, adotando enfoque regional para

[293] Para a construção deste item do trabalho faz-se apropriada a introdução prévia de algumas considerações. Primeiramente justifica-se a larga explanação da geopolítica indiana (capítulo 1) por ter esta uma função de contextualização para os temas aqui tratados. Em segundo lugar reafirma-se a superioridade indiana em termos de poder no sistema internacional em relação ao Brasil, por estar o país asiático muito adiante no desenvolvimento de tecnologia bélica. Em terceiro lugar justifica-se a própria ressalva para que os elementos apontados anteriormente em relação ao complicado entorno geopolítico sejam considerados em paralelo aos eventos anacronicamente aqui descritos.

tratar as percepções de ameaça, e o segundo em um continente cercado por constantes ameaças já tendo sido atacado no século passado (três vezes pelo Paquistão e uma pela China), motivo pelo qual constantemente evoca regimes de segurança globais não-discriminatórios para garantir sua segurança na região[294].

Alguns eventos nesse sentido, entretanto, se sucederam. De modo bilateral, os contatos entre as forças armadas do Brasil e da Índia se iniciaram com modéstia através da participação, em 1995, de dois militares brasileiros na "Travessia do Himalaia", uma caminhada de 60 dias do rio Indus ao rio Ganges[295]. Em setembro de 1996, o Ministério de defesa da Índia chegou a convidar um militar brasileiro a participar do Curso de Segurança Nacional na Escola de Defesa Nacional da Índia[296], convite este que foi declinado pela parte brasileira em virtude de restrições orçamentárias[297].

Em julho de 1996 ocorre a primeira missão do National Defense College da Índia ao Brasil. No encontro os militares brasileiros discorreram sobre suas atividades referentes a benfeitorias civis (uma vez que o Brasil não tem conflitos com países limítrofes há mais de cem anos, tendo pouco a colaborar neste sentido com a Índia) e ainda sobre as operações de paz nas quais o Brasil participa. Como resultado desta visita é lamentável que o entusiasmo dos militares indianos resultou muito mais de suas impressões turísticas sobre o Brasil do que propriamente das possibilidades efetivas de uma cooperação enquanto resultado do encontro[298].

***

---

[294] SATISH, Kumar. Índia e Brasil no Cenário Político Internacional da Próxima década. *in*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Estratégias india e Brasil**. IPRI: Brasília,1997. Pg. 167

[295] EXTERIORES. **[Telegrama 391]** 27 jul. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de oficiais do exército na travessia do Himalaia.

[296] EXTERIORES. **[Telegrama 726]** 16 set. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de um oficial brasileiro no curso da escola de defesa da Índia.

[297] EXTERIORES. **[Telegrama 967]** 26 dez. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de um oficial brasileiro no curso da escola de defesa da Índia.

[298] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 799]** 18 set. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. National Defense College.

Por ocasião da visita do então Presidente Fernando Henrique, ainda em 1996, foi assinado o *Memorandum de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre a Cooperação para utilização pacífica da Energia Nuclear*, mas o instrumento nunca foi implementado (sendo denunciado em maio de 1998, em função dos testes nucleares realizados pela Índia).

O acordo nuclear assinado pelo presidente Fernando Henrique foi bastante controverso, sendo tão polêmico quanto aquele assinado com a Alemanha em 1975. A hesitação brasileira era vista até mesmo nas declarações de Fernando Henrique Cardoso nas vésperas da assinatura do acordo: "*Não houve acordo nenhum, não há nada disso, negativo. O nosso acordo é de bases puramente científicas, nada nuclear. Eu sou contra a utilização de qualquer coisa nuclear*[299]". O receio brasileiro era decorrente de que nenhum dos dois países era, à época, signatário do TNP, e ainda de possíveis associações com o poderio bélico da Índia, que já havia explodido sua primeira bomba atômica em 1974 e desde então sofria constantes pressões internacionais (os outros dois testes nucleares indianos foram realizados dois anos após a assinatura do acordo com o Brasil). O Brasil, por sua vez, apesar de não ter problemas com países vizinhos que justificassem a manutenção de um arsenal nuclear, manteve um projeto de teste nuclear em Cachimbo, denunciado pela Sociedade Brasileira de Física e pela SBPC (Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência), reconhecido e encerrado no governo Collor[300].

Não haviam, entretanto, razões para justificar tamanha apreensão por parte do governo brasileiro. O Brasil já havia assinado à época o *Tratado de Não Proliferação de Tlatelolco* e havia assinado com a Argentina um acordo de inspeções mútuas coordenadas pela recém criada ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares) com apoio da Agência Internacional de Energia Atômica. Além disto, o Brasil era

---

[299] PRESIDENTE esclarece acordo com a Índia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1996. Pg.46.
[300] FERRARI, Cristiane. Índia e Brasil: Camisa de sardinha não dá em baleias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1996.

o único país do mundo que proibia a construção de uma bomba atômica em sua constituição[301] e contava com o aval dos Estados Unidos[302].

Enquanto esteve em vigor, o memorando de entendimento nunca foi implementado, apesar da insistência do governo indiano que reiterava frequentemente o potencial deste campo de cooperação[303]. O Itamaraty atribuiu o fato, em 1998[304], a problemas orçamentários, mas fontes diplomáticas indianas haviam declarado à imprensa que o atraso na implementação do acordo "*deve-se em grande parte de um certo temor do governo brasileiro em incrementar a troca de informações numa área tão sensível, pois tem medo de uma associação negativa de sua imagem de país não atômico com os programas nucleares indianos*" [305].

Tanto temor não justificava-se, pois o rol de atividades de pesquisa propostas no acordo nuclear que o Brasil havia assinado com a Índia não apresentava caráter militar. Elas eram, em realidade, uma grande oportunidade para que os dois países desenvolvessem tecnologia conjunta em áreas como segurança nuclear, proteção radiológica, pesquisas sobre o uso do tório como combustível, medicina nuclear, esterilização de alimentos, utilização de técnicas nucleares na agricultura e fabricação de equipamentos pesados.

O uso do tório (material radioativo extraído de areias monazíticas) como combustível, um dos pontos do acordo, revestia-se de especial importância. Tanto o Brasil, quanto a Índia possuem reservas abundantes deste minério (estima-se que o Brasil detenha cerca de 30% das reservas mundiais de tório e a Índia outros 20%). Este combustível é bem mais potente e eficiente que o urânio, apesar de que em 1996 nem mesmo as grandes potências nucleares tinham condições de utilizá-lo plenamente, preferindo o urânio por ser mais abundante.

---

[301] LÔBO, Cristiana. Brasil e Índia definem acordo nuclear. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 26 jan. 1996.
[302] KRAMER, Dora. FH, de passagem para a Índia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1996.
[303] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama701]** 25 set. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Consulta sobre assuntos de interesse comum.
[304] SOTOMAYOR, Walter. Brasil rompe acordo com a Índia. **Jornal de Brasília,** Brasília, p. 14, 19 mai. 1998.
[305] BENITZ, Josué. Brasil receberá presidente indiano. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 5, 27 abr. 1998.Pg.8.

Em maio de 1998, em função dos testes nucleares realizados pela Índia, o acordo foi denunciado em coerência com a posição brasileira de que o país fazia parte de uma área livre de armas nucleares. Não muito após a denúncia do acordo, em 12 de julho de 1998, o presidente Brasileiro assinou junto à ONU os documentos de aceitação do CTBT (*Comprehensive Test Ban Treaty*) e TNP.

Energia nuclear e Índia são duas palavras que, se associadas, causam desconfiança. Conforme o *Kargil report*, elaborado pelo governo indiano para avaliar seu sistema de segurança, "*A atual indefinição na concepção sobre o uso de armas nucleares da Índia, tanto em termos doutrinários quanto organizacionais, tem sido apontado pelos formadores de opinião locais como um fator que afeta a credibilidade dissuasória do arsenal nuclear indiano*[306]". Este tipo de incoerência tornaria uma cooperação com a Índia nesta área um assunto polêmico e – ainda hoje – controverso.

***

O relacionamento bilateral em matéria de Defesa, após vários anos sem novidades (afora a já relatada visita do Ministro da Defesa brasileiro à Aeroindia, em 2001, a convite do governo indiano), ganhou fôlego em 2003 quando o Ministro da Defesa indiano, Raksha Mantri Shri George Fernandes, visitou o Brasil atraído por perspectivas de cooperação no desenvolvimento conjunto de material militar entre os dois países e pela vitória da Embraer em licitação para o fornecimento de seis aviões de transporte de autoridades para o Governo indiano[307].

Alguns meses mais tarde foi a vez do então Ministro da Defesa brasileiro, Jose Viegas Filho, viajar à Índia para a assinatura do *Acordo sobre Cooperação em Assuntos relativos à Defesa*. Este acordo, diante da impossibilidade do acirramento da cooperação em defesa advinda de dificuldades logísticas causadas pela distância, possuía também significado

[306] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 072]** 25 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico.
[307] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 512]** 08 jul. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Defesa.

comercial para o lado brasileiro, como pode ser percebido na carta enviada por Celso Amorim ao presidente da República do Brasil:

> A cooperação objeto do presente acordo poderá ter também bons reflexos na área econômico-comercial, mediante a participação de empresas brasileiras nos programas de aquisições do Governo da Índia, país em cujo orçamento nacional os gastos militares figuram com grande destaque[308].

Dando continuidade às atividades em matéria de defesa realizadas em plano bilateral, em 2004 a Fragata Indiana *Tabar*, de fabricação russa, ancorou no Porto do Rio de Janeiro para trazer uma mensagem de paz e amizade para o Brasil. Logo em seguida, por iniciativa da Diretoria de Inteligência Naval do Ministério da Defesa da Índia, dois cadetes da Marinha brasileira embarcaram no navio indiano *INS Tarangini*. Em razão do interesse indiano na capacidade produtiva de artefatos bélicos brasileira, em 2006 o Ministro de Estado da Indústria da Defesa, Rao Inderjit Singh, visita o Brasil acompanhado de uma delegação formada por representantes das indústrias de defesa indianas. Em 2006 foi a vez do Brasil retribuir o interesse e gentilezas convidando um Coronel indiano a participar do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra e ainda embarcando militares indianos na XX Viagem de Instrução de Guardas da Marinha do Navio Escola Brasil.

É importante notar que o interesse indiano na aquisição de artefatos militares brasileiros é extrema valia considerando-se que a Índia é hoje um dos principais compradores mundiais (em 2000 era o número dois do ranking), estando as suas importações anuais de armamentos na casa dos cinco bilhões de dólares. O mercado está dividido da seguinte maneira entre as duas potências: a Rússia[309] aparece como fornecedor principal de tanques de batalha e aviões de guerra enquanto os EUA provêem a Índia com uma maior variedade de equipamentos que

---

[308] Ministério das Relações Exteriores. **[Mensagem 00088]** 07 abr. 2004, Brasília [para] Presidência da República,Brasília. Pg.2.

[309] Além das vantagens comerciais, para a Rússia o comércio de armas torna-se importante para a manutenção de sua influência na região, o que é estratégico no que concerne ao projeto comum com a Índia relativo à construção de gasodutos para abastecimento do petróleo proveniente do Oriente Médio. Esta estratégia de influência executada através da venda de armamentos para a Índia, embora por razões ligadas ao combate ao terrorismo, é também usada pelos Estados Unidos na região.

vão desde helicópteros, mísseis anti-tanques, sofisticados sistemas eletrônicos de defesa até equipamentos de comunicação. Em função das relações durante a Guerra Fria, atualmente 80% dos equipamentos bélicos indianos são de origem Russo-soviética[310]. Além destes, figuram dentre os fornecedores da Índia, a França (aviões), a África do Sul (armamentos convencionais sofisticados) e Israel.

A cooperação bilateral em matéria de defesa é campo promissor no relacionamento, pois mesmo diante da sua superioridade tecnológica em relação ao Brasil, a Índia não consegue dispor de tudo o que necessita para sua indústria bélica, pois a retenção tecnológica dos países desenvolvidos é marcante:

> A grande dependência da Força Aérea indiana de aviões e helicópteros da Rússia faz com que as conhecidas limitações tecnológicas deste último país, envolvendo itens como radar, sistema de navegação e mísseis, sejam também sentidas pela Índia. As tentativas de aquisição de sistemas eletrônicos ocidentais para instalação em aviões de origem russa da *Indian Air Force* têm fracassado em função das restrições à transferência dessa tecnologia pelos países fabricantes. [...] Já a compra de radares e equipamento eletrônico para defesa aérea tem como principal obstáculo as sanções norte-americanas, cujo maior exemplo tem sido a dificuldade na obtenção do sistema de alerta aéreo Phalcon (AWACS), fabricado por Israel[311].

As atuais expectativas concretas em relação ao relacionamento securitário indo-brasileiro residem na designação de Adidos de Defesa para suas respectivas embaixadas. Os dois governos se comprometeram ainda, durante a visita do Primeiro Ministro indiano ao Brasil em 2006, a estabelecer o Comitê Conjunto de Defesa que estava previsto no Acordo de Defesa de 2003, quando o mesmo entrar em vigor, pois já foi aprovado por decreto pela parte brasileira em novembro de 2006, mas ainda tramita na parte indiana[312].

***

É possível que as tratativas de um novo acordo nuclear com a Índia reiniciem em breve. Um dos motivos é o apoio brasileiro necessário para que o acordo nuclear Índia-EUA receba

---

[310] LANSFORD, Tom. The Great Game Renewed: US-Russian Rivalry in the Arms Trade of South Asia. **Security Dialogue**. Vol. 33, no. 2 (June 2002): Pg.134

[311] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 074]** 25 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia. Pg.1.

[312] Registra-se o comentário de que, a exemplo de outras incoerências no relacionamento, o Brasil e a Índia assinaram um acordo de comércio (Mercosul-Índia) com intenções políticas e um acordo político (o Acordo de Defesa) com intenções comerciais.

o aval do Grupo de Fornecedores Nucleares, bloco dos 44 maiores fornecedores de urânio do mundo, entre eles o Brasil[313]. O comunicado conjunto da reunião de cúpula do IBAS de 2006 oferece este respaldo, pois menciona que os líderes concordaram em explorar abordagens de cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, sob as salvaguardas apropriadas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Sob a visão do Departamento de Estado Norte-americano este item da declaração conjunta representa o endosso do Brasil e da África do Sul ao acordo nuclear EUA-Índia[314]. Em se tratando de cooperação bilateral em matéria nuclear, representantes dos Ministérios da Defesa do Brasil e da Índia realizaram reunião específica em abril de 2006[315].

O interesse indiano em cooperação securitária com o Brasil parece ganhar corpo após a criação do IBAS, sendo que a Índia havia assinado um acordo semelhante com a África do Sul no ano 2000 e o Brasil assinou um Pacto de Defesa com a África do Sul em 2003. Neste contexto – o trilateral – a reunião dos Ministros da Defesa do Brasil, Índia e África do Sul em Pretória, em 2004, tratou de temas como segurança regional e internacional, destacando, dentre as áreas potenciais para cooperação trilateral, as áreas de treinamento, inclusive para manutenção da paz, combate ao terrorismo internacional, segurança aérea e marítima (incluindo combate aos ilícitos transnacionais e transporte de resíduos tóxicos e radioativos pelos oceanos Atlântico e Índico). Na reunião os ministros da Defesa discutiram as possibilidades de cooperação em produção, desenvolvimento, comércio, marketing, pesquisa e desenvolvimento e criaram um comitê trilateral encarregado de preparar um programa de atividades para a execução dos planos ali elaborados[316].

---

[313] CHADE, Jamil. Brasil busca fechar acordo na área nuclear com Índia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2007.
[314] EXTERIORES. **[Circular 61284]** 19 set. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Energia Nuclear. Índia. IBAS.
[315] EXTERIORES. **[Telegrama 212]** 18 abr. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil-Índia. Cooperação nuclear. Encontro bilateral.
[316] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 166]** 20 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. Defesa.

Em se tratando de IBAS, enquanto que a cooperação militar entre o Brasil e a Índia se encontra em estágio incipiente, entre a Índia e a África do Sul, a mesma apresenta crescente importância em razão das peculiaridades do conflito Indo-Paquistanês[317]. O acirramento das relações securitárias entre os dois países é denotado no exame dos planos, concretos e factíveis, acordados pelo do Ministro da Defesa da África do Sul, Mosiua Lekota, em viagem a Nova Delhi, que incluíam a ambição de ultrapassar o estágio atual de comércio de equipamentos militares para incluir a pesquisa e o desenvolvimento conjunto de armamentos, *joint-ventures* e comercialização coordenada de material bélico[318], configurando-se deste modo uma "parceria estratégica".

***

No que tange às posições políticas multilaterais dos dois países, fazendo-se uma breve retrospectiva histórica, nos anos 1960 a convergência entre Brasil e Índia foi a máxima possível em relação ao tema do desarmamento, o qual apoiavam, embora se recusassem a assinar o TNP. Para a Índia, que mantinha um ponto de vista securitário, o TNP era "*um instrumento de não proliferação da ciência e tecnologia*" [319], enquanto que para o Brasil, focado em questões econômicas e tecnológicas, o TNP representava "*o congelamento do poder mundial*"[320].

Após esta fase, ocorreu um distanciamento político entre Brasil e Índia até que, em meados da década de 1990, uma importante concertação os uniu novamente na ONU, sendo esta referente à reforma da instituição, mais precisamente, do Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU). A atual formatação do conselho abriga 15 países, sendo dez eleitos

---

[317] Apesar de se tratar de um conflito entre dois Estados nuclearizados, as armas atômicas são alternativas descartadas no conflito Indo-Paquistanês, sendo em realidade as armas convencionais, aquelas que decidiriam um possível embate. Neste sentido, o fornecimento de armamentos convencionais, que outrora era realizado em grande parte pela Rússia, é hoje provido pela África do Sul.

[318] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 603]** 22 out. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Africa do Sul.

[319] LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, nr 1, 2005. Pg. 38.

[320] LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, nr 1, 2005. Pg. 38.

por um sistema rotativo, com mandatos de dois anos, e cinco - Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, França e China - membros permanentes. O Chanceler Celso Amorim, em seu primeiro momento como chanceler brasileiro, lançou em 1994 a candidatura do Brasil a um assento permanente, no âmbito do lançamento do projeto de reforma do Conselho.

O processo de construção destas candidaturas (a Índia também pleiteia um assento permanente no CSNU), que se apóiam reciprocamente, é relativamente longo. Em 1993 durante a visita do Ministro das Relações Exteriores indiano, Salman Khursheed, Celso Amorim declarou que "*os dois países possuem uma clara responsabilidade para a formação de um novo consenso, que poderá se concretizar, por uma reforma da estrutura e composição do Conselho de Segurança da ONU*" [321]. Este era o início de uma cooperação que atualmente é um dos pilares do relacionamento indo-brasileiro.

Em outra ocasião, em Nova Delhi em 1994, o Ministro das relações exteriores indiano clamou ao embaixador brasileiro uma coordenação e vocalização dos dois países no tocante ao almejado assento, dizendo que até aquele momento nenhum dos dois países o havia reivindicado de forma "*pública, inequívoca e contundente*" [322]. Ele mencionou ainda que, a seu juízo, os critérios deveriam ser representatividade nas Nações Unidas, tradição democrática, peso econômico e populacional, e representatividade geográfica. Por conta disto, o chanceler indiano frisou veementemente na ocasião que o Japão, de acordo com os critérios acima elencados, não poderia ser o representante asiático. Esta posição do governo indiano, que nunca foi confirmada oficialmente, seria mais tarde reconsiderada por ocasião da criação do G4, grupo informal composto por Brasil, Alemanha, Índia e Japão, que apóia mutuamente a candidatura de seus membros ao Conselho de Segurança.

---

[321] AUMENTA a cooperação entre Brasil e Índia. **Correio Braziliense.** Brasília, 16 set. 1993. Pg.51.
[322] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 406]** 26 set. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conselho de segurança. Índia. Coordenação com o Brasil. Pg.1.

Neste incerto processo de vai-e-vem, em 1996 o então Presidente Fernando Henrique – antes de sua viagem para a Índia onde assinou com o Primeiro Ministro indiano Narasimha Rao, uma declaração assumindo a candidatura brasileira – declarou (sic):

> O Brasil não está postulando uma candidatura própria. Está postulando uma reforma do sistema das Nações Unidas e, se for o caso, participaremos dependendo de em que nível isso venha ser conveniente. O Brasil não quer, de forma nenhuma, estabelecer uma relação de competição, sobretudo regional. Nós achamos que outros países da América Latina também poderiam participar e estamos vendo com muita tranqüilidade esta matéria porque nós não temos nenhuma pretensão hegemônica. Nos fóruns internacionais Brasil e Índia sempre combinaram suas políticas e agora com um mundo em que não há mais a predominância de blocos, é possível uma maior desenvoltura nessas relações[323].

Estas tratativas culminaram na formalização do apoio mútuo para as candidaturas, em uma declaração conjunta do chanceler indiano Yashwant Sinha com Celso Amorim, por ocasião do 1º Encontro Ministerial do IBAS, ocorrido em 2003.

A formalização do apoio recíproco tardou dez longos anos e algumas explicações podem ser extraídas. No pós Guerra-fria, diante da insegurança em relação aos rumos que tomariam os encaminhamentos securitários mundiais, dois países tão longínquos, sem um histórico de relações, apresentavam baixíssimas possibilidades de cooperação política multilateral em matéria de defesa.

A desconfiança da Índia em relação ao Brasil, pode ser claramente denotada em um episódio ocorrido em 1994, quando um grupo de espionagem que vendia documentos secretos indianos do "*Indian space research organisation*", formado por cidadãos das Maldivas, indianos e russos, foi desbaratado. Surpreendentemente, sem que houvesse qualquer razão aparente, o Brasil foi citado como possível comprador do grupo espião, logo atrás do Paquistão[324]. Em 1997 ocorreu nova prova de desconhecimento, à exemplo da usual ignorância indiana em relação ao Brasil, quando um alto membro do governo da Índia

---

[323] MESQUITA, Rodrigo. Brasil deve firmar acordo nuclear com a Índia. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p.A4 25 jan. 1996.

[324] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 543]** 09 dez. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Programa espacial indiano. Espionagem. Menção ao Brasil.

perguntou ao embaixador brasileiro – novamente sem qualquer razão aparente – se a América Latina estaria às vésperas de iniciar uma corrida armamentista[325].

Outra possível causa para o retardamento do apoio recíproco na candidatura ao Conselho de Segurança seriam os testes nucleares realizados pela Índia em 1998. As explosões em Pokhran fizeram com que a pretensão indiana em ser eleita para o CSNU sofresse um sério revés, em função da percepção internacional de que a índia estaria contribuindo para maior instabilidade no sudeste asiático. A Índia, no entanto, entendia que:

> [...] sua candidatura ao CSNU é natural e legítima, tendo em vista a extensão de seu território, sua grande população, sua participação em iniciativas das Nações Unidas e o papel de liderança que exerce entre os países em desenvolvimento e que com a realização dos testes nucleares, o governo indiano, segundo se depreende de declarações de altos funcionários, acredita que a india foi alçada ao mesmo patamar em que estão os cinco membros do CSNU com poder de veto - todos eles potências nucleares -, o que, portanto, credenciaria o país de forma ainda mais inequívoca a ocupar assento permanente no conselho[326].

Na luta pelo assento permanente no conselho de segurança, Brasil e Índia têm enfrentado oposições. A mais veemente é a do Paquistão, que em 1998 declarou na Assembléia geral da ONU que o Brasil, a Índia e a Nigéria almejavam um "*free-lunch*" nas Nações Unidas e que a liderança dos mesmos não era aceita, nem mesmo, em nível regional (referindo-se especificamente ao Brasil). Em outra ocasião, em Islamabad, o governo paquistanês declarou[327] que os três países estavam "*riding piggy-back on the shoulders*" do Japão e da Alemanha, que por sua vez "*would have to carry this luggage with them*". Apesar de fortes, as declarações do Paquistão não reverberam dentre os demais membros da ONU, pois advém de seu ressentimento em relação à neutralidade desta instituição na questão da Cachemira.

Em 2004 é criado o G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), que passa a atuar assertivamente em prol da reforma do Conselho de Segurança através de declarações

---

[325] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama701]** 25 set. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Consulta sobre assuntos de interesse comum.

[326] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 307]** 13 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Testes Nucleares. Pg.1.

[327] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 76]** 24 jan. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. ONU. Conselho de segurança.

conjuntas na Assembléia Geral das Nações Unidas, além da tentativa de aprovação de um Projeto de Resolução. Esta coligação é um tanto complicada, pois carece do número suficiente de co-patrocinadores[328] (2/3 dos países) e enfrenta fortes oposições, além da concorrência de outros projetos como o da União Africana (que propõe a inclusão de 26 novos membros, sendo seis permanentes), do S5 (grupo formado por Suíça, Cingapura, Costa Rica, Jordânia e Liechtenstein) e do *Coffee Club*, formado por nações como Argentina, Colômbia e México (que desaprova a entrada do Brasil), a Coréia do Sul, o Paquistão (que desaprova a entrada da Índia) e a Argélia.

Além da dificuldade em se obter o número suficiente de votos para a aprovação de sua proposta, o G4 tem que cooptar a aprovação de cinco países específicos, aqueles que têm direito a veto. A aprovação do Reino Unido e da França já está garantida, a Rússia tem uma posição dúbia, os Estados Unidos apóiam somente o Japão ("*e mais dois ou três*") e a China veta energicamente o Japão (em função de uma rixa antiga relacionada com a ocupação nipônica da Manchúria antes da 2ª Guerra Mundial). Em razão da polêmica, o Japão não co-assinou a proposta do G4 de 2006 (que previa a criação de seis novos assentos permanentes, com poder de veto das decisões apenas depois de 15 anos, e mais quatro cadeiras não-permanentes[329]), apesar de o grupo não haver se dissolvido.

Em seu encontro no Brasil de 2006, o Presidente Lula e o Primeiro Ministro indiano declararam que a Índia e o Brasil continuariam a trabalhar conjuntamente no G4, a fim de se elegerem membros permanentes em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado e expandido, para que este seja "*mais democrático, representativo e adaptado à*

---

[328] Em novembro de 2005 os co-patrocinadores oficiais do G4 eram: Afeganistão, Bélgica, Butão, República Checa, Dinamarca, Fiji, França, Grécia, Honduras, Islândia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Maldivas, Ilhas Marshall, Nicarágua, Palau, Paraguai, Polônia, Portugal, Ilhas Salomão, Ucrânia, Eslováquia, Geórgia, Haiti, Nauru, Tuvalu e Vanuatu.

[329] MARIN, Denise Chrispim. Brasil, Alemanha e Índia retomam reforma da ONU. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 2006.

nova ordem mundial"[330]. É compreensível o afinco dos dois países em buscar um assento no CSNU: dentre os membros não permanentes, Brasil e Índia foram os países que ocuparam mais tempo uma vaga no conselho de segurança. O Brasil por 14 anos e a Índia por 12 (não consecutivos) [331]. Além disto, o Brasil já participou de 25 operações de paz da ONU[332] – enviando tropas, observadores militares, policiais e observadores eleitorais[333] – e ainda, como disse Sebastião do Rego Barros, é "*membro fundador das nações unidas [...] e, maior ou menor o papel do Brasil na ONU, suas funções sempre foram lastreadas por contribuições relevantes ao longo de mais de cinqüenta anos, que não poderiam ser tidas como gratuitas*"[334].

Os vinte de Doha

De acordo com a periodização proposta, os anos correspondentes à fase quatro das relações indo-brasileiras englobam acentuada cooperação no que se refere às negociações em curso na OMC. O fato de maior peso político foi a 5ª Conferência Interministerial realizada em Cancún, em setembro de 2003, onde surgiu o G20 capitaneado por Brasil e Índia. Além deste encontro, ocorreram duas "*Talks*" preparatórias realizadas em Genebra (agosto de 2004) e Paris (maio de 2005), e a conferência de Hong Kong em dezembro de 2005. Em 24 de julho de 2006, após um encontro ministerial em Genebra, Pascal Lamy, o Diretor Geral da OMC, suspendeu formalmente as negociações.

---

[330] BRASIL. Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da República da Índia, Manmohan Singh – Comunicado Conjunto (Brasília, 12 de setembro de 2006). Brasília: **Presidência da República**, Nota nº 562, 2006. Pg.3.

[331] LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, nr 1, 2005. Pg. 38.

[332] Integrando missões na África (Angola, Moçambique, África do Sul, Libéria, Uganda), América Latina (El Salvador, Nicarágua, Guatemala), Europa (Chipre, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina) e Ásia (Camboja e Timor Leste).

[333] BARROS, Sebastião do Rego. **A Política Exterior Do Brasil**. Ciclo de Palestras sobre a Política Exterior do Brasil. Sessão de Abertura. FUNAG: Brasília, 5 de Novembro de 1996.

[334] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 76]** 24 jan. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. ONU. Conselho de segurança. Pg.1.

Dentre as muitas articulações realizadas por Brasil e Índia na rodada de Doha, o G20[335] é sua maior contribuição, sendo que a China e a África do Sul são também considerados líderes do grupo que representa 60% da população mundial, 70% da população rural mundial e 26% das exportações agrícolas mundiais. Com a criação do G20, marco do realinhamento de forças na OMC[336], Brasil e Índia se tornaram líderes dos países em desenvolvimento. O grupo também tornou evidente que o foco da Rodada de Doha seriam as negociações agrícolas, que girariam em torno dos ressentimentos da Rodada Uruguai, que por sua vez derivam da percepção de que os países desenvolvidos se beneficiaram com a redução das tarifas industriais em países em desenvolvimento, mas mantiveram suas altas barreiras contra produtos agrícolas provenientes de países em desenvolvimento.

Como grande feito do grupo, registra-se o impasse na rodada. Através da atuação do G20, em 2003 na reunião de Cancún, as negociações não avançaram. Para analistas indianos, o "*impasse poderia ser visto como vitória, tendo em vista a desigualdade, em termos de capacidade de exercer pressão, entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos*" [337]. Além disto, as declarações do *US Trade Representative*, Robert Zoellick, de que "*Large developing countries spent too much time on tactics not negotiation*" foram vistas com um reconhecimento velado do papel fundamental de liderança que ambos os países teriam desempenhado.

Em agosto de 2003, às vésperas da Reunião Ministerial da OMC, o Embaixador brasileiro responsável pelas negociações naquele fórum realizou viagem à Índia (incluindo em seu percurso Argentina, Chile, Austrália, Malásia, e África do Sul) [338] para ter uma visão dos objetivos e prioridades desse país na rodada, de sua percepção da reunião ministerial de

---

[335] Atualmente são 21 os membros do G20: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, África do Sul, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela and Zimbábue.

[336] BERER, Felipe. O jogo de interesses na OMC. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 dez. 2005.

[337] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 729]** 19 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC. V Reunião Ministerial. Resultados.

[338] EXTERIORES. **[Telegrama 272]** 22 jul. 2003, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. OMC. Reunião Ministerial de Cancun. Viagem de coordenação..

Cancún e do futuro das negociações pós-Cancún, identificando áreas de convergência e divergência com as posições brasileiras. Esta articulação brasileira obteve sucesso quando, poucos dias antes do encontro Ministerial em Cancún, o Secretário do Ministério do Comércio e Indústria da Índia concordou com a proposta brasileira, apresentada na intervenção da delegação durante a sessão formal do Conselho Geral, em agosto daquele ano, afirmando pretender dar continuidade à sua estreita coordenação com os demais países do G20[339].

Existe mais de uma versão que explica as motivações que originaram o G20. A aproximação da Índia e do Brasil, para analistas indianos, teria ocorrido quando o Brasil ofereceu apoio à Índia para o pleito de reduções tarifárias graduais, pois a UE e o EUA haviam proposto uma fórmula que exigiria do governo indiano cortes demasiadamente acentuados em suas tarifas de importação. Em troca do apoio brasileiro, a Índia auxiliaria o Brasil a lutar pela redução do apoio doméstico e subsídios oferecidos pelos EUA e UE a seus produtores agrícolas[340], resultando da barganha, uma aliança tática. Por outro lado, o chanceler brasileiro Celso Amorim declarou em 2006 que o G20 era um resultado direto da formação do IBAS[341].

De qualquer maneira, assim como o Brasil, a Índia também necessitava forjar alianças para o encontro em Cancún para se beneficiar nas negociações em curso na OMC e, sendo assim, a iniciativa brasileira de articular e coordenar o G20 fora muito bem-vinda. Mas não foi somente neste grupo que o dois países construíram sua influência junto aos países em desenvolvimento, que somados constituem 4/5 da OMC. A articulação política do Brasil e da Índia no histórico das negociações comerciais no âmbito da ONU é muito abrangente. Este

---

[339] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 661]** 02 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Agricultura. OMC.
[340] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 709]** 15 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comércio Internacional. OMC.
[341] CHERIAN, John. Trade Triangle. **The Hindu Magazine**, New Delhi, 26 set. 2006.

fato evidencia-se pela presença dos dois, ou de pelo menos um deles, na maioria[342] dos "G's" (coligações informais) atuantes neste organismo.

Durante a reunião de Hong Kong, em 2005, formou-se o G4, grupo informal que atuava na determinação da nova agenda de negociações, também conhecido como "*New Quad*" [343], onde estavam presentes Índia e Brasil (juntamente com EUA e UE). Os dois países também atuam no N-G5, "*Non Group of five*" ou FIPs (*Five Interested Parties*), grupo que recebeu esta alcunha por reunir os atores mais importantes nas negociações agrícolas (Brasil, Índia, EUA, UE e Austrália, o líder do Grupo de Cairns). Ao grupo que se reuniu em março de 2006 para um encontro "Mini ministerial" da OMC, chamaram G6. Novamente Brasil e Índia encontravam-se presentes (reunidos com EUA, UE, Austrália e Japão). Em relação ao G8, Brasil e Índia não fazem parte, mas foram convidados para participar do encontro anual na Rússia, em julho de 2006 (juntamente com China e África do Sul).

Já dentre os países desenvolvidos, a representatividade de Índia e Brasil está assim distribuída: no G33 (que reúne 44 países em desenvolvimento, liderado pela Indonésia, focado em propostas para tratamento especial e diferenciado) está a Índia; do Cairns Group (coalizão de 18 países agro-exportadores que representa 25% das exportações agrícolas do mundo) faz parte o Brasil; no G77[344], G110[345] e NAMA11[346], ambos estão presentes.

Além da participação nestes grupos, o Brasil e a Índia influenciaram politicamente a rodada de Doha durante os diversos encontros da OMC ("Reuniões Mini-ministeriais" e *Talks*), visitas bilaterais em busca de apoio, encontros de cúpula em outros fóruns

---

[342] Índia ou Brasil só não estão presentes no G90, grupo formado pelos 79 países da ACP (África, Caribe e Pacífico, que são associados com a UE desde a Convenção de Cotonou), somados aos 49 LDCs (Less Developed Countries), que defende a manutenção de altas alíquotas de importação para prevenir importações predatórias.

[343] Sendo o "old quad" formado pelos líderes absolutos do Gatt/OMC até a reunião de Cancun, Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá. A expressão "G4 bloc" pode também referir aos líderes do G20, Brasil, Índia, China, e África do Sul.

[344] Atua em todo o sistema ONU reunindo países em desenvolvimento desde a conferência da UNCTAD em 1964. Hoje em dia é composto por 132 membros.

[345] Grupo resultante da união do G20, G33, ACP e LDCs, que assinou uma Declaração conjunta durante a reunião ministerial de Hong Kong em 2005.

[346] Grupo de negociação de países em desenvolvimento em relação ao "*Non-Agricultural Market Access*".

multilaterais, como a UNCTAD, e até mesmo "não" comparecendo em reuniões (como foi o caso em maio de 2006, quando o Brasil e a Índia se recusaram a participar de uma "mini-ministerial" com os EUA, a UE, a Nova Zelândia, a Austrália e o Japão).

Apesar da suspensão da rodada de negociações de Doha, Brasil e Índia têm muito a comemorar em função do forte protagonismo adquirido, derivado de sua mediação de poder entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Em última instância, a capacidade demonstrada pelos dois países de articularem-se frente às mais distintas posições, fez com que ocorresse a afirmação de seu papel como poderosos intermediários na OMC, pelo quê também foram muito criticados. Samir Amin acusou o Brasil de, ao invés de defender o interesse dos pobres, agir segundo os interesses dos EUA e de outras potências do Primeiro Mundo ajudando a fortalecer a OMC, que seria para ele uma potência colonial que controla os continentes pobres: "*A OMC se encontrava à beira do precipício e perderia sua força, mas os governos dos EUA, da Europa e do Japão convenceram o Brasil e a Índia a salvá-la*"[347], declarou o intelectual em 2006 .

Para o bem ou para o mal, o importante é que, de fato, a confusão reinante nas negociações da rodada era tão grande – o desentendimento dava-se não somente *entre* os países desenvolvidos e em desenvolvimento, como também *dentre* estes grupos – que justificava que Índia e Brasil cumprissem o papel de tradutores no complicado diálogo. A União Européia declarava que o naufrágio se daria pela intransigência dos Estados Unidos e do Brasil[348]. O Brasil, do outro lado, acusava a recusa européia em não ceder nas negociações agrícolas como o motivo do impasse. Ao final, a decisão de suspender as negociações deu-se em função da recusa norte-americana em cortar seus subsídios, justificando que a UE e os países em desenvolvimento não estavam oferecendo a liberalização de seus mercados em troca. Em relação ao montante de acusações alardeadas entre os países líderes no processo de

[347] CARIELO, Rafael. Brasil ajuda ricos na OMC, dizem intelectuais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2006. Pg.15.
[348] DOHA Round is stuck because of EU: Brazilian foreign minister. **Today**, Singapore, 16 nov. 2005.

negociação da OMC, aparentava que todos buscavam um bode expiatório para culpar por uma eventual falha na rodada.

Até mesmo os interesses de Brasil e Índia eram distintos. A Índia necessitava um bom acordo para sua indústria de serviços e ainda uma maneira de "exportar" seus trabalhadores especializados para os países desenvolvidos, sem que isto implicasse, entretanto, no sacrifício de seus agricultores pobres em troca do setor de tecnologia da informação, o que é perfeitamente compreensível uma vez que dois terços da população do país vive da agricultura não mecanizada. O Brasil, por sua vez, mantinha interesses relacionados a seu setor de produção industrial para serem contrabalanceados com o acordo em agricultura, sendo que este era ainda mais importante devido a sua vocação para o agrobusiness. Resumidamente poder-se-ia dizer que dentre os membros do G20, o Brasil é o mais liberal e a Índia o mais protecionista.

Ao final da última "batalha", realizada em Hong Kong em 2005, o que se obteve foi um "pacote mínimo" caracterizado pela determinação de uma data para os cortes de subsídios para a exportação de produtos agrícolas por parte da União Européia. Apesar de encontrar-se em um estágio complicado, a rodada de Doha foi suspensa por contingências de ordem prática: a conclusão das negociações não se daria até o final de 2006, o que era fundamental pois o *fast track* obtido pelo Presidente George W. Bush junto ao congresso norte-americano, autorizando que as negociações não precisassem ser submetidas à aprovação parlamentar, vencia em julho de 2007.

Caso as negociações da OMC não sejam retomadas, os prognósticos para o futuro do comércio mundial são extremamente pessimistas. Conseqüências negativas como o aumento de negociações bilaterais e, até mesmo, o renascimento do nacionalismo podem somar-se à deslegitimação da OMC como uma plataforma de negociações auto-governada para o estabelecimento de padrões mundiais de comércio. Como conseqüência desta

desestabilização, a própria reforma da Organização das Nações Unidas pode estar comprometida. Entretanto, especialistas[349] têm lembrado que em 1990 o mesmo ocorrera à Rodada Uruguai do GATT, que foi suspensa por três anos, sendo concluída de maneira ambiciosa e ampla logo após sua retomada.

No exercício de seu papel político perante a comunidade internacional o IBAS, durante a Cúpula de 2006, comprometeu-se, em sua *Declaração Conjunta*, a não poupar esforços para reativar as negociações suspensas. O empenho na conclusão das negociações multilaterais é justificado ainda, conforme Celso Amorim, pelo fato de que realizando acordos bilaterais (a única alternativa em caso de fracasso da rodada de Doha), como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou o acordo entre o Mercosul e a União Européia, o Brasil teria que fazer mais concessões e obteria menos vantagens[350].

Apesar de pertinentes, os argumentos do chanceler brasileiro perdem parte de sua força frente ao estudo realizado pelo Banco Mundial em 2005[351]. O relatório final estima que caso ocorresse total liberalização, o fluxo comercial mundial poderia aumentar em 287 bilhões por ano até 2015. Entretanto, dois terços deste ganho se destinaria aos países industrializados. O estudo aponta ainda que, enquanto países agro-exportadores como o Brasil sairiam ganhando, a maioria dos importadores de alimentos (como Bangladesh, Camarões e Moçambique) sairiam perdendo no início, em qualquer das hipóteses de acordo circuladas na OMC.

Destes breves apontamentos permanecem incertezas não somente em relação aos reais benefícios que poderiam advir da conclusão da Rodada do Desenvolvimento de Doha para países como o Brasil, mas também no sentido de precisar o quão desvantajosos seriam os acordos comerciais bilaterais, tão temidos pelos defensores de negociações comerciais em ambiente multilateral, caso os mesmos ocorressem entre países em desenvolvimento, os

---

[349] IN the twilight of Doha. **The Economist**, London, 29 jul. 2006.
[350] EXMAN, Fernando. Ministro rebate críticas e insiste no multilateralismo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03 ago. 2006.
[351] SCHIFFERES, Steve. Final round for global trade deal. **BBC News**, 21 dez. 2005. Disponível em: www.news.bbc.co.uk. Acesso em 21/12/2005.

chamados países do Sul. O exemplo do acordo Mercosul-Índia indica que países em igualdade de condições, sem que hajam assimetrias de poder, exacerbam suas características protecionistas, provocando um círculo vicioso. Entretanto, ao lidar com países desenvolvidos, respaldados por instituições fortes como a OMC, os países em desenvolvimento não vacilam em sacrificar indústrias nacionais inteiras em troca de algumas vantagens em setores específicos.

É impressionante a constatação de Cândido Mendes que, apesar de referir-se a eventos ocorridos em 1983, reflete com precisão o que ocorre contemporaneamente: "*A revisão crítica do dialogo Sul-Sul deve superar o ventriloquismo das vontades do outro hemisfério, mas o que se tenta fazer é configurar um diálogo Sul-Sul que não decalque as parcerias do norte*[352]".

A cooperação bilateral e trilateral (2003-2006)

Desde 1991, os governos da Índia e do Brasil tencionam desenvolver projetos conjuntos para o desenvolvimento de tecnologia. Nestes 15 anos, muitas áreas promissoras para a cooperação já foram identificadas, como as de irrigação, dessalinização de água, aproveitamento de óleo de castanha de caju como propelente de foguete, programas de reflorestamento, *software*, satélites espaciais[353], biotecnologia (plantação de clones de eucaliptos), química fina e produtos farmacêuticos, indústria alimentícia (processamento de frutas e bebidas alcoólicas), processamento de celulose, siderurgia (reciclagem de resíduos e sucata de zinco e de fundição de alumínio), máquinas e ferramentas, instrumentação de precisão, equipamento médico-hospitalar, odontológico e de laboratório, floricultura e horticultura (construção de estufas), produção e uso do álcool combustível, produção da

[352] MENDES, Cândido. Atrasada, a afrolatinidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 ago. 1983.
[353] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 384]** 11 dez. 1990, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do presidente Fernando Collor à Índia.

"nailon-11" a base de óleo de mamona e tecnologia para a transformação de resíduos agrícolas em óleo combustível[354], saúde, biotecnologia aplicada a agricultura, novos materiais/supercondutividade e climatologia[355], automatização de agências bancárias, chips bipolares[356].

Uma razão para a estagnação destes projetos foi apresentada pela chancelaria brasileira em 1996 ao dizer que o processo de definição das áreas prioritárias para a cooperação e composição dos comitês era caracterizado pela morosidade dos ministérios indianos e que os mesmos, para disfarçar, atribuíam à indefinição da parte brasileira os problemas encontrados para o desencadeamento das atividades[357]. Este quadro, embora não completamente superado, melhorou nos últimos anos, o que permite que a maturidade adquirida pelo relacionamento Brasil Índia após 2003 também seja percebida no âmbito da cooperação acadêmica e em ciência e tecnologia. A partir dessa fase, entretanto, a cooperação indo-brasileira se divide claramente entre bilateral e trilateral.

***

Em termos bilaterais, algumas instituições brasileiras iniciaram contatos com a Índia a fim de minimizar o desconhecimento mútuo. Em 2003, uma comitiva do IPEA com o intuito de envolver-se na cooperação com a Índia – bilateral e trilateral – visitou aquele país para oferecer apoio a programas de cooperação existentes ou ainda a serem definidos. Desta visita resultou a constatação que alguns tópicos mereceriam atenção especial a fim de que projetos conjuntos de cooperação fossem desenvolvidos: segurança alimentar, políticas de saúde pública, biotecnologia, política industrial, troca de experiência na formulação e implementação de política econômica e administração financeira, para os quais a Índia seria o

---

[354] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 174]** 31 mar. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Transferência de tecnologia.
[355] EXTERIORES. **[Telegrama 876]** 12 nov. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Visita do Vice Ministro.
[356] FERRARI, Cristiane. Intercâmbio Brasil/Índia é marcado pelo desequilíbrio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1988.
[357] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 678]** 07 ago. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Coop. em C&T.

grande beneficiado[358]. Em 2006 uma Delegação do Conselho Federal de Economia visitou Nova Delhi para conhecer a experiência indiana em matéria de desenvolvimento econômico e explorar oportunidades de cooperação e negócios com a Índia e agendar a assinatura de um memorando de Entendimento com a *Indian Economic Association*[359] (que nunca foi efetivado).

Neste enfoque de troca de experiências de gestão, uma comitiva do Ministério de Recursos Hídricos da Índia visitou o Brasil em 2003 a fim de conhecer os programas ambientais relativos às pessoas deslocadas pela construção de usinas hidroelétricas. Em 2004, o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, esteve em Nova Delhi para participar de seminário sobre administração fiscal nos estados indianos, organizado pelo Instituto Nacional de Finanças e Políticas Públicas. Este convite do governo indiano demonstra o interesse pela experiência brasileira em matéria fiscal (o brasileiro foi o único representante de governo estrangeiro convidado)[360].

Na área de cooperação em educação, em 2003 a UNESCO organizou uma missão à Índia com representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde do Brasil, que tinha por objetivo proporcionar aos referidos funcionários brasileiros, o contato com as experiências de erradicação do analfabetismo, educação a distância e uso de soluções inovadoras de aplicação de novas tecnologias de comunicação e informação à educação e à saúde. Em 2005 foi a vez da Capes enviar uma missão à Índia para superar o "*knowledge gap*[361]" entre ambos os países no âmbito da cooperação educacional e acadêmica, e manter entendimentos com vistas à assinatura de um acordo, o que de fato ocorreu em fevereiro de

---

[358] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 899]** 21 nov. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.
[359] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 321]** 20 abr. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Delegação.
[360] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 027]** 09 jan. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.
[361] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 958]** 30 nov. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Cooperação Educacional

2006 quando os dois países concluíram o *Programa de Intercâmbio de Cooperação no Campo da Educação*.

Na área da saúde, além dos entendimentos anteriores em relação ao comércio de medicamentos, registrou-se nesta fase a participação do Ministro da Saúde Brasileiro no encontro "*Global Partnership to Stop TB*" de Nova Delhi, que analisou o atingimento da meta de redução de tuberculose em países em desenvolvimento, presidindo a sessão sobre tuberculose e HIV. De um modo geral, as ações bilaterais de cooperação em matéria de saúde são modestas[362], como a missão de parlamentares indianos, organizada pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS, que visitou o Brasil em 2005 para contatar os representantes do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde. Em relação a esta área de cooperação, nenhum instrumento bilateral específico foi assinado recentemente entre os dois países, estando as atividades desenvolvidas ao amparo do *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina* de 1998.

A cooperação no combate ao HIV poderia ser benéfica ao governo indiano, no sentido do aproveitamento da experiência brasileira, mas as circunstâncias demográficas e culturais da Índia não permitem. Ao ser perguntado sobre atividades de cooperação no combate à Aids em andamento, quando esteve no Brasil em 2003, o Ministro das relações Exteriores indiano, Yashwant Sinha, respondeu que companhias indianas já vinham fornecendo vários ingredientes do coquetel anti-aids à indústria e ao governo brasileiro com preços altamente competitivos[363], sugerindo que o entendimento indiano de uma cooperação em saúde se dava através do plano comercial. Além disto, conforme a embaixadora Vera Barroin:

---

[362] Já no âmbito do IBAS o componente tecnológico da área da saúde está sendo bem desenvolvido.
[363] CAFARDO, Pedro. Índia tenta fechar acordo com Mercosul. **Valor.** São Paulo, p. A10, 05 jun. 2003.

> A possibilidade de lançamento de programa semelhante ao brasileiro esbarraria não apenas em fatores culturais, a dificultar campanhas de conscientização, mas também financeiros (a parcela do orçamento destinada à saúde é de apenas 1.2%). A multiplicidade de doenças endêmicas e de alta mortalidade no pais (hepatite B, "haemophilus influenzae" tipo b (Hib), ainda não incluídas no programa governamentais de imunização, além da malária e tuberculose), faz com que a AIDS, por seu estigma, seja considerado num contexto mais amplo e menor prioridade.[364].

Além das iniciativas mencionadas anteriormente, algumas são eminentemente promissoras, oferecendo grande potencial para cooperação bilateral no desenvolvimento de tecnologia conjunta como as áreas de energia, combate à pobreza e agricultura.

Na área de segurança energética, desde a década de 1980 a Índia demonstra interesse pela tecnologia brasileira de fabricação e uso do etanol[365]. Em consulta aos arquivos do Itamaraty, são diversas as manifestações do governo e setor privado indiano neste sentido, justificadas pela preocupação daquele país com a redução do seu nível de auto-suficiência em petróleo que era de 63% em 1989-1990, caindo para 32 % em 1999-2000[366].

Neste sentido, as iniciativas ainda apresentam-se modestas na quarta fase do relacionamento bilateral, sendo que registrou-se somente a vinda ao Brasil de uma Missão do Governo do Estado de Uttar Pradesh para estabelecer cooperação técnica em projetos para produção e utilização de etanol como combustível[367]. Um Memorando de entendimento havia sido assinado entre Brasil e Índia em 2002 (entrando em vigor somente em fevereiro de 2006) a fim de respaldar a transferência de tecnologia e o fornecimento de equipamentos para a produção, uso e distribuição de etanol por parte do Brasil.

Sob uma ótica equivocada, o acordo, para alguns organismos brasileiros como o CIMA (Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool), sobrecarregava a parte brasileira com demandas de consultoria e de compartilhamento tecnológico no campo do etanol combustível,

---

[364] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 218]** 15 mar. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Anti-retrovirais e a indústria farmacêutica indiana.
[365] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 396]** 17 dez. 1992, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Proalcool. Pedido de informações.
[366] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 700]** 25 out. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Uso do etanol combustível.
[367] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 08 out. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Etanol.

sem mencionar claramente qualquer contrapartida à altura por parte do Governo indiano. A vantagem deste acordo para o Brasil residiria na possibilidade de exportação do excedente brasileiro de etanol para a Índia e ainda o fato de que caso a Índia optasse efetivamente pela produção de larga escala de etanol, o incremento do setor ajudaria a regular os preços do mercado de açúcar, o que seria favorável ao Brasil, sendo ainda que "*uma cooperação técnica Brasil-Índia no campo do etanol combustível poderia dar maior concretude ao relacionamento bilateral, podendo ainda angariar dividendos políticos a médio e longo prazos"* [368], conforme especialistas do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Em suma, o interesse indiano pelo etanol brasileiro é de longa data, já existem marcos legais para a implementação de atividades concretas e o Ministério do Petróleo e Gás Natural indiano busca insistentemente desenvolver a cooperação com o Brasil, já que a demanda atual do produto é de cinco milhões de litros anuais e a capacidade produtiva instalada de 1,8 milhões de litros. Uma cooperação efetiva favoreceria o relacionamento bilateral no sentido de tornar o parceiro sul americano de fato estratégico para a sustentação do crescimento indiano através da garantia de sua segurança energética, considerando-se o acelerado crescimento que o PIB indiano deverá experimentar nos próximos anos e ainda sua dependência do petróleo importado[369].

O que tem acontecido, entretanto, é que o governo brasileiro – não se envolvendo com os entendimentos na área de etanol entre os dois países – tem deixado para trás a oportunidade de estabelecer alguma demanda de tecnologia indiana em troca da assessoria no uso do etanol, e o setor privado indiano tem buscado realizar investimentos no Brasil de maneira autônoma. O fato de que empresas indianas como a Bajaj Hindustan, a *Rajshree Sugars and Chemicals* ,

---

[368] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 053]** 08 fev. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Reunião Técnica. Pg.1.

[369] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 363]** 29 abr. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. II Comista. Subsídios. Energia.

a Renuka e a Reliance estejam considerando investir no Brasil adquirindo terras para plantio de açúcar e refinarias para a produção de etanol[370] é extremamente positivo para a balança comercial do país, mas por outro lado evidencia que o governo brasileiro não está posicionado como fomentador destas iniciativas, o que daria maior peso político para este, frente ao governo indiano.

Além do etanol, em matéria de energia, registrou-se o interesse do governo brasileiro em cooperação no desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos (tema anteriormente tratado), marcado pela relutância indiana em dividir seus conhecimentos acumulados sob alto custo político e ainda pela resistência brasileira em ver seus programas associados à indústria bélica nuclear.

A cooperação no combate à pobreza, conforme discutido no capítulo 5, era também tema que propiciaria grande vantagem aos dois países em eventuais trocas de experiências bem sucedidas. Neste sentido, em 2006, a convite do Ministro das Cidades Olívio Dutra, a Ministra de Estado para o Emprego Urbano e Alívio à Pobreza do Governo da Índia, Kumari Selja, visitou o Brasil para examinar as possibilidades de cooperação nas áreas de habitação e saneamento, no âmbito do Fórum de Diálogo Brasil-Índia-África do Sul. Durante o encontro, foram tratados temas como as diferentes técnicas e materiais empregados na construção de habitações de baixo custo no Brasil e na Índia, programas de urbanização de favelas e dos programas de fomento para a criação de novos postos de trabalho para jovens[371].

Em decorrência destes contatos, foi assinado em setembro do mesmo ano o *Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de Assentamentos Humanos*. O instrumento foi instituído de modo bilateral, apesar de envolver questões as quais se pretende que sejam tratadas no Fórum Trilateral, em função da existência do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul*

---

[370] BALARIN, Raquel. Índia quer duplicar comércio com Brasil. **Valor Econômico**. São Paulo, 06 set. 2006.
[371] EXTERIORES. **[Telegrama 068]** 01 fev. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil-Índia. Assentamentos Humanos.

para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos, assinado em setembro de 2005, em Nova York por ocasião da Oficina sobre Mobilização de Recursos para Assentamentos Humanos em Cidades de Países de Renda Média, organizada pela Rockefeller Foundation.

Em relação à cooperação Brasil-Índia em temas sociais, é muito ilustrativa a posição da Ministra indiana Kumari Selja que se mostrou interessada em estabelecer algum tipo de cooperação bilateral com o Brasil, "*embora tenha sublinhado várias vezes que a pressão demográfica sofrida pela Índia impede que programas de complementação de renda sejam implementados de forma massiva em seu país*" [372]. A significância disto é que programas brasileiros como o bolsa escola, bolsa gás, bolsa alimentação, e o programa nacional de saúde universal seriam irreproduzíveis na Índia, entretanto programas baseados na experiência indiana na área de micro-crédito seriam muito bem vindas no Brasil. Outro fator limitante à cooperação bilateral indo-brasileira em questões sociais reside no conceito incorporado pelos governos dos dois países. O Brasil parte de uma visão de "combate" à pobreza, enquanto a Índia utiliza um princípio de "alívio" para a pobreza.

A cooperação em agricultura poderia estar em um patamar elevado do relacionamento bilateral, entretanto, durante a quarta fase do relacionamento o único evento registrado neste sentido foi a visita ao Brasil do Ministro da Agricultura indiano em 2005. Desde a abertura econômica indiana, em 1991, as duas instituições responsáveis por pesquisas em agricultura no Brasil (EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e na Índia (ICAR – *Indian Centre for Agricultural Research*) mantém a expectativa de operar em conjunto.

As vantagens estariam em que, estando os dois países em uma mesma faixa de clima – tropical e subtropical – as condições agrícolas seriam parecidas. Desde o início da década de 1990, a EMBRAPA tem interesse em espécies melhoradas de algodão, frutas, hortaliças e especiarias como o cravo da Índia, sendo que ofereceria aos indianos, em contrapartida, os

---

[372] EXTERIORES. **[Telegrama 068]** 01 fev. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil-Índia. Assentamentos Humanos. Pg.1.

resultados de suas próprias pesquisas, como uma variedade de milho mais rico em proteínas[373]. Os dois organismos mantiveram entre 1995 e 2000 um Plano de Trabalho, mas um amplo acordo que cobrisse um cronograma mais ambicioso de atividades conjuntas nunca foi assinado entre os dois governos. Para sanar esta deficiência de instrumentação jurídica, foi assinado instrumento trilateral no âmbito do IBAS em 2006 prevendo cooperação em agricultura.

***

Além da participação dos Ministérios e entidades acima citados no fomento à cooperação indo-brasileira e IBAS, destacam-se as atividades do MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil) que atuou de maneira constante durante o período 2003-2006, obtendo resultados mais concretos nos projetos de cooperação trilateral que envolveram também a África do Sul, do que nos projetos bilaterais com a Índia.

Em termos bilaterais, o CNPq e o *Council for Scientific and Industrial Research* (CSIR) assinaram em 2004 um convênio que permite o dispêndio de recursos dos dois organismos para a concessão de bolsas de intercâmbio de cientistas e pesquisadores do Brasil e da Índia. Em 2006, dentre os acordos bilaterais assinados quando da visita de M. Singh, Brasil e Índia celebraram o *Acordo bilateral de cooperação científica e tecnológica* em substituição ao instrumento de 1985, que não oferecia respaldo para as atividades já desenvolvidas ou a desenvolver, pois havia sido ratificado pelo Congresso Nacional de maneira tal[374] que todos os demais documentos assinados pelos dois países, baseando-se neste acordo não passavam de meras declarações de intenções[375]. Este avanço se deveu em grande parte pela concertação

---

[373] MESQUITA, Rodrigo. Criação de empregos na Índia surpreende Cardoso. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 28 jan. 1996.

[374] Com a seguinte observação: "São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em implementação do Acordo".

[375] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 094]** 20 fev. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia. Necessidade de revisão de dispositivo.

dos Ministros de Ciência e Tecnologia no âmbito do IBAS que refletiu-se também no relacionamento bilateral.

Em termos trilaterais o papel do MCT é de destaque nos desenvolvimentos do IBAS. Desde que iniciou a cooperação entre os três países, já foram realizadas três reuniões ministeriais, sendo que na primeira, em 2004, foram identificadas as áreas prioritárias para cooperação, e nas duas seguintes, em 2005, foram definidos os coordenadores temáticos em cada país e ainda foi criada a vertente de cooperação em Sociedade da Informação. Graças a estas medidas, o IBAS já realizou oito *workshops* temáticos, sendo quatro deles na área de saúde, um em nanotecnologia, um em oceanografia e um em sociedade da informação (*e-governance*).

***

No balanço realizado previamente à Primeira Reunião de Cúpula do IBAS em 2006, os representantes (Pontos Focais) dos três países concluíram que em relação à cooperação, alguns setores estavam se encaminhando em ritmo mais avançado – Ciência e Tecnologia e Sociedade da Informação – enquanto outros apresentavam resultados ainda incipientes – como Energia, Agricultura, Saúde e Educação. Durante esta reunião foi determinado ainda que, para o bom andamento dos trabalhos nos diferentes grupos, deverá haver concentração de esforços em áreas prioritárias, sendo que as iniciativas deverão ter um enfoque transversal: "*O setor de energia deverá, nesse sentido, atuar em coordenação com os setores de comércio e meio ambiente. Os GTs de Ciência e Tecnologia e Saúde, por sua vez, também deverão procurar atuar de modo coordenado, em temas selecionados*" [376].

Ao que parece, apesar dos encaminhamentos mínimos obtidos na cooperação em ciência e tecnologia no âmbito do IBAS, que podem ser considerados ótimos se comparados aos resultados atingidos em dez anos de tentativas bilaterais, muito deve ser feito para que das

[376] EXTERIORES. **[Telegrama 59949]** 26 jun. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. VI Reunião de Pontos Focais. Pg.1.

várias iniciativas surjam além dos projetos, aplicações práticas. Ou isto, ou caberá ao Brasil, Índia e África do Sul esperar que fortuitamente, em alguma das reuniões que congregam seus cientistas, surja alguma idéia espontânea, genial o suficiente para que possa ser utilizada como libelo do fórum trilateral.

7 CONSIDERAÇÕES TRANSVERSAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

> "Não poríamos a mão no fogo por nossas opiniões: não temos tanta certeza delas. Mas talvez nos deixemos queimar para podermos ter e mudar nossas opiniões."
> *Nietzsche*

No início do presente estudo foram contemplados fatores conceituais que aproximam Brasil e Índia. Nas considerações finais, entretanto, serão tratados os elementos que apartam os dois países, pois, de fato, as diferenças entre eles são muitas. Samuel Pinheiro Guimarães[377] colaborando neste sentido, aponta aquelas relacionadas às questões de formação: enquanto a Índia é uma civilização milenar e oriental, o Brasil tem uma formação histórica recente e sujeita às influências da sociedade internacional ocidental. A Índia é um importante berço de religiões e filosofias, enquanto o Brasil simplesmente importa as ideologias ocidentais.

Para Narayanan[378], a distância geográfica, cultural e histórica são o maior obstáculo para a aproximação das economias da Índia e do Brasil. Soma-se a isso a tendência indiana a uma aproximação com a *commonwealth* ao invés de com os países sob a tutela do "império norte-americano". Sob o ponto de vista de alguns cientistas sociais indianos, as relações entre Brasil e Índia sempre estiveram sob a influência das relações destes dois países com os

---

[377] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro. Ano 41, No 1. 1998. pg. 109

[378] NARAYANAN, R. India and Latin America. in PRASAD, Bimal. **India's foreign policy: studies in continuity and change.** New Delhi: Vikas, 1979. Pg. 277.

Estados Unidos. Pode-se, desta maneira, explicar o distanciamento ocorrido até o final da Guerra Fria uma vez que a Índia não dividia posições comuns com os EUA em função das tensões na Cachemira, Vietnam, Bangladesh e ainda pela invasão soviética do Afeganistão[379]. O Brasil, visto como "quintal" dos norte americanos, compreensivelmente não era priorizado pela Índia em suas relações externas.

Para Maria Theresa Mesquita Pessoa, diplomata brasileira que esteve lotada na Índia por quatro anos, as razões pelas quais os dois países tem dificuldades em se aproximar residem no fato de que o Brasil não faz parte do entorno geopolítico da Índia, não é *commonwealth* e não possui diáspora indiana, além do que os dois países possuem projetos nacionais muito distintos. Outrossim, para a diplomata, os indianos mantém uma visão "subsaariana" do Brasil.

Além dos distanciamentos anteriormente apontados, outras razões são sugeridas como restrições à aproximação dos dois países pela ex-embaixadora brasileira na Índia, Vera Barrouin Machado: a existência de outras prioridades maiores, a adoção por ambas as economias de modelos de desenvolvimento introjetados, a pesada burocracia presente em ambos os países, as dificuldades de transporte e comunicação e a percepção recíproca de que as condições físicas e econômicas semelhantes tornavam os países concorrentes no mercado internacional[380].

Enfim, pode-se dizer que as relações Brasil-Índia são paradoxais. Se por um lado estes são países de características tão semelhantes a ponto de serem agrupados nas mesmas categorias taxionômicas (conforme visto na introdução), por outro são condicionados por cosmovisões tão distintas – advindas de seu desenvolvimento histórico – que impressiona a possibilidade de um diálogo político. Considerando-se estas possibilidades extremas, a análise

---

[379] CHAKRABORTY, Debashis; et all. Brazil as a Partner: An Indian Viewpoint. Centre de Sciences Humaines: New Delhi, 2005. Pg. 01.

[380] MACHADO, Vera Barrouin. Brasil-Índia: Parceria em consolidação. In, JUNIOR Alberto do Amaral; SANCHEZ, Michelle Ratton. **Relações Sul-Sul, Países da Ásia e o Brasil**. São Paulo. Aduaneiras, 2004. Pg. 237.

dos eventos que promoveram sua gradual aproximação, entre 1991 e 2006, foi capaz de estabelecer alguns dos desafios e oportunidades presentes no relacionamento destas duas nações.

***

O estudo das relações Brasil-Índia (1991-2006) deu-se, dentre outras razões, objetivando estabelecer para estas um histórico holístico e abrangente. Neste sentido, ao longo dos capítulos três, quatro, cinco e seis, os atos de um governo em relação ao outro foram desdobrando-se em distintas categorias, das quais se buscou entender a gênese, na medida em que surgiam.

Como resultado desta proposição, arquitetaram-se as quatro fases do relacionamento, através das quais foram entabuladas breves discussões relativas às matérias que, embora dissemelhantes, pontuam com igual ênfase a agenda bilateral dos dois países. Estes assuntos, os quais não se poderia reproduzir conclusivamente por sua abundância, foram tratados como se tivessem o mesmo peso, pois as tentativas de aproximação entre os dois países são tão difusas que, na iminência do surgimento de uma nova área de cooperação, para lá se destinam todos os esforços ao custo da continuidade de projetos mais antigos.

Para rematar as discussões anteriores, além dos pontos já levantados nos capítulos que antecedem a este, algumas considerações poderiam ser extraídas do relacionamento Brasil-Índia nas áreas relativas ao **comércio bilateral**, às **perspectivas em políticas multilaterais** e à **cooperação em ciência e tecnologia** no Fórum IBAS. Dentre todos os aspectos dissertados ao longo do trabalho, estes apresentariam com maior probabilidade a capacidade de conceder materialidade às intenções políticas envolvidas nas relações indo-brasileiras. Consoante com os objetivos preditivos – as oportunidades do relacionamento – ao qual o presente estudo se propôs, intremeteu-se a concepção de transversalidade.

A idéia de transversalidade nas Relações Brasil-Índia está relacionada com a característica plurilateral que as mesmas adquirem após a criação do IBAS. Este evento impacta a desenvoltura bilateral destas relações, fazendo com que as áreas de entendimento (cooperação, concertação política e comércio) sejam rearranjadas e distribuídas em três esferas (bilateral, trilateral e multilateral).

Entretanto, mais que vicissitudes, a transversalidade pela qual foi acometido o relacionamento político-diplomático indo-brasileiro traz a oportunidade de que sejam identificadas as vocações pertinentes a cada camada do relacionamento, para que nelas sejam concentrados os esforços governamentais, conforme sua natureza (bilaterais, trilaterais ou multilaterais).

***

As relações bilaterais (comércio)

Apesar dos avanços demonstrados no período estudado, correspondente a 15 anos (1991-2006), percebe-se que o avanço no fluxo de trocas entre os dois países deixa a desejar, se traçado um paralelo entre as relações comerciais Brasil-Índia e outros eventos. Após o ano 2000, a corrente de comércio indo-brasileira apresenta crescimento significativo em relação aos períodos anteriores, entretanto não acompanha a evolução do volume de exportações mundiais como um todo, conforme demonstrado na Figura 9:

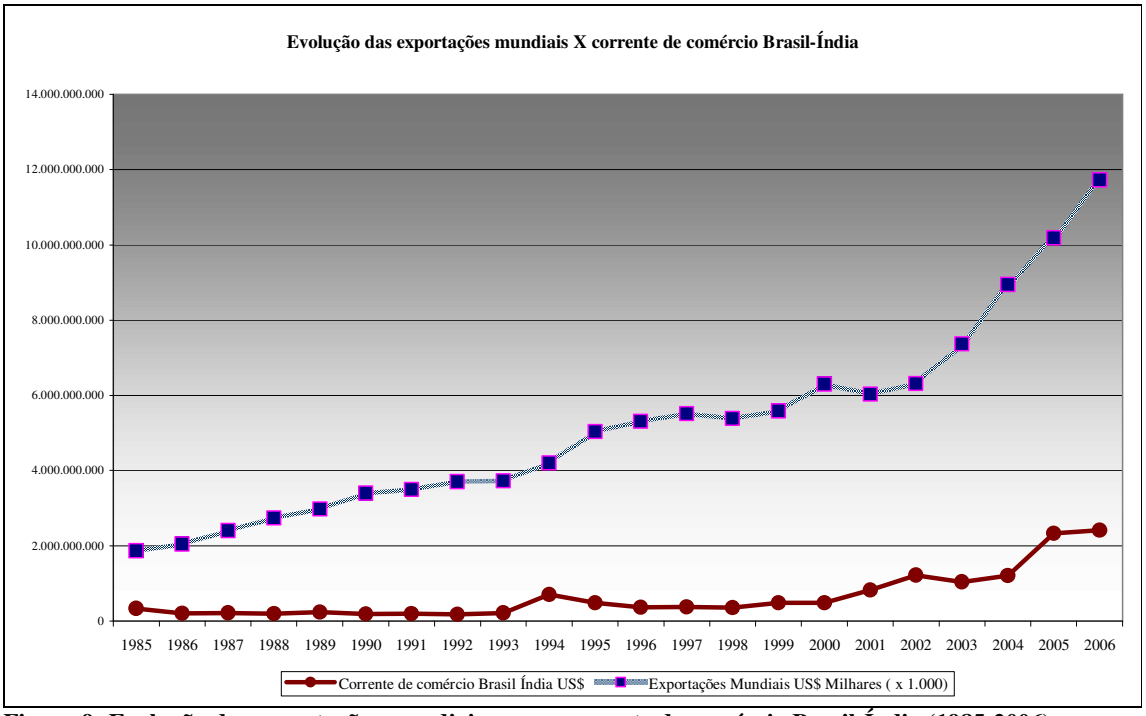

Figura 9: Evolução das exportações mundiais *versus* corrente de comércio Brasil-Índia (1985-2006)
Fonte: MDIC e UNCTAD. Elaboração própria

Em outro comparativo, utilizando-se um enfoque regional, a corrente de comércio Brasil-Índia tampouco acompanha o crescimento do fluxo de importações ou exportações provenientes de, ou destinadas à China e Ásia:

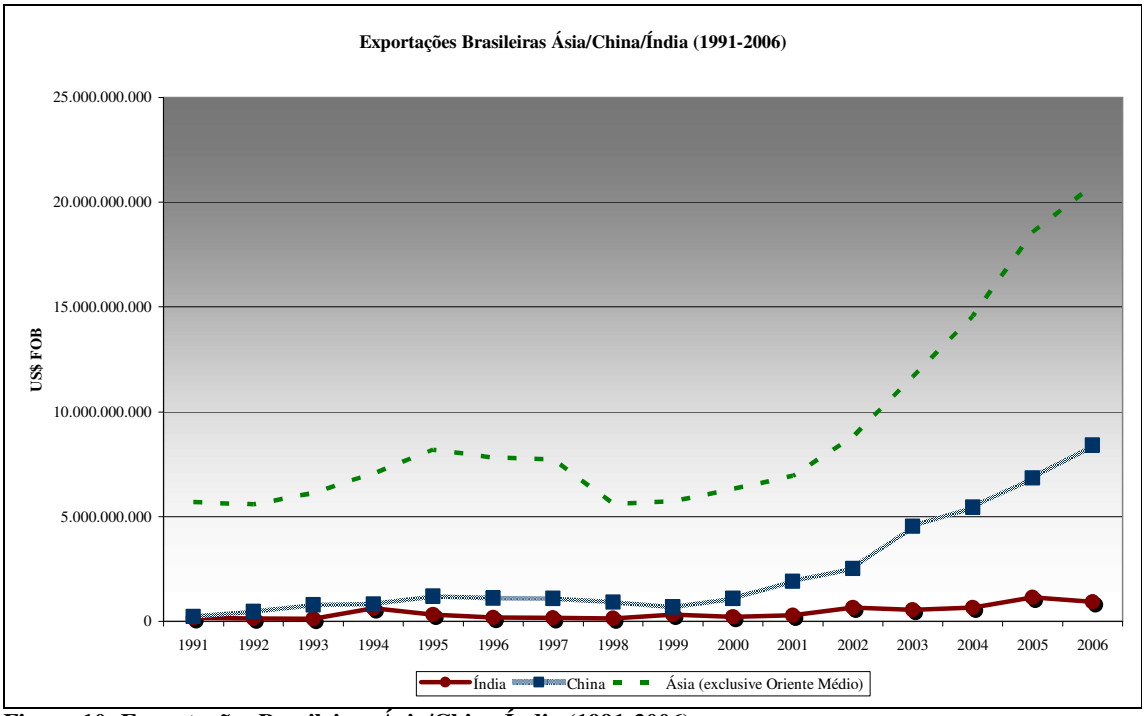

Figura 10: Exportações Brasileiras Ásia/China Índia (1991-2006)
Fonte: MDIC. Elaboração própria.

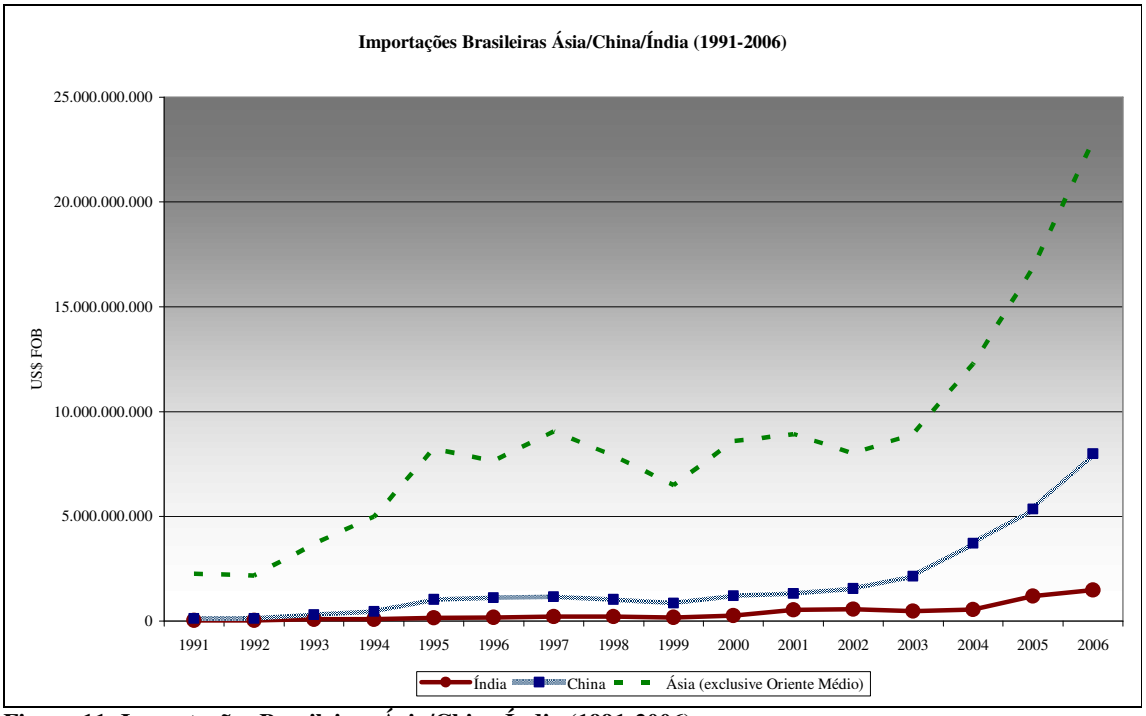

Figura 11: Importações Brasileiras Ásia/China Índia (1991-2006)
Fonte: MDIC. Elaboração própria

Neste sentido, destacam-se algumas barreiras, que são peculiares ao comércio indo-brasileiro, evidenciando-se particularmente, aquelas causadas pelo **desconhecimento mútuo**, pelo **protecionismo comercial** e ainda pelas **dificuldades logísticas**.

***

Em relação à falta de familiaridade dos brasileiros para com os indianos e vice-versa, era de se esperar que, após 15 anos de aproximação continuada, o problema seria, ao menos parcialmente, superado. Entretanto no ano de 2005, o embaixador brasileiro na Índia, José Vicente de Sá Pimentel, repetia uma sentença que há muito era proferida pela diplomacia brasileira: "*o desconhecimento, mais do que a distância, separa os dois países*"[381].

O desconhecimento existente entre os cidadãos do Brasil e da Índia, decorrente das diferenças apontadas, resulta em algumas declarações pitorescas. Em entrevista a um jornal brasileiro, o Ministro das relações Exteriores indiano declarou certa feita que achava que

[381] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 366]** 29 abr. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico. Pg.12.

"Índia" estava presente em *Belíndia*[382] porque existem índios no Brasil – e não porque existem pobres na Índia: "*De modo geral não temos nos saindo tão mal a ponto de merecer que o nome da Índia seja usado num contexto pejorativo*", disse ele[383].

Não somente a elite governamental, mas também os povos dos dois países se desconhecem, como descreveu uma jornalista: "*A falta de aproximação contribui para o desconhecimento total e absolutos dos indianos sobre as coisas do Brasil. Eles confundem brasileiros com Italianos e só alguns poucos já ouviram falar de Pelé e do futebol – as únicas referências*"[384].

Para se somar a este rol de declarações, o ex Embaixador da Índia no Brasil mantinha a seguinte impressão:

> Para a maioria dos indianos o Brasil é essencialmente o grande e distante país do café, carnaval e Amazônia e possivelmente a maioria dos brasileiros também vê a Índia como uma distante terra do chá, cultura antiga, tradições religiosas, yoga, misticismo e Mahatma Gandhi. Nada errado com isso, exceto o fato de que ambos os países são hoje tudo isso e muito mais[385].

Precisamente em relação ao desconhecimento do setor privado, os indianos desconhecem o perfil econômico brasileiro, que se trata de um país dotado de tecnologia sofisticada. Por parte dos brasileiros, existe um "*virtual desinteresse do empresariado brasileiro por este importante mercado*[386]".

Em 2002, o Itamaraty contratou um consultor indiano[387] que veio ao Brasil para investigar as razões deste desinteresse, reportando um escasso conhecimento do potencial de mercado asiático, em particular da Índia, entre os executivos das principais associações de classe e empresas com as quais conversou. Ele também identificou ser percepção corrente

---

[382] Termo cunhado por Edmar Bacha para associar o Brasil à pobreza da Índia e à riqueza da Bélgica.
[383] VARGAS, Berilo. Índia vê semelhanças com Brasil e busca aproximação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 set. 1993. Pg.32.
[384] KRAMER, Dora. FH, de passagem para a Índia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1996. Pg. 32.
[385] BUDHWAR, Prem. Índia e Brasil possuem muitos pontos comuns na diversidade. **Correio Braziliense.** Brasília, 03 fev. 1992. Pg 3.
[386] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 087]** 17 abr. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico
[387] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 625]** 13 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

entre empresários brasileiros que os preços indianos para alguns dos produtos exportados por suas empresas para o mercado externo são menores do que aqueles prevalecentes em mercados tradicionais tais que EUA e UE.

Em suma, para se precisar a "distância" entre o Brasil e a Índia, não se deve recorrer à ciência geográfica, mas sim à história que dotou os dois países de passados, de tal maneira distinto, que não permitem a possibilidade de que algum cruzamento histórico promova a identificação cultural entre os dois povos, necessária para o reconhecimento e entendimento mútuo.

***

Em relação às práticas de defesa comercial, enquanto obstaculizadoras do comércio entre o Brasil e a Índia, é comum nos dois países a utilização de mecanismos como salvaguardas, anti-dumping ou restrições quantitativas. Em relação às medidas anti-dumping, entretanto, o Brasil e a Índia se revelam países com distintos níveis de protecionismo. Conforme os registros da OMC, ao final do ano de 2006 o Brasil apresentava uma listagem de 44 produtos (contra 21 países) aos quais a aplicação de direitos deste tipo estavam vigentes, enquanto que os mesmos números para a Índia correspondiam a 293 produtos (contra 27 países[388]). Outro fato digno de nota é que durante os anos de 2005 e 2006 a Índia foi obrigada, após revisão por parte da OMC, a retirar medidas aplicadas sobre 17 produtos, enquanto que o histórico do Brasil apresentava a suspensão espontânea de direitos sobre quatro produtos durante o ano de 2004, incluindo-se nestes, pneus de bicicleta de origem indiana, o que demonstra novamente que a Índia utiliza-se deste mecanismo mais frequente e irredutivelmente.

Contra a Índia, o Brasil tinha (em dezembro de 2006) os seguintes direitos anti-dumping vigentes:

[388] Em ambos os casos, a União Européia conta como uma unidade.

- Fios, telas e sacos de Juta (impostos em 1992)

- Cravo para ferradura (2004)

- Barras de aço inoxidável (2004)[389]

Já a Índia, à mesma data, mantinha contra o Brasil:

- Poli-iso-butileno (2002)

- Álcool acíclico (impostos em 2003)

- Eletrodos de grafite, grau UHP (2003)

- Polióis em chapa de matéria flexível de peso molecular de 3000 a 4000 (2005)

- Borracha Nitrílica NBR-IV (2005)

- Borracha de etileno-propileno-dieno EPDM (2006)

Durante o período à que se refere este trabalho, o Brasil investigou os seguintes produtos indianos: Chapas de tereftalato de polietileno (filmes de PET) e chapas de outros poliésteres, côco ralado e alho, estando todas já concluídas sem imposição de direitos. Já a Índia investigou (estando ainda alguns destes em andamento): fibras acrílicas (em processo de imposição de direitos), bisphenol A, policloreto de vinila – PVC, açúcar, óleos vegetais comestíveis (a investigação foi suspensa em função de uma elevação tarifária em 2002 que a tornou desnecessária).

Dentre todos os produtos acima apresentados, um deles, os sacos de juta, recebeu atenção especial do governo indiano no encaminhamento de suas relações com o Brasil, pois se tratava do principal item exportado para o Brasil até a aplicação de sobretaxas em 1992, sendo desde então tema de constantes reclamações. Em 1993, o Ministro de Relações Exteriores, Salman Khursheed, declarou, em visita ao Brasil, que este motivo levaria a um

[389] Consta apenas da relação de Direitos antidumping e Medidas de Salvaguarda em vigor do MDIC. Não aparece na relação da OMC.

esfriamento dos negócios entre os dois países[390]. O fato se repetiu na visita de Yashwant Sinha (Ministro das relações Exteriores) em 2003[391].

Em 2000, o Ministro da Indústria Têxtil (Kashiram Rana) visitou o Brasil especialmente para tratar das exportações de sacos de juta e entrevistar-se com o MDIC, onde declarou que a indústria de sacos de juta é de extrema importância para a economia da Índia, por ser este país o maior produtor mundial. Entretanto, os empresários indianos que acompanhavam o Ministro manifestaram-se satisfeitos com o comércio bilateral, considerando sem importância os direitos anti-dumping contra sacos de juta. O apelo, tão recorrente do governo indiano, torna-se ainda mais improcedente se analisados os volumes destas exportações: até a imposição dos direitos em 1992, o valor máximo que as importações brasileiras atingiram foi de 925 mil dólares sendo que, mesmo após as salvaguardas, a Índia mantém uma exportação regular de fios e tecidos de juta estabelecida em uma média de US$ 1.055.000,00 (1993-2006).

Além do fato de que o pleito do ministro indiano de têxteis não parecia justificável, o mesmo comentou em sua visita que os dois países adotavam a mesma postura em relação aos mecanismos de defesa comercial na OMC, rejeitando seu uso com fins protecionistas, e que a manutenção de tais direitos não se coadunava com o discurso brasileiro sobre o tema. Entretanto a Índia, como foi anteriormente demonstrado, é que tem adotado estes mecanismos junto à OMC, e ainda com mais frequência após a revogação das restrições quantitativas às importações em abril de 2001, em função do aumento da concorrência à qual foi exposta a indústria local. Segundo a Embaixada brasileira, "*declarações de autoridades indianas parecem indicar que o país não tem intenção de abandonar a prática*", o que se confirma na declaração do Ministro do Comércio, Murasoli Maran em 2002, de que a Índia não se absteria

[390] MALTA, Cynthia. Trocar software por tecnologia agrícola. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 16 set. 1993.
[391] CAFARDO, Pedro. Índia tenta fechar acordo com Mercosul. **Valor.** São Paulo, p. A10, 05 jun. 2003.

de acionar nenhum mecanismo lícito para se proteger de concorrência externa que ameaçasse a produção local[392].

Em relação a este tema, o discurso do Ministro Celso Amorim durante a 1ª Comista em 2003, contém tanto uma alternativa, quanto uma explicação para as barreiras, deste tipo, impostas ao comércio bilateral, sendo a primeira a proposta de um mecanismo de *early warning* para prevenir a proliferação destes contenciosos, e a segunda o entendimento das ações anti-dumping sobre produtos brasileiros e indianos como um "*mau sintoma de um fato positivo*"[393], porque demonstra o crescimento do comércio bilateral.

As altas tarifas indianas, a despeito do acordo com o Mercosul que, como visto, é mais simbólico do que qualquer outra coisa, também contribuem para dificultar as exportações brasileiras. Em 2004 a Índia reduziu o pico tarifário (como o governo indiano costuma chamar de a tarifa média daquele país) de 30% para 25%, sendo que ainda assim haviam 14 tarifas acima deste percentual[394]. A Tabela 7 ilustra as diferenças tarifárias entre os dois países:

Tabela 7: Tarifas brasileiras e indianas 2005

	Índia		**Brasil**	
	Pico Tarifário	*Tarifa Média*	*Pico Tarifário*	*Tarifa Média*
Todos os produtos	49,8	18,3	31,4	12,4
Produtos Agrícolas	114,5	37,6	35,5	10,3
Produtos Não Agrícolas	34,3	15,4	30,8	12,7

Fonte: OMC. Elaboração própria.

Apesar de prejudicar as exportações brasileiras para a Índia, as altas tarifas daquele país, para André Nassif, são consideradas um exemplo a ser seguido:

> [..] uma lição importante que a Índia continua oferecendo ao Brasil é prudência na liberalização comercial unilateral em relação às tarifas consolidadas na OMC. Isso lhe confere maior flexibilidade para utilizar o instrumento da proteção tarifária com objetivos de política industrial e de promoção do desenvolvimento, além de propiciar ao governo indiano maior fortalecimento e liderança nos fóruns de negociações comerciais em âmbito multilateral[395].

---

[392] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 432]** 13 jun. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC.
[393] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 830]** 29 out. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comissão Mista Brasil-Índia.
[394] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 164]** 18 mar. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia. Negociação de acordo de liberalização comercial.
[395] NASSIF, André. **A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: Lições para o Brasil?** Textos para Discussão nr. 107. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Pg.72.

***

Além das barreiras já elencadas, o comércio Brasil-Índia é também prejudicado por dificuldades logísticas, seja por contingências reais ou por impressões do empresariado dos dois países. Uma pesquisa realizada em 2005 tratou de conhecer as opiniões dos empresários do Brasil, África do Sul e Índia, a respeito do processo de realização de negócios com os países do IBAS:

> Os custos de transporte, especialmente do frete marítimo, foram apontados como o principal desestímulo no comércio. [...] Outros aspectos mencionados foram altos custos de passagens aéreas, tarifas telefônica e serviços postais, comparativamente àqueles em vigor com respeito aos Estados Unidos e Europa[396].

A despeito de tantas queixas, o início de uma solução para o problema das rotas aéreas ocorreu em 2005, quando o IBAS assinou memorando a este respeito, e em 2006 quando Brasil e Índia assinaram o *Acordo sobre serviços aéreos*. Neste sentido, espera-se que, em breve, companhias aéreas da trilateral ofereçam, em regime de *code sharing*, vôos com escala na África do Sul, sendo que até o momento a Air India já demonstrou interesse em associar-se a alguma empresa aérea brasileira[397]. Cabe mencionar que, apesar da queixas dos empresários, existe oferta diária de vôos interligando Brasil e Índia, via Europa.

Em relação ao transporte marítimo, somente em 2006 um acordo a este respeito foi assinado, no âmbito do IBAS. Entretanto, há bastante tempo a rota pela África do Sul estava sendo utilizada no transporte com a Índia, o que já havia oportunizado melhora nos custos de frete. O tema do transporte marítimo é um tanto polêmico, pois ao mesmo tempo em que armadores indianos não se interessam em estabelecer serviços entre o Brasil e a Índia[398], alegando que não há volume[399] de carga containerizada, empresas como a United Arab

---

[396] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 815]** 13 out. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. Cooperação empresarial.

[397] A Varig, antes de encerrar suas atividades na configuração que tradicionalmente ocupava, sendo pioneira nos mercados internacionais, já havia avançado bastante no reconhecimento do mercado indiano.

[398] TALWAR, Priyanka. IBSA pact fails to spur maritime trade. **India Times**, New Delhi, 28 dez. 2006.

[399] O volume atual é de 400 a 500 containeres por semana, sendo 1500-2000 o mínimo necessário para justificar o investimento. Além disto, a maioria das exportações indianas são transportadas em container, enquanto as exportações brasileiras para aquele país são em sua maioria carga a granel, o que requer outro tipo de navio.

Shipping mostram-se extremamente satisfeitas com o desempenho de suas linhas da rota Brasil-Argentina-Índia, inauguradas em 2001. Também a companhia marítima brasileira Figwal, visando o aumento de 30% na movimentação de cargas entre os dois países entre no início da década de 2000, assinou um acordo com a empresa indiana AFL Private, em 2004[400].

***

As perspectivas do relacionamento bilateral, frente a estes constrangimentos, justificariam os inúmeros investimentos (apontados nos capítulos três, quatro, cinco e seis) que o governo indiano realizou com o intuito de aumentar suas exportações para o Brasil, país este que ainda tem por percorrer boa parte do caminho já trilhado pelos indianos. Sendo a pauta indiana de exportações para o Brasil mais diversificada que o inverso, a tendência é de que os volumes dos inúmeros itens que aqui encontram mercado, aumentem. Um equilíbrio da corrente comercial, entretanto, é possível. Recorrendo-se novamente ao estudo realizado pela CNI, a suspeita de que os dois países sejam concorrentes é eliminada:

> Brasil e Índia não podem ser considerados como fortes competidores pelo mercado internacional. A interseção dos produtos que ambos os países têm vantagens comparativas reveladas representam menos que 1/3 do número total de produtos que Brasil e Índia revelaram vantagem comparativa, bem como da receita auferida com a exportação destes bens. Adicionalmente, ao se avaliar os destinos dessas vendas, verifica-se que a competição é ainda mais restrita. Excluindo-se Estados Unidos e Europa, as vendas brasileiras são mais voltadas para a América Latina, enquanto para a Índia o principal mercado é a Ásia[401].

Deve-se reconhecer, entretanto, que as economias do Brasil e da Índia tampouco são complementares. Utilizando-se de mecanismos de fomento ao comércio bilateral que privilegiassem a aquisição dos produtos nos quais os dois países têm vantagens comparativas, seria possível atingir um fluxo comercial satisfatório, mediante o desvio de outros mercados, conforme pode ser percebido na Tabela 8:

---

[400] MANCINI, Cláudia. Muitos negócios acompanham visita presidencial. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A3, 18 mai. 2004.

[401] FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa**. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs.

Tabela 8: Produtos indianos e brasileiros com vantagens comparativas.

	Nº de produtos com vantagem comparativa	**Dentre estes, quantos foram comprados pelo outro país?**	**Mas quanto foram comprados do Brasil pela Índia, ou vice-versa?**
Brasil	**792**	**719**	154 (A Índia ficou em 8º lugar como comprador considerando-se somente esses produtos)
Índia	**1315**	**1188**	428 (O Brasil ficou em 4º lugar como comprador considerando-se somente esses produtos)

Fonte: FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs. Elaboração própria.

Outras condições, porém, deveriam ser satisfeitas para que esta situação de cooperação comercial perfeita ocorresse. Em primeiro lugar, o mercado deveria respeitar a intervenção plena dos Estados brasileiro e indiano na determinação de suas fontes de suprimento. Neste sentido, por sua cultura empresarial - em muito dependente de apoio governamental - e longo passado planificador, a Índia teria mais possibilidades. Entretanto, seu esforço dá-se no sentido contrário, estando aquele governo a incentivar, cada vez mais, as exportações para a América Latina.

Na impossibilidade de que sejam governados os movimentos do mercado, a capacidade dos Estados, mediante concertado empenho político, residiria na superação dos desafios anteriormente apresentados.

Neste sentido as relações indo-brasileiras carecem de instrumentos capazes de compelir o setor privado ao diálogo. Por intermédio de esparsas iniciativas, assim chamadas porque ainda é possível identificá-las e mensurá-las, configuradas em missões empresariais[402] e programas de incentivo, o governo indiano demonstrou ser possível abrir mercado em países com os quais tradicionalmente não operava. O Brasil estaria até mesmo mais bem preparado para semelhante empreendimento (por haver se utilizado de estratégia parecida em relação aos países africanos e do Oriente Médio na década de 1970), entretanto, subestima a obstinação

[402] O governo brasileiro deveria dedicar-se ao entendimento do relacionamento entre o setor privado e o estatal na Índia. Deveria ainda, na medida do possível, utilizar-se das mesmas técnicas, como por exemplo o fomento à participação internacional em feiras setoriais, pois o governo indiano frequentemente convida missões importadoras de produtos de tecnologia de ponta, com despesas pagas.

indiana que, como visto, paulatinamente conquista fatias cada vez maiores do mercado brasileiro.

O segundo obstáculo anteriormente apontado, o protecionismo comum aos dois países, também poderia ser superado. Seja para repercutir a ideologia de um "Sul" unido, seja para aproveitar a possibilidade de intercambiar produtos mais elaborados, por estarem os dois países em nível semelhante de desenvolvimento tecnológico, Brasil e Índia, novamente mediante concertado empenho político, poderiam consolidar as tratativas do acordo de preferências comerciais já instituído. Em relação ao terceiro desestímulo ao comércio, o aumento dos volumes transacionados que as ações anteriores proporcionariam, trariam como consequência melhorias na oferta de transporte interligando Brasil e Índia como consequência natural do crescimento da demanda de serviços logísticos.

Para que o comércio entre Brasil e Índia atinja níveis pujantes, a fim de refletir a importância que os dois países supostamente se atribuem, a concertação da vontade política de seus governos seria demandada, conforme dito anteriormente. A questão residiria então, em determinar-se em que medida Brasil e Índia se atribuem **importância política**.

As relações trilaterais (cooperação)

O termo cooperação se destaca no âmbito das "relações trilaterais Brasil-Índia", por ser este campo o mais promissor do Fórum de Diálogo formado em conjunto com a África do Sul. A pesquisa apontou a trasladação do impulso colaborativo que antes pertencia ao plano bilateral Brasil-Índia para o trilateral, uma vez que da maneira pela qual o tema era conduzido anteriormente, não angariava resultados. A incorporação da África do Sul às atividades bilaterais de cooperação, pressupõe a irreversibilidade do modo como estas se configuravam

anteriormente. Como visto, este fato é extremamente positivo, pois o ritmo indo-brasileiro de cooperação era marcado por excessiva morosidade e nenhuma concretude.

No desenvolvimento dos capítulos anteriores, o tema foi praticamente esgotado, uma vez que os fatos correspondentes à construção conjunta de tecnologia ou soluções para problemas sociais, de infra-estrutura e de governança foram raros ou mesmo inexistentes. Esta constatação explica o otimismo em relação ao IBAS, pois, assim como na questão do comércio, no que tange à cooperação em ciência e tecnologia, empenho político concertado faz-se necessário. Neste sentido, três países conseguem, até mesmo por razões aritméticas, mobilizar um apanhado maior de esforços com vistas a transformar em projetos concretos os muitos planos já realizados. Consideram-se "muitos" os planos porque pressupõe-se que o IBAS seja herdeiro de 15 anos de tentativas bilaterais e, além disto, o Fórum traçou para si metas extremamente ambiciosas, como visto no Capítulo 6.

Além desta vantagem, o IBAS, por ter sua origem baseada no ideário Sul-Sul consegue, através de seus projetos, tornar a iniciativa muito popular aos olhos da comunidade internacional - prova estar o prêmio recebido pelo fundo de combate a pobreza mantido pela trilateral. Muitos outros temas poderiam conferir projeção internacional ao IBAS, como o engajamento do fórum na mobilização pela preservação dos recursos hídricos, combate à biopirataria e na área de sociedade da informação, já em andamento.

As perspectivas de que o sucesso da primeira iniciativa - o Fundo IBAS - seja estendido aos demais temas de cooperação, ainda em fase de gestação, residem principalmente na superação de problemas de gestão. Com base na experiência da cooperação indo-brasileira pode-se apontar, como uma debilidade a ser vencida, a pulverização da ação governamental. São muitos os ministérios, agências, e setores do corpo diplomático dos três países que estão envolvidos, tratando, cada qual de maneira isolada, do mesmo assunto. Como um agravante encontra-se a duplicação da desordem quando estes organismos tentam desviar seus esforços

para tratar dos mesmos temas em esfera bilateral. O premiado Fundo IBAS, aliás, não é sequer administrado pela trilateral, talvez sendo esta a razão de seu sucesso.

Reveste-se de certa urgência a materialização de outros projetos bem sucedidos na área de cooperação do IBAS, pois os constrangimentos existentes para o aumento do fluxo de comércio ou para uma atuação homogênea em organismos multilaterais são quase que intransponíveis, como concluiu Kume ao avaliar o acordo Índia-Mercosul: "*as negociações comerciais "Sul-Sul" não têm revelado dificuldades menores do que as enfrentadas no âmbito "Norte-Sul*" [403]. Como determinante do sucesso ou derrota da iniciativa, encontra-se mais uma vez a **importância política** atribuída um ao outro (assim como nas questões comerciais bilaterais).

Em relação a um dos objetivos propostos no presente trabalho – o de identificar o IBAS como positivo ou negativo para as relações Brasil Índia – apesar das muitas críticas realizadas, não há intenção de que se estabeleça uma posição maniqueísta a respeito destas relações. Conclui-se, então, que da trilateral advém somente impactos positivos para o plano bilateral, sendo que somente o impulso dado pela África do Sul aos antigos planos de cooperação já é extremamente benéfico.

Em relação aos desafios e limites do IBAS, alguns ajustes na sintonia da concertação política junto aos fóruns multilaterais, acompanhados da "materialização" das relações entre os três países por meio de uma efetiva cooperação tecnológica, poderia fazer com que, de fato, a tríade fosse respeitada como um bloco político coeso – em razão de sua determinação em aprofundar seus laços – e forte – enquanto característica intrínseca da soma de suas economias, território e população. A questão central reside na probabilidade de que Brasil, África do Sul e Índia, se empenhem na construção desta materialidade, visto que, na direção de potências econômicas, a forca de atração é concêntrica, quase natural.

---

[403] KUME, Honorio; et all. Índia-Mercosul: **Perspectivas de um acordo de preferências comerciais**. Texto para discussão N° 1120. Rio de Janeiro: IPEA, 2005

Se a consolidação do Fórum depender do custo das ações pragmáticas necessárias para tal feito, seu fortalecimento é provável. O custo político é baixo, uma vez que o IBAS não acumularia poder suficiente para causar preocupação nos tradicionais condutores da política internacional. O custo econômico, se respeitadas as compatibilidades, seria, em realidade, um ganho. O custo relacionado ao dispêndio propriamente dito na viabilização de tecnologias próprias seria um obstáculo mais delicado, pois o diferencial tecnológico de um país em desenvolvimento está geralmente associado a um histórico de sacrifícios sociais internos. Por outro lado, a probabilidade de uma troca, no sentido genuíno do termo, dá-se com mais frequência entre iguais. Resta saber, então, se dentre os três países permanece a percepção de nivelamento, questão esta que no caso da índia revela-se pouco provável.

As relações multilaterais (concertação)

Em termos multilaterais, as perspectivas das relações Brasil-Índia residem na capacidade de que se mantenha uma coordenação política homogênea frente aos desafios que constantemente têm surgido nas negociações da Rodada de Doha da OMC e nas discussões relativas à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Em relação à OMC, constatou-se, ao longo da pesquisa, um avanço no padrão da concertação política indo-brasileira que em épocas de GATT se dava de maneira fortuita, evoluindo para a formalização de uma coligação, o G20, que, ao mesmo tempo em que centraliza as demandas de grande parte dos países em desenvolvimento - estando sua atuação legitimada perante este grupo - apresenta-se como interlocutor principal junto aos países desenvolvidos, frente aos quais também se legitima como a “voz do sul”.

Existem expectativas, entretanto, de que mediante uma situação de negociação final, muitas das posições de Brasil e Índia inevitavelmente caminhariam para a divergência. Após a

suspensão da rodada, esta situação foi postergada, o que estrategicamente permitirá que os dois países ganhem tempo, fazendo com que seja possível prolongar o seu papel de fortes aliados. Poder-se-ia dizer então, que a atual situação da concertação política entre Índia e Brasil na OMC é extremamente confortável. Se por ventura a rodada for retomada e as discussões aprofundadas, o grande desafio para o Brasil e a Índia será a manutenção do *status* de irredutível aliança.

Mesmo que não seja possível para Brasil e Índia a convergência total de seus posicionamentos caso a Rodada de Doha reinicie, isto não deverá abalar a imagem já constituída de uma coligação indo-brasileira, uma vez que "*os Estados cooperam uns com os outros no quadro de arranjos formais e informais, em alianças ou coligações, [...] no sentido de permitirem aos seus membros atingir um objetivo partilhado e tais grupos se desfazem quando o objetivo para o qual foram criados é atingido*[404]". Sendo assim, a quantidade e a frequência das atividades conjuntas dos dois países em matéria de concertação multilateral pode ser reduzida sem que ocorra prejuízo à sua qualidade.

Em relação ao Conselho de Segurança, a permanência da união entre o Brasil e a Índia é muito provável. O mesmo, contudo, não pode ser afirmado em relação ao G4 pois o Japão provavelmente entregará seu destino nas mãos dos Estados Unidos que teriam melhores recursos para vencer a oposição da China à sua entrada. Constata-se ainda que, na medida em que Brasil e Índia conseguirem manter seu protagonismo [econômico=BRICs][405] na cena internacional, suas chances de serem aceitos como membros permanentes do CSNU aumentam, sendo o apoio já recebido da França e da Inglaterra (somados à neutralidade da Rússia) um grande avanço.

---

[404] DOUGHERTY, James; Pfaltzgraff, Robert L. **Relações internacionais: as teorias em confronto**. Lisboa: Gradiva, 2003. p. 676

[405] Um exemplo da crescente importância conferida aos dois países está no convite para o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2007.

Tanto em relação às negociações em curso na OMC, quanto em relação às tratativas para uma possível reforma do conselho de segurança, os prognósticos em relação à manutenção do *status* de aliados entre Brasil e Índia se darão, à exemplo das perspectivas para as relações bilaterais e trilaterais, na avaliação da **importância política** que ambos se atribuem mutuamente.

Considerações Finais

A fase quatro relacionamento Brasil-Índia, assim chamada pela presente pesquisa, compreende uma transição provocada pela "trilateralidade" dos encaminhamentos bilaterais que, por sua vez, "transversalizou" seus objetivos de cooperação, concertação política e comércio em três esferas, bilateral, trilateral e multilateral.

Esta fase será superada, evoluindo para um próximo estágio, mediante o sucesso de três prerrogativas: o estabelecimento de uma corrente de comércio relevante entre o Brasil e a Índia, a consolidação de outros projetos de cooperação em ciência, tecnologia e desenvolvimento no âmbito do IBAS (o que atribuirá "materialidade" a este Fórum perante os olhos da comunidade internacional) e, por último, a simples manutenção do *status quo* de "aliados" que apresentam Brasil e Índia nos fóruns multilaterais. Para que estes objetivos concorram ao sucesso, entretanto, as questões anteriormente apontadas – relcionadas à **importância política** mutuamente atribuída – deveriam ser respondidas.

Se considerarmos os avanços ocorridos nos últimos 15 anos, as relações indo-brasileiras progrediram significativamente, conforme foi demonstrado nas quatro fases pelas quais evolucionaram as tratativas de fomento à aproximação. No entanto, se considerarmos o contexto indiano e suas perspectivas políticas, fica evidente que as relações com o Brasil perdem importância frente a outros constrangimentos e desafios impostos ao país asiático.

À guisa de conclusão, serão apresentados alguns fatores que, por sua relevância, enfraquecem as perspectivas de estreitamento das relações indo-brasileiras, a começar pela concepção indiana de suas relações com a América Latina:

> Dentre os demais países latino-americanos, sempre à exceção do Brasil, a Índia vê a Venezuela e a Argentina como fontes, não exclusivas, para o atendimento de duas preocupações fundamentais: a segurança energética e a segurança alimentar. Do primeiro importa quantidades crescentes de petróleo, o que coloca o desafio de tentar equilibrar a balança com a venda de produtos indianos. E da Argentina, a Índia importa quantidades razoáveis de soja em grão e óleo de soja. Com Trinidad-Tobago e Guiana, a agenda se concentra na assistência aos indianos expatriados. Desde a crise de balanço de pagamentos de 1991, a diáspora indiana passou a merecer atenção das autoridades de Delhi, pelo aporte de divisas por ela remetida. As relações com Cuba passam por um declínio político diretamente proporcional à perda de prioridade e conteúdo do Movimento dos Não-Alinhados e à aproximação da Índia com os EUA. Os demais países latino-americanos de língua espanhola não chegam a ter singularidade nas relações com a Índia[406].

Apesar de relegar ao continente Latino-americano a mera posição de fornecedor – não privilegiado – a importância do IBAS para a política interna indiana não pode ser subestimada, pois atende às prioridades de política externa traçadas por seus partidos de esquerda (importantes para a manutenção da coligação de forças que dá sustentação ao governo), servindo ainda ao propósito de diminuir o impacto da crescente aproximação da Índia com os Estados Unidos.

O IBAS é importante para a Índia internamente a fim de que seja mantida a retórica desenvolvimentista, já que em termos internacionais, o componente político de suas relações externas vem sendo cada vez mais associado à diplomacia econômica, em função do processo de globalização[407]. Esta dualidade pode também ser percebida na análise do Embaixador brasileiro na Índia, José Vicente de Sá Pimentel:

---

[406] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 1033]** 28 dez. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Reunião com o Ministro das Relações Exteriores da India. Avaliação das relações com a região.

[407] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 131]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Estado do Presidente à India.

> "[...] passados vinte anos desde que o assassinato de Indira Gandhi e o subsequente distanciamento gradual dos princípios terceiro mundistas que esposara, a atual diplomacia indiana está voltando a conceder prioridade aos países em desenvolvimento, ao MNA e aos blocos de integração regional. Dessa forma, a Índia busca diluir a atenção que vem merecendo a sua política de aproximação com os Estados Unidos e Israel. Nova Delhi trata de dar nova ênfase à iniciativa "Look East" que começou a ser implantada no governo de Narasimnha Rao, assim como de recuperar elementos da Doutrina Gujaral, com a qual a Índia buscou redefinir sua presença na Ásia Meridional, por meio de laços mais solidários com seus vizinhos menores.
>
> [...] Não obstante a aproximação com os países em desenvolvimento e o continuado engajamento indiano com os seus vizinhos, o objetivo central do atual governo é de aprofundar os laços da Índia com os países industrializados de modo a atingir as metas de desenvolvimento que o país traçou para si. O Primeiro-Ministro Manmohan Singh estima que uma maior cooperação com os EUA traduzir-se-á em crescentes fluxos de tecnologia e de investimentos o que, em última instância, permitiria à Índia superar a pobreza que aflige um terço de sua população."[408]

Para se somar aos constantes desafios que ameaçam sua integridade interna, a Índia também é compelida a atender as questões securitárias do subcontinente, mantendo para isso políticas nucleares controversas que poderiam impactar negativamente sua imagem internacional, não fosse sua importância como "fiel da balança" na Ásia (por ser o único país capaz de equilibrar a crescente importância da China).

A Índia é o malabarista do circo político mundial: está *everywhere*, de acordo com um de seus *slogans*, mantendo uma política de inserção comercial agressiva e aumentando cada vez mais sua presença na Ásia (onde foi capaz de estabilizar suas relações com a China), África e América do Sul. Conserva há muitos anos uma obstinada recusa em cooperar com regimes de segurança internacionais e explode bombas atômicas em nome do desarmamento mundial, contando ao mesmo tempo com o apoio do Dalai Lama e de Henry Kissinger. Ao final, ganha a confiança dos Estados Unidos com quem assina um acordo nuclear.

É interessante a abordagem de George Perkovich[409] em relação ao status de poder da Índia, independentemente daquele que os indianos se reservam. Parafraseando Kenneth Waltz, Perkovich[410] estipula que poder é "*o quanto um país afeta aos outros, mais do que é*

---

[408] BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 709]** 28 ago. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Política Externa.

[409] PERKOVICH, George. The Measure of India: What Makes Greatness? **CASI, Center for the Advanced Study of India**. 2003 Annual Fellows' Lecture.

[410] PERKOVICH, George. Is India a Major Power? **The Washington Quarterly**. 27:1 pp. 129–144. 2003

afetado por eles"[411] e, nestes termos, a Índia não consegue que quase nenhum outro país diga "sim" às suas demandas, mas é poderosa o suficiente para dizer "não" para a maioria, se não para todas, as preferências estrangeiras. Nesta concepção, fica flagrante a assimetria presente nas relações indo-brasileiras.

Frente a tantas outras demandas às quais está sujeito o governo indiano e ao desnivelamento político presente na relação, fica a impressão de que perante a Índia, o Brasil não é um parceiro tão estratégico como gostariam os entusiastas do ideário Sul-Sul. Pelo contrário, a Índia é um país distante, com interesses bem específicos e que trabalha em prol de um relacionamento, em qualquer das três esferas (bilateral, trilateral ou multilateral), com o simples objetivo de satisfazê-los. À exemplo do incremento comercial que o governo indiano logrou promover em suas relações com o Brasil, o qual havia se proposto no início da década de 1990, resta ao governo brasileiro, ecoando o comportamento pragmático de seu interlocutor, avaliar a real "utilidade" do parceiro, a fim de que ganhos reais, sejam eles políticos, econômicos ou tecnológicos, possam advir da relação.

[411] No original: "the extent that [one] effects others more than they affect [one]".

REFERÊNCIAS

Livros / Capítulos de Livros

BARROS, Eduardo Judas. A colonização portuguesa na Índia. In: DOPCKE, Wolfang (org.). **Crises e reconstruções: Estudos Afro-Brasileiros, Africanos e Asiáticos**. Brasília: Linha Gráfica, 1998. Pg. 241-248.

BUZAN, Barry; WAEVER, OLE. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 564 p.

DOUGHERTY, James; Pfaltzgraff, Robert L. **Relações internacionais: as teorias em confronto. Lisboa**: Gradiva, 2003.

GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da Fraternidade Brasil-Portugal**. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2003.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 391 p.

LAMMY, Steve. Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In BAYLIS, John; SMITH, Steve (org). **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2001. Pg 205-224.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Edusp/Cia. Editora Nacional, v.338, 1968. (Coleção Brasiliana).

MACHADO, Vera Barrouin. Brasil-Índia: Parceria em consolidação. In, JUNIOR Alberto do Amaral; SANCHEZ, Michelle Ratton. **Relações Sul-Sul, Países da Ásia e o Brasil**. São Paulo. Aduaneiras, 2004. Pg. 237.

MOHANTY, Manoranjan. Índia: o novo pensamento estratégico. Discutindo sobre parceria e hegemonia. In MARTINS, Carlos. **Globalização: Dimensões e Alternativas**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Pg 174-195.

NARAYANAN, R. India and Latin America. *in* PRASAD, Bimal. **India's foreign policy: studies in continuity and change**. New Delhi: Vikas, 1979. Pg. 277-297.

PARIKH, Kirit. A Índia e o Brasil num mundo em vias de globalização: vários interesses comuns. *in*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Estratégias Índia e Brasil**. IPRI: Brasília,1997. Pg. 243-275.

REGO, A. da Silva. **Pedro Álvares Cabral: Índia ou Brasil?** Lisboa: Centro de estudos ultramarinos, 1970.

ROBB, Peter. **A history of India**. New York: Palgrave, 2002. 309 pg.

SAHNI, Varun. India and Latin America. In: MANSINGH, Lalit (org) et all. **Indian Foreign Policy: Agenda for the 21st Century**. Vol 2. New Delhi: Konark, 1997.

SATISH, Kumar. Índia e Brasil no Cenário Político Internacional da Próxima década. *in*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Estrategias Índia e Brasil**. IPRI: Brasília,1997. Pg. 167-172.

SEN, Sunanda. A economia da Índia à sombra da globalização. In MARTINS, Carlos. **Globalização e Regionalização**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Pg 288-306.

SRINIVASAN, T.N; TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the world economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003. 153 Pg.

SWAINE, Michael; TELLIS, Ashley. **Interpreting China's Grand Strategy**. Santa Monica: RAND, 2000. 281 Pg.

WALTZ, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. 339 p.

YOGINDER, Alagh. Gandhi e a economia indiana no século XXI. In: GUIMARAES, Lytton (org). **Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias**. Brasília: UNB/CEAM/NEASIA, 2003.

Artigos

A ÍNDIA, o Brasil e a América Central. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1984.

AHMED, A. T. S. India-China relations in the 1990s. **Journal of Contemporary Asia** v. 26 no. 1 (1996). Pg. 100-15.

AHRARI, M. Ehsan. India's Great Leap Forward. **Security Dialogue** v. 35**.** 2004. Pg 207-215.

AMUZEGAR, Jahangir. O difícil diálogo entre o norte e o sul. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mai. 1976.

AUMENTA a cooperação entre Brasil e Índia. **Correio Braziliense.** Brasília, 16 set. 1993.

BALARIN, Raquel. Índia quer duplicar comércio com Brasil. **Valor Econômico**. São Paulo, 06 set. 2006.

BENITZ, Josué. Brasil receberá presidente indiano. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 5, 27 abr. 1998.

BERER, Felipe. O jogo de interesses na OMC. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 dez. 2005.

BERGAMASCO, Cláudia. Decepção com feira indiana. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 13 nov. 1996.

BRASIL fica em 54.º lugar em novo ranking de comércio. **O estado de São Paulo**: São Paulo, 03/11/2005.

BUDHWAR, Prem. Índia e Brasil possuem muitos pontos comuns na diversidade. **Correio Braziliense.** Brasília, 03 fev. 1992.

CAFARDO, Pedro. Índia tenta fechar acordo com Mercosul. **Valor.** São Paulo, p. A10, 05 jun. 2003.

CAFARDO, Pedro. Índia tenta fechar acordo com Mercosul. **Valor.** São Paulo, p. A10, 05 jun. 2003.

CARIELO, Rafael. Brasil ajuda ricos na OMC, dizem intelectuais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2006.

CESARE, Cláudia Facchini de. Boi indiano por frango brasileiro. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 25 jan. 1996.

CESARÍN, Sergio. **La doble oportunidad para América Latina y el Caribe: China y India en la creación de cadenas globales de valor**. VI Reunión de la Red de Estudios de América Latina y el Caribe Sobre Asia-Pacífico - REDEALAP. Buenos Aires: INTAL, 2005.

CHACON, Sérgio. Mercado Indiano atrai empresas brasileiras. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 1983.

CHADE, Jamil. Brasil busca fechar acordo na área nuclear com Índia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2007.

CHAKRABORTY, Debashis; et all. Brazil as a Partner: An Indian Viewpoint. **Centre de Sciences Humaines**: New Delhi, 2005. 32 Pg.

CHERIAN, John. Trade Triangle. **The Hindu Magazine**, New Delhi, 26 set. 2006.

CORTES COSTA, Maurício. Desafios comuns. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 22 jan. 1996.

COSTA, Florência; SAXENA, Shoban. A Índia que os indianos vêem. **Inteligência**. Ano X. Nº 37. 2º trimestre. Rio de Janeiro: Junho de 2007.

DIANNI, Cláudia. Postos refletem ênfase na relação sul-sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2006.

DOHA Round is stuck because of EU: Brazilian foreign minister. **Today**, Singapore, 16 nov. 2005.

EUA pressiona para impedir o avanço econômico do Terceiro Mundo. **Tribuna da imprensa**, Rio de Janeiro, 15 set. 1975.

EXMAN, Fernando. Ministro rebate críticas e insiste no multilateralismo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03 ago. 2006.

FERRARI, Cristiane. Índia e Brasil: Camisa de sardinha não dá em baleias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1996.

FERRARI, Cristiane. Intercâmbio Brasil/Índia é marcado pelo desequilíbrio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1988.

FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. **RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII.

FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo; VELLOSO, Edson. Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa. **Estudos CNI 3**. Brasília: CNI, 2005. 33 pgs.

GUERREIRO lastima impasse Norte-Sul. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 1983.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro. Ano 41, No 1. 1998.

HARRIS, Jerry. Emerging Third World Powers: China, Índia e Brazil. New Delhi: **Sage publications**, 2005. Pg. 1- 21.

IN the twilight of Doha. **The Economist**, London, 29 jul. 2006.

ÍNDIA abre linhas de crédito com bancos do Brasil. **O Estado de São Paulo**: São Paulo, 17/03/2005.

ÍNDIA e Brasil assinam o acordo tecnológico. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 jul. 1985.

KRAMER, Dora. FH, de passagem para a Índia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1996.

KUME, Honorio; et all. Índia-Mercosul: **Perspectivas de um acordo de preferências comerciais**. Texto para discussão N° 1120. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

KUX, Dennis. India's Fine Balance. **Foreign Affairs**. New York: May/Jun 2002.Vol.8, Iss.3.

LAMPRÉIA, Luiz Felipe. Liderança em desenvolvimento. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 mai. 1998.

LANDIM, Patrícia. Brasil, Índia e África do Sul ganham prêmio por projetos no Haiti e em Guiné-Bissau. **Agência Brasil**, Brasília, 20 dez. 2006.

LANSFORD, Tom. The Great Game Renewed: US-Russian Rivalry in the Arms Trade of South Asia. **Security Dialogue**. Vol. 33, no. 2 (June 2002).

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, nr 1, 2005.

LÔBO, Cristiana. Brasil e Índia definem acordo nuclear. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 26 jan. 1996.

LÔBO, Cristiana. Lado "belga" da Índia interessa ao Brasil. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 24 jan. 1996.

LUCE, Edward *apud* BLINDER, Caio. Um caso de anarquia funcional. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2007.

MACEDO SOARES, Luiz Felipe. A Índia está aqui. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 06 nov. 1996.

MAINENTI, Mariana. Lula festeja política externa. **Correio Braziliense**. Brasília, 04 jan. 2007.

MALTA, Cynthia. Trocar software por tecnologia agrícola. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 16 set. 1993.

MANCINI, Claudia. Brasil e Índia acertam uma nova. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 26 jan. 2004.

MANCINI, Cláudia. Muitos negócios acompanham visita presidencial. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A3, 18 mai. 2004.

MARIN, Denise Chrispim. Brasil, Alemanha e Índia retomam reforma da ONU. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 2006.

MARX, Karl. A Dominação Britânica na India. **New York Daily Tribune**. New York, 25 jun. 1853.

MELLO E SOUZA, Nelson. Relações possíveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1996.

MENDES, Cândido. Atrasada, a afrolatinidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 ago. 1983.

MESQUITA, Rodrigo. Brasil deve firmar acordo nuclear com a Índia. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p.A4 25 jan. 1996.

MESQUITA, Rodrigo. Criação de empregos na Índia surpreende Cardoso. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 28 jan. 1996.

NASSIF, André. **A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: Lições para o Brasil?** Textos para Discussão nr. 107. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

NAYYAR, Deepak. A economia indiana na encruzilhada: ilusões e realidades. **Política Externa**. São Paulo. Dez-Jan-Fev- 1994. Vol 2 No 3. pg. 110-132.

NETTO, Humberto. Índia quer o Brasil nos Não alinhados. **Jornal de Brasília**, Brasília, 09 nov. 1986.

PANT, Harsh V. The Moscow–Beijing–Delhi 'Strategic Triangle': An Idea Whose Time May Never Come. **Security Dialogue**. Vol. 35, no. 3 (September 2004): 312-328.

PEREIRA, Lia Valls. **Os Acordos Comerciais do Mercosul-SACU e Mercosul-Índia: Uma Avaliação Geral na Perspectiva Brasileira**. Latin America Trading Network. 2005.

PERKOVICH, George. Is India a Major Power? **The Washington Quarterly**. 27:1 pp. 129–144. 2003.

PETROLEIRA indiana negocia parceria com a Petrobrás para águas profundas. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1984.

PRESIDENTE esclarece acordo com a Índia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1996.

PURUSHOTHAMAN, Roopa; WILSON, Dominic. DreamingWith BRICs: The Path to 2050. **Global Economics Paper No: 99**. Economic Research from the GS Financial Workbench. 2003.

REDDY, Rammanohar. Trips agreement. **The Hindu**, New Delhi, p. 9, 24 nov. 2001.

REKHI, Ragvinder. Pode-se vender hamburger na Índia. **Valor Econômico**: São Paulo, 12/11/2003

RIBEIRO, Maurício. Índia, sêmen e cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jan. 1990.

ROSA, Vera. Mercosul faz primeiro acordo na Ásia. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A4, 26 jan. 2004.

SACHS, Ignacy. O jogo dos espelhos. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2000.

SALGUEIRO, Sônia. Investimento é baixo. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A10, 24 set. 2001.

SARDENBERG, Ronaldo. Porque a Índia. **O Globo.** Rio de Janeiro, 23 jan. 1996.

SCHARF, Regina. Importação de produtos da Índia bate recorde. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, p. A-5, 24 mar. 1998.

SCHIFFERES, Steve. Final round for global trade deal. **BBC News**, 21 dez. 2005. Disponível em: www.news.bbc.co.uk. Acesso em 21/12/2005.

SINHA, Aseema. Understanding the Rise and Transformation of Business Collective Action in India. **Business and Politics**. Volume 7, Issue 2, Article 2. 2005.

SOARES, Aldo Renato. O fortalecimento das relações bilaterais. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 24 set. 2001.

SOTOMAYOR, Walter. Brasil rompe acordo com a Índia. **Jornal de Brasília,** Brasília, p. 14, 19 mai. 1998.

SOUZA, Cláudia. Como os indianos vêem o Brasil. **Gazeta Mercantil. São Paulo**, 20 out. 1993.

TALWAR, Priyanka. IBSA pact fails to spur maritime trade. **India Times**, New Delhi, 28 dez. 2006.

THAKUR, Ramesh. India en el mundo. **Politica Exterior**. Madrid: Septiembre/Octubre 1997.Vol.XI, Num. 59; pg. 119-130.

THOMAS, Vinod. "Brasil é mais desigual que a Índia". **Valor Econômico**: São Paulo, 26/01/2004.

THOMAS, Vinod. Porque Brasil e Índia são parceiros ideais . **Correio Braziliense.** Brasília, p. 17, 21 jan. 2004.

VARGAS, Berilo. Índia vê semelhanças com Brasil e busca aproximação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 set. 1993.

WOLFE, Adam; BENDERSKY, Yevgeny; BORDONARO, Federico. 'India's Project Seabird and the Indian Ocean's Balance of Power. **Power and Interest News Report (PINR)**, 2005. Disponível em www.pinr.com. Acesso em 21/12/2005.

ZABALLA, Juan José. La India y el nuevo panorama estratégico en Asia meridional. **Politica Exterior**. Madrid: Mayo/Junio 2001.Vol.XV, Num. 81; pg. 95-106.

Dissertações e Teses

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a Política Externa Brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões**. Data de depósito (05/08/2005). 2005. 195 pg. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira**. Brasília: IPRI, 1989. 110 pg.

Correspondências

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 373]** 17 nov. 1990, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Dados sobre a colônia brasileira no exterior.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 384]** 11 dez. 1990, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do presidente Fernando Collor à Índia.

EXTERIORES. **[Telegrama 196]** 12 mai. 1992, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Visita da delegação da Assocham ao Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício L00-D08]** 24 jul. 1992, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Notas da conversa mantida pelo presidente da republica com o primeiro ministro Narasimha Rao no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1992.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 396]** 17 dez. 1992, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Proalcool. Pedido de informações.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 344]** 09 set. 1993, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro Salman Khurshid ao Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 211]** 18 mai. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Açúcar. Importações indianas.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 406]** 26 set. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conselho de segurança. Índia. Coordenação com o Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 543]** 09 dez. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Programa espacial indiano. Espionagem. Menção ao Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 575]** 29 dez. 1994, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Terceiro mercado asiático.

EXTERIORES. **[Circular OF22271]** 09 jan. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Artigo do Ministro de Estado.

EXTERIORES. **[Circular OF00065]** 15 jan. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Seminário do IPRI.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 068]** 03 fev. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p.Vias marítimas de conexão.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 174]** 31 mar. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Transferência de tecnologia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 395]** 21 jul. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comista Índia – África do Sul.

EXTERIORES. **[Telegrama 391]** 27 jul. 1995, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de oficiais do exército na travessia do Himalaia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 851]** 08 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 087]** 17 abr. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 384]** 24 abr. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Abertura de Consulado.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 566]** 10 jun. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Participação em seminário.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama578]** 13 jun. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Intercâmbio comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 678]** 07 ago. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Coop. em C&T.

EXTERIORES. **[Telegrama 723]** 16 set. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Reunião Ministerial de Cingapura.

EXTERIORES. **[Telegrama 726]** 16 set. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de um oficial brasileiro no curso da escola de defesa da Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 799]** 18 set. 1996, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. National Defense College.

EXTERIORES. **[Telegrama 876]** 12 nov. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Visita do Vice Ministro.

CARDOSO, Afonso. **[Memo DBP/159]** 10 dez. 1996, MRE, Brasília [para] MRE,Brasília. 6 p. Despacho ao Diretor Geral.

EXTERIORES. **[Telegrama 967]** 26 dez. 1996, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Participação de um oficial brasileiro no curso da escola de defesa da Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 132]** 12 mar. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Expansão do comércio bilateral.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 136]** 13 mar. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Expansão Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 503]** 01 ago. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Comercio com a América Latina.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 791]** 25 ago. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil Índia. Consulta sobre assuntos de interesse comum.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama701]** 25 set. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Consulta sobre assuntos de interesse comum.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 711]** 08 out. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Programa Cultural para 1988.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 848]** 28 nov. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Focus on LAC.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 850]** 28 nov. 1997, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Comércio Exterior.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 76]** 24 jan. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. ONU. Conselho de segurança.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 206]** 02 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Declarações do Primeiro Ministro.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 307]** 13 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Testes Nucleares.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 320]** 15 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Testes Nucleares. Sanções. Comércio com a América Latina.

EXTERIORES. **[Telegrama 118]** 15 abr. 1999, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil Índia. Comércio.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 427]** 05 ago. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Seminário sobre Saúde e Medicina.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 603]** 22 out. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. India. Africa do Sul.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 650]** 08 nov. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conferência de Seattle.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 794]** 06 dez. 1999, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministro do Comercio.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 072]** 02 fev. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Cooperação na Área Farmacêutica.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 100]** 16 fev. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. África do Sul. Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 253]** 03 mai. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Missão do CEBI.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 296]** 18 mai. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

EXTERIORES. **[Telegrama 216]** 02 jun. 2000, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. Espaço Exterior.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 403]** 30 jun. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministro do Comércio. Visita ao Brasil.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 469]** 29 jul. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro José Serra.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 700]** 25 out. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Uso do etanol combustível.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 714]** 31 out. 2000, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p.Relações Brasil-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 013]** 10 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC. Acordo Agrícola.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 072]** 25 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 074]** 25 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 085]** 26 jan. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Ministério de Energia da Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 218]** 15 mar. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Anti- retrovirais e a indústria farmacêutica indiana.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 270]** 04 abr. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Nova política de EXIM.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 493]** 19 jun. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. OMC.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 619]** 10 ago. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do USTR Zoellick à Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 637]** 16 ago. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do USTR Zoellick à Índia. Repercussões.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 802]** 18 out. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 949]** 04 dez. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 1033]** 28 dez. 2001, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Reunião com o Ministro das Relações Exteriores da India. Avaliação das relações com a região.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 081]** 29 jan. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia-América Latina.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 053]** 08 fev. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Reunião Técnica.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 294]** 24 abr. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita do Ministro. Avaliação.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 432]** 13 jun. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 625]** 13 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 648]** 19 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Assuntos Econômico-Comerciais.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 620]** 22 ago. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia. Reunião de consultas bilaterais.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 851]** 05 nov. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia. Acordo de Comércio.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 539]** 17 dez. 2002, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Promoção Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 094]** 20 fev. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia. Necessidade de revisão de dispositivo.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 121]** 03 mar. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Não alinhados.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 164]** 18 mar. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia. Negociação de acordo de liberalização comercial.

EXTERIORES. **[Circular 46027]** 14 mai. 2003, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Reunião Trilateral de Chanceleres. 6 de junho. Agenda.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 512]** 08 jul. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Defesa.

EXTERIORES. **[Telegrama 272]** 22 jul. 2003, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. OMC. Reunião Ministerial de Cancun. Viagem de coordenação..

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 661]** 02 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Agricultura. OMC.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 709]** 15 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comércio Internacional. OMC.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 729]** 19 set. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. OMC. V Reunião Ministerial. Resultados.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 830]** 29 out. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Comissão Mista Brasil-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 881]** 18 nov. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 899]** 21 nov. 2003, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 114]** 06 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-India. Promoção comercial. Investimentos indianos no Uruguai.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 131]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Estado do Presidente à India.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 133]** 09 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Encontro com o Primeiro-Ministro A.B.Vajapyee.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 166]** 20 fev. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. Defesa.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 250]** 16 mar. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. I Comissão Mista.

MRE. **[Mensagem 00088]** 07 abr. 2004, Brasília [para] Presidência da República,Brasília.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 08 out. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Etanol.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 865]** 13 out. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Mercosul-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 977]** 25 nov. 2004, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Conversa com o Chefe do Departamento para a América Latina.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 163]** 25 fev. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Energia. Petróleo.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 366]** 29 abr. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Maço Básico.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 363]** 29 abr. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IIComista. Subsídios. Energia.

EXTERIORES. **[Circular 55746]** 01 ago. 2005, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. Transporte Aéreo.

EXTERIORES. **[Telegrama 541]** 10 out. 2005, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Promoção Comercial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 815]** 13 out. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. IBAS. Cooperação empresarial.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 907]** 16 nov. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Acordo de Alcance Parcial. Percepção do Governo Local.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 958]** 30 nov. 2005, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Cooperação Educacional

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 027]** 09 jan. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

EXTERIORES. **[Telegrama 068]** 01 fev. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil-Índia. Assentamentos Humanos.

EXTERIORES. **[Telegrama 212]** 18 abr. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Brasil-Índia. Cooperação nuclear. Encontro bilateral.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 321]** 20 abr. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Visita de Delegação.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 351]** 28 abr. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-India. Proposta de cooperação com a Petrobras.

EXTERIORES. **[Circular 59405]** 15 mai. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Mercosul-Índia-SACU.

EXTERIORES. **[Telegrama 59949]** 26 jun. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. VI Reunião de Pontos Focais.

EXTERIORES. **[Telegrama 358]** 03 jul. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. IBAS. II Reunião Técnica do GT de Energia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 632]** 02 ago. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Brasil-Índia.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 709]** 28 ago. 2006, Nova Delhi [para] MRE,Brasília. 1 p. Índia. Política Externa.

EXTERIORES. **[Circular 61284]** 19 set. 2006, Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Energia Nuclear. Índia. IBAS.

Outros

BARROS, Sebastião do Rego. **A Política Exterior Do Brasil**. Ciclo de Palestras sobre a Política Exterior do Brasil. Sessão de Abertura. FUNAG: Brasília, 5 de Novembro de 1996.

BRASIL. Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da República da Índia, Manmohan Singh – Comunicado Conjunto (Brasília, 12 de setembro de 2006). Brasília: **Presidência da República**, Nota nº 562, 2006.

CIA. The world fact book: India. 2005. Disponível em: www.cia.gov. Acesso em 11/12/2005.

JANE's Sentinel Security Assessment. **Country Profile: India**. Disponível em: www.janes.com. Publicado em 07/10/2004. (acesso restrito).

KRONSTADT, Alan. India-U.S. Relations. **CRS Issue Brief for Congress**. Congressional Research Service. Washington: The Library of Congress, 2005. Disponível em: www.fpc.state.gov. Acesso em 18/12/2005.

MRE. **Comunicado de Nova York** [25 set. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005.

MRE. **Declaração de Brasília** [06 jun. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005.

MRE. **Entrevista Conjunta à Imprensa dos Chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia** [06 jun. 2003]. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 11/10/2005.

PERKOVICH, George. The Measure of India: What Makes Greatness? **CASI, Center for the Advanced Study of India**. 2003 Annual Fellows' Lecture.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Exposição sobre a Índia**. In: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: O Brasil no mundo que vem aí. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2006.

UNCTAD. **Regionalism and South-South cooperation: The case of Mercosur and India**. Eleventh session, TD/XI/BP/11, São Paulo, 13–18 June. 2004.

APÊNDICE A – Cronologia

CRONOLOGIA

Visitas – Documentos – Grupos – Eventos

Antecedentes

1661
- A Ilha de Bombai (primeira possessão inglesa na Índia) é dada como dote ao Rei Carlos II por ocasião de seu casamento com a Infanta de Portugal.

1858
- Índia passa a ser oficialmente governada pela Coroa Britânica.

1888
- Ajuste para a Entrega de Desertores de Navios Mercantes (acordo celebrado com a Grã-Bretanha, mas aplicável para a Índia, segundo o *India Treaty Manual de 1972*)

1932
- 21/07/1932: Acordo comercial é assinado por Afrânio de Mello Franco e E. Keeling (substituído pelo Acordo de Comércio de 03/02/1968).

1947
- Embaixador indiano Minoo Masani apresenta credenciais diplomáticas ao Presidente Getúlio Vargas.
- Independência da Índia (Agosto).
- Guerra entre a Índia e o Paquistão pela Cachemira.

1948
- Abertura da Embaixada indiana no Rio de Janeiro.

1954
- Vice Presidente indiano, S. Radhakrishnan, visita o Brasil.

1955
- Criação do Movimento dos Não Alinhados na Conferência de Bandung, juntamente com os líderes da Iugoslávia e Egito.

1956
- Índia constrói seu primeiro reator nuclear.

1962
- Brasil emite decreto banindo as importações de material genético de origem bovina da Índia.
- Guerra entre a Índia e a China.

1965
- Segunda guerra entre a Índia e o Paquistão pela Cachemira.

1968
- 18/02/1968: Acordo sobre a Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear (Expirado em 02/03/1975)
- 03/02/1968: Acordo de Comércio com a Índia (Entrada em vigor 13/10/1969).
- Primeira Ministra indiana, Indira Gandhi, visita o Brasil. *Assina:*
- 23/09/1968: Acordo de Cooperação Cultural (Entrada em vigor 15/07/1970).

1971
- Guerra entre a Índia e o Paquistão pela formação de Bangladesh.

1974
- Índia realiza seu primeiro teste nuclear.

1982
Brasil participa pela primeira vez na *India International Trade Fair* de Nova Delhi (3ª edição da feira).

1984
- Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, viaja à Índia.

1985
- Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, visita a Índia para encontro do Gatt. *Assina:*
- 22/07/1985: Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia. (Entrada em vigor 24/01/1990).

- Fernando Henrique Cardoso visita a Índia (na posição de Senador).

1986

- Ministro das Finanças indiano, V.P. Singh, visita o Brasil.
- Fernando Henrique Cardoso visita a Índia (na posição de Senador).

1988

- 26/04/1988: Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda. (Entrada em vigor 11/03/1992).

1990

- Ministro do transporte terrestre e Comunicações indiano, K.P. Unnikrishnan, visita o Brasil.
- Ministro do Comércio indiano, Arun Nehru, visita o Brasil.

1991 a 2006

1991

- Primeiro Ministro indiano, Narasimha Rao, lança o pacote de reformas econômicas, *New economic Policy*.

1992

- Ministro de relações Exteriores indiano, Eduardo Faleiro, visita o Brasil para a posse de Collor.
- Primeiro Ministro indiano, Narasimha Rao, viaja ao Brasil para a ECO 92, acompanhado do Ministro de Relações Exteriores indiano, Eduardo Faleiro, e do Ministro do Meio Ambiente e Florestas, Kamal Nath.
- Ministro da Educação e Meio Ambiente brasileiro, Goldemberg, visita a Índia.
- Delegação indiana da ASSOCHAM visita o Brasil.
- 22/02/1992: Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.

1993

- Ministro das relações Exteriores indiano, Salman Khursheed, visita o Brasil. *Assina:*
- 15/09/1993: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário.
- Missão brasileira da Câmara dos deputados visita a Índia.

1994

- Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visita a Índia para o G15 *Summit*.
- Ministro da Aviação Civil e Turismo indiano, Ghulam Nabi Azad, visita o Brasil.
- Ministro da Educação brasileiro, Mauricio Hingel, visita a Índia.
- 1ª Reunião de consultas políticas Brasil-Índia.
- Ministério dos Assuntos Exteriores indiano funda o *Centre for Latin American and Caribbean Studies of India* (CLACSI).

1995

- Ministro das Ferrovias indiano, C.K. Jaffer Sharief, visita o Brasil para a posse de FHC.
- Ministro da Agricultura indiano, Balram Jakhar, visita o Brasil.
- Ministro da Alimentação indiano, Ajit Singh, visita o Brasil.
- Ministro da Ciência e Tecnologia brasileiro, Jose Israel Vargas, visita a Índia.
- Início da OMC.

1996

- Instituto de Pesquisas Rio Branco (IPRI) organiza o Seminário Brasil-Índia (11 e 12 de janeiro).
- Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Índia, acompanhado pelo Ministro da C. e Tecnologia, José Israel Vargas, do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e do Ministro da Agricultura, José Andrade de Vieira. *Assinam:*
- 27/01/1996: Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-India para Cooperação Científica e Tecnológica.
- 27/01/1996: Memorandum de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia. (Denunciado em 18/05/1998 em razão dos testes nucleares indianos).
- 27/01/1996: Declaração Conjunta sobre o Termo de Referência para a Constituição do Conselho Comercial Indo-Brasileiro.
- 27/01/1996: Agenda Comum para o Meio Ambiente.
- 27/01/1996: Declaração Conjunta Brasil Índia.
- CNI (Confederação Nacional da Indústria) e FICCI (*Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry*) assinam Convênio de Cooperação para Transferência de Tecnologia na Formação de Mão-de-obra.
- Missão da *Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry* (FICCI) visita o Brasil.
- Abertura do consulado indiano em São Paulo.

- Vice Ministro de Minas e Energia brasileiro, Jose Diniz Garrido visita a Índia para a *5th International Energy Conference* (dezembro).
- Missão do National Defense College da Índia ao Brasil (julho).
- *Indian Exhibition* em São Paulo (6 a 9 de novembro).
- Ministro do Comércio indiano, B.B. Ramaiah, para a Expo India 1996.

1997

- ITPO (India Trade Promotion Organization) lança o programa *Focus on Lac (Focus on Latin America)*.
- Ministro da Agricultura indiano, Chaturanan Mishra, visita o Brasil. *Assina:*
- 02/07/1997: Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. (Entrada em vigor 03/08/1997).
- Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia é criado por iniciativa da Câmara dos deputados brasileira.
- Ministro dos Transportes do *Govt. of Delhi*, Shri Rajinder Gupta, visita o Brasil.
- Primeira Dama, Ruth Cardoso, visita a Índia.

1998

- Índia realiza testes nucleares. Início das sanções comerciais.
- Presidente indiano, Narayanan, visita o Brasil acompanhado do Ministro da Aviação Civil, Ananth Kumar. *São assinados:*
- 05/05/1998: Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.
- 05/05/1998: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina.
- Presidente do TCU, Homero Santos, visita a Índia para assinatura de acordo com o *Comptroller General* da Índia.
- Delegação do *Council for leather exports*, ligado ao Ministério do Comércio da Índia, visita o Brasil para explorar as possibilidades de exportação.

1999

- Desvalorização do Real.

2000

- Ministro da Indústria Têxtil, Kashiram Rana, visita o Brasil.
- Ministro da Indústria e Comércio, Omar Abdullah, visita o Brasil para o *6th Mercosur Economic Summit* organizado pelo *World Economic Forum* no Rio de Janeiro.
- Deputy Speaker of Lok Sabha, P.M. Sayeed, visita o Brasil para o *3rd International Forum of Parliamentarians and Local Authorities: Tourism Policy-Makers in the 21st Century*.
- Ministro para os assuntos da juventude e esportes, S.S. Dhinsa, acompanhado do Ministro das Ferrovias, Shri Digvijay Singh, visita o Brasil para o *XII General Assembly of the Association of National Olympic Committees*.
- Ministro da Tecnologia da Informação, Pramod Mahajan, visita o Brasil.
- Ministro da Saúde e do bem estar social da família, C.P. Thakur, visita o Brasil.
- Ministro da Saúde, Jose Serra, visita a Índia.
- Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, visita a Índia.
- Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia visita a Índia, acompanhado de uma delegação de pecuaristas.
- Missão da Confederação das Indústrias Indianas (CII) visita o Brasil (novembro).
- Conselho Empresarial Brasil Índia (CEBI) é criado por empresários do setor farmacêutico de São Paulo.
- Missão brasileira do Conselho Empresarial Brasil Índia (CEBI) visita a Índia.
- Missão indiana do Estado de Andhra Pradesh visita o Brasil para conhecer os processos de privatização de serviços.
- Missão Parlamentar brasileira, liderada pelo Senador Maguito Vilela, visita a Índia a fim de estudar os sistemas de crédito cooperativo.
- Missão do Senado brasileiro, liderada pelo Senador Ademir Andrade, visita a Índia para intercâmbio de idéias nas áreas de desenvolvimento rural e da distribuição de alimentos.
- Missão do Estado de Minas Gerais visita a Índia para estudar as condições locais de fabricação de medicamentos.
- Missão da Embraer visita a Índia para participar de concorrências (setembro).
- Vice Presidente indiano, K. Kant, visita o Brasil.

2001

- Ministro do Petróleo e Gás Natural, Ram Naik, visita o Brasil.
- Ministro de desenvolvimento de recursos humanos e Ciência e Tecnologia, Murli Manohar Joshi, visita o Brasil.
- Ministro de Comércio e Indústria, Rajiv Pratap Rudy, visita o Brasil para a Expo Índia 2001.
- Expo Índia 2001 é realizada em São Paulo, promovida pela entidade governamental *India Trade Promotion Organization* (ITPO).

- Ministro de Energia, Suresh Prabhu, visita o Brasil.
- Ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão, visita a Índia para a Aero-India.
- Vice-governador de Santa Catarina, Paulo Bauer, visita a Índia.
- Vice-governador do Paraná, visita a Índia. (fev 2001)
- Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, visita a Índia.
- Comissão do Ministério de Químicos e Fertilizantes da Índia visita o Brasil para a divulgação da "*India Chem 2002*".
- Comissão da *World Association of Small and Medium Enterprises* visita o Brasil à convite do SEBRAE.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Goa assinam Memorando de Entendimento para intercâmbio de professores e pesquisadores.
- Governo Brasileiro inclui a Índia na lista de "mercados prioritários".
- Estados Unidos removem sanções impostas pelos testes nucleares de 1998.
- Índia revoga restrições quantitativas à importação, em função de compromissos assumidos na OMC.

2002

- Ministro do Petróleo e Gás Natural, Ram Naik, visita o Brasil para o Congresso Internacional de Petróleo.
- Ministra de Estado de Energia, Jayawanti Mehta, visita o Brasil.
- Ministro de C&T, Ronaldo Mota Sardenberg, visita a Índia.
- 01/03/2002: Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Âmbito do Espaço Exterior entre a Agência Espacial Brasileira e a *Indian Space Research Organisation* (ISRO).
- 01/03/2002: Memorando de entendimento entre o CNPq e a *Indian National Science Academy* (INSA).
- Missão empresarial organizada pelo Ministério da Saúde visita a Índia.
- Ministro do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, acompanhado de missão empresarial, visita a Índia. *Assina:*
- 08/04/2002: Memorando de Entendimento Referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transporte. (Entrada em vigor 28/02/2006).
- Conselho Comercial Indo-Brasileiro (CCIB) ou Conselho Comercial Brasil-Índia, proposto por FHC em sua visita à Índia em 1996, é criado pelos governos dos dois países.
- Governo indiano passa à oferecer assistência financeira à exportadores que estabeleçam representações em países latino-americanos.
- Secretário de Estado de Agronegócios da Índia, Ashok Pradhan, visita o Brasil.
- Missão da Federation of Indian Export Organizations (FIEO) visita o Brasil.
- Missão da PHD Chamber of Commerce (composta por empresários do Hariana e Distrito Federal) visita o Brasil.
- 22/08/2002: Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural.

2003

- IBAS, em seu ato de fundação, assina Declaração de Brasília - Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia (junho).
- IBAS emite Comunicado de Nova York assinado pelos governos da Índia, Brasil e África do Sul (setembro).
- Ministro das relações Exteriores indiano, Yashwant Sinha, visita o Brasil para a 1ª reunião do IBAS.
- Ministro da Defesa, Raksha Mantri Shri George Fernandes, visita o Brasil.
- Ministro da Lei & Justiça e Comércio & Indústria, Shri Arun Jaitley, visita o Brasil .
- Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, visita a Índia para a 1ª Comista Brasil-Índia.
- I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (21/10/2003).
- Acordo-quadro do Mercosul é assinado por ocasião da XXIV Reunião do Conselho do Mercado Comum em Assunção (junho).
- Ministro da Defesa, Jose Viegas Filho, visita a Índia. *Assina:*
- 01/12/2003: Acordo sobre Cooperação em Assuntos relativos à Defesa. (aprovado por decreto pela parte brasileira em novembro de 2006. Ainda tramitando na parte indiana).
- Comitiva do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) visita a Índia para a coleta de subsídios para a cooperação bilateral e trilateral no contexto do IBAS.
- Comitiva do Ministério de Recursos Hídricos da Índia visitou o Brasil a fim de conhecer os programas ambientais relativos às pessoas deslocadas pela construção de usinas hidrelétricas.
- Câmara Brasileira de E-Comércio visita a Índia para a *Indiasoft 2003* e assina Memorando de entendimento com o "*Electronics and Computer Software Export Promotion Council*" (ESC).
- Presidente da APEX-Brasil, Juan Quirós, visitou a Índia a fim de desenvolver ações de promoção comercial em benefício do aumento das exportações brasileiras para esse país.
- Lançamento do G20 na 5ª Conferência Interministerial realizada em Cancún.

2004

- Decreto Nº 4.953, de 14/01/2004 revoga a proibição de importação de animais e produtos derivados da Índia.
- IBAS, Reunião dos Ministros de Defesa do Brasil, Índia e África do Sul em Pretória (fevereiro)
- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Índia para o Dia da República, acompanhado do Ministro de Relações Internacionais, Celso Amorim, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. *Assinam:*
- 25/01/2004: Programa Executivo Cultural para os Anos 2004-2005.
- 25/01/2004: Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços. (Entrada em vigor 17/11/2004).
- 25/01/2004: Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Organização de Pesquisa Espacial Indiana para o Ano de 2004.
- 25/01/2004: Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. (Tramitando).
- 25/01/2004: Acordo de Cooperação na Área do Turismo. (Tramitando no lado indiano).
- 25/01/2004: Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia (sem os anexos contendo listas de produtos, textos sobre regras de origem, salvaguardas e solução de controvérsias). Tramitando.
- Primeira Reunião bilateral da Agenda Comum para o Meio Ambiente - Seminário "Brasil-Índia: Possibilidades e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável" (janeiro em nova delhi).
- Ministro do Comércio e Indústria, Kamal Nath, visita o Brasil para Conferência da UNCTAD.
- 16/12/2004: Acordos de Comércio Preferencial MERCOSUL- Índia e MERCOSUL-SACU. (O acordo com a SACU foi assinado e aquele com a Índia foi objeto de declaração conjunta para conclusão dos anexos, durante a XXVII Reunião do Conselho Mercado Comum).
- 1ª Comista IBAS (março, Nova Delhi)
- Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visita a Índia para Comista do IBAS.
- IBAS assina Agenda de Cooperação durante Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil- África do Sul (março).
- IBAS emite Plano de Ação durante Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil- África do Sul (março).
- Ministro de Estado para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, M. A. A. Fatmi, para reunião organizada pela UNESCO.
- Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, visita a Índia acompanhado por delegação de empresários para a Feira Internacional de Comércio da Índia *IIFT Fair*.
- Brasil é o "Focus Country" da 24ª Feira Internacional de Comércio da Índia.
- Primeiro projeto do Fundo IBAS de combate à fome e à pobreza (projeto em favor da Guiné Bissau assinado em setembro).
- IBAS: I Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da Índia, Brasil e África do Sul (Nova Delhi, outubro).
- Presidente do CNPq, Erney Plessamn de Camargo, visita a Índia para assinatura de convênio com o *Council for Scientific and Industrial Research* (CSIR).
- Fragata Indiana TABAR, de fabricação russa, ancorou no Porto do Rio de Janeiro para trazer uma mensagem de paz e amizade para o Brasil (junho).
- Comitiva do *Apparel Export Promotion Council* (AEPC), órgão do Governo Central indiano vinculado ao Ministério para Têxteis, visita o Brasil.
- Ministro da Saúde, Humberto Costa, visita a Índia para o encontro *"Global Partnership to Stop TB"*.
- Missão da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas (FICCI) visita o Brasil.
- Missão do Governo do Estado de Uttar Pradesh visita o Brasil para estabelecer cooperação técnica em projetos para produção de etanol.
- Escritório da "Indian Trade Promotion Organization" (ITPO) em São Paulo recebe autorização para abertura.

2005

- Ministro da Agricultura, Sharad Pawar, visita o Brasil.
- Ministro do Comércio, E. K. V. S. Elangovan, visita o Brasil para a *2nd World Coffee Conference*.
- Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, visita a Índia para a Feira Internacional de Comércio da Índia *IIFT Fair*.
- Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visita a Índia para encontro do G20.
- Missão liderada pelo Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, visita a Índia.
- IBAS: Memorando Trilateral sobre Transporte Aéreo.
- IBAS: Seminário sobre Desenvolvimento Econômico com Eqüidade Social (Rio de Janeiro, agosto).
- Missão de parlamentares indianos visita o Brasil no âmbito da cooperação em HIV/Aids.
- Ministro Honorário da Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Oceânico, Kapil Sibal, visita o Brasil para a 2ª Reunião Ministerial do IBAS.
- IBAS: II Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da Índia, Brasil e África do Sul (Rio de Janeiro, junho).

- Missão empresarial brasileira visita a Índia (novembro para a IIFT)
- Missão da Capes visita a Índia.
- Missão liderada pelo Senador Cristovam Buarque para reunião com a ONG "South Center".
- Missão do MAPA visita a índia e encerra as negociações sobre a importação de embriões bovinos junto ao Ministério da Agricultura indiano.
- Missão do BNDES visita a Índia.

2006

- Índia assina acordo de Cooperação nuclear com Estados Unidos (março).
- Ministro de Relações Exteriores, Anand Sharma, visita o Brasil para a 2ª Comista Brasil-Índia (fevereiro).
- Ministro de Relações Exteriores, Anand Sharma, visita o Brasil para a Comista ministerial do IBAS (março) juntamente com a terceira Oficina IBAS sobre Governo Eletrônico e reunião do Grupo de Trabalho sobre Sociedade da Informação.
- Ministro de Estado do Meio Ambiente e Florestas, Namo Narain Meena, visita o Brasil para 8ª sessão dos signatários da Convenção em Diversidade Biológica.
- Ministro de Estado da Indústria da Defesa, Rao Inderjit Singh, visita o Brasil.
- Ministro de Estado da Indústria de processamento de alimentos, Subodh Kant Sahay, visita o Brasil.
- Ministro da Ciência e Tecnologia, Kapil Sibal, visita o Brasil para o Encontro dos ministros de C&T do G77(setembro).
- IBAS: III Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da Índia, Brasil e África do Sul (Angra dos Reis, setembro).
- 01/02/2006: Programa de Intercâmbio de Cooperação no Campo da Educação.
- 02/02/2006: Programa Executivo Cultural para os Anos 2006-2007.
- Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, visita o Brasil para a 1ª reunião de cúpula do IBAS, acompanhado do Ministro do Comércio e Indústria, Kamal Nath, e do Ministro de Relações Exteriores, Anand Sharma (setembro). *Assina (em encontro bilateral):*
- 12/09/2003: Acordo bilateral de cooperação científica e tecnológica
- 12/09/2003: Acordo sobre serviços aéreos
- 12/09/2003: Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de Assentamentos Humanos
- 12/09/2003: Memorando de entendimento sobre proteção fitossanitária
- 12/09/2003: Memorando de entendimento sobre as semanas de cultura indiana no Brasil e semanas de cultura brasileira na Índia
- 12/09/2003: Memorando de entendimento entre a ABNT e o Bureau of Indian Standards
- 12/09/2003: Memorando de entendimento entre a Bharat Earth Movers e a Companhia de Comércio e Construções.
- 12/09/2003: Memorando de entendimento entre a Petrobras e a ONGC-OVL
- IBAS realiza I Reunião de Cúpula Índia – Brasil – África do Sul.
- 13/09/2003: IBAS assina Acordo sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao Transporte Marítimo.
- 13/09/2003: IBAS assina Memorando de Entendimento para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis.
- 13/09/2003: IBAS assina Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins.
- 13/09/2003: IBAS assina Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação.
- 13/09/2003: IBAS assina Plano de Ação sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade.
- Ministra de Estado para o Emprego Urbano e Alívio da Pobreza do Governo da Índia, Kumari Selja, visita o Brasil (janeiro).
- Decreto n° 5.808, de 19 de junho de 2006, autoriza a abertura do Consulado-Geral do Brasil em Mumbai, Índia.
- Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, visita a Índia, como único convidado estrangeiro para participar de seminário sobre administração fiscal junto ao governo indiano.
- Delegação do Governo de Goa, chefiada pelo senhor Luizinho Faleiro, Ministro da Indústria do Governo do Estado de Goa visita o Brasil (abril).
- Delegação do Conselho Federal de Economia visita a Índia para negociar a assinatura de um Memorando de entendimento com a *Indian Economic Association* (abril).
- Câmara de Comércio Brasil-Índia é lançada pela Embaixada indiana e pelo Consulado indiano, em São Paulo (agosto).

ÍNDICE REMISSIVO

COMÉRCIO/PAUTA COMERCIAL/INVESTIMENTOS/SETOR PRIVADO:

Açúcar, 41, 51, 69, 86, 88, 98, 99, 135, 172, 173, 174, 187
Diesel, 99, 100
Empresas, 41, 44, 46, 56, 57, 66, 71, 81, 85, 88, 93, 96, 97, 102, 105, 106, 117, 127, 130, 138, 139, 140, 142, 145, 153, 173, 185, 190, 191
Enos, 99, 135
Expo India, 81
Fármacos/Farmacêuticos/Medicamentos, 23, 71, 80, 81, 83, 86, 97, 100, 104, 105, 106, 116, 117, 135, 147, 168, 171
Focus Latin America, 82, 97, 123, 132
Investimentos, 32, 44, 59, 60, 88, 89, 95, 103, 113, 116, 125, 132, 144, 173, 191, 200
Joint ventures, 77, 105, 117, 122
Linhas de crédito, 94, 95, 137
Minérios, 57, 99, 135, 147
Missões, 10, 52, 90, 97, 100, 106, 109, 140, 161, 192
Óleo de soja, 69, 87, 98, 99, 147, 199
Óleo diesel, 96, 99, 135, 147
Petrobras, 98, 99, 140, 141, 142
Petróleo, 36, 42, 43, 55, 65, 99, 111, 120, 135, 141, 142, 147, 153, 172, 173, 199
Setor privado, 85, 86, 97, 98, 103, 144, 172, 173, 185, 192
Tata (empresa indiana), 144, 145

COOPERAÇÃO:

Agricultura, 25, 55, 69, 74, 76,78, 113, 114, 115, 128, 130, 140, 151, 163, 166, 169, 172, 175, 176, 177
Transporte Aéreo/Aviação, 66, 69, 79, 96, 139, 125, 126, 127, 154, 190
Transporte Marítimo/Navegação, 66, 71, 87, 125, 128, 154, 190
Transporte, 25, 60, 66, 70, 87, 111, 125, 127, 128, 130, 141, 152, 155, 180, 190, 193
Boi/Embriões bovinos/material genético, 54, 78, 79, 97, 130, 140
Capes, 170
Ciência e Tecnologia, 55, 68, 72, 76, 79, 107, 111, 126, 130, 171, 176, 177
CNPq, 111, 176
Educação, 71, 108, 109, 112, 125, 127, 130, 170, 177
E-governance, 177
EMBRAPA, 68, 130, 175
Energia, 45, 54, 77, 110, 111, 128, 142, 148, 150, 152, 155, 172, 174, 173, 177
Espaço Exterior/espacial, 23, 76, 111, 137, 138, 158
Etanol, 111, 128, 130, 135, 172, 173, 174
Fitossanitárias(medidas), 78, 130
Fundo IBAS, 124, 126, 127, 194
Turismo, 23, 69, 125, 130, 137, 138, 139
HIV, 117, 171
Meio Ambiente, 71, 76, 78, 132
Memorando de Entendimento, 68, 79, 111, 112, 127, 128, 132, 174
Nanotecnologia, 177
Oceanografia, 177
Pobreza (combate à), 23, 26, 107, 108, 109, 114, 124, 126, 172, 174, 175, 185, 194, 200
Saúde, 72, 79, 80, 105, 106, 107, 108, 109,110, 125, 130, 169, 170, 171, 172, 175, 177
Sociedade da informação, 125, 128, 177, 194
Sul-Sul, 15, 23, 32, 119, 121, 123, 127, 128, 129, 134, 156, 161, 168, 180, 194, 195, 201
Tecnologia da informação, 101, 106, 166

GOVERNANTES:

Bush, 37, 166
Clinton, 37, 38
Fernando Henrique, 22, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 88, 103, 131, 144, 150, 158
Indira Gandhi, 29, 31, 52, 54, 55, 133, 200
Lula, 122, 124, 130, 131, 132, 137, 139, 141, 143, 160
Mbeki, 122, 124
Nehru, 27, 29, 31, 40, 114
Omar Abdullah, 83, 93, 94, 101, 105
Rajiv Gandhi, 29, 31
Rao, 30, 31, 43, 55, 67, 70, 153, 158, 200
Singh, 30, 31, 34, 49, 69, 114, 122, 131, 133, 139, 144, 153, 161, 176, 200
Vajpayee, 30, 31, 32, 35, 37, 122, 124, 131, 139

GRUPOS/INSTITUIÇÕES/ORGANISMOS:

ASEAN, 9, 132
ASSOCHAM, 9, 67
BJP, 9, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 42
BRIC, 9, 15
CCIB, 9, 77, 103
CII, 9, 67, 97
Comista, 9, 71, 112, 124, 130, 133, 173, 189
***Congress Party*/ Partido do Congresso**, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 43, 78
Conselho de Segurança, 5, 9, 12, 23, 24, 38, 77, 118, 125, 148, 156, 157, 159, 160, 161, 196, 197
FICCI, 10, 67, 70, 77, 84, 97
FIEO, 10, 85, 97
G20, 23, 112, 118, 161, 162, 163, 164, 166, 196
G4, 118, 148, 157, 159, 160, 164, 197
GATT, 10, 12, 22, 72, 73, 74, 90, 113, 167, 196
IBAS, 5, 6, 10, 18, 19, 23, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 155, 156, 158, 163, 167, 171, 176, 177, 181, 182, 190, 194, 195, 196, 198, 199,
ITPO, 10, 82, 97, 102
MDIC, 56, 98, 99, 100, 135, 136, 173, 183, 184, 187, 188
Mercosul, 23, 76, 103, 119, 130, 133, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154, 167, 168, 171, 188, 189, 195
MNA, 10, 31, 32, 58, 122, 200
National Defense College, 84, 149
OMC, 15, 24, 42, 72, 74, 76, 79, 88, 89, 90, 91, 94, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 133, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 186, 187, 188, 189, 196, 197, 198. ***Singapore Issues***, 90, 113, 116
ONU, 38, 58, 59, 120, 121, 122, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 196
SACU, 23, 119, 142, 143, 144, 145, 147
TNP, 148, 150, 152, 156

ÍNDIA

Bollywood, 139
Castas, 26, 27, 49
New Economic Policy, 43, 62
Modelo Nehruniano, 40, 45
Sanções, 37, 38, 65, 66, 84, 85, 154
Terrorismo, 34, 38, 125, 153, 155
Testes nucleares indianos, 33, 34, 35, 37, 38, 65, 77, 84, 132, 150, 152, 159

OUTROS:

Baleias, 16, 150
Colonização, 29, 41, 51, 52, 53, 54, 165
Guerra Fria, 17, 18, 21, 31, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 59, 60, 72, 76, 81, 119, 120, 154, 180
Waltz, Keneth, 46, 47, 200

PAÍSES/REGIÕES

África do Sul, 14, 15, 18, 66, 71, 87, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 141, 145, 154, 155, 156, 161, 162, 164, 174, 176, 178, 190, 193, 195
América Latina, 19, 49, 52, 54, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 137, 141, 142, 143, 145, 148, 158, 159, 161, 191, 192, 199
Argentina, 14, 73, 81, 84, 85, 88, 90, 138, 147, 150, 160, 162, 191, 199
Chile, 81, 84, 85, 90, 162
China, 14, 15, 16, 17, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 49, 69, 70, 76, 77, 96, 106, 108, 109, 132, 138, 143, 149, 157, 160, 162, 164, 183, 184, 197, 200,
Estados Unidos/Norte-americano, 15, 17, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 47, 64, 85, 94, 115, 116, 132, 138, 145, 151, 153, 154, 157, 160, 164, 165, 166, 179, 180, 190, 191, 197, 199, 200
Inglaterra/Reino Unido, 15, 26, 28, 39, 40, 41, 51, 52, 96, 157, 160, 197
Japão, 15, 17, 23, 65, 69, 76, 85, 96, 118, 120, 157, 159, 160, 164, 165, 197
México, 14, 65, 81, 84, 85, 90, 97, 141, 160, 162
Paquistão, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 49, 149, 158, 159, 160, 162
Portugal, 26, 51, 50, 52, 53, 54, 160
Rússia, 14, 15, 16, 17, 34, 36, 64, 76, 138, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 197
URSS, 32, 36, 37, 42, 43, 46, 58, 63, 81
Uruguai, 144, 145

SEGURANÇA/DEFESA:

Defesa, 23, 24, 31, 84, 93, 101, 125, 127, 131, 133, 148, 149, 152, 153, 154, 156, 158, 186, 188
Nuclear (cooperação), 32, 33, 35, 37, 38, 39, 49, 54, 74, 77, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 158, 174, 200
Tório (uso do), 151

Maíra Baé Baladão Vieira

RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA (1991-2006)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada para apreciação e parecer da banca examinadora

Membros da Comissão Examinadora

_____
Dr. Álvaro Luiz Heidrich
PPGRI/UFRGS

_____
Dr. Carlos Schmidt Arturi
PPGRI/UFRGS

_____
Dr. Henrique Altemani de Oliveira
PUC/SP

_____
Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
PPGRI/UFRGS

Porto Alegre, 1º de setembro de 2007

V658R Vieira, Maíra Baé Baladão
Relações Brasil-Índia (1991-2006) / Maíra Baé Baladão Vieira. – Porto Alegre, 2007.
225 f.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, BR-RS, 2007. Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

1. Relações Internacionais : Brasil : Índia. 2. Cooperação internacional : Brasil : Índia. 3. Política externa : Brasil. 4. Política externa : Índia. 5. Comércio internacional : Brasil : Índia. 6. Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). I. Título.

CDD 327.81054

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo